

relatório e contas 2008

CONSOLIDADO • CRÉDITO AGRÍCOLA

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO	7
I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA	
1. Órgãos Sociais da Caixa Central	15
2. Organograma do Grupo	19
3. Principais Factos da Actividade do Grupo no Ano 2008	20
4. Principais Indicadores do SICAM	27
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	29
III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	
1. Evolução da Actividade nas Principais Áreas	38
<i>1.1. Função Risco no Grupo Crédito Agrícola</i>	39
<i>1.2. Actividade Comercial</i>	43
1.2.1. Depósitos e Outros Recursos	44
1.2.2. Evolução do Crédito	47
<i>1.3. Marketing e Canais de Distribuição</i>	51
1.3.1. Marketing	51
1.3.2. Canais Complementares	60
<i>1.4. Actividade da Área Financeira</i>	65
1.4.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria	65
1.4.2. Caixas Associadas e <i>Corporate Desk</i>	68

1.4.3. Função Financeira no Grupo Crédito Agrícola	70
1.4.4. Controlo de Risco na Área de Tesouraria	71
1.4.5. Intermediação no Mercado de Capitais	72
1.5. Área Internacional, Emigração e Representações no Exterior	73
1.5.1. Área Internacional	73
1.5.2. Emigração e Representações no Exterior	74
1.6. Áreas de Suporte, Enquadramento e Auditoria	77
1.6.1. Gestão de Recursos Humanos	77
1.6.2. Organização e Processos	82
1.6.3. Meios Materiais e Logística	89
1.6.4. Auditoria Interna	93
1.6.5. Compliance	94
1.6.6. Controlo Interno	97
1.6.7. Provedor do Cliente	100
1.7. BancaSeguros	102
1.7.1. Seguros – Ramos Reais	102
1.7.2. Seguros – Ramo Vida	106
1.8. Banca de Investimento	109
1.8.1. Gestão de Activos e Fundos de Investimento/Fundos de Investimento Imobiliário	109
1.8.2. Consultoria Financeira	114
1.9. Sistemas de Informação e Empresas Instrumentais	117
1.10. FENACAM	120
2. Supervisão, Orientação e Acompanhamento das Caixas Associadas	123
2.1. Políticas de Consolidação Económico-Financeira	125
2.2. Acompanhamento das Caixas Associadas	126

2.3. Sistemas de Informação e Suporte	128
3. Execução do Programa de Modernização	129
3.1. Programa de Apoio ao Negócio e Eficiência	131
3.2. Programa de Suporte ao Quadro Regulamentar	142
3.3. Benefícios Atingidos e Execução Orçamental	151
4. Análise Financeira	157
5. Evolução Económica das Caixas Associadas	168

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. Balanço e Demonstração de Resultados	177
2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas	184
3. Certificação Legal de Contas	273
4. Parecer do Conselho Consultivo	276

V. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO (EM ANEXO)

Conselho Geral e de Supervisão

Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Exmos. Senhores

Dirigentes das Caixas de Crédito Agrícola,

O Crédito Agrícola registou em 2008 na actividade bancária, que essencialmente coincide com o SICAM, um resultado de 121 milhões de euros, o que constituiu um máximo histórico.

Os resultados de 2008 foram, efectivamente, para o SICAM, os mais elevados de sempre, e seguem-se, aliás, aos resultados também assinaláveis conseguidos em 2007, que haviam ascendido a 113 milhões de euros.

O resultado do Crédito Agrícola no passado exercício é tanto mais notável por ter sido obtido num contexto já de severa agudização da crise internacional, distinguindo-se o Grupo claramente pela positiva no seio do sistema bancário nacional, uma vez que a quase totalidade das principais instituições apresentaram decréscimos expressivos nos seus resultados.

A evolução favorável dos resultados do SICAM esteve associada a uma variação positiva do produto bancário de 5,5 %, que assim atingiu quase 513 milhões de euros, superando pela primeira vez o nível dos 500 milhões, facto também digno de especial registo.

Os efeitos da crise económica fizeram-se porém sentir já com intensidade em 2008, sobretudo na segunda metade do ano, com repercussões no mercado bancário e na situação económica e financeira das empresas e das famílias, e criando dificuldades acrescidas às Caixas Associadas – que enfrentaram, como continuam a enfrentar, uma forte concorrência pelos recursos, com a inevitável subida do seu custo médio, ao mesmo tempo que se debatem com escassas oportunidades de negócio com risco aceitável na vertente do crédito.

A margem financeira, que representa ainda $\frac{3}{4}$ do produto bancário, registou, nestas circunstâncias, um crescimento modesto de apenas 4%, não perfeitamente comparável, porém, com o expressivo aumento de 10% verificado em 2007, em virtude de, nesse ano, o primeiro da adopção das NIC, algumas comissões terem sido reclassificadas nesta rubrica.

Na chamada margem complementar, em que se incluem as comissões bancárias e os proveitos da venda cruzada, verificou-se um significativo crescimento. Com efeito, o saldo líquido das comissões apresentou em 2008 um aumento de mais de 15%, correspondendo a um acréscimo de 11,5 milhões sobre o ano anterior, evolução que contrasta de modo bem marcante com a observada em 2007 – ano em que, aliás, o saldo líquido de comissões evidenciara mesmo um decréscimo, mas reflectindo, em sentido contrário, os ajustamentos decorrentes da introdução das NIC.

Num contexto em que é de temer que se mantenham, ou até se intensifiquem, por um período ainda longo, os factores que estão a pressionar a margem financeira, é importante continuar a apostar no crescimento da margem complementar como forma de conseguir alguma compensação dos menores proveitos na área da intermediação.

No respeitante às restantes grandes rubricas do produto bancário, os resultados de activos financeiros, como consequência directa da crise financeira, foram marginalmente negativos, mantendo-se sensivelmente ao nível de 2007 (23 milhões de euros) os outros proveitos de exploração, rubrica residual que inclui a recuperação de crédito.

Para além do resultado positivo – embora de menor expressão que nos últimos anos – da Caixa Central, há que destacar o importante contributo das Caixas para os bons resultados do Crédito Agrícola em 2008. Com efeito, 47 Caixas registaram lucros líquidos superiores a 1 milhão de euros, facto que constitui igualmente um “recorde”, das quais 13 com resultados superiores a 2 milhões, havendo a registar ainda que em duas Caixas os lucros superaram os 4 milhões de euros. Em contrapartida, apenas 3 Caixas apresentaram prejuízos, sendo que, destas, uma tem as suas contas ainda afectadas pelo impacto da fusão que protagonizou. É também elucidativo referir que em 2007 era necessário adicionar os lucros de 21 Caixas para absorver os prejuízos das Caixas deficitárias, bastando para tal em 2008 a soma dos lucros de 9 Caixas.

A consolidação estrutural que se tem vindo a operar no seio do SICAM, para a qual o processo de fusões entre Caixas tem sido determinante, é um factor de relevo para esta evolução positiva nos resultados das CCAM, sobretudo pelo impacto que esse processo tem vindo a induzir nas áreas do SICAM que até aqui apresentavam condições operativas mais desajustadas. Em 2008 realizaram-se mais oito fusões, uma delas envolvendo quatro Caixas, trazendo o número total de Caixas de 100 no final de 2007 para 92 em Dezembro de 2008.

Mas há antes de mais que reconhecer o mérito dos dirigentes e responsáveis das Caixas, que têm sabido estar à altura dos desafios que se colocam às suas instituições, e a eles têm respondido com determinação, discernimento e espírito de abertura, conseguindo que as suas Caixas mantenham posição de relevo nos seus mercados locais, apesar da concorrência cada vez mais forte que actualmente enfrentam.

A par dos resultados de exploração favoráveis, o SICAM continuou a expandir e fortalecer o seu balanço, com o Activo Líquido a atingir os 11,4 mil milhões de euros, e elevando-se a situação líquida a 978 milhões de euros, já depois dos ajustamentos decorrentes das NIC, ficando portanto à beira dos 1.000 milhões de euros.

Nos últimos três exercícios, o Activo Líquido elevou-se em 2,1 mil milhões de euros, aumentando paralelamente, no mesmo período, a situação líquida do SICAM em mais de 300 milhões de euros. Esta evolução é de fundamental importância para a consolidação do rácio de solvabilidade do Grupo, o qual acompanhou o aumento da situação líquida, encontrando-se, presentemente, entre os mais elevados do sistema bancário nacional – apesar de o Crédito Agrícola, dada a natureza cooperativa das suas instituições, não recorrer ao mercado financeiro para a realização de quaisquer aumentos de capital.

O Crédito Agrícola encerrou igualmente o exercício de 2008 com uma posição de grande conforto em matéria de liquidez, bem traduzida numa situação interbancária credora líquida de 1,1 mil milhões de euros, sem contar com as disponibilidades no Banco Central, e numa carteira de títulos de dívida, mobilizáveis na maior parte junto do BCE em caso de necessidade, de mais de 900 milhões de euros. Esta forte posição de liquidez foi prudentemente criada e consolidada pelo Grupo ao longo dos últimos exercícios, através da manutenção de um rácio de transformação de recursos em crédito de nível conservador, e mostrou-se particularmente decisiva nas circunstâncias particulares da actual crise, em que o Crédito Agrícola tem estado ao abrigo das dificuldades e constrangimentos de liquidez enfrentados por outras instituições.

O Crédito Agrícola, em virtude da sua situação de liquidez, não teve, nem tem, assim, necessidade de recorrer às garantias disponibilizadas expressamente pelo Estado para permitir aos bancos nacionais a obtenção de empréstimos nos mercados financeiros, e também não precisou de recorrer às facilidades especiais criadas pelo BCE para injectar liquidez nos bancos da Zona Euro.

Na actividade comercial do Grupo em 2008 há a destacar o crescimento dos depósitos de clientes, que atingiu 5%, passando o seu valor global de 9.157 milhões de euros em 2007 para 9.612 milhões no exercício findo. Trata-se de um crescimento que podemos considerar bastante significativo, no contexto da fraca dinâmica da economia e da intensa concorrência interbancária em que foi conseguido.

É fundamental para o Crédito Agrícola preservar a sua base de depósitos, pois ela constitui a sua maior valia no contexto do sistema bancário nacional, e, nas circunstâncias actuais, se necessário, temos de sacrificar pontualmente a rentabilidade para preservar os depósitos, sendo desejável, no entanto, que tanto quanto possível, o esforço ou o sacrifício para tal exigido seja partilhado. O produto recentemente introduzido pela Caixa Central tem naturalmente por objectivo permitir às Caixas remunerarem, de forma especial, alguns depósitos, amortecendo ou anulando o impacto na sua margem financeira dessa remuneração extra, ainda que à custa da assunção de riscos financeiros específicos, mas naturalmente ponderados, ao nível da Caixa Central, para além do impacto na sua própria margem financeira.

Embora as oportunidades no lado do crédito estejam condicionadas pela estagnação da economia, um certo número de Caixas Agrícolas conseguiram um crescimento bastante expressivo neste domínio, em virtude da margem de manobra que a sua situação de liquidez lhes confere. O crédito total a clientes do SICAM cresceu assim cerca de 12% em 2008, bastante acima do crescimento dos depósitos, o que vem em sentido contrário ao padrão evolutivo dos últimos anos, em que habitualmente o SICAM registava crescimento nos depósitos a ritmo superior ao do crédito.

O crédito vencido a mais de 90 dias subiu ligeiramente, de 3,5% em 2007, para 3,8% em 2008, agravamento que deve ser lido à luz das actuais dificuldades decorrentes da situação geral da economia e do tecido empresarial.

O crescimento do crédito a ritmo superior ao dos depósitos conduziu a uma subida no rácio de transformação do SICAM de 81,5% para 87,1%, subida que, apesar de bastante expressiva, mantém esse rácio em nível ainda consistente com uma margem de segurança aceitável em termos de liquidez. Aliás, excluindo o papel comercial – boa parte do qual conta com garantias bancárias – do rácio de transformação, este ter-se-ia elevado apenas de 79% em 2007 para 81,8% em 2008, níveis que continuam bastante moderados. É no entanto fundamental para o Grupo, quer ao nível da Caixa Central quer das Caixas

Associadas, manter uma gestão absolutamente rigorosa do rácio de transformação, contendo-o em níveis que não façam perigar a liquidez do Grupo, uma vez que a liquidez é um dos pilares fundamentais da nossa independência.

Referindo-nos ainda à evolução económica e financeira do Grupo em 2008, temos de notar que, ao nível das empresas, o seu desempenho ficou, em geral, bastante aquém do que se verificou em anos anteriores, essencialmente pelo impacto adverso da crise financeira internacional, que originou os primeiros resultados negativos da CA Vida desde há muitos anos – prejuízo de 275 mil euros –, e levou a uma redução muito substancial dos resultados da CA Seguros – que obteve lucros de 1,6 milhões de euros, claramente abaixo dos níveis dos últimos anos. Num caso e noutro, aliás, as perdas poderiam ter-se revelado mais gravosas, não fora a decisão, necessariamente difícil, de procurar limitar as perdas através da alienação, com menos valias, de activos cuja evolução fazia recear a possibilidade de desvalorizações vultosas, que efectivamente ocorreram.

Os resultados globais do Grupo ficaram assim, em 2008, em 120,7 milhões de euros, valor praticamente idêntico ao dos resultados de 2007, e ligeiramente abaixo dos resultados obtidos pelo SICAM.

Neste Relatório incluímos, pela primeira vez de forma expressa, algumas referências ao tema, muito em voga, da “sustentabilidade social”, evidenciando o contributo social do Crédito Agrícola, e em particular das Caixas, no apoio às Comunidades em que estão inseridas. Ressalta da análise efectuada, que contou com a colaboração de praticamente todo o Grupo – Caixas e Empresas –, através das respostas que forneceram a um Questionário preparado para o efeito, que no período de 2006 a 2008 as Caixas no seu conjunto contribuíram com mais de 10 milhões de euros para um vasto leque de iniciativas de interesse social, a nível local e regional, envolvendo apoios a centenas de entidades.

A nível nacional, e já não meramente local ou regional, verifica-se igualmente que o Crédito Agrícola é, no seu conjunto, um dos principais contribuintes do país, sendo o valor total dos impostos pagos pelo Grupo em relação ao exercício de 2007 – ano para o qual se fez a análise -- superior ao de quase metade das empresas cotadas no PSI-20, e sendo a sua taxa de tributação efectiva, de 25,9 % nesse ano, uma das mais elevadas do conjunto.

A excelente evolução financeira do Crédito Agrícola, a continuação do seu processo de modernização tecnológica, e a bem sucedida campanha de renovação da sua imagem

institucional e da rede de Balcões, elevaram de maneira bem marcante a notoriedade do Grupo, melhorando inquestionavelmente a percepção que as autoridades, governamentais e de supervisão, e também os nossos parceiros institucionais, têm das realidades do Crédito Agrícola, e favorecendo a apreciação do Grupo no mercado de retalho e junto do público em geral.

Na verdade, o Crédito Agrícola atingiu um ponto crucial na sua evolução, em que pode finalmente projectar-se para um lugar de grande relevo no sistema financeiro nacional, em linha com a sua real implantação no país, e com a força que um número significativo de Caixas detêm no seu mercado local.

Nestes anos, bastante difíceis, que temos pela frente, impõe-se que tudo façamos para preservar os progressos conseguidos, e que, com grande unidade, serenidade e conjugação de esforços, prossigamos como até aqui na via construtiva do engrandecimento do Grupo, tornando-nos assim dignos continuadores do nosso próprio passado.

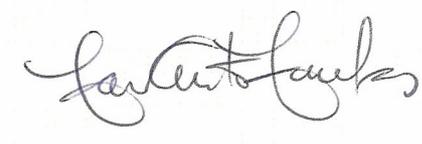
Estabilidade e evolução tranquila têm de ser preocupações centrais que todos os dirigentes devem assumir, para que não deitemos a perder, com acções menos ponderadas e potencialmente desagregadoras a que as situações de crise são por vezes propícias, o muito de bom que conseguimos nos últimos anos, graças ao esforço, dedicação e contributos valiosos de dirigentes, quadros e colaboradores, das várias áreas do Grupo: Caixa Central, Caixas e Empresas.

Uma palavra final para a revisão do Regime Jurídico, recentemente aprovada em Conselho de Ministros. A entrada em vigor do novo Regime Jurídico traz importantes desafios, mas comporta simultaneamente oportunidades que temos de saber aproveitar. Embora possa haver quem considere a revisão conseguida ainda aquém daquilo que idealmente seria desejável, o certo é que o novo Regime Jurídico oferece oportunidades estratégicas importantes ao Crédito Agrícola para consolidar o seu crescimento através do reforço do seu papel como agente do desenvolvimento no seio das comunidades locais, abrindo-se a um leque mais alargado de actividades. Por outro lado, parte das exigências contidas no seu normativo vão no sentido de fazer o Crédito Agrícola avançar, em definitivo, para a sua plena consolidação e sustentação como Grupo financeiro de relevância nacional, e portanto vão ao encontro das nossas próprias ambições e dos nossos objectivos.

O Conselho Geral e de Supervisão entende ser oportuno promover uma discussão alargada no seio do Grupo sobre a temática do novo Regime Jurídico, que deveremos concretizar logo que seja promulgado o novo texto por Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Lisboa, 5 de Maio de 2009

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António Luís', is centered below the text. The signature is written in a cursive, flowing style.

I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Órgãos Sociais da Caixa Central

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Amares

Presidente

Paulo Rebelo Barbosa de Macedo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira

Secretário

Carlos Alberto Pereira Martins

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal

Presidente

Carlos Alberto Courelas

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores

Francisco Amâncio Oliveira Macedo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Mondego

António João Mota Cachulo da Trindade

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Gadiana Interior

José Artur Palma Estrela

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós

Jorge Manuel da Piedade Volante

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende

Alberto Gonçalo Resende Moreira Festa

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Teotónio

António Manuel Nobre Louçã

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato

Américo Afonso Cardoso Loureiro

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega

Artur Teixeira de Faria

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente

João António Morais da Costa Pinto

Vogal

Licínio Manuel Prata Pina

Vogal

Renato Manuel Ferreira Feitor

Vogal

Mário Dúlio de Oliveira Negrão

Vogal

José Fernando Maia Alexandre

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte e Associados, S.R.O.C., S.A.

Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

CONSELHO CONSULTIVO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio

Presidente

João Lázaro da Cruz Barrote

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Corgo, Tâmega e Barroso

Alcino Pinto dos Santos Sanfins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro

Paulo Alexandre Varela Martins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola

Francisco José Salgueiro Correia

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Vouga

José Luís Sereno Gomes Quaresma

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã

António Augusto Nascimento Mateus

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Bartolomeu de Messines e S. Marcos da Serra

José Paulo Barbosa Moreira de Sousa

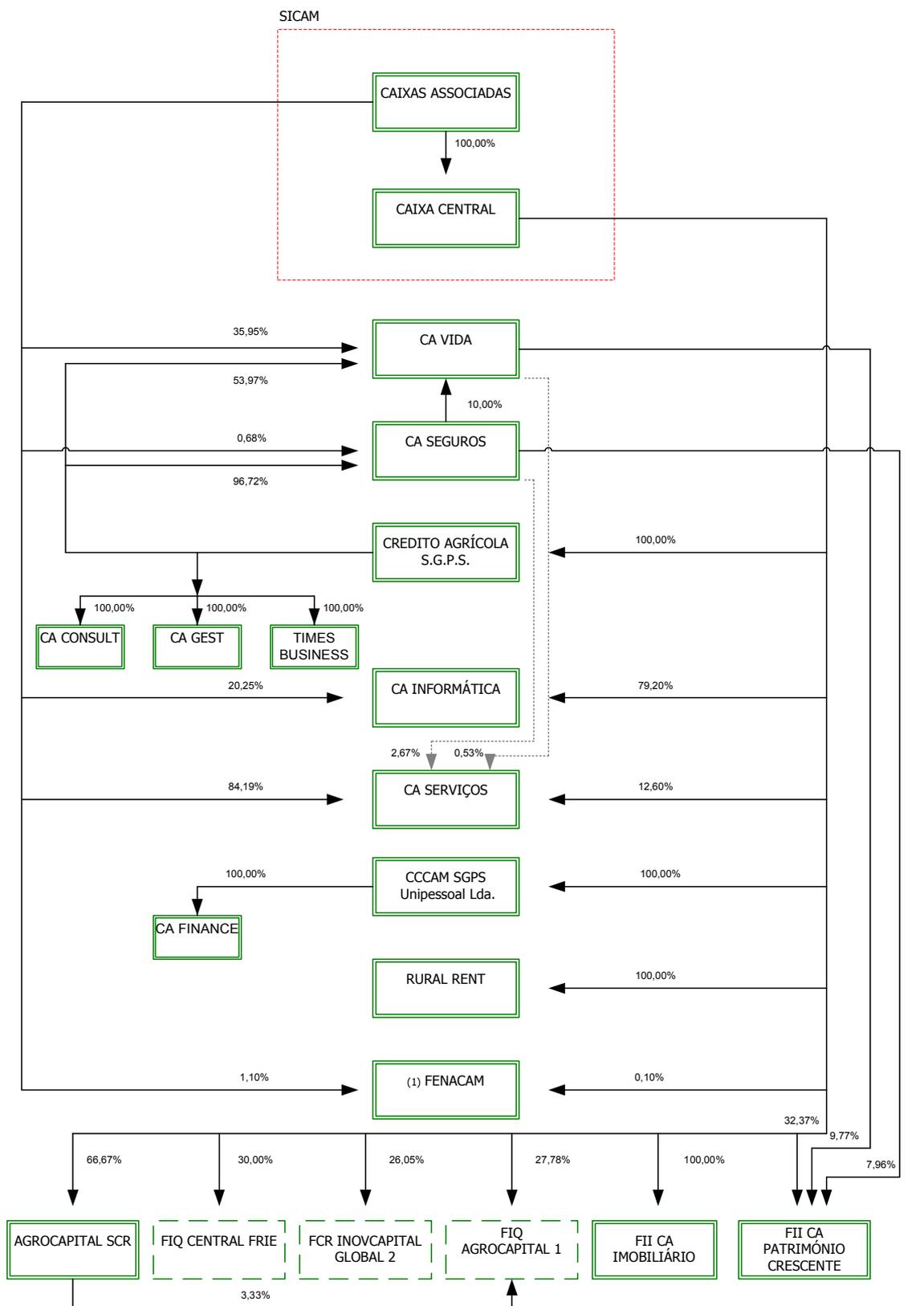
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega

Henrique Vasconcelos Teixeira

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal

Ângelo de Jesus Antunes

2. Organograma do Grupo



(1) A Fenacam detém 98,78% do seu próprio capital »total GCA=99,98%

CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL CONSOLIDAÇÃO POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

3. Principais Factos da Actividade do Grupo no Ano 2008

No ano de 2008 há a registar a prossecução da consolidação financeira da **Caixa Central**, que perfez o seu sexto exercício consecutivo com resultados positivos e crescentes.

Ao nível das Caixas Associadas é de relevar a prossecução dos processos de fusão entre Caixas, como veículo de consolidação económico-financeira e de reorganização estrutural do SICAM. Por via destes processos, o número de Caixas Associadas reduziu-se a 92 em Dezembro de 2008, tendo ocorrido seis fusões durante o exercício.

Com as fusões tem-se conseguido aumentar a dimensão e solidez financeira das Caixas Agrícolas constituintes do SICAM.

Noutro plano, é de destacar a celebração do 30º aniversário da FENACAM, instituição que constituiu, na sua criação, a primeira entidade de âmbito nacional do Crédito Agrícola, marcando a sua emergência como Grupo financeiro.

São de destacar na actividade do Grupo em 2008 as seguintes iniciativas e/ou eventos:

Desenvolvimento Institucional

- O desenvolvimento da plataforma de referência organizacional para o SICAM com o intuito de fazer face às novas exigências, considerando as melhores práticas actuais e adoptando ferramentas tecnológicas entretanto desenvolvidas.
- A criação do Departamento de *Compliance* e Informação de Gestão, na sequência da institucionalização da Função *Compliance* no Grupo, decorrente da obrigatoriedade de as instituições de crédito disporem de um sistema de controlo interno que garanta o respeito pelas disposições legais e regulamentares.
- A operacionalização, na Caixa Central, do Gabinete de Recuperação de Crédito, visando agilizar e tornar mais eficaz o processo de recuperação de crédito em situação difícil ou já em incumprimento, que teve actividade já bastante significativa durante o exercício de 2008.

- A criação do Departamento de Consultoria e Organização (DCO) da Caixa Central, que resultou da necessidade de especialização e concentração na componente organizacional do ex- Departamento de Organização e Sistemas de Informação (DOSI).
- O apoio na Certificação para a Qualidade de diversas Caixas Agrícolas garantindo, antes da certificação, que estão implementadas as melhores práticas operacionais e organizacionais, tendo-se concretizado, ainda em 2008, a certificação de uma CCAM.
- A segregação efectiva, na Caixa Central, entre o negócio de Retalho (Particulares e Micro-Negócios) e Grandes Empresas, de que resultou a criação do Gabinete Comercial Empresas.
- A criação do Gabinete do Provedor do Cliente que permitiu estabelecer os processos comunicacionais que facilitam o exercício do direito de reclamação de clientes (Particulares/Empresas) e garantam a respectiva resposta.
- A continuidade dada ao projecto para reorganização da Função Contabilidade da Caixa Central no que respeita ao Departamento de Contabilidade e Consolidação de Contas (DCCC), com impactos positivos esperados a nível do Grupo, no plano da melhoria do controlo, de informação de gestão e da celeridade no fecho contabilístico dos exercícios.
- A prossecução do desenvolvimento da ferramenta informática *DFOA on-line*, que aumentou a capacidade de acompanhamento à distância das Caixas Associadas, tornando disponível informação atempada e adequada a um apoio mais eficaz à correcção de eventuais desequilíbrios patrimoniais e financeiros.
- A promoção do 1º Encontro de Auditores no âmbito do Grupo CA com vista a fortalecer a motivação e o espírito de Grupo bem como a troca de experiências e divulgação das “melhores práticas” em diversas vertentes.
- A conclusão da fase de testes da plataforma de *e-Learning* do Crédito Agrícola, denominada Sal@ctiva, com a realização do primeiro curso piloto.
- A implantação da nova Intranet do Crédito Agrícola, em resultado do projecto C@IS.

Imagem, Notoriedade e Desenvolvimento do Negócio

Em termos de imagem, o Grupo CA em 2008 deu continuidade ao processo de evolução do seu posicionamento como uma instituição moderna e próxima das pessoas.

No âmbito do Plano de Marketing do Grupo foram realizadas 15 Acções de Marketing das quais as relativas ao crédito à habitação, crédito ao consumo e campanha "CA & Companhia" foram divulgadas em formato de Macrocampanhas, ou seja, utilizando meios de grande audiência.

A campanha multimédia com o slogan "*Gosto de um Banco que pensa como eu*" no âmbito do crédito à habitação, voltou a contar com a presença de uma figura pública. Através da associação da imagem do CA a Sílvia Alberto, que transmite grande sentido de responsabilidade, confiança e bom gosto, conseguiu-se difundir uma imagem moderna e dinâmica do Grupo CA, sempre atento aos seus clientes. Para além desta associação foi também de grande relevância o patrocínio dos programas televisivos de grande audiência como o "Olha quem dança" e "O Sentido do Gosto", onde a imagem do CA se destacou.

Foi aprontada a Infra-estrutura de Suporte ao Marketing e Comercial, no âmbito do Programa de Modernização do Grupo, que permite a operacionalização eficaz dos processos de gestão de campanhas e de gestão comercial.

No âmbito do projecto de Apoio à Dinamização do Negócio (ADN), que conta a participação de 75 Caixas, foi realizada a definição de objectivos comerciais para todas as áreas de negócio do Grupo, foram definidos Planos de Acção Comercial por Caixa, foi realizada formação e prestado apoio na adopção de aplicações informáticas desenvolvidas para apoio à actividade comercial, assim como, entre outras iniciativas, prestado apoio à actividade dos Coordenadores Comerciais das CCAM no desenvolvimento e desempenho da sua função.

Relativamente aos meios electrónicos de pagamento refira-se o lançamento do Cartão "CA & Companhia", orientado para a captação de novos clientes e fidelização dos comerciantes com conta no Grupo CA. Com o objectivo de cobrir as necessidades do segmento, foi lançada uma oferta competitiva orientada ao comércio local, ancorada numa oferta base que contempla o Serviço TPA, Cartão Comerciante e Cartão Cliente Final. A

oferta complementar inclui a Conta Negócio, Seguro de Saúde e Plano Poupança Reforma. Neste contexto, foi também endereçada a melhoria das estruturas de suporte e organizacionais à gestão da rede de TPAs do Grupo, com desenvolvimento de um aplicativo informático para esse efeito.

Foi ainda lançada a primeira Campanha de Distribuição de Depósitos Estruturados – Depósito “Energia 24” – que permitiu alargar a gama de produtos de passivo à disposição dos clientes do Crédito Agrícola.

No que concerne ao desenvolvimento de novos canais complementares refira-se o lançamento da Fase 2 do Serviço *On-Line* Empresas com a disponibilização de um vasto leque de transacções, com vista a reforçar a relação comercial entre o Grupo CA e os seus clientes Empresa.

Implementação do Modelo de *Credit Scoring* e Propostas para o Crédito à Habitação.

Nas zonas geográficas cometidas à Caixa Central, verificou-se a expansão da Rede de Balcões da Caixa Central, que passou a contar com um total de 9 Balcões, divididos entre Lisboa e Porto, o que constituiu um primeiro passo para incrementar a presença nestes mercados urbanos, melhorar a prestação do serviço aos clientes do SICAM e potenciar o crescimento do negócio no retalho. Em 2008 foram inaugurados três Balcões no Concelho de Lisboa (Damaia, Telheiras e Linda-a-Velha) e três na cidade do Porto (Antas, Pinheiro Manso e Boavista – este último deslocalizado) e foram criados dois centros de empresas.

Reformulação do Crédito Agenciado, através, nomeadamente, da introdução de um novo modelo de comissionamento.

Refira-se ainda a aposta na captação de negócio através do *Partnership Banking* com aumento do número de protocolos firmados com “angariadores de negócio” e a dinamização da comercialização dos produtos de intermediação, como forma de compensar o esmagamento da margem financeira relativa aos produtos tradicionais pelas comissões que lhe estão associadas.

Perto do final do ano, criação no seio da CA SGPS de uma sociedade de gestão imobiliária, a CA Imóveis, por aquisição de uma sociedade preexistente (sem actividade).

A participação do Crédito Agrícola, através da Caixa Central, no consórcio bancário constituído para a concessão de um empréstimo, com Garantia do Estado, a outra instituição financeira em dificuldades, visando permitir-lhe a solvência de compromissos, e desse modo evitar instabilidade sistémica, veio dar visibilidade ao Crédito Agrícola em sectores onde as referências ao Grupo são escassas.

Enquadramento Regulamentar

- A definição e desenvolvimento do novo sistema de reporte dos dispositivos de controlo interno, para a Caixa Central em base individual, e para o Grupo em termos consolidados, com especificações do modelo de reporte das CCAM, de acordo com o estabelecido no Aviso 5/2008 do Banco de Portugal.
- Na sequência da divulgação dos requisitos da Nova Central de Responsabilidades de Crédito pelo Banco de Portugal em finais de 2007, ao longo de 2008, e em parceria com a CA Serviços, foram criadas as condições para a reformulação de todo o processo de reporte à entidade de supervisão de acordo com os novos requisitos de informação.
- Como resultado do Programa DMIF (Directiva de Mercados de Instrumentos Financeiros), lançado ainda em 2007, foram implementados um conjunto de procedimentos, envolvendo também uma componente de comunicação aos Clientes, de forma a que a prestação de serviços de investimento em instrumentos financeiros pelo Grupo se adequasse aos requisitos da Directiva Comunitária.
- O desenvolvimento do módulo de "*stress test*" para o Crédito Agrícola, iniciativa que se insere no normativo regulamentar decorrente do Acordo de Basileia II, e que visa avaliar a capacidade das instituições financeiras absorverem o impacto de choques hipotéticos sobre a sua actividade.
- O desenvolvimento de uma ferramenta para gestão de reportes, a disponibilizar ao SICAM no primeiro semestre de 2009, que permitirá agilizar o processo de envio de informação e contribuir quer para a coerência da informação a reportar quer para o cumprimento dos prazos regulamentares.
- Preparação da abordagem "*standard approach*" para a determinação dos requisitos de

fundos próprios do Grupo (actividade bancária), relativos a risco de crédito e risco país, de acordo com as especificações de Basileia II.

- No âmbito do Departamento Financeiro da Caixa Central o Programa de Modernização concluiu a implementação da solução para a Sala de Mercados, bem como a integração desta infra-estrutura no Plano de Continuidade do Negócio do Grupo.
- Através da actividade do 'grupo de trabalho SEPA' do Crédito Agrícola, que se iniciou em 2007 e se prolongará até ao final de 2009, o impacto das alterações estruturais no mercado de pagamentos europeu com a criação da SEPA (*Single Euro Payments Area*) já se faz sentir no âmbito da Caixa Central, permitindo-lhe operar em condições de igual eficácia e eficiência relativamente aos maiores bancos portugueses.

Fundos Próprios

- Conclusão da transmissão pela Caixa Central à CA SGPS da participação financeira na CA Seguros, medida racionalizadora que permite economia de fundos próprios ao nível da Caixa Central, e que concluiu o processo de passagem para a CA SGPS da totalidade das acções das seguradoras anteriormente detidas pela Caixa Central.

Tendo em vista o reforço dos Fundos Próprios da Caixa Central, foram emitidos 30 milhões de euros de dívida subordinada, de prazo indeterminado.

Actividade Seguradora

O ano de 2008 marcou o início da aplicação das NICs ao sector segurador nacional, tendo as duas seguradoras do Grupo, em conformidade, efectuado no exercício findo a conversão das suas contas para o novo enquadramento contabilístico.

Nos seguros de ramos reais, a **CA Seguros** foi distinguida como **Melhor Seguradora Não Vida no segmento de Pequenas e Médias Empresas**, em relação ao exercício de 2007, no estudo "500 Maiores & Melhores" empresas em Portugal, promovido pela revista Exame, pela Informa D&B e pela Deloitte.

Celebrou-se o 10º aniversário da **CA Vida**, mantendo-se a companhia no ranking das dez principais seguradoras vida do país.

Procedeu-se a um aumento de capital da CA Vida (de 4.500.000 euros elevando o capital para 15.000.000 euros) visando o reforço da margem de solvência da companhia.

Regime Jurídico

Por fim, mas sendo ponto da máxima relevância, e apesar de concluído já em 2009, refira-se que foi finalmente revisto o **Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo**.

4. Principais Indicadores do SICAM

Valores em milhares de euros, excepto percentagens

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Recursos de Clientes	9.157.713	9.612.507	454.794	5,0%
Crédito a Clientes (líquido)	7.119.497	7.945.259	825.762	11,6%
Total do Activo (líquido)	10.496.863	11.447.291	950.428	9,1%
Situação Líquida	873.589	979.121	105.532	12,1%
Margem Financeira	387.051	403.189	16.139	4,2%
Produto Bancário	486.193	512.953	26.760	5,5%
Resultado Líquido	113.330	121.140	7.810	6,9%
Cash Flow	170.590	186.112	15.522	9,1%
Rácio de Solvabilidade (Grupo)*	14,4%	13,2%		
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)**	13,9%	13,1%		
Rácio de Eficiência do SICAM	54,1%	55,5%		
Rácio de Transformação do SICAM	81,5%	87,1%		
Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias	3,5%	3,8%		
Rácio de Incumprimento Líquido***	-0,99%	-1,14%		
Rácio de cobertura do Crédito Vencido +90 dias por provisões	134,77%	136,04%		
Número de CCAM	100	92		
Número de Balcões CCAM	640	659		
Activo Líquido Médio por CCAM ****	102.500	116.924		
Número Médio de Balcões por CCAM	6,4	7,2		

* Em 2007 inclui os Resultados do Exercício. O valor de 2008 refere-se a Junho e foi calculado de acordo com Basileia II.

** Considerando a média dos valores extremos da Situação Líquida de cada exercício

*** Definido de acordo com a Instrução 16/2004 do Banco de Portugal

****Considerando a média dos valores extremos do Activo Líquido de cada exercício, excepto em 2007 em que foi considerado o saldo de final de exercício ajustado às NIC

Em 2008 os principais indicadores do SICAM ilustram uma evolução globalmente positiva da actividade bancária do Grupo apesar da conjuntura difícil em que se processou, em consequência da crise económica mundial e dos seus impactos nos mercados financeiros.

O Activo Líquido registou um crescimento de 9,1% atingindo um valor próximo dos 11,5 mil milhões de euros.

Os Depósitos de Clientes aumentaram 5% relativamente ao ano anterior, num contexto de grande competitividade motivado pela fraca liquidez do sector bancário.

O volume de Crédito Concedido líquido cresceu 10,5% traduzindo-se num significativo aumento do Rácio de Transformação de 81,5% em 2007 para 87,1% no final de 2008. Apesar deste aumento, o nível do rácio de transformação permite ainda ao SICAM manter uma confortável situação interbancária líquida, isto é, créditos líquidos sobre outros bancos – saldo positivo de 1.150 milhões de euros – que confere ao Grupo uma excepcional situação de liquidez no contexto do sistema bancário nacional.

A Situação Líquida do SICAM continua a evoluir positivamente, tendo aumentado 105.532 milhares de euros (12,1%), aproximando-se dos 1.000 milhões de euros, quer por via de aumentos de capital de algumas Caixas Associadas quer por via do Resultado do Exercício.

O Resultado Líquido em 2008 cifrou-se em 121.140 milhares de euros correspondendo a um acréscimo de 7.810 face ao valor obtido no exercício anterior (+6,9%).

O Activo Líquido médio por Caixa Associada aumentou de 102,5 milhões de euros para 116,9 milhões de euros quer por via do aumento da actividade quer em consequência da redução do número de Caixas Associadas de 100 para 92, resultante de processos de fusão. A abertura de 19 novos Balcões de CCAM e a redução do número destas, traduziu-se num aumento no número médio de Balcões por Caixa Associada de 6,4 para 7,2.

Para o conjunto do SICAM incluindo Caixa Central, o número de Balcões subiu de 644 em Dezembro de 2007 para 668 no fim de 2008 (+ 24 Balcões), sendo que a Caixa Central possui dois centros de empresa, para além dos Balcões convencionais.

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento Macroeconómico e Mercado Bancário

A actual conjuntura continua dominada pela crise financeira – que se agudizou enormemente, como se sabe, com a falência do banco de investimento americano Lehman Brothers em Setembro último – e pelas suas inevitáveis e profundas repercussões na actividade económica, que desde há alguns meses se manifestam com grande intensidade.

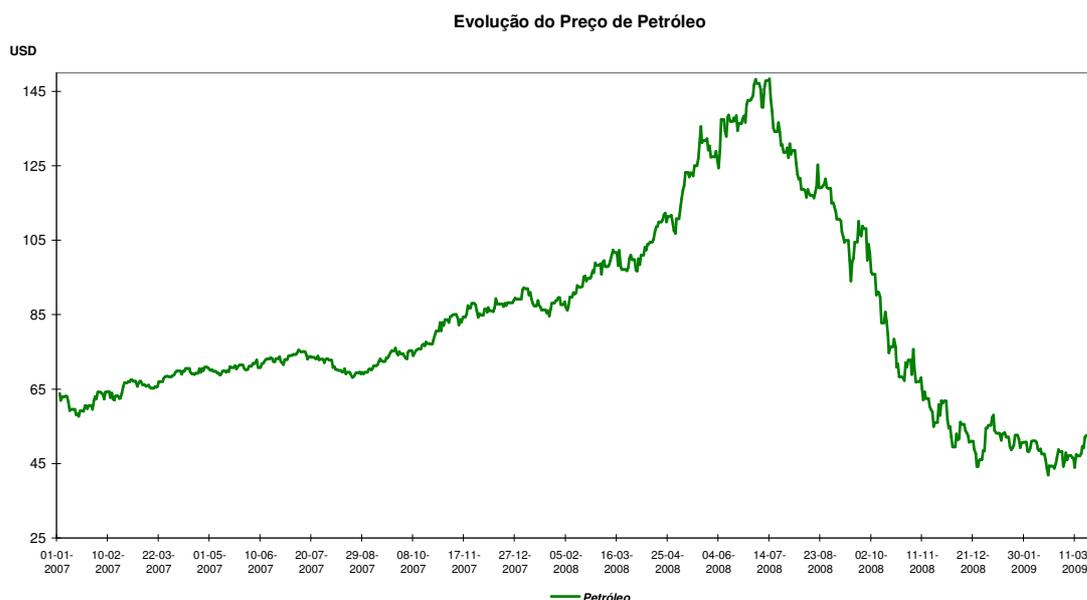
A crise já fez sentir, de modo particularmente vincado, os seus efeitos sobre a actividade económica em 2008, sobretudo na parte final do ano. Assim, e revendo as suas projecções de Outubro passado – que reconhecidamente continham grande margem de incerteza –, o FMI estimava em Abril um crescimento para a economia mundial em 2008 à volta de 3,2%, contra 3,9% anteriormente. Esta baixa decorre do menor crescimento das economias desenvolvidas, que no seu conjunto se terão expandido em apenas 0,9% – face a níveis de crescimento superiores a 2,5% no triénio anterior – e também da desaceleração das economias emergentes, em especial China e Índia.

A crise económica tem-se intensificado nos últimos meses com rapidez preocupante, prevendo-se para a generalidade das economias mais avançadas uma recessão relativamente profunda em 2009, sendo ainda incertas as perspectivas para 2010. A evolução na parte final de 2008 já fora, aliás, bastante negativa. Na Zona Euro, o decréscimo homólogo do produto no 4º trimestre foi de 1,5%, com -2,6% para a Itália, -1,6% para a Alemanha, -1% para a França e -0,7% para a Espanha, país que se debate com o colapso do seu sector imobiliário. Ainda na UE, e fora da Zona Euro, registe-se a quebra do Reino Unido (-1,8%).

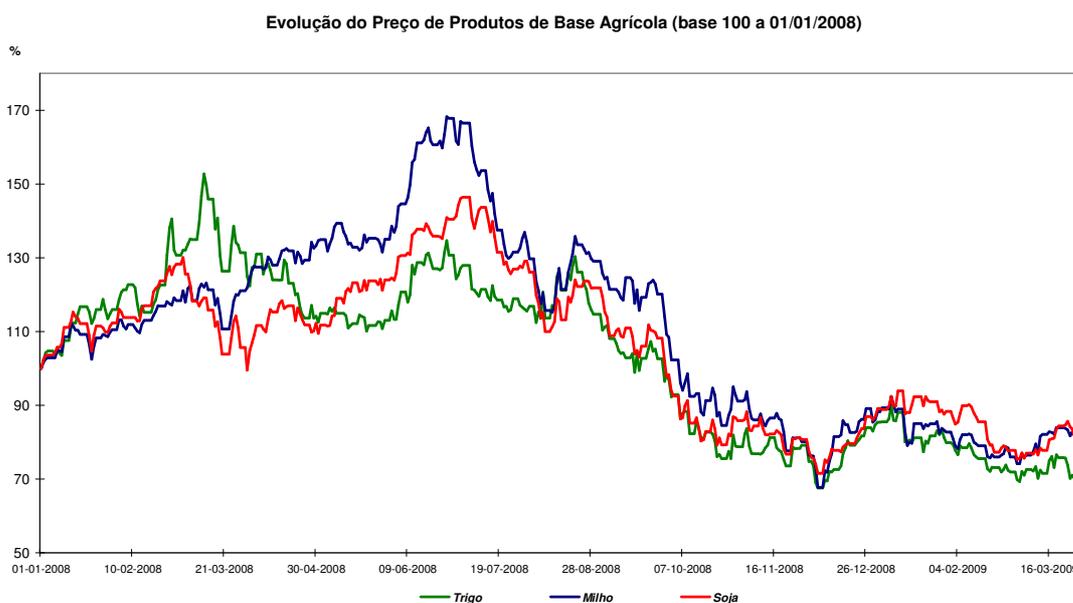
Em 2009, o produto deverá diminuir em 2,8% nos E.U.A., na Zona Euro 4,2%, no Japão 6,2%! No âmbito da Zona Euro, a maior quebra ocorrerá na Alemanha (-5,6%), em virtude da sua dependência da procura externa, prevendo-se para os restantes principais países decréscimos de 4,4% na Itália, de 3,0% na França e de 3,0% na Espanha.

Assim, o FMI prevê para a economia mundial uma contracção em 2009 na ordem de 1,3%, retracção brutal sobretudo quando comparada com os ritmos de crescimento rondando os 5% que se verificaram nos três últimos anos (2005-2007).

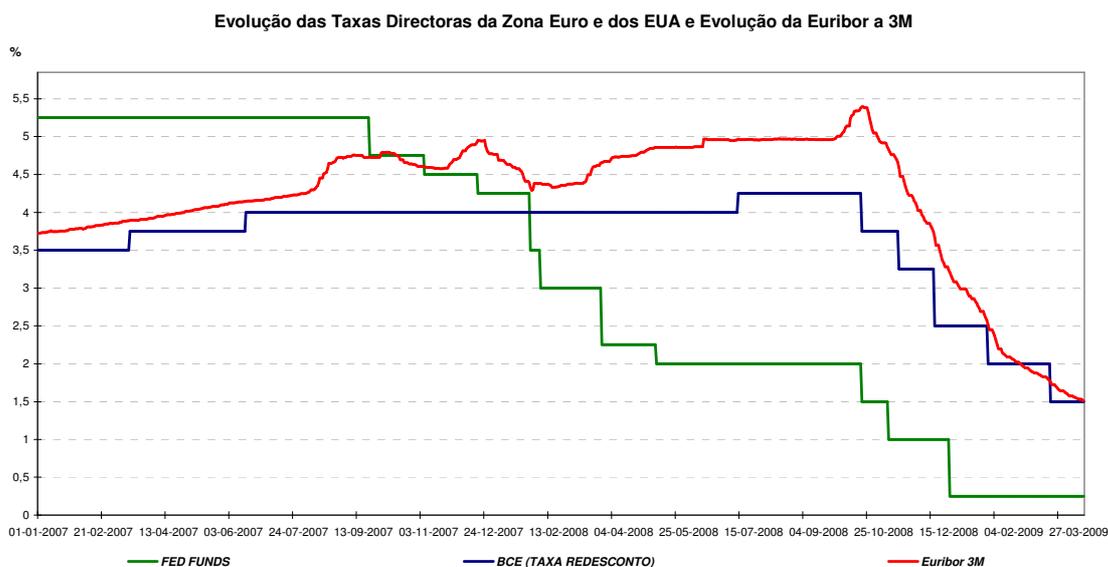
A desaceleração do crescimento económico está a originar, naturalmente, em muitos países um aumento da taxa de desemprego – que na vizinha Espanha já chegou a 17%, afectando 4 milhões de pessoas – o agravamento nas condições de vida e maiores tensões sociais, ao mesmo tempo que as condições de exploração de muitas empresas se deterioraram, com reflexos na sua saúde financeira, factores que, conjuntamente, tendem a agravar os níveis de incumprimento do crédito bancário.



Em contrapartida, porém, as tensões inflacionistas que começavam a manifestar-se com alguma intensidade em resultado da subida do preço do petróleo – que chegou a rondar os 150 USD por barril entre Junho e Julho passados – e de outros materiais básicos, incluindo produtos alimentares, esbateram-se nos últimos meses com a queda da procura que a retracção económica induziu, e com as perspectivas macroeconómicas desfavoráveis. O preço do petróleo recuou assim para níveis entre 45 e 50 dólares por barril. Surgiu mesmo, em vez da inflação, o receio de que as economias mergulhassem num período de deflação, o que criaria condições muito complexas e seria um factor susceptível de prolongar a actual recessão.



A inflexão das tensões inflacionistas proporcionou margem de manobra às autoridades monetárias para alterarem o sentido da sua política, a qual numa certa altura se mostrava condicionada pelo receio do recrudescimento da inflação, o que, no caso da Zona Euro, levou mesmo o BCE em Julho a elevar a sua taxa de referência para 4,25% (do nível de 4% em que se encontrava anteriormente). Assim, o BCE, à semelhança dos bancos centrais de outros países, e após idênticas medidas da Reserva Federal logo no início da crise de liquidez, desceu em Setembro a sua taxa de referência para 3,75%, ao mesmo tempo que reforçou as suas intervenções no mercado, através de novas e volumosas injeções de liquidez, e decidiu ainda facilitar o acesso a financiamentos de curto prazo por parte das instituições financeiras. Estas medidas, juntamente com todo o “pacote” de apoio ao sector bancário decidido e adoptado em numerosos países, pelos governos e bancos centrais, levaram, finalmente, em meados de Outubro, a uma certa diminuição nas taxas do mercado interbancário – as taxas Euribor na Zona Euro – diluindo-se a rigidez que até aí tinham evidenciado a qualquer descida.



Entretanto, as autoridades monetárias prosseguiram a revisão em baixa das suas taxas de referência que nesta altura se situam numa banda de 0 a 0,25% nos EUA (o que significa, na prática, uma taxa de 0%), em 0,5% no Reino Unido (o nível mais baixo nos mais de 300 anos de história do Banco de Inglaterra) e em 1,25% na Zona Euro, sendo porém grande a expectativa de que o BCE volte a baixar a sua taxa directora para apenas 1,0% já em Maio. Aliás, as taxas “overnight” na zona Euro já rondam esse nível. Espera-se igualmente que o BCE anuncie, após a reunião de Maio, algumas medidas de política não “standard”, na linha do que já fizeram, desde há bastantes meses, os bancos centrais dos E.U.A., do Reino Unido e de outros países, conduzindo directamente a uma expansão da massa monetária.

Para além das medidas na esfera monetária e bancária, os governos decidiram igualmente adoptar medidas de estímulo fiscal à economia, visando amortecer o efeito da quebra da procura global e relançar a actividade produtiva, as quais, somadas à necessidade de apoio directo a algumas instituições financeiras, vão levar a um agravamento sem precedentes dos défices das contas públicas em diversos países, défices que nos casos mais graves vão ultrapassar os 10% do PIB.

Refira-se que, neste ambiente macroeconómico fortemente deprimido e com as principais economias a entrarem em recessão, situação agravada pelas necessidades de liquidez de alguns operadores dos mercados financeiros, as principais bolsas mundiais, e também a portuguesa, registaram em 2008 perdas muito importantes, de proporções históricas quase inimagináveis, sobretudo desde Junho, embora tendo registado alguma recuperação no corrente ano.

Neste ambiente que é já de severa recessão económica a nível internacional, e que é acompanhado por uma forte quebra, da ordem de 9%, no comércio mundial de mercadorias – que ainda há dois anos crescia a taxas de mais de 7% –, o crescimento da economia portuguesa em 2008 foi praticamente nulo, devido à forte quebra nas exportações – que sustentaram a evolução da actividade económica em 2006 e 2007 – e do investimento. Na verdade, apesar do elevado endividamento dos particulares, foi o consumo privado a única componente do PIB em que, no ano findo, se observou um acréscimo (de 1,7%). No último trimestre de 2008 a economia nacional recuou 2,1% em termos homólogos, o que constituiu a segunda quebra mais expressiva na Zona Euro, logo após a Itália. Prevê-se, aliás, que a economia portuguesa venha a registar um decréscimo absoluto de 3,5% em 2009, dada a quebra das exportações de 14,2%, e do investimento – a baixar 14,4% –, que se sobreporão a uma descida do próprio consumo privado (-0,9%). O decréscimo do PIB pode, aliás, ser mais acentuado pois as exportações podem vir a cair ainda mais que o previsto.

Apesar do comportamento negativo da economia portuguesa em 2008, os números disponíveis para o emprego denotam, para esse ano, uma redução da taxa de desemprego comparativamente a 2007 (7,6% contra 8%). Para 2009, porém, prevê-se um agravamento, que poderá fazer subir a taxa para 10%, correspondendo a 500.000 pessoas. Para já, a este respeito, o mês de Março de 2009 foi o mais negativo dos últimos 30 anos.

A contracção da economia e o aumento do desemprego tenderão a agravar o défice público (menos receitas fiscais e maiores custos com subsídios de desemprego), o qual será adicionalmente onerado pelo impacto do estímulo fiscal para o relançamento da actividade. Estima-se assim que o défice, em 2009, atinja 3,9% do PIB, o mesmo nível que registara em 2006, depois de se ter contraído em 2008 para 2,2%, mas é de rezear que o nível efectivo do défice venha a exceder amplamente essa estimativa.

No tocante à inflação, também em Portugal o movimento de subida dos preços a que se assistia nos primeiros meses do ano inverteu-se no segundo semestre, em paralelo com a descida do preço do petróleo e de outros produtos de base, de tal modo que o nível médio de inflação em 2008 foi sensivelmente da mesma ordem de grandeza do registado em 2007 (2,5%). O nível corrente de inflação é já significativamente mais baixo, perspectivando-se que a evolução dos preços do consumidor em 2009 seja mesmo negativa (descida de

0,2%), sem que todavia tal configure um cenário de deflação. Com efeito, parte da descida dos preços é explicável por “efeito de base”, ou seja, pela subida na parte inicial de 2008.

Perante o enquadramento macroeconómico e monetário descrito e as condições enfrentadas pelas principais instituições bancárias, a esperada contenção do crédito no sistema bancário nacional incidiu sobretudo no segmento de particulares. Tal ocorreu quer no crédito à habitação, que em Julho de 2008 evidenciava um crescimento, em termos homólogos, de apenas 6,7%, e já em Janeiro de 2009, de apenas 3,8% – os ritmos mais baixos de todos os últimos anos –, quer no crédito pessoal, onde se inclui o crédito ao consumo, cuja taxa de expansão também se reduziu (de 11,3% em Dezembro de 2007 para 9,7% em Julho de 2008 e apenas 4,3% em Janeiro último).

No crédito a empresas notava-se também em Janeiro uma certa desaceleração, com um crescimento de 9,3% contra 12,2% em Julho de 2008. Tal decorre, naturalmente, do resultado conjugado de menor procura – as empresas, em conjuntura de crise, tendem a adiar despesas e a cortar custos – e de maior contenção e selectividade por parte das próprias instituições.

Evolução dos Agregados de Crédito

Variação homóloga em % (*)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	Dez	Dez	Dez	Dez	Julho	Jan
Crédito a Empresas (**)	2,5	5,0	7,1	11,2	12,2	9,3
Crédito à Habitação	10,5	11,1	9,9	8,5	6,7	3,8
Crédito pessoal (Consumo,...)	4,4	4,5	10,1	11,3	9,7	4,3

(*) Com base nos saldos médios ajustados de operações de titularização

(**) Sociedades não financeiras

Fonte: Banco de Portugal, *Indicadores de Conjuntura*, Mar/2009

Face ao nível elevado a que se situaram as taxas interbancárias (Euribor), as taxas de juro médias, quer dos depósitos quer dos diferentes segmentos de crédito, atingiram também, no primeiro semestre de 2008, os níveis mais elevados de todos os últimos anos, prosseguindo em alta até final do ano, a despeito da descida da taxa de referência do BCE,

de 4,25% em Julho para 2,5% em Dezembro, e da própria descida da Euribor a partir de Outubro.

É de notar, em particular, que a remuneração média dos depósitos até 2 anos no sistema bancário português – incluindo não só depósitos a prazo, mas também os depósitos à ordem e contas de poupança – se situava, em Julho de 2008, em 3,83% e em 3,71% em Janeiro último, quando a remuneração destes depósitos ainda em Dezembro de 2005 era de apenas 2,06%. Para além do efeito da subida da Euribor, que agiu durante boa parte de 2008, é manifesto que a remuneração destes depósitos incorpora o efeito da forte concorrência pelos recursos que tem caracterizado o mercado bancário nos últimos tempos, envolvendo, como é bem conhecido, a oferta de taxas acima da Euribor por parte de algumas instituições, na captação de depósitos a prazo e por vezes até em depósitos à ordem. Com efeito, a taxa média dos depósitos continuou a subir nos últimos três meses de 2008, apesar da descida da Euribor. Naturalmente, verificou-se também um aumento na taxa média dos diferentes segmentos do crédito, processo que se inverteu nos últimos meses, face à descida da Euribor, induzida pelas novas baixas da taxa de referência do BCE, que em Março se fixou em 1,25% e que naturalmente afecta a estrutura temporal das taxas formadas no mercado, com implicações no custo dos recursos e nas taxas do crédito, pressionando a margem financeira das instituições. Com efeito, as taxas de juro de muitos empréstimos estão indexadas à Euribor, o que na presente conjuntura as arrasta para níveis muito baixos.

Nível de Taxas de Juro Médias No Sistema Bancário

	2004 Dez	2005 Dez	2006 Dez	2007 Dez	2008 Julho	2009 Jan	Δ pp Dez07–Jan09
Depósitos até 2 anos	2,04	2,06	2,72	3,58	3,83	3,71	+0,13
Crédito a empresas (*)	4,31	4,41	5,39	6,15	6,41	5,71	-0,44
Crédito à habitação	3,78	3,73	4,79	5,51	5,71	5,55	+0,04
Crédito pessoal (Consumo...)	7,60	7,68	8,07	8,75	9,07	8,96	+0,21

(*) Sociedades não financeiras

Fonte: Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura, Mar/2009

III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Evolução da Actividade nas Principais Áreas

1.1. Função Risco no Grupo Crédito Agrícola

A eficiência e a rentabilidade de uma instituição financeira dependem objectivamente de um rigoroso controlo dos riscos, no que assenta também a sua solidez financeira.

Neste sentido, o Grupo Crédito Agrícola continuou a dar elevada prioridade ao projecto de "Transformação da Função Risco", desenvolvido à luz das melhores práticas organizacionais neste domínio e enquadrado no cumprimento dos requisitos regulamentares de Basileia II.

O risco de crédito que se encontra associado à possibilidade de incumprimento efectivo e/ou à degradação da qualidade da contraparte em operações de crédito, constitui o risco mais relevante da actividade de qualquer instituição financeira. O programa de "Transformação da Função Risco" é constituído, em matéria de avaliação da exposição a este risco, por diversas iniciativas de diferente disciplinaridade e amplitude, mas formando um todo coerente entre si.

Construído numa óptica plurianual, o programa iniciado em 2006 visa ainda assegurar o *compliance* do Grupo com os novos desafios da regulamentação para o sector financeiro. Os diversos projectos que se desenvolveram ao longo de 2008, exigiram uma forte articulação com a vertente tecnológica e o desenvolvimento de competências internas específicas, sendo de destacar os seguintes:

- **Solução de propostas e *credit scoring***: Pretende criar um fluxo de trabalho padronizado para os processos de concessão de crédito a particulares e pequenos negócios, associado a um modelo de *credit scoring* por segmento, onde se salienta o crédito ao consumo, o crédito a ENI's (na vertente de tesouraria e na vertente de investimento) , o crédito à habitação e o relativo a cartões de crédito;
- **Backtesting dos modelos analíticos internos (*scoring*)**: No sentido de aferir periodicamente a qualidade preditiva dos modelos de *scoring*, com o objectivo de ajustar e melhorar a sua qualidade tendo em vista a correcta avaliação do risco de crédito, estruturaram-se as bases e parametrizaram-se as condições para o *backtesting* necessário à calibração e manutenção dos diferentes modelos;

- **Central de balanços**: Visa a implementação de uma aplicação que materializa num único repositório de dados a informação financeira dos clientes do SICAM. Desta forma, será possível assegurar a consistência da informação e a sua integração com outras aplicações, designadamente *workflow* de propostas de crédito, sistemas de alertas de risco, imparidade, modelo de rating, entre outros;
- **Ferramenta de gestão de garantias (recebidas)**: Pretende definir um novo processo de registo de todas as garantias recebidas subjacentes às operações de crédito do Grupo e que assegure a sua adequada caracterização e avaliação. A informação a disponibilizar por esta ferramenta é necessária, entre outros aspectos, para o correcto cálculo do rácio de solvabilidade segundo as regras de Basileia II;
- **Rating empírico**: Ferramenta de apoio à decisão nos processos de concessão de crédito a clientes “empresa”, com base em critérios quantitativos e qualitativos, através dos quais se pretende avaliar o perfil de risco de cada cliente deste segmento de negócio, não só com base na sua evolução económico-financeira e no histórico do seu relacionamento com o CA, mas sobretudo reflectindo em torno do sector de actividade em que se insere e das características do negócio e, ainda, das competências de gestão de que dispõe;

Repositório de informação de risco: Criação de um repositório de dados (*datamart*) adequado às necessidades da Função Risco do Grupo, designadamente ao especificado por Basileia II;

- **Desenvolvimento do *Standard Approach***: Para preparar o Grupo Crédito Agrícola para o cálculo dos requisitos de capital a nível consolidado e individual, de acordo com os requisitos da metodologia *standard* de Basileia II na vertente do risco de crédito (e de mercado), concluiu-se o estudo e a definição dos suportes, dos meios e da informação necessários ao processo de cálculo;
- **Departamento de *Compliance***: Procedeu-se à implementação do Departamento responsável pela gestão do risco de *compliance* na Caixa Central, dando resposta às orientações contidas no Aviso 3/2006 do B.P. e às recomendações do Comité de Basileia e do CEBS. Projecta-se para 2009 o desenvolvimento desta função a áreas piloto para posterior extensão a todas as Caixas do SICAM;

- **Sistema de controlo interno**: Visando dar resposta a requisitos regulamentares, nomeadamente aos desafios e exigências inerentes ao Aviso 5/2008, iniciou-se o processo de desenvolvimento, sistematização e formalização do sistema de controlo interno na Caixa Central, nomeadamente no que se refere à gestão dos riscos inerentes à sua actividade;
- **Testes de esforço**: Com o objectivo de dar resposta ao previsto na Instrução 18/2007 do B.P., sistematizou-se o processo de *stress testing* em base consolidada. A obrigatoriedade de reporte exigiu a elaboração de análises de sensibilidade e de cenários, actividade que se tornará recorrente e que, por este motivo, no decurso de 2009 se admite integrar no modelo de avaliação de riscos e de determinação do capital económico do Grupo (ICAAP);
- **Base de dados de grupos económicos**: Visa dotar o Grupo Crédito Agrícola dos requisitos para a construção de uma ferramenta/base de dados que permita criar e manter actualizada as ligações jurídicas e/ou de risco existentes entre os diversos clientes;
- **Concepção da *framework* do ICAPP**: Pretendendo-se dar resposta ao previsto na Instrução 15/2007 do B.P., cujo primeiro reporte deverá ocorrer até 30 de Junho de 2009, concebeu-se o processo de auto-avaliação da adequação do capital interno, designado por ICAAP. Numa primeira fase projectou-se o modelo de governação, analisaram-se os *gaps* de informação e definiram-se os métodos de cálculo aplicáveis ao Grupo Crédito Agrícola;
- **Modelo de Imparidade**: Resultante da necessidade de desenvolver uma metodologia e um processo recorrente de apuramento das perdas por imparidade subordinado à Norma Internacional de Contabilidade 39, constituindo parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, implementou-se, no segundo semestre de 2008, o novo **Módulo de Análise Individual de Imparidade (MOAI)** que permitiu agilizar o processo de avaliação económica da carteira e acompanhamento de crédito na componente de análise individual, maximizando a disponibilização de informação relevante, minimizando o esforço dos analistas e sistematizando o conhecimento específico dos clientes numa plataforma informática exclusiva para o efeito;

- **Normas e regulamentos**: Prosseguiu a actualização do edifício normativo da Caixa Central no que se refere à gestão do risco de crédito em resultado das políticas, processos e procedimentos implementados e que decorrem do Manual de Risco de Crédito que constitui o referencial neste domínio. Pretende-se, deste modo, alcançar uma padronização e homogeneidade de comportamentos e práticas.

1.2. Actividade Comercial

Em 2008, a captação de recursos foi condicionada, por um lado, pela actual conjuntura económica, que se caracteriza como pouco propícia à constituição de poupanças e, por outro, pela agressividade comercial que outras instituições financeiras têm evidenciado e que se manifesta no nível das taxas de remuneração oferecidas.

No domínio do crédito, como se comenta mais adiante, registou-se um maior crescimento, em resultado da margem de expansão de que as Caixas desfrutam para esta vertente da actividade, embora na presente conjuntura seja de privilegiar a consolidação e gestão da carteira numa óptica de redução e contenção de riscos.

No ano de 2008 a actividade comercial do SICAM foi marcada pelos seguintes aspectos:

- A expansão da Rede de Balcões do SICAM que passou de 647 Balcões em 2007 para 670 em 2008, incluindo 2 centros de empresas da Caixa Central;
- O aumento da notoriedade do Grupo CA e a excelente adesão às diversas campanhas divulgadas;
- A dinamização da comercialização dos produtos de intermediação, como forma de compensar o esmagamento da margem financeira relativa aos produtos tradicionais, pelas comissões que lhe estão associadas;
- A aposta na captação de negócio através do *Partnership Banking* com aumento do número de protocolos firmados com "angariadores de negócio";
- A adopção de iniciativas visando uma maior vinculação dos clientes preferenciais e a fidelização de novos clientes.

Perante estas condicionantes e iniciativas, a actividade comercial do SICAM está, em grandes números, espelhada nos seguintes indicadores:

Valores em milhares de euros

BALANÇO DO SICAM	2007	2007	2008	Δ NIC	
	NCA	NIC Pro-Forma	NIC	Abs.	%
ACTIVO (LÍQUIDO)	10.565.607	10.496.863	11.447.291	950.428	9,1%
do qual Crédito a Clientes (líquido)	7.188.241	7.119.497	7.945.259	825.762	11,6%
do qual Aplicações em I.C.'s (líquido)	1.086.328	1.086.328	1.429.489	343.161	31,6%
PASSIVO	9.692.018	9.623.274	10.468.170	844.896	8,8%
do qual Recursos de Clientes	9.157.713	9.157.713	9.612.507	454.794	5,0%
SITUAÇÃO LÍQUIDA	873.589	873.589	979.121	105.532	12,1%

Face aos diferentes critérios contabilísticos com que foram encerradas as contas de 2007 (NCA – Normas Internacionais de Contabilidade Ajustadas) e 2008 (NIC - Normas Internacionais de Contabilidade), procedeu-se a um ajustamento das contas de 2007 às NIC com base nas quais foi efectuada a análise comparativa subsequente.

O activo líquido consolidado do SICAM ultrapassou largamente os 11 mil milhões de euros, observando-se um crescimento de 9,1% em relação ao valor homólogo de 2007.

Para este crescimento, o crédito a clientes bruto contribuiu com uma expansão de 905 milhões de euros e 826 milhões de euros em termos líquidos, ou seja, 12,1% e 11,6% respectivamente. Apesar das Aplicações em Instituições de Crédito terem tido uma taxa de crescimento muito superior à do Crédito a Clientes, esta última rubrica continua a manter a sua importância na estrutura do activo, representando 69,4% do activo líquido.

No passivo, mantém-se o peso dominante – 91,8% do total – dos recursos de clientes (9.613 milhões de euros), continuando a ser diminuta a parte relativa a recursos de outras instituições de crédito (4,7%). Registe-se, no entanto, o aumento do seu peso relativo face ao período homólogo do ano anterior (0,1%), em resultado da realização de operações de "repo" por parte da Caixa Central, no âmbito de uma gestão dinâmica da tesouraria.

A evolução da situação líquida do SICAM mantém-se favorável, sendo de registar uma variação positiva de cerca de 105,5 milhões de euros em relação a 2007 (+12,1%), atingindo os quase 1.000 milhões de euros.

Por outro lado, e ao contrário do que vem acontecendo desde 2003, em 2008 a taxa de crescimento do crédito a clientes (12,1%) foi superior à verificada nos recursos de clientes (5%), o que conduziu a um aumento no rácio de transformação, de 81,5% em 2007 para 87,1% em 2008.

Valores em milhões de euros, excepto %

	2006	2007	2008	Δ Abs. 08/07	Δ% 08-Jul
Recursos de Clientes	8.663	9.158	9.613	455	5,0%
Crédito a Clientes	7.394	7.467	8.373	905	12,1%
Rácio de Transformação (%)	85,4%	81,5%	87,1%	-	5,6 p.p.

No entanto, se excluíssemos as aplicações em papel comercial, o crédito a clientes apresentaria um crescimento de 8,7% e o rácio de transformação teria uma evolução menos acentuada (79% em 2007 versus 81,8% em 2008).

Como o valor dos depósitos continua a exceder largamente o do crédito, o SICAM continua a manter uma forte liquidez no seu balanço, bem evidenciada na sua posição interbancária credora no final do exercício de 2008 (cerca de 1.149 milhões de euros, excluindo disponibilidades em bancos centrais).

Refira-se que a evolução positiva, quer do crédito quer dos recursos do SICAM, resultou da intensa actividade comercial das Caixas Agrícolas e da Caixa Central, associada a uma maior notoriedade do Grupo Crédito Agrícola.

1.2.1. Depósitos e Outros Recursos

Apesar da menor capacidade dos particulares para a constituição de poupanças, e da intensificação da concorrência interbancária na área da captação de recursos, com algumas instituições, em resultado da sua situação de liquidez, a oferecerem, por sistema, níveis de remuneração elevados a fim de diminuir a dependência do mercado de capitais, é de destacar que os Depósitos a Prazo e de Poupança de clientes do SICAM registaram em 2008 um crescimento assinalável de 5%, ou seja, elevaram-se de 9.158 milhões de euros em 2007 para 9.613 milhões de euros em 2008.

Valores em milhares de euros, excepto %

Depósitos de Clientes do SICAM	2007	2008	Δ Abs.	Δ%
Depósitos à Ordem	2.426.202	2.414.792	-11.410	-0,5%
Depósitos a Prazo e Poupanças	6.677.029	7.134.414	457.385	6,9%
Encargos a pagar líquidos	54.482	63.301	8.819	16,2%
Recursos no Balanço	9.157.713	9.612.507	454.794	5,0%

Refira-se ainda que o ritmo de expansão dos Depósitos a Prazo e de Poupança foi muito superior ao dos Depósitos à Ordem, que até se reduziram, o que naturalmente reflecte a reacção dos clientes à subida do nível médio das taxas de juro, que se verificou durante a maior parte do ano, e que acompanha a evolução em sentido idêntico verificada no mercado no seu todo. Acrescente-se que esta evolução positiva, verificada quer na Caixa Central quer nas Caixas Agrícolas, evidencia um grande esforço na captação de recursos por parte do SICAM.

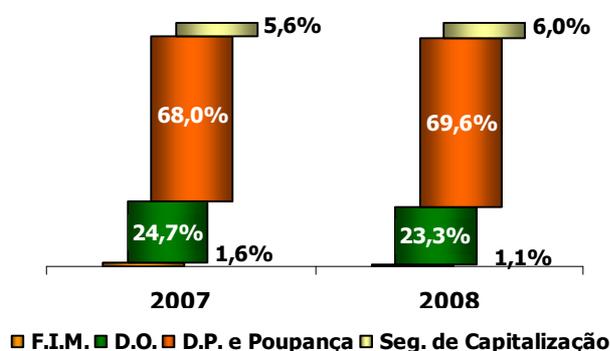
Valores em milhares de euros, excepto %

	2007	2008	Δ Abs.	Δ%
Fundos de Investimento	161.122	111.403	-49.720	-30,9%
Seguros de Capitalização (*)	549.360	619.490	70.130	12,8%
Recursos fora do Balanço	710.482	730.892	20.410	2,9%

(*) Valor total da carteira. Os prémios brutos emitidos foram de 123.634 e de 110.423 milhares de euros em 2007 e 2008, respectivamente.

Relativamente aos recursos fora do balanço, apesar da concorrência dos depósitos a prazo tradicionais e do desfavor junto dos aforradores em que, durante parte do ano, os fundos de investimento e seguros de capitalização se encontraram, que afectaram, no caso destes últimos, o crescimento dos prémios, ainda se verificou uma evolução positiva na carteira destes recursos. A estrutura de recursos (dentro e fora do balanço) sofreu apenas ligeiras alterações.

Estrutura de Recursos



1.2.2. Evolução do Crédito

Evolução do crédito por tipo de operação

	Valores em milhões de euros, excepto %				
	2006	2007	2008	Δ Abs.	Δ %
Crédito à Habitação	1.808	1.907	2.078	172	9,0%
Contas Correntes Caucionadas	608	606	673	67	11,0%
Descontos Comerciais	120	103	107	3	3,3%
Leasing	113	129	148	19	14,6%
Cartões de Crédito	32	36	41	5	12,6%
Descobertos	30	27	43	16	59,2%
Operações com o Estrangeiro	27	10	10	0	5,1%
Papel Comercial	373	235	511	276	117,4%
Contratos de Financiamentos	4.244	4.377	4.726	348	8,0%
Rendimentos a receber (líq.)	49	51	56	5	9,1%
Receitas com rendimento diferido (líq.)	-9	-15	-20	-5	35,2%
Crédito a Clientes (1)	7.394	7.467	8.373	905	12,1%
Compromissos perante terceiros (2)	957	1.065	1.100	35	3,3%
dos quais linhas de crédito irrevogáveis	571	591	645	54	9,1%
dos quais linhas de crédito revogáveis	355	438	411	-27	-6,1%
Garantias Prestadas (3)	314	350	315	-34	-9,9%
Subtotal (2+3)	1.270	1.414	1.415	1	0,1%
Total (1+2+3)	8.665	8.882	9.788	906	10,2%

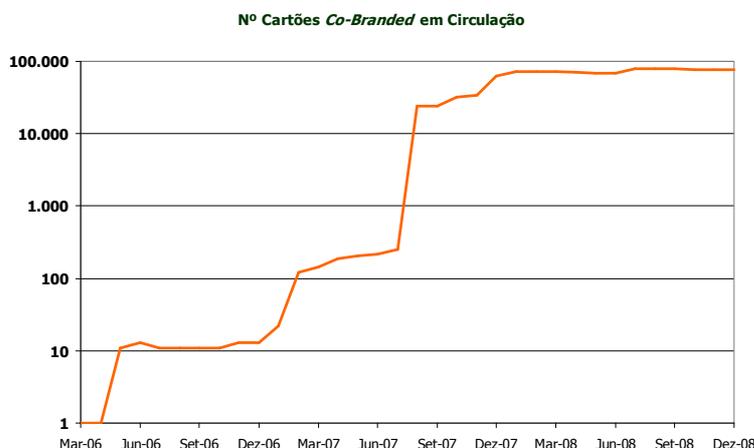
Em 2008, a actividade creditícia registou um acréscimo de 12,1% face ao período homólogo anterior, sendo as aplicações em papel comercial (que registaram um crescimento de 117,4%) a rubrica que mais contribuiu para esta variação. Se esta não fosse considerada, teríamos um acréscimo menos acentuado, mas ainda bastante considerável, de 8,7%.

Este acréscimo decorreu da intensa actividade comercial das Caixas Agrícolas e da Caixa Central que registaram um aumento de cerca de 695 milhões e 211 milhões de euros, respectivamente.

Na evolução do crédito por tipologia de operações é de destacar o seguinte:

O **crédito à habitação**, apesar de ter diminuído ligeiramente o seu peso na estrutura do crédito a clientes do SICAM (24,8% do total em 2008 contra 25,5% em 2007), cresceu a um ritmo muito superior ao evidenciado pelo sector bancário no seu conjunto (9,0% *versus* 4,3%). Esta evolução foi fruto da política levada a cabo de forte colocação deste produto e da grande adesão à campanha multimédia divulgada.

No que respeita ao crédito concedido por via dos **cartões** verificou-se uma evolução muito



favorável, destacando-se o excelente acolhimento dos cartões *Co-Branded* que permitiu que o Crédito Agrícola mantivesse o 3º lugar no ranking das Instituições Financeiras a operar no negócio de cartões desta natureza, quer ao nível de parcerias, quer a nível de cartões emitidos.

Tal como já vem sucedendo nos anteriores, a **locação financeira** continuou a ter uma boa aceitação por parte dos clientes do Crédito Agrícola, sendo de destacar que mais de **90%** das Caixas Associadas intervieram na celebração de contratos de locação financeira destinados aos seus clientes.

Em Dezembro de 2008, a carteira global de crédito em locação financeira ascendia a 147,7 milhões de euros, o que revela um crescimento de 14,6% em relação a 2007.

Numa análise ao tipo de bem locado, é de realçar o aumento de quase 42% na carteira de leasing para viaturas, passando a representar cerca de 32% no valor global da carteira, um aumento de 6 p.p. em relação 2007.

Relativamente aos **Compromissos perante Terceiros**, assistiu-se a um acréscimo de 3,3% face ao exercício de 2007 devido essencialmente à evolução dos compromissos irrevogáveis que aumentaram cerca de 54 milhões de euros.

No que concerne às **Garantias Prestadas**, e contrariamente ao verificado em 2007, verificou-se uma diminuição no seu valor global de 9,9%, consequência, essencialmente, do menor dinamismo registado no sector da Construção e Obras Públicas (sector cuja actividade se desenvolve apoiada em Garantias Bancárias) a que acresce ainda um maior rigor na concessão deste tipo de apoios.

Refira-se ainda que mais de metade do crédito concedido pela Caixa Central é angariado pela rede de Balcões do Crédito Agrícola e efectuado ao abrigo do **Contrato de Agência**.

À imagem do ano anterior, o crédito agenciado voltou a registar nova quebra – de 12,5% – diminuindo a sua importância na carteira da Caixa Central (8,6% em 2007 e 6,7% em 2008).

Valores em milhares de euros, excepto %

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGENCIADO	2007	2008	Variação	
			Absoluta	%
Crédito à habitação	247.756	219.958	-27.798	-11,2%
Cartões de crédito	20.962	23.782	2.820	13,5%
Descontos comerciais	2.479	1.529	-950	-38,3%
Contas correntes caucionadas	35.854	25.599	-10.255	-28,6%
Financiamentos	222.930	177.337	-45.593	-20,5%
Leasing	108.256	111.121	2.865	2,6%
Operações com o estrangeiro	3.088	2.065	-1.023	-33,1%
TOTAL	641.325	561.390	-79.934	-12,5%

À excepção do leasing e dos cartões de crédito, todas as restantes tipologias de crédito agenciado registaram reduções, destacando-se em termos absolutos os financiamentos e o crédito à habitação, com variações negativas de 20,5% e 11,2%, respectivamente.

Esta evolução é justificada pelo aumento da capacidade de concessão de crédito por parte das Caixas Associadas, como consequência do aumento dos seus fundos próprios, do maior volume de recursos captados e pelo número crescente de Caixas autorizadas pelo Banco de Portugal a ampliar o âmbito da sua actividade. Terá contribuído no entanto também para esta retracção do crédito agenciado o esgotamento do modelo de comissionamento das Caixas em vigor, entretanto já substituído.

1.2.2.1. Qualidade da Carteira de Crédito

Valores em milhares de euros, excepto %

	2007	2008	Δ 07/08
1 - Crédito sobre clientes bruto	7.467.441	8.372.736	12,1%
1.1. Crédito não vencido	7.139.301	7.979.956	11,8%
do qual crédito cobrança duvidosa *	19.044	22.341	17,3%
1.2. Crédito e Juros Vencidos	291.466	356.621	22,4%
do qual vencido a menos de 90 dias	33.288	42.386	27,3%
do qual vencido a mais de 90 dias	258.178	314.235	21,7%
Crédito Vencido/Crédito Total	3,9%	4,3%	
Crédito Vencido a mais 90 dias/Crédito Total	3,5%	3,8%	
1.3. Rendimentos a receber	51.447	56.132	9,1%
1.3. Receitas com rendimento diferido (líq.)	-14.773	-19.974	-35,2%
2 - Provisões totais para Crédito (por imparidade) **	347.943	427.476	22,9%
3 - Crédito Líquido (1-2) **	7.119.498	7.945.259	11,6%

* Reclassificado como vencido ao abrigo da alínea a) do ponto 1 do nº4 do Aviso 3/95

** Valores de 2007 ajustados às NICs

Fruto da desaceleração da economia, e pese embora as políticas mais rigorosas adoptadas na concessão de crédito, a gestão mais apertada da carteira e o esforço acrescido de recuperação, o SICAM assistiu, à semelhança da generalidade do sistema financeiro, a uma deterioração dos indicadores de qualidade do crédito.

Efectivamente, as dificuldades de cumprimento sentidas quer pelas empresas quer pelas famílias, conduziram a um aumento do crédito mal parado, bem espelhado através do agravamento do rácio de crédito vencido relativamente ao crédito total, que evoluiu de 3,9% em Dezembro de 2007 para 4,3% em Dezembro de 2008, e o do crédito vencido a mais de 90 dias, que se elevou de 3,5% para 3,8%, respectivamente.

O progressivo reforço de provisões prudenciais contribuiu decisivamente para a subsistência de um rácio favorável no crédito em incumprimento líquido de -1,14% e a manutenção de uma confortável margem de cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias pelo total de provisões, que no final do exercício em análise era de 136%.

De forma a inverter a tendência verificada em 2008 relativa aos indicadores de qualidade do crédito, é imperativa a continuação das melhorias na análise e controlo do risco de crédito a nível do SICAM, através do alargamento das ferramentas de análise (*scoring* e *rating*) a todas as tipologias.

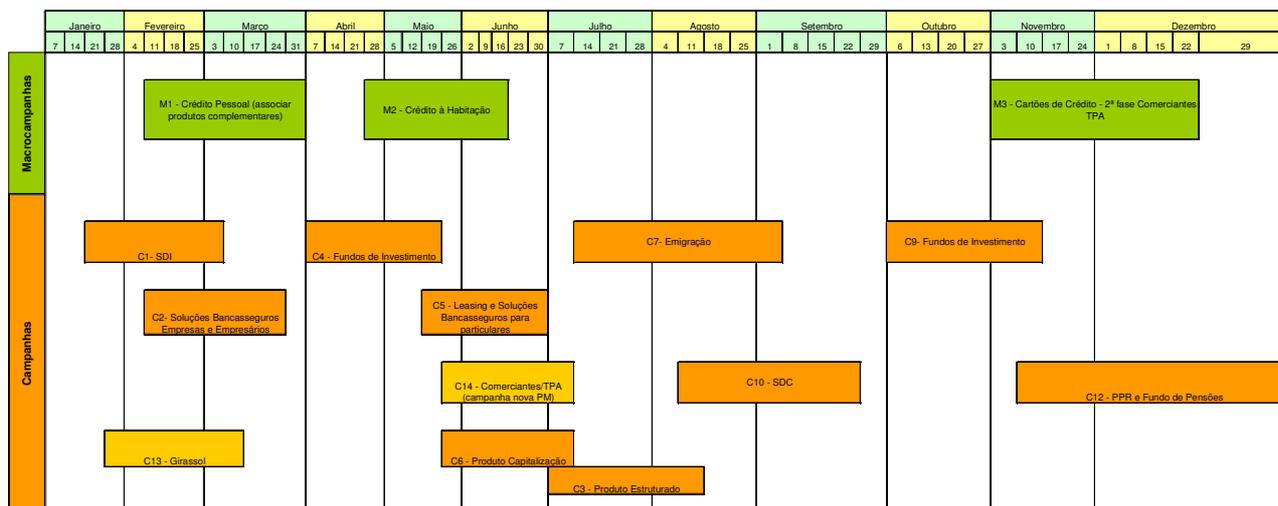
O grande desafio que se coloca para os próximos anos é o de consolidar, com crescimento, a robustez da carteira e o reforço de provisões existentes, procurando diminuir o risco implícito através do reforço de garantias reais e maior diversificação da carteira.

1.3. Marketing e Canais de Distribuição

1.3.1. Marketing

O tema do Planeamento continuou a merecer um papel de relevo nas diversas acções de Marketing ao longo de 2008.

O processo de planeamento do plano de campanhas de Marketing para 2008 resultou, mais uma vez, de um longo processo de interacção e articulação do Marketing das necessidades das Caixas Associadas e das Unidades de Negócio.



No âmbito do Plano de Marketing do Grupo foram realizadas 15 Acções de Marketing das quais 3 em formato de Macrocampanhas, ou seja, utilizando meios de grande audiência.

Foram realizadas campanhas de Marketing para captação de Recursos, campanhas para concessão de Crédito e também na área de Seguros.

Em termos agregados as campanhas representaram uma concretização de 525 milhões de euros, mais 8% que em 2007, apesar da redução em 3 campanhas; deste montante 310 milhões referem-se a recursos, sendo cerca de 84 milhões de euros relativos a recursos desintermediados.

A Campanha do “CA & Companhia” teve igualmente destaque em termos de *multimedia*. A campanha apresentava um *Pack* completo para comerciantes e pequenas empresas, com a oferta de um equipamento TPA em condições favoráveis de aquisição, um cartão de crédito para Comerciantes e a possibilidade de o Comerciante colocar cartões *Co-Branded* nos seus Clientes, beneficiando de descontos nas taxas dos TPA. Esta campanha tinha como objectivo posicionar o Crédito Agrícola como a instituição de raiz local que apoia o comércio e a actividade locais, promovendo o desenvolvimento regional.



Ao nível do negócio de Cartões de Crédito foram ainda efectuadas diversas campanhas de incentivo à utilização dos Cartões, nomeadamente, na compra de viagens ou de produtos não financeiros, em condições muito favoráveis para os Clientes, através do recurso a prestações, ou em programas de fidelização dos Cartões.

Simultaneamente, procurou-se promover a imagem do Crédito Agrícola como “**a Instituição que está ao seu lado**” ou seja, disponível para apoiar as comunidades locais. Estas campanhas foram divulgadas nos Balcões das Caixas Associadas e Caixa Central através de *merchandising*, principalmente folhetos e cartazes, em *spots* para divulgação em rádio local ou regional e Marketing Directo, com o envio de *mailing* para os Clientes alvo.

Todas as restantes campanhas, à excepção da campanha de “Leasing” e da campanha específica de “Seguros”, foram campanhas de Recursos cujo objectivo foi posicionar o Crédito Agrícola como uma das Instituições que apresenta maior liquidez e solidez financeira, proporcionando uma rentabilidade atractiva aos seus Clientes.

No que se refere à criação de novos produtos de recursos destaca-se a criação do “DP12”, um Depósito a Prazo com taxas crescentes.

Foi ainda criado o primeiro Produto Estruturado – o “**Energia 24**” – na nova plataforma do Profile desenvolvida para o efeito. Este produto consiste num DP a 2 anos e 7 dias, com reembolso de capital no vencimento e uma remuneração compreendida entre 4% e 24%, inclusive.

Foram criados, embora ainda não disponibilizados em 2008, outros produtos de recursos, nomeadamente o “DP 18/24” (semelhante ao DP 12, mas com um prazo mais alargado), o “DP Especial”.

Importa ainda relevar a criação de novos produtos de desintermediação de recursos de que são exemplo:

- A “**Solução Poupança Activa**”, produto misto composto por um DP e um Seguro de Capitalização que se apresenta com várias opções de investimento entre DP e Seguro de Capitalização (30/70, 40/60 ou 50/50 para DP a 60 dias, 90 dias e 180 dias). O Seguro de Capitalização apresenta, em cada início de ano, uma taxa de juro garantida, acrescida de uma participação até 80% da conta de resultados anual;
- O produto “**CA Agro Valorização**”, produto misto constituído por um DP a 90 dias e um Fundo de Investimento fechado a 3 anos, com uma valorização de 80% de um cabaz de bens agrícolas;
- O produto “**Euribor +**”, Fundo de Investimento Fechado a 3 anos com uma rentabilidade de 80% da Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* anunciado na data de subscrição e que vigora por 3 anos;
- O produto “**CA PPR +6**”, produto de poupança a médio/longo prazo para salvaguarda de rendimentos complementares da reforma. A remuneração deste produto deriva de uma taxa de juro anual garantida de 6% até final de 2009, 5% durante 2010 e taxa mínima garantida de 2,5% nos anos seguintes. Acresce ainda, uma participação de resultados com base em, pelo menos, 80% da conta de resultados anual.

Refira-se ainda, no que se refere ao crédito, a criação da oferta de “**EcoSoluções**”. Esta oferta é composta pelos seguintes produtos:

- Crédito Pessoal EcoSoluções, com opção de taxa fixa ou variável;
- Leasing para viaturas ligeiras, com emissão CO₂ até 130g/km;
- Seguro de equipamentos – CA Energias Renováveis;
- Seguro Automóvel;
- Seguro de Vida – Protecção Crédito Pessoal ou Protecção Super Crédito;
- Seguro de Protecção ao Crédito – CA Protecção Financeira.



Ao nível dos seguros de protecção de pessoas e bens destaca-se a criação do produto **“CA Energias Renováveis”** que é um seguro para equipamentos de produção de energia eléctrica ou térmica a partir de energias renováveis.

Merece igualmente relevância a criação do produto de **“Protecção Financeira”** que é um seguro que garante o pagamento das responsabilidades de crédito do cliente quando ocorram situações de incapacidade temporária para o trabalho (acidente ou doença) com baixa médica por um período superior a 30 dias consecutivos, desemprego involuntário, internamento hospitalar e morte ou invalidez permanente.

No ano de 2008 importa ainda evidenciar o papel da área do Marketing da Caixa Central na articulação com as diferentes unidades de negócio relativamente ao macro-planeamento de Marketing do Grupo bem como no acompanhamento minucioso das respectivas acções/campanhas de forma a assegurar que as mesmas se possam iniciar nos prazos previstos.

Foi concluído o projecto de Infraestrutura de suporte ao Marketing. Este projecto permite uma capacitação do Marketing para uma mais eficaz operacionalização do processo de gestão de campanhas, permitindo disponibilizar um número muito superior de campanhas, com um grau de assertividade dos clientes-alvo substancialmente melhorado.

No que concerne às Caixas Associadas vai ser disponibilizada uma ferramenta de gestão comercial que permitirá agendar e gerir contactos e oportunidades comerciais de Clientes.

Com a disponibilização de novas ferramentas, foram melhorados os processos de segmentação e selecção de clientes alvo para campanha e extracção de informação para

reporting.

No que se refere à disponibilização de ferramentas, destaque ainda para a aplicação de Análise de Desempenho Comercial que vai permitir classificar as Caixas Associadas e os Balcões através de um sistema de pontuação definido pelas Caixas Associadas para as diferentes variáveis, que premeia a concretização de objectivos, sendo esta pontuação a base para a distribuição de incentivos.

A par desta ferramenta foram actualizadas as aplicações do SIGA Objectivos que irá alimentar a Análise de Desempenho Comercial com todos os objectivos do negócio do Grupo que cada Caixa Associada definiu e que serão carregados naquela ferramenta pelo Marketing e o SIGA Comercial. Este, mensalmente, vai carregar aquela ferramenta com os valores realizados em cada variável de negócio para se determinar a concretização face aos objectivos definidos.

Foram realizadas 3 reuniões da Comissão de Marketing e Política Comercial, em 2008, onde foram submetidos à discussão um conjunto de temas dos quais destacamos: necessidade de criação de produtos para defesa dos recursos das Caixas Associadas, regulamento de implementação de campanhas pelas Unidades de Negócio e pelas Caixas Associadas, acompanhamento da evolução geral do SICAM face ao mercado e da concretização dos objectivos das campanhas previstas no Plano, e foi concluído o processo de planeamento de campanhas do Plano de Marketing para 2009.

Relativamente ao projecto *pricing* e margem complementar merece relevância a entrada em produção da Ferramenta de Gestão do Preçário (FGP) com as seguintes 6 Comissões: pagamento de cheques a Descoberto, manutenção de Descoberto não autorizado, renovação de conta corrente caucionada, gestão de prestação em atraso, colocação em Lista Negra e avisos de incumprimento.

Esta iniciativa melhorou substancialmente a eficácia de cobrança na quase generalidade das Caixas Associadas, como se pode comprovar pela análise das Comissões recebidas e pelo impacto destes valores no comportamento muito positivo da margem complementar em 2008 a nível do SICAM.

No que concerne ao apoio prestado às Caixas Associadas, destacam-se as seguintes iniciativas realizadas para as Caixas participantes no projecto de Apoio à Dinamização do Negócio (ADN):

- Definição de objectivos comerciais por Caixa e Balcão com o suporte de uma metodologia desenvolvida pelo departamento;
- Desenvolvimento de Planos de Acção Comercial que permitem a cada Caixa programar, de forma ajustada à sua realidade e considerando o potencial do seu mercado de actuação e da sua carteira de Clientes, a realização de Campanhas do Plano de Marketing, de Campanhas Comerciais e, se relevante, de Acções de aproveitamento de oportunidades do Mercado local;
- Acompanhamento da execução dos objectivos comerciais e campanhas planeadas, assim como na dinamização de um Sistema de Incentivos e no apoio à adopção de Aplicações informáticas desenvolvidas para ajudar as Caixas no desenvolvimento da sua actividade comercial;
- Suporte aos Responsáveis Comerciais das Caixas no desenvolvimento da sua função e na melhoria do processo de planeamento, gestão e dinamização da actividade comercial das suas Caixas.



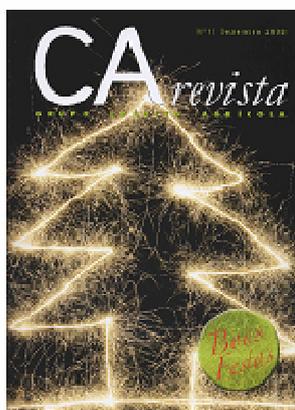
No que se refere à Comunicação Externa, Institucional e de Produto verificou-se uma maior presença nos meios de maior audiência, tendo sido contratado um Plano de Meios Anual que nos permitiu marcar uma presença assídua nos meios, principalmente imprensa e rádio, dando maior consistência à marca CA e contribuindo consequentemente para o aumento da notoriedade do Grupo.

Em 2008, deu-se continuidade à comunicação com os Clientes junto do extracto através da “CA Notícias” e criou-se uma nova *Newsletter* designada por “Loja CA” para comunicar produtos não financeiros aos titulares dos cartões de crédito.

Ainda para promover os produtos não financeiros foi criada no final do ano, a “Loja CA”, na *Internet*, que permite aos Clientes detentores do cartão do Crédito Agrícola fazerem compras *on-Line*.



A “CA Revista” e a “CA Entre Nós”, continuam a ser os veículos de comunicação por excelência, tendo havido, em relação à *CA Revista*, um aumento de solicitações, iniciando-se a sua distribuição aos Clientes de Cartão *Premier*.



Para estes dois meios de comunicação muito têm contribuído as Caixas Associadas e as Empresas do Grupo que regularmente enviam contributos. Temos igualmente de destacar os colaboradores do Grupo que tem dado a conhecer os seus talentos na rubrica “Artes e Talentos” da *CA Revista*.

No ano de 2008 os **patrocínios** do Grupo CA para reforço da imagem institucional foram destinados ao ciclismo, motociclismo, todo o terreno e rali. No entanto, a grande novidade surgiu ao realizarmos “**O I Grande Prémio de Ciclismo do Crédito Agrícola**” onde, durante 4 dias, as principais equipas nacionais competiram naquela que foi a última prova do calendário velocipédico nacional.



Esta prova foi amplamente divulgada pelos *media*, com centenas de notícias publicadas e reportagens na televisão.

Refira-se ainda que para promover a notoriedade dos **novos Balcões** do Grupo e divulgar a oferta de produtos e serviços do mesmo, na inauguração dos 5 Balcões da Caixa Central, no Porto e em Lisboa foram desenvolvidas um conjunto de acções promocionais junto da população, com forte impacto devido à interacção dos promotores do CA com o público, dando-lhes a conhecer o Grupo, distribuindo folhetos e flores, colocando postais nas viaturas estacionadas na área circundante aos novos Balcões e fazendo circular viaturas com a decoração CA.



1.3.2. Canais Complementares

O ano 2008 contou com uma série de acções de dinamização e divulgação dos vários Canais Complementares que fizeram face à crescente apetência para a utilização destes serviços por parte dos Clientes em geral e à necessidade de inovação face aos nossos concorrentes cuja oferta é cada vez mais vasta e agressiva.



Destacaram-se ao longo do ano 2008 as seguintes iniciativas:

- A realização de uma acção de *Outbound* MultiCanal, que visou reduzir o elevado número de pedidos de adesão para activar ao Sistema MultiCanal;
- A reestruturação / Reorganização de conteúdos do Site CA, nomeadamente na actualização / inserção de páginas novas das empresas do Grupo, na alteração do processo de navegação do site e na actualização da página de entrada do Site;
- O desenvolvimento e lançamento de novas funcionalidades no Serviço *On-Line* Empresas.



Operações Disponíveis

Disponíveis para Contas e Ordens em:

- Telex
- 24 Horas
- Balcão
- E-Signet

Disponíveis para Contas Poupança em:

- Telex
- 24 Horas
- Balcão
- E-Signet

Operações de:

- Contas D.D.
- Contas Corrente
- Contas Poupança

Transferências:

- Entre Contas Crédito Agrícola
- Multibanco
- Contas Corrente para Caixa D.D.

Pagamentos Serviço e Cheques Especiais

Actualização e Substituição de Codornices

Resposta de Cheques

Consultas de:

- Contas Depósitos à Ordem
- Contas Poupança
- Investimentos
- Cartão
- NIB / Boleto (BIC)

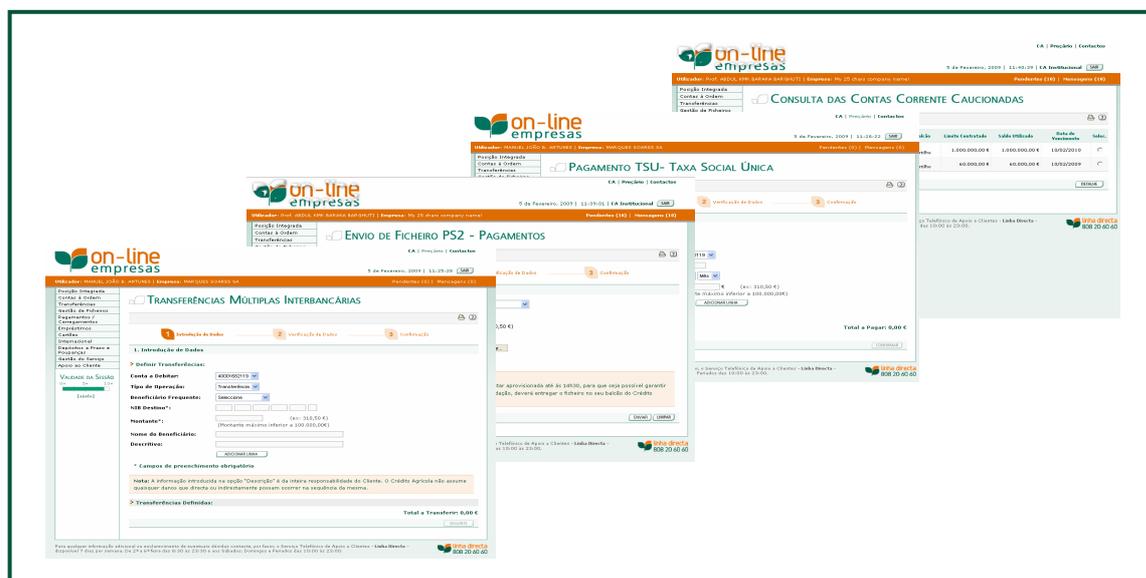
24 horas Sempre ao seu lado

Foram ainda realizados desenvolvimentos no âmbito de manutenção evolutiva de modo transversal a todos os canais, visando a melhoria dos serviços oferecidos.

A) Evolução do Serviço de *Internet Banking* – CA On-Line

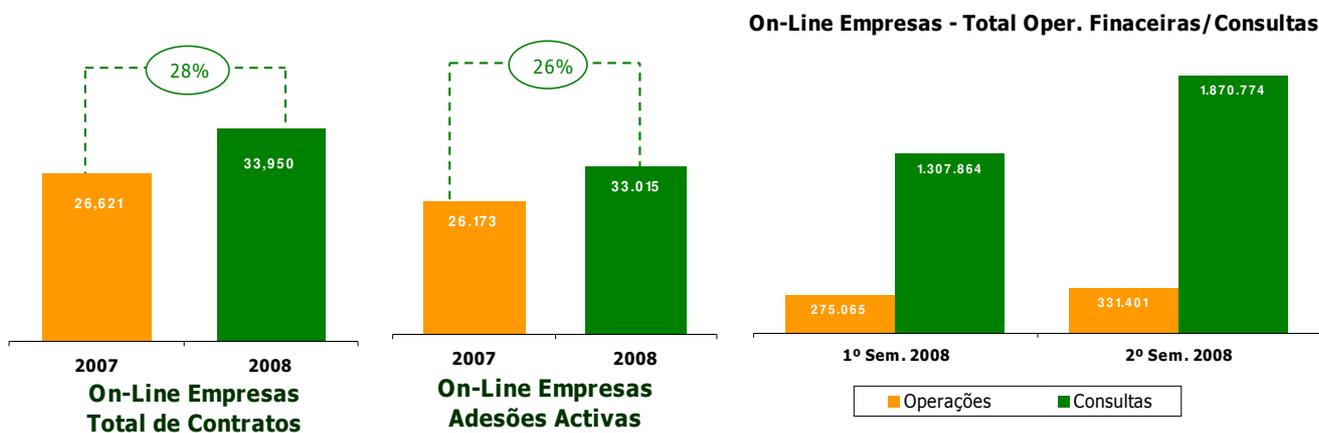
A1) On-Line Empresas

A 2ª fase de lançamento de novas funcionalidades realizou-se no final do segundo semestre de 2008 e consistiu na disponibilização de um vasto leque de transacções, com vista a reforçar a relação comercial entre as CCAM e os seus Clientes Empresa.



No Serviço *On-Line Empresas* registou-se um crescimento de cerca de 28% nas adesões e 26% nas adesões activas face ao ano 2007.

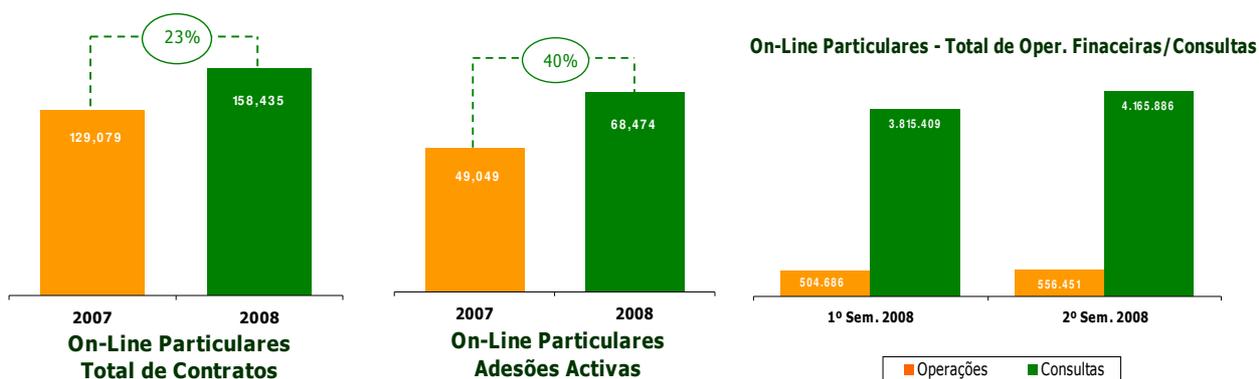
Relativamente ao volume de transacções deste serviço refira-se o crescimento de **39%** do 1º para o 2º Semestre de 2008.



A2) On-Line Particulares

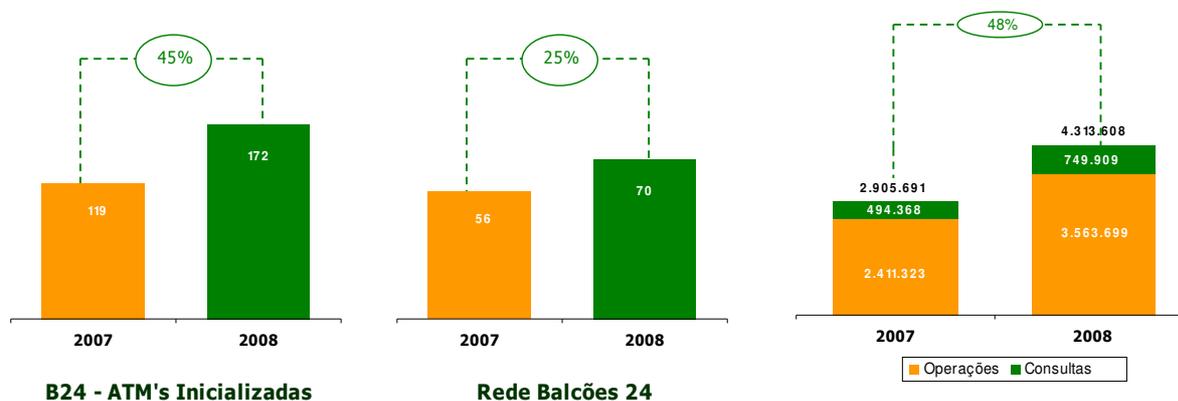
O Serviço *On-Line* Particulares registou um crescimento de cerca de 23% nas adesões ao Sistema MultiCanal. As adesões activas ao Serviço *On-Line* Particulares representaram um crescimento de 40% face ao ano 2008.

Relativamente ao volume de transacções deste serviço refira-se o crescimento de 9% do 1º para o 2º Semestre.



B) Evolução do Serviço Balcão 24

O Serviço Balcão 24 assinalou em 2008 o seu 4º ano de lançamento. No final do ano contava com 174 Balcões instalados – mais 28% do que no ano anterior – (dos quais apenas 2 não se encontravam em funcionamento no final do ano), reflectindo este crescimento a adesão de mais 14 Caixas Associadas, sendo que, no final de 2008, eram 70 as Caixas Associadas aderentes ao Serviço Balcão 24, crescimento de 25% face a 2007.



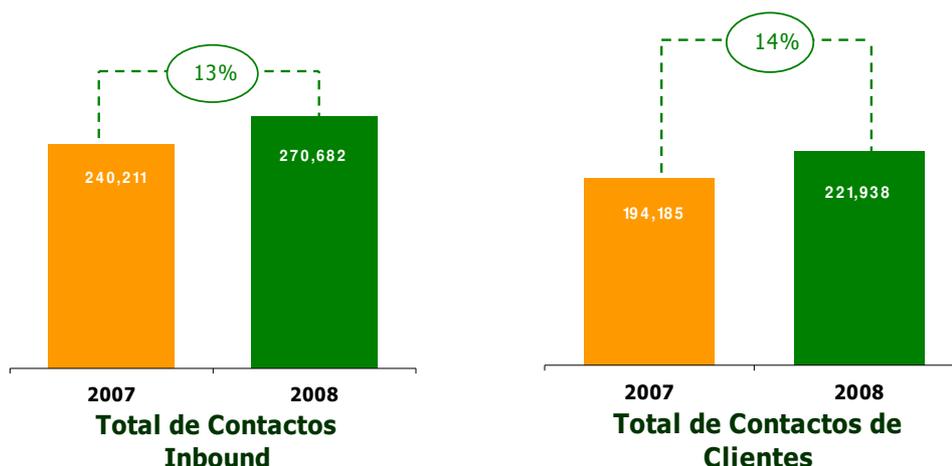
O total de transacções registou um crescimento de 48%, face ao ano 2007. O número de transacções em média/mês por equipamento situa-se nos 2.385.

A taxa média de transferência das transacções encontra-se acima dos 20%.

O 2º Semestre de 2008 (2.301.074) registou um crescimento de 14%, face ao 1º Semestre 2007 (2.012.534).

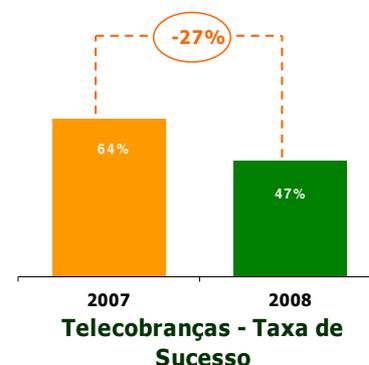
C) Serviço Linha Directa (*Contact Center*)

O serviço **Linha Directa transaccional**, registou em **2008** um crescimento na ordem dos **13%** nos contactos *Inbound* (atendimento a Clientes). O número de Clientes que contactou o serviço registou, igualmente, um crescimento de **14%** face ao ano anterior.



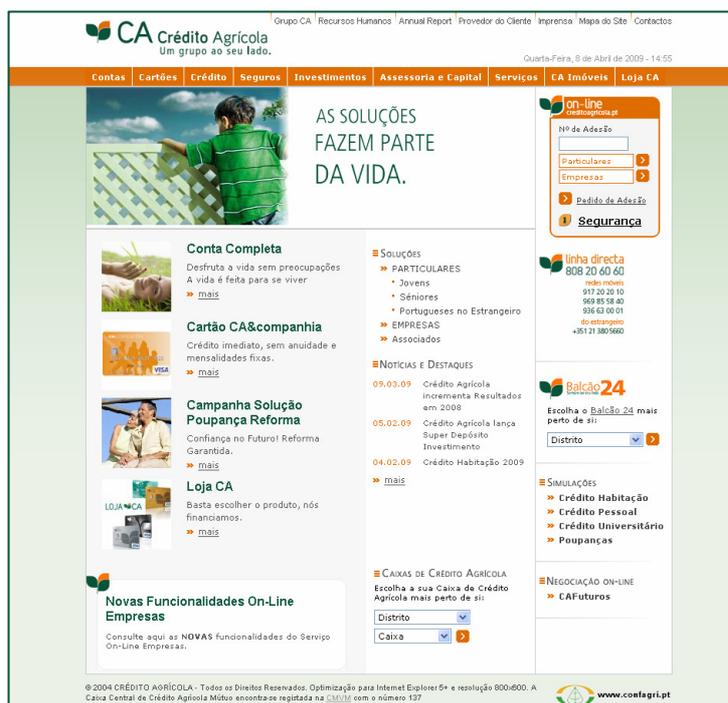
Relativamente às acções de Outbound realizadas (telemarketing e telecobranças), destacam-se as acções de Telecobranças para crédito próprio das CCAM (10 CCAM até final de 2008), crédito agenciado e cartões de crédito.

Os resultados desta acção registaram recuperação em 61% dos Clientes alvo, e 47% de montante recuperado. No entanto, em 2008 registou-se uma diminuição de 27% nos montantes recuperados face a 2007.



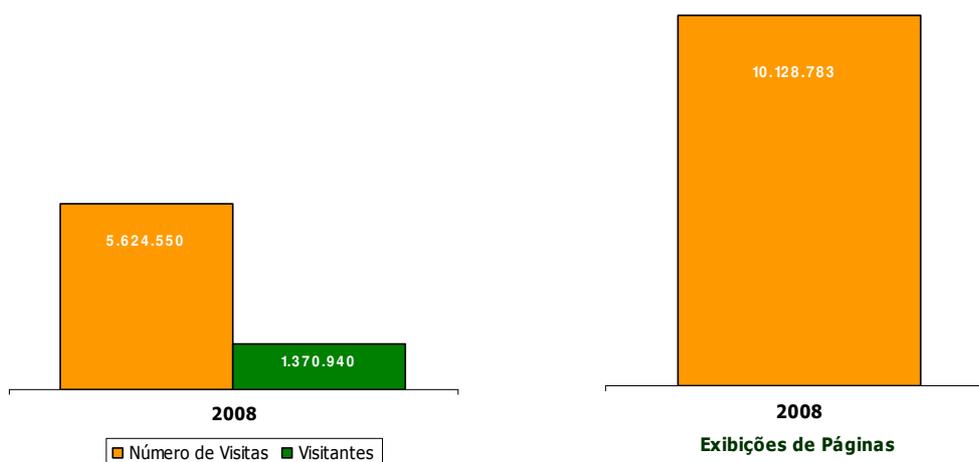
Esta descida justifica-se pelo aumento significativo da Carteira de Incumprimento (+124% face a 2007) enquanto que o número de recursos utilizados na recuperação manteve-se inalterado.

D) Site Institucional Crédito Agrícola (www.creditoagricola.pt)



Em 2008 registaram-se 5.624.550 Visitas ao Site Institucional do Grupo Crédito Agrícola o que representa uma média de 470.000 visitas/Mês e de 4 visitas por visitante.

Estas visitas resultaram em 4.830.905 páginas vistas sendo o tempo médio de permanência no site de 1,34 minutos.



1.4. Actividade da Área Financeira

1.4.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria

Como se refere no ponto 1.3, o ano de 2008 foi marcado pelo aprofundamento da crise financeira que se começou a desenhar a partir do final do 1.º semestre do ano anterior. A incerteza quanto à dimensão dos designados activos tóxicos residentes nos balanços das Instituições de Crédito e ao seu impacto nos resultados e solidez financeira destas últimas acabaria por contaminar, indiscriminadamente, todos os mercados, experimentando uma volatilidade sem precedentes.

Assistiu-se, assim, a uma crise de confiança dos investidores que deslocaram massivamente as suas aplicações para as classes de activos percepcionadas como de menor risco, designadamente as obrigações de dívida pública das maiores economias avançadas. Tal contribuiu para rarefazer drasticamente a liquidez dos restantes mercados. Este quadro acabaria por afectar profundamente o funcionamento dos mercados interbancários em particular, não obstante as injeções continuadas de fundos pelos Bancos Centrais e Governos da generalidade dos Países. Esta situação, que atingiria o clímax nos meses de Setembro e Outubro no seguimento da falência do Banco *Lehman Brothers* (questionando, *de per se*, a presunção de suporte pelas Autoridades Públicas de Instituições com relevância sistémica), ocasionou uma aceleração pronunciada dos níveis de ansiedade do mercado, pese embora o imediato emendar de mão mediante o apoio pelas Autoridades Norte-Americanas à Seguradora AIG, em dificuldades, logo nos dias seguintes.

Sobre este pano de fundo, a estratégia da Tesouraria, de harmonia com a sua Missão de otimizar a rentabilidade sustentada dos excedentes em recursos do SICAM e de manter adequados níveis de liquidez, centrou-se:

- 1) Em acompanhar o perfil temporal das aplicações dos excedentes pelas Caixas Associadas, o qual, com a trajectória de descida pronunciada das taxas directoras do BCE, a partir de Outubro, tendeu gradualmente a alongar-se, situando-se no final de 2008 em aproximadamente 6 meses, no caso dos depósitos constituídos junto da Caixa Central por prazo inferior a 1 ano;

- 2) Depois da subida da taxa Refi verificada em contra-ciclo, em Julho de 2008, de 4% para 4,25 %, e com a acentuação da crise (que acabaria por induzir a inversão do sentido daquela alteração e a acelerada descida da mesma taxa no último trimestre do ano), no alongamento autónomo dos prazos de aplicação com o intuito de captar o aumento esperado da margem financeira destas aplicações no cenário de aterragem das taxas de juro de curto prazo que começara a desenhar-se a partir dessa altura, tudo isto dentro de limites de risco de Contraparte, fortemente condicionados no contexto, de risco de taxa de juro e de liquidez definidos;
- 3) De forma a retirar o melhor partido das actuações descritas nos números anteriores, procurou-se ainda:
- a. Intensificar a realização de operações alternativas ao mercado monetário, substituindo cedências directas a Instituições de Crédito por tomadas de participação em programas de papel comercial com garantia bancária ou de empresas de referência no mercado nacional. Nas circunstâncias de escassa liquidez que afectaram a Banca concorrente, verificou-se um aumento dos *spread* nestas operações do qual o Crédito Agrícola acabaria por retirar partido. O valor das operações desta natureza realizadas durante 2008 ascendeu a mais de 2.400 milhões de euros e representavam em 31 de Dezembro de 2008 515 milhões de euros, cerca de 30% da posição de tesouraria de curto prazo;
 - b. Intensificar a realização de operações de reporte mediante a cedência de títulos em carteira. Com o aumento dos *spread* nas operações interbancárias, reflectido no diferencial entre a Euribor e a taxa Refi, e a preferência por activos percepcionados como de baixo risco, como os títulos cedidos, pôde, assim, realizar-se uma margem interessante, incrementada ainda por via do alongamento do prazo das aplicações dentro dos limites estabelecidos, em operações cujo valor transaccionado ascenderia, em 2008, a mais de 3 mil milhões de euros;
 - c. Complementar as actuações descritas nas alíneas anteriores, com a aquisição de obrigações de Instituições de Crédito de referência e elevado *rating*, ou com garantia dos respectivos Estados, com binómio *spread/prazo*

interessante e possibilidade de reporte junto do BCE, mantendo, ou mesmo incrementando, a liquidez das aplicações;

- 4) Em gerir a cobertura de activos sensíveis ao comportamento das taxas de juro, nomeadamente as carteiras de obrigações a taxa de juro fixa resultantes da aplicação de recursos do SICAM a prazos superiores a 1 ano, com recurso a instrumentos financeiros derivados, em especial os contratos de futuros sobre dívida pública alemã. O valor de futuros transaccionado em 2008 ascendeu a mais de 5.000 milhões de euros (valor nominal) que correspondeu a perto de 50 mil contratos negociados;
- 5) Em continuar a desenvolver a actividade no mercado cambial, muito direccionada para a cobertura de operações de Clientes do SICAM, cujo volume negociado ascendeu em 2008 a 1.500 milhões de euros, representando um crescimento de mais de 90%, incluindo operações realizadas com grandes empresas nacionais que operam em moeda estrangeira;
- 6) Em continuar a alargar a rede de contactos da Tesouraria e as alternativas de aplicação dos excedentes em recursos, com benefício para os resultados da sua aplicação, não obstante os constrangimentos sentidos no funcionamento dos mercados interbancários e de capitais.

Num ano extraordinariamente difícil para os mercados financeiros e com os condicionamentos operacionais ditados por um tal contexto, o Crédito Agrícola pôde, ainda assim, consolidar e mesmo intensificar a sua presença e aumentar a sua visibilidade nos mercados monetário, cambial e de capitais.

Evolução dos Activos sob Gestão do Departamento Financeiro

Valores em milhares de euros, excepto percentagens

	Montante		Variação		% do Total	
	31.12.07	31.12.08	Absoluta	Relativa	2007	2008
M. Monetário, P. Comercial e Depósitos BdP	1.938.087	2.125.435	187.348	9,7%	76,1%	76,5%
Obrigações	610.043	653.913	43.870	7,2%	23,9%	23,5%
Total	2.548.130	2.779.348	231.218	9,1%	100,0%	100,0%

1.4.2. Caixas Associadas e *Corporate Desk*

Ao longo de 2008, o CEACD continuou a desenvolver o projecto de cooperação com as Caixas Associadas e com as Áreas Comerciais da Caixa Central para a promoção, venda e distribuição de produtos de tesouraria e de mercados financeiros. Prosseguiu assim o programa de visitas às Caixas Associadas visando a apresentação do "Serviço Caixas Associadas e *Corporate Desk*" e a inventariação e desenvolvimento de oportunidades de cooperação conjunta neste domínio.

Complementarmente, em Março de 2008, iniciou-se o Programa de Visitas à Sala de Mercados pelas Caixas Associadas. Durante esse ano, visitaram a Sala de Mercados 26 Representantes de Caixas Associadas. No decurso das visitas dá-se a conhecer a organização e funcionamento do Departamento Financeiro, as actividades nele desenvolvidas, com a perspectiva de uma maior identificação com os respectivos aspectos técnicos e campo de aplicação comercial, riscos operacionais e financeiros a ter em conta na respectiva negociação e processamento, além de se procurar desenvolver o conhecimento mútuo e facilitar uma maior informalidade de contacto, necessários à promoção e desenvolvimento da actividade comercial conjunta no dia a dia.

Dependendo das características do mercado local em que cada Caixa opera, estas iniciativas, naturalmente que com campo de aplicação diferenciado, foram sendo muito bem acolhidas, sendo cada vez mais visíveis os resultados proporcionados por uma mais próxima cooperação com as Caixas Associadas e as Áreas Comerciais da Caixa Central.

Para além do seu vasto campo de aplicação comercial directa, com especial incidência no domínio dos produtos e soluções de gestão e cobertura dos riscos financeiros da actividade das empresas, o "Serviço Caixas Associadas e *Corporate Desk*" disponibiliza produtos de negociação frequente, como cotações de divisas, ou a fixação de taxas de juro ou opções sobre estas últimas, os quais tendem a favorecer, aproveitando a frequência desse contacto, a criação de condições para a apresentação e venda de outros produtos e serviços de interesse para as Caixas Associadas e as Áreas Comerciais da Caixa Central. Podem, assim, constituir uma conveniente testa de ponte com importantes sinergias comerciais, já que, independentemente da densidade de relações de trabalho que com elas mantenham, as empresas procuram otimizar os seus resultados financeiros e inscrever na

sua agenda de consultas as Instituições de Crédito que recorrentemente lhes possam apresentar prontamente cotações competitivas, como o Crédito Agrícola neste domínio.

Instrumental do desenvolvimento da actividade do *Serviço Caixas Associadas e Corporate Desk* tem sido o desenvolvimento do Projecto de implementação de uma nova plataforma informática para suporte da actividade da Tesouraria. Em 2008 passou a ser possível registar e processar derivados de taxa de juro, designadamente *swaps* e opções sobre taxas de juro, em redobradas condições de eficiência e controle, que não só habilitam o contínuo aperfeiçoamento da gestão e controle das posições de Tesouraria, como criam o enquadramento adequado para a venda pelas Caixas Associadas de produtos a taxa de juro fixa, quer no segmento de empresas, quer no de particulares (empréstimos, incluindo crédito à habitação). Com efeito, com a continuada descida das taxas de juro, estão a criar-se condições para um renovado interesse por estas operações que asseguram a estabilização do serviço de dívida de Empresas e Famílias, as resguardam da tremenda volatilidade dos mercados e assim contribuam também para a melhoria dos respectivos perfis de crédito, consideração que se tenderá a revelar vital face à contenção e maior selectividade deste último, ditadas pelo protelamento e consequências da crise financeira iniciada em 2007. As Caixas Associadas podem desenvolver a colocação comercial destes produtos, com a garantia de que o respectivo risco de taxa de juro poderá ser coberto junto da Caixa Central. O desenvolvimento deste Projecto terá continuação em 2009, com o lançamento de novos produtos desta natureza, nomeadamente relacionados com o mercado cambial.

Com a conclusão da plataforma informática desenvolvida pela CA Serviços, foi lançada em Julho de 2008 uma primeira Campanha de Distribuição de Depósitos Estruturados (depósito “Energia 24”) integrada no Plano de Marketing. Esta Campanha permitiu alargar a gama de produtos de passivo à disposição dos Clientes do Crédito Agrícola. O sucesso da campanha, medido pela larga ultrapassagem do objectivo inicialmente fixado, mas sobretudo porque nela participaram 88 Caixas Associadas, cerca de 90% do total, veio demonstrar, se outras provas faltassem que a distribuição e colocação de depósitos desta natureza tem um campo de aplicação vasto junto dos Clientes do Crédito Agrícola, em larga medida independente da especificidade dos seus mercados locais.

1.4.3. Função Financeira no Grupo Crédito Agrícola

Com o desenvolvimento de ferramenta especializada na gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro, puderam aprofundar-se em 2008 as actividades do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

A solução técnica instalada possibilita aprofundar a gestão dos riscos de balanço associados a cada Entidade do SICAM e ao Grupo CA como um todo, de forma integrada e consistente, e assim concorrer para a análise articulada e a tomada de decisão, no âmbito deste Comité, das diferentes vertentes funcionais relevantes para a actividade, nomeadamente a financeira, a de risco e a comercial.

Em 2008, deu-se seguimento ao desenvolvimento da Função ALM – Gestão de Activos e Passivos, sendo de destacar a adaptação do plano de contingência de liquidez do SICAM existente às melhores práticas de mercado, na sequência das recomendações emitidas pelas diversas entidades de supervisão e incorporando os mais recentes desenvolvimentos de mercado.

Foram ainda criadas as bases necessárias à implementação de uma metodologia de apuramento da rentabilidade das diversas unidades de negócio com base em preços internos de transferência e dados passos relevantes com vista a uma plena integração da participação das Caixas Associadas no Comité de Gestão de Activos e Passivos.

1.4.4. Controlo de Risco na Área de Tesouraria

O controlo das actividades da Tesouraria e dos riscos específicos associados, nomeadamente de mercado, de crédito e de contrapartida e operacionais, é assegurado, numa segunda linha pelo Gabinete Técnico do Departamento Financeiro (sendo a primeira as unidades de coordenação da Sala de Mercados e do CEACD), que verifica permanentemente a observância dos limites de risco definidos e produz, diariamente, relatórios sobre as actividades realizadas.

Neste domínio, a desejável intensificação e diversificação das actividades da Tesouraria em mercados e instrumentos e a dinamização da promoção e venda de produtos e serviços de tesouraria e mercados através do CEACD vieram colocar renovadas exigências.

Neste sentido, durante o ano de 2008 entraram em produção os primeiros módulos de uma nova solução de suporte integrado às actividades do *front, back e middle office* do Departamento Financeiro. A par da revisão dos processos internos de funcionamento, esta solução permite adequar a gestão dos riscos operacional, de mercado e de contraparte às mais elevadas exigências da respectiva gestão e controlo.

O desenvolvimento da referida solução informática facilita, ainda, a disponibilização de produtos adicionais, importantes para o reforço da eficiência da gestão da tesouraria e com vasto campo de aplicação comercial no âmbito da actuação do CEACD.

1.4.5. Intermediação no Mercado de Capitais

Em 2008, o Departamento de Títulos da Caixa Central consolidou o processo de domiciliação das carteiras e contas de títulos de clientes de custódia, na sequência da transferência da actividade de corretagem e custódia da Crédito Agrícola *Dealer* - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. para a Caixa Central.

O número de contas de títulos existentes no final do ano ascendeu a 7.830 e o número de contas para negociação de futuros a 59.

Com a colaboração da CA Serviços, aperfeiçoou-se a integração no RURIS das aplicações informáticas para prestação dos serviços de intermediação financeira nos mercados de capitais, com relevo para as funcionalidades de transacção em Bolsa no Internet *Banking* do Crédito Agrícola - CA *On-Line*.

Nesta plataforma de negociação o número de clientes passou de 906, em Janeiro, para 2.301 no final do ano.

Foi ainda organizada a emissão de Títulos Especiais de Investimento - "Caixa Central/2008 – 1ª emissão" no montante de 30 milhões de euros, com característica de dívida subordinada, com prazo indeterminado, colocada exclusivamente junto das Caixas Associadas em Junho de 2008.

Apesar da complexidade do processo de transferência das carteiras de Clientes e de o ano de 2008 ter ficado marcado pelo eclodir da crise nos mercados financeiros, a actividade manteve-se a níveis apreciáveis, conforme os quadros seguintes expressam:

valores em milhares de euros

Actividade	Valor	Comissões Brutas
Mercado à Vista	2.643.043	256
Custódia/Depositário *	1.072.370	770
Papel Comercial *	32.750	196

(*) Saldo a 31/12/2008

Actividade	Nº de contratos transaccionados	Comissões Brutas
Mercado Futuros	68.434	266

1.5. Área Internacional, Emigração e Representações no Exterior

1.5.1. Área Internacional

O negócio internacional intermediado pela Caixa Central atingiu, até Dezembro de 2008, 1.720 milhões euros, representando um crescimento de 17,8% em relação a igual período do ano anterior.

O crescimento ficou a dever-se a operações não-documentárias, que cresceram 19,7%, enquanto as operações documentarias, de maior rentabilidade, decresceram 18,3%. Verifica-se assim que o aumento do negócio internacional se continua a dever ao exclusivo crescimento da intermediação de operações não documentárias que, além de serem menos rentáveis, não contribuem para a fidelização dos clientes.

Valores em milhares de euros, excepto %

Evolução do Negócio Internacional	Dez-08			Dez-07	
	Volume	Estrutura %	Δ% 08/07	Volume	Estrutura %
Operações Documentárias (*)	60.410	3,5%	-18,3%	73.950	5,1%
Operações Não-Documentárias	1.659.505	96,5%	19,7%	1.385.867	94,9%
Total	1.719.915	100,00%	17,82%	1.459.817	100,00%

(*) Inclui saldos a Dezembro/2008 das operações que envolvem crédito

A quota de mercado, calculada com base em valores de Dezembro de 2008, evoluiu positivamente, atingindo 1,7%.

Valores em milhões de euros, excepto %

Quota do C.A.	Nacional(*)	C.A. (**)	Q.M.
Dez-07	94.645	1.406	1,5%
Dez-08	99.136	1.660	1,7%
Δ% 08/07	4,7%	18,1%	0,2p.p.%

(*) Valores do Comércio Internacional de Mercadorias e Serviços

(**) Exclui Emigração

A actividade internacional foi condicionada pela crise financeira e económica internacional.

No contexto actual a análise de risco de contraparte e de risco país exigiu um acompanhamento contínuo uma vez que, mesmo no âmbito UE, nos deparamos com

grande desproporção entre a dimensão dos bancos e o próprio produto do país. Acrescenta-se que as diferentes soluções encontradas pelos Estados implicaram diferentes graus de risco soberano.

O ano 2008 foi ainda marcado pelo arranque do SEPA (*Single Euro Payments Área*) tendo, neste âmbito, o Departamento Internacional participado activamente no Grupo de trabalho interno e nos Comitês Directivos da CISP (Comissão Interbancária para os Sistemas de Pagamentos) para além da colaboração que já mantém há alguns anos junto da EBA (*European Banking Association*) e dos Bancos Cooperativos participando nos Grupos de Trabalho de Pagamentos.

1.5.2. Emigração e Representações no Exterior

Esta unidade orgânica assume-se como uma área de negócio que, apesar de inserida na estrutura da Caixa Central, tem uma actividade transversal a todo o Grupo, uma vez que está essencialmente vocacionada para o segmento dos clientes não residentes em Portugal, desempenhando uma função de antena na captação e detecção de oportunidades de negócio para todo o Grupo Crédito Agrícola, sendo que grande parte dos contratos são estabelecidos com clientes das CCAM.

Destacam-se nos seus objectivos estratégicos:

- A diversificação de fontes de captação de recursos;
- A exploração de nichos de mercado ao nível de produtos e serviços especializados e dedicados a emigrantes, empresas não residentes e mercados externos;
- A gestão de negócio (no segmento de não residentes – particulares e empresas), ao serviço das Caixas Associadas;
- A extensão da presença e actuação do Grupo CA a territórios além fronteiras.

A actividade desta área já estende, assim, a presença internacional do Grupo, a países tais como Alemanha, Bélgica, Cabo Verde, França, Luxemburgo e Suíça, estando em estudo o alargamento da presença a mercados de elevado potencial e de forte presença e/ou influência portuguesa.

O ano de 2008, marcado pela extrema incerteza e volatilidade dos mercados financeiros e agudização da situação económica mundial, teve impacto na actividade desta área de negócio, que se traduziu essencialmente na retracção da expansão a novos mercados do incremento da dinamização comercial e, essencialmente, da diversificação da oferta de produtos financeiros, havendo nesta vertente um retorno a produtos sem risco e com uma componente de sofisticação muito baixa.

Contudo, e como corolário de uma criteriosa actividade comercial e capacidade de adaptação a novos desafios, alicerçados numa rigorosa gestão financeira dos balanços das Sucursais, registou-se um crescimento apreciável da actividade. Destaque-se a extensão ao segmento Imigração, através da oferta de produtos dedicados, de que destacamos a implementação do serviço de transferências internacionais via *Western Union*.

Emigração

Este segmento de clientes é de facto aquele a que é dedicado um maior dinamismo e inovação nas acções comerciais e nas estruturas exteriores.

Como consequência desta estratégia e dadas as características especiais do Grupo, quer as remessas de emigração, quer os depósitos provenientes da diáspora, registaram uma evolução positiva, situando-se inclusivamente o crescimento das remessas acima do apresentado a nível nacional, de onde resultou uma subida da quota de mercado do Crédito Agrícola. Na verdade, as remessas cresceram em volume cerca de 5,2% e os depósitos aumentaram 2,3%.

REMESSAS DE EMIGRAÇÃO

Valores em milhares de €, excepto %

	N.º OPS	VOLUME	Q.M.
2006	369.788	281.524	11,6%
2007	427.652	319.701	12,4%
2008	473.741	336.393	13,2%
Δ 07/08	10,8%	5,2%	

DEPÓSITOS DE EMIGRAÇÃO

Valores em milhares de €, excepto %

	NACIONAL	GRUPO CA	Q.M.
2006	7.365.000	252.764	3,4%
2007	7.240.000	255.312	3,5%
2008	7.838.000	261.077	3,3%
Δ 07/08	8,3%	2,3%	

Não inclui os DP's de Emigrantes na SFE

Sucursais Financeiras Exteriores

Constituindo uma ferramenta de complementaridade e, simultaneamente, de aposta no desenvolvimento do negócio, a actividade das duas Sucursais do Crédito Agrícola caracterizou-se pela manutenção de um crescimento sustentado na competitividade, tentando, em simultâneo, fazê-lo sem deterioração da margem financeira e conseguindo-o mercê da atenção especial atribuída a uma dedicada gestão de activos e passivos.

No final de 2008, as Sucursais detinham sob sua gestão cerca de 80 milhões de euros em recursos de clientes, o que representa um crescimento de cerca de 26% relativamente ao período homólogo do ano anterior. Fruto da crescente actividade, o *turnover* das suas operações cresceu mais de 140% para 4,3 mil milhões de euros, e os resultados consolidados subiram para, aproximadamente, 527 mil euros.

1.6. Áreas de Suporte, Enquadramento e Auditoria

1.6.1. Gestão de Recursos Humanos

A actividade de Recursos Humanos foi, ao longo de todo o ano de 2008, projectada e acompanhada pela acção da Comissão Interfuncional de Recursos Humanos e Formação.

A. Actividades Jurídico Laborais e Fundo de Pensões

Acompanhamento ao SICAM e Empresas do Grupo

- Desenvolvimento e divulgação de um modelo de Regulamento de Trabalho Suplementar com critérios uniformes para o Grupo;
- Desenvolvimento e divulgação de um manual de "Actuação perante uma Acção Inspectiva da Autoridade para as Condições do Trabalho", uniforme para o Grupo;
- Desenvolvimento de um projecto de "Norma de Utilização Aceitável do uso da *Internet-Colaboradores*".

ACT do Crédito Agrícola

- Negociação e concretização das alterações das cláusulas de expressão pecuniária, por solicitação da FENACAM.

Fundo de Pensões

- Colaboração na constituição da Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola;
- Elaboração de Projecto de Regulamento de Funcionamento da referida Comissão de Acompanhamento;
- Alteração dos Contratos Constitutivo e de Gestão, com vista à previsão de encargos com cuidados médicos Pós-Emprego.

B. Actividades de Recrutamento, Selecção e Mobilidade de Pessoal

- Foram desenvolvidos 111 processos de selecção para o Grupo CA, tendo sido aplicados testes a 1.366 candidatos e realizadas 405 entrevistas sócio-profissionais;
- Foi concluído o processo de revisão e aprovado o novo Regulamento de Admissões e Mobilidade Interna do SICAM, estando já em desenvolvimento o suporte informático adaptado às novas necessidades;
- Manutenção da base de dados de candidaturas espontâneas.

C. Tecnologias e Informação para Gestão de Recursos no Grupo CA

Em 2008 destaca-se:

- Desenvolvimento da Plataforma de *e-Learning* do Grupo CA;
- Actualização da base de dados de suporte à Plataforma CAMRH;
- Realização do V Encontro de Utilizadores do CAMRH;
- Produção de Estatísticas e Informação para Gestão, solicitadas por entidades oficiais, APB, Banco de Portugal, Fundo de Garantia e estruturas internas.

D. Actividades Formativas/Centro de Formação

Em 2008 destaca-se a conclusão da fase de testes da plataforma de *e-Learning* do Crédito Agrícola, denominada Sal@ctiva, com a realização do primeiro curso piloto.

O Centro de Formação organizou 32 cursos em regime aberto, incluindo Sessões de Divulgação e Esclarecimento, correspondendo a 357 acções, registando 6.561 participantes, totalizando 93.201 horas formativas, representando um investimento de 520,3 mil euros dos quais 73,4% foram suportados pelo Fundo de Formação.

Cursos em regime aberto	Nº Part.	Sessões	Horas	Valores em euros	
				Montante	F.F.(*)
Auditoria Interna Baseada no Risco e Relatórios de Auditoria Interna	72	4	1.512	29.955,22	19.470,89
CONHECIMENTO DA NOTA EURO	614	4	2.456	**	**
Encontro de Auditores do Crédito Agrícola	54	1	540	21.940,97	14.261,63
Encontro de Partilha de Experiências – Actividade Comercial	56	3	336	7.936,29	5.158,59
FORBASIC	70	4	9.800	21.704,03	16.278,03
FORCOORD	121	10	5.082	112.435,92	84.326,94
S.E. – "Gestão de Reclamações"	146	7	438	41,98	41,98
Infra-Estrutura de Suporte ao Marketing - ISMC	284	27	852	**	**
MS EXCEL 2003 (E-LEARNING)	108	1	4.320	**	**
MS WORD 2003 (E-LEARNING)	97	1	3.880	**	**
SABERES +	233	18	32.620	194.242,65	145.861,99
S.D. – "Projecto Mi Sucursal"	181	4	362	51,56	51,56
Registos e Notariado	90	5	1.260	58.207,16	37.834,65
Seguros "ÁREA AGRÍCOLA"	107	9	428	81,83	81,83
Seguros "ÁREA DE PATRIMONIAIS"	112	7	1.568	36,84	36,84
Seguros "ACIDENTES E DOENÇA"	140	7	980	49,67	49,67
Seguros "ÁREA AUTOMÓVEL"	140	7	980	72,00	72,00
S.E. - "Aplicações Moai e Central Balanços"	161	4	322	144,86	144,86
S.A. - "DMIF"	405	75	1.620	7.105,18	7.105,18
S.A. - "Projecto Pricing e Margem Complementar"	158	10	474	1.303,58	1.303,58
S.A. - "Solução Comércio Local"	336	21	1.008	189,38	189,38
S.A. - "Campanha "Solução Emigrantes"	133	11	399	37,54	37,54
S.A. - "Solução de Propostas e Credit Scoring - Crédito Habitação"	550	13	1.650	3.116,47	3.116,47
S.D. - "Solução de Investimento CA Euribor +"	291	24	873	846,99	846,99
S.D. - "Cartão Pharma + "	85	12	255	31,74	31,74
S.D. - "Depósito Estruturado"	237	16	711	468,35	468,35
S.E. - " Recirculação da Nota Euro"	294	8	882	133,66	133,66
S.E. - "Campanha Girassol +"	74	4	222	49,54	49,54
V Encontro de Utilizadores do CAMRH	144	5	864	457,20	457,20
Visitas ao Departamento Financeiro	31	8	434	**	**
Western Union	359	20	2.513	**	**
Mediadores de Seguros Ligados	678	7	13.560	59.667,56	44.750,67
TOTAIS	6.561	357	93.201	520.308	382.162

S.A. - Sessões de Apresentação; S.E. - Sessões de Esclarecimentos; S.D. - Sessões de Divulgação

(*) Comparticipação do Fundo de Formação

(**) Cursos ainda a decorrer, a cobrar em 2009

Em regime fechado foram organizados 14 cursos, correspondendo a 44 acções, nas quais participaram 572 formandos, totalizando 7.060 horas de formação, representando um investimento de 67,4 mil euros.

Cursos em regime fechado	Nº Part.	Sessões	Horas	Valor Total (€)
ATENDIMENTO TELEFÓNICO DE EXCELÊNCIA	32	1	448	7.731,19
AUDITORIA BANCÁRIA	5	3	175	0,00
BRANQUEAMENTO - MEDIDAS DE PREVENÇÃO	26	2	182	2.103,20
CASA PRONTA	16	1	64	0,00
CRÉDITO HABITAÇÃO	6	1	72	2.160,00
CRÉDITO – WEBBANCA	10	1	250	0,00
INGLÉS ELC	81	6	2.916	21.914,58
OUTDOOR - CCAM ALTO MINHO	70	1	840	27.376,04
RURIS	19	7	665	6.145,81
SEGUROS RAMOS REAIS	93	8	651	0,00
FORMAÇÃO INICIAL GESTORES DE SEGUROS RAMOS REAIS	17	6	102	0,00
SENSIBILIZAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS	18	1	54	0,00
SESSÕES DE APRESENTAÇÃO "DMIF"	26	2	182	0,00
SESSÕES DE APRESENTAÇÃO SAGE	153	4	459	0,00
TOTAIS	572	44	7.060	67.431

Para além destas acções, foram também da responsabilidade do Centro de Formação as inscrições e respectivo acompanhamento em 78 cursos em regime aberto, promovidos por outras entidades, nos quais participaram 120 colaboradores, totalizando 1.313 horas formativas, representando um investimento de cerca de 70 mil euros, dos quais 18 mil foram suportados pelo Fundo de Formação.

A exemplo dos anos transactos, para além da presença em cursos nesta tipologia de curta duração, os empregados do Crédito Agrícola também frequentaram cursos de ensino à distância, nomeadamente "Fundamentos de Banca" (101 formandos) e "Complementar de Banca" (15 formandos), totalizando 116 participantes, representando um investimento de 105 mil euros, dos quais aproximadamente 79 mil euros foram suportados através do Fundo de Formação.

No que concerne à formação superior, para além dos 12 formandos que frequentaram o Curso de Gestão Bancária, foram apoiados mais 17 colaboradores (3 licenciaturas e 14 Mestrados), ascendendo o investimento a aproximadamente 51 mil euros, tendo 32 mil sido suportados pelo Fundo de Formação.

Resumindo, participaram nas diversas iniciativas levadas a cabo 7.398 formandos, representando um total de 101.574 horas formativas, não estando aqui incluídos, obviamente, os cursos à distância, com um investimento global de 814 mil euros, o qual foi participado pelo Fundo de Formação em 512 mil euros.

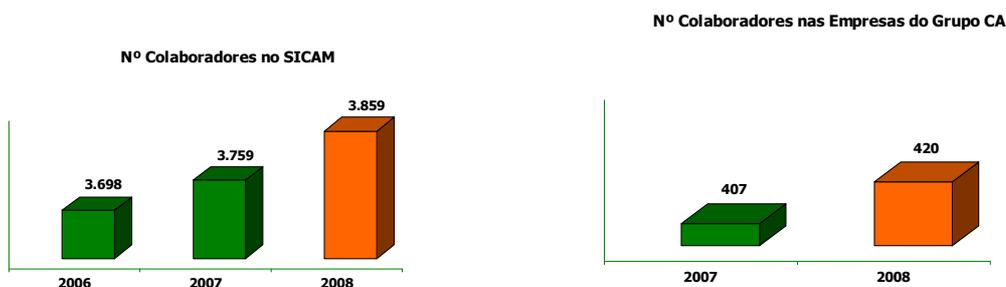
Em 2008 deu-se continuidade a cursos em regime de *e-Learning*, concretamente Microsoft Word e Excel, Conhecimento da Nota Euro e Mediadores de Seguros Ligados, tendo esta metodologia de formação abrangido já uma percentagem significativa de colaboradores.

E. Actividades de Gestão de Competências e Desenvolvimento Profissional

- Apoio à implementação do SAGE nas Caixas Associadas que efectuaram a adesão em 2008 e acompanhamento ao processo de avaliação de desempenho a 20 Caixas Associadas;

- Apoio técnico à Comissão Interfuncional de Recursos Humanos e Formação;
- Análise e pareceres no âmbito da remuneração, reenquadramentos funcionais e propostas de carreira, solicitados pelas Caixas Associadas;
- Conclusão de estudos sobre competências e meios humanos nas Caixas Associadas de Albufeira, Alentejo Central, Alto Minho (1ª fase), Costa Verde, S. João Pesqueira e Serra da Estrela;
- Desenvolvimento de novas abordagens de análise da produtividade dos Recursos Humanos: funcionamento e caracterização do perfil de competências das equipas de trabalho (*Team Analysis*), tendo-se efectuado a primeira aplicação da metodologia na Caixa Associada do Norte Alentejano;
- Caracterização de funções para identificação de perfis, no âmbito do projecto "Funções e Responsabilidades";
- Apoio ao projecto "Plataforma Organizacional".
-

Efectivo



1.6.2. Organização e Processos

Como já referido, o ano de 2008 foi um ano em que o negócio bancário, Nacional e Internacional, sofreu grandes alterações, tendo-se constatado um retorno a uma actividade de intermediação financeira mais clássica e com menor exposição ao risco, dando grande enfoque à liquidez.

Não sendo este o capítulo para fazer considerações sobre as causas desta situação, é no entanto relevante avaliar algumas das suas consequências, já verificadas ou previsíveis, que, naturalmente, condicionaram a nossa actividade durante o ano.

Durante este ano, assistimos a uma crescente necessidade de reporte Regulatório e a maiores exigências de *Compliance* que, associadas a um Mercado cada vez mais competitivo em relação à captação de recursos, reforçaram a necessidade de desenvolver a componente organizacional, promovendo a adopção de plataformas e ferramentas nesta área que permitam criar as condições para fazer face a essas exigências.

Neste contexto, em 2008, a Caixa Central criou o Departamento de Consultoria e Organização (DCO), com o objectivo principal de criar e promover a adopção das ferramentas organizacionais atrás referidas.

Este departamento “nasceu” do anterior Departamento de Organização e Sistemas de Informação (DOSI), tendo resultado da necessidade de especialização e concentração na componente organizacional, permitindo, simultaneamente a fusão da componente de Sistemas de Informação na CA Serviços, facilitando a resposta às crescentes exigências sobre as Tecnologias de Informação do Grupo.

Considerando o exposto, nesta área a actividade centrou-se em três vectores estratégicos de actuação:

- Desenvolvimento organizacional do SICAM;
- Desenvolvimento de ferramentas organizacionais de suporte às necessidades regulatórias;
- Optimização organizacional da Caixa Central.

Estes vectores de actuação foram seguidos considerando alguns objectivos base, sendo relevante referir alguns dos principais:

- Promover a redução de custos operacionais associados ao desenvolvimento da nossa actividade;
- Criar condições para o incremento da eficácia e eficiência organizacional, promovendo o aumento dos rácios de produtividade;
- Desenvolver a plataforma de processos, criando os respectivos manuais de processos e procedimentos, servindo assim de suporte a projectos de controlo interno, *compliance*, redução e controlo de risco operacional, etc;
- Desenvolver e promover a adopção de melhores práticas pelo Grupo;
- Promover o desenvolvimento de ferramentas de suporte ao desenvolvimento da actividade.

Face aos objectivos propostos, foram realizados durante o ano alguns projectos que importa referir neste capítulo, não querendo, no entanto, ser exaustivos na sua identificação.

Desenvolvimento da Plataforma de Referência Organizacional para o SICAM

A existência de uma plataforma de referência organizacional, actualizada, fazendo face às novas exigências, considerando as melhores práticas actuais e adoptando a utilização das ferramentas tecnológicas entretanto desenvolvidas, é de extraordinária importância para a evolução do grupo, promovendo a utilização das melhores práticas, tanto nas actividades de negócio como nas de suporte.

As práticas e ferramentas associadas com a evolução da Plataforma de Referência foram estruturadas segundo 9 módulos base da actividade das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (Estrutura organizacional, Processos, Sistemas de Informação, Gestão, Comercial, Risco de Crédito, Recuperação de Crédito Vencido, Controlo dos Riscos e Suporte) complementados por uma metodologia de apoio à sua implementação.



Plataforma de referência para o SICAM

Em cada um dos módulos, são organizadas e divulgadas de forma sistemática as melhores práticas aplicáveis às respectivas áreas de intervenção funcional, encontrando-se já desenvolvidos e em fase de implementação por algumas Caixas Associadas, de acordo com um calendário faseado, os módulos iniciais.

Definição de arquitectura e manuais de processos e procedimentos

A definição e manutenção de uma arquitectura de processos que enquadre a actividade da Caixa Central estão entre as principais prioridades neste domínio, como resposta a algumas das novas exigências do sector:

- Desenvolvimento do ambiente de controlo interno de acordo com novas regras;
- Gestão de Risco Operacional, de acordo com Basileia II;
- Implementação de regras de *Compliance*;

Para além da resposta a estas exigências, maioritariamente decorrentes do contexto regulatório, a arquitectura de processos constitui uma importante ferramenta para a optimização, designadamente para:

- Reengenharia de processos, ao possibilitar a realização de análises e sugestão de melhorias conducentes ao incremento da produtividade;
- Definição de normativos claros e inequívocos, bem como de documentação de suporte à execução e controlo da actividade dos departamentos;
- Clarificação e atribuição clara de responsabilidades na execução dos processos, assegurando a articulação e segregação de funções entre os vários departamentos.

A estruturação da actividade segundo uma arquitectura de processos constitui ainda a base funcional de suporte para a implementação de mecanismos de automatização de processos e gestão documental no Grupo Crédito Agrícola.

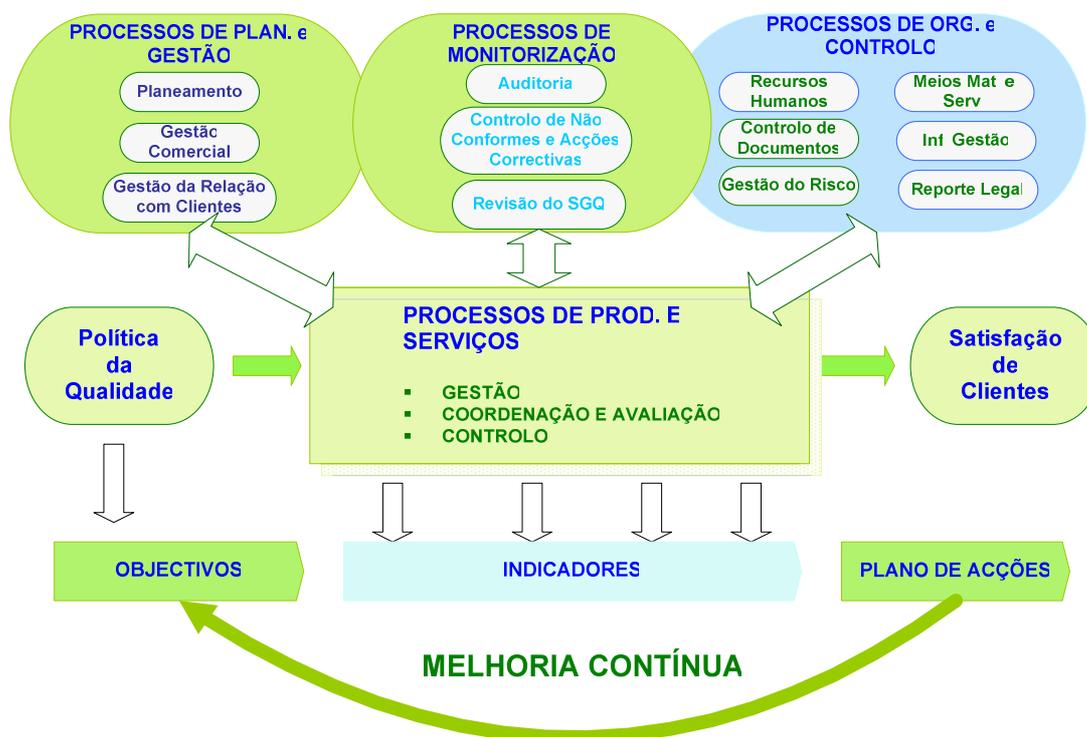
Com este propósito, durante o ano de 2008, foram documentadas as principais áreas de Negócio da Caixa Central, tendo também iniciado a definição da arquitectura de processos associada à Plataforma de Referência para o SICAM.

Projectos de apoio à Certificação de Qualidade (ISO9001)

O ano de 2008 foi marcante na orientação para a Qualidade de muitas Caixas Associadas, tendo assistido a vários processos de início de certificação, alguns dos quais já concluídos durante este ano.

Os projectos foram suportados por um Modelo de Sistema de Gestão da Qualidade como ferramenta de suporte à melhoria contínua dos processos, orientada à satisfação dos clientes.

MODELO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE



A implementação de uma Certificação de Qualidade tem óbvias vantagens, tendo em conta os mecanismos que nela constam, que, se correctamente utilizados, contribuem significativamente para a melhoria operacional.

No entanto, estas certificações incrementam muito a carga "burocrática" na gestão diária, sendo necessário avaliar cuidadosamente, ao longo do processo de certificação e caso a caso para cada contexto concreto, os prós e contras das soluções existentes.

É neste âmbito que a Caixa Central, através do DCO, tem procurado disponibilizar apoios, contando já com uma equipa com experiência prática, em resultado do trabalho realizado em conjunto com entidades certificadoras nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Certificadas ou em Certificação.

É, por isso, da maior importância, referir o papel que hoje a Caixa Central já tem no apoio à certificação das Caixas, garantindo, antes da certificação, que estão implementadas as melhores práticas operacionais e organizacionais.

Projectos de Reorganização e Optimização Operacional

Os projectos de Reorganização e Optimização operacional, ganharam durante o ano de 2008 uma grande relevância, sendo visível a intenção das Caixas Associadas de optimizarem a sua actividade através da realização de projectos de reorganização e reengenharia de processos, de acordo com as melhores práticas e com as novas exigências regulamentares.

A Caixa Central tem hoje, através do DCO, em articulação com outros departamentos da Caixa Central, como o DRH, uma equipa dedicada a estes projectos, realizando durante 2008 um grande número de estudos em colaboração com as Caixas Associadas, promovendo a melhoria organizacional do Grupo e apoiando os processos de fusão que se têm realizado.

Nos projectos realizados, é proposta às Caixas Associadas uma metodologia baseada em 3 vectores de actuação:

- Crescimento do negócio;
- Diminuição do risco;
- Aumento da eficiência.



Considerando estes vectores, são considerados, nos projectos realizados com cada Caixas Associada, objectivos concretos alinhados com o seu contexto específico, designadamente:

- Focalização no negócio;
- Centralização das actividades de suporte;
- Segregação de funções;
- Redução do número de estruturas;
- Reforço da vertente prudencial e de controlo;
- Competências especializadas.

Os projectos realizados tiveram âmbitos e resultados variados, dos quais se destaca:

- Definição ou optimização da estrutura organizacional, garantindo a segregação de funções;
- Clarificação de responsabilidades e funções;
- Optimização de Normas, de acordo com a nova estrutura organizacional, como, por exemplo, a delegação de competências;
- Definição ou optimização de manuais de processos e procedimentos;
- Optimização do número de recursos assignados às tarefas e respectivas áreas, de acordo com as cargas medidas e com a evolução prevista;
- Implementação da Plataforma Organizacional de Referência, considerando os pontos referidos anteriormente.

1.6.3. Meios Materiais e Logística

Na actividade em 2008, há que referir, em primeira linha, o alargamento da rede de Balcões da Caixa Central, que passou de 4 para 9 Balcões, dos quais dois novos na cidade do Porto, um na cidade de Lisboa, um na Amadora (Damaia) e um em Oeiras (Linda-a-Velha). Procedeu-se também à transferência do Balcão da Rua Júlio Dinis para a Rotunda da Boavista, no Porto. Os novos Balcões foram executados de acordo com o novo modelo de imagem e organização proposto pela Caixa Central.

Concluiu-se a remodelação da organização espacial do Edifício Castilho e do Edifício República, ficando alocados aos departamentos e gabinetes da Caixa Central e às empresas do Grupo CA, o espaço e os meios de infra-estrutura necessários ao crescimento dos serviços, ao desenvolvimento de novas funções e às exigências do respectivo negócio. Concluíram-se também diversos projectos cuja execução decorrerá em 2009, nomeadamente o do novo grupo gerador do Edifício Castilho e o de alterações ao Balcão Castilho.

Desenvolveram-se estudos com vista a dotar o CA de um modelo de loja automática, cujo projecto deverá ficar concluído no primeiro trimestre, que permitirá oferecer serviços bancários interactivos, cujo modelo tem sido articulado com a Caixa Associada de São Teotónio. Desenvolveram-se, também, estudos e projectos para a criação de centros de empresa, nomeadamente em Faro, e cujo modelo tem sido articulado com a Caixa Associada do Algarve.

Conforme acordado, procedeu-se à transferência do estacionário (impressos personalizados) da Caixa Central para a FENACAM, no sentido de que a gestão de *stocks* de todos os impressos do CA se processe no Serviço de Produção Documental e Aprovisionamento (SPDA), a fim de se obterem preços de mercado mais favoráveis.

Encetaram-se negociações com os principais fornecedores de serviços, a fim de se obter em descontos de grande cliente, compatíveis com a dimensão do negócio do Grupo CA, com objectivos e metas anuais preestabelecidos.

A organização da segurança no sector bancário foi um factor de permanente preocupação. Assim, através da divulgação de circulares pelas Caixas Associadas, foram fomentadas

algumas medidas de sensibilização, sendo estas acções encaradas como instrumentos da máxima importância. As crescentes ocorrências de furto ou tentativa de furto a caixas automáticas da rede Multibanco levaram-nos, em conjunto com a CA Informática, a divulgar e a incentivar a implementação do sistema de protecção por tintagem de notas.

Em cumprimento à Lei n.º 67/ 98 de 26 de Outubro, segundo a qual a utilização de sistemas de gravação de imagens carece de autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), a Caixa Central deu início ao processo de regularização desta situação tendo enviado para a CNPD as respectivas notificações aos sistemas de gravação de imagem instalados nos seus edifícios e Balcões. Após estes terem sido deferidos, foi colocado ao dispor das Caixas Associadas o apoio necessário à regularização dos seus sistemas de gravação de imagens junto da CNPD.

No final de 2008, a Caixa Central procedeu à substituição do seu equipamento de televigilância, em todos os seus edifícios, por um sistema de gravação digital, com muitas vantagens, nomeadamente na alta qualidade das imagens e na facilidade de consulta.

Relativamente à gestão dos imóveis provenientes de incumprimentos de créditos, que eram de 36 em 31 de Dezembro de 2007, em 2008 foram recebidos 8 imóveis, tendo sido vendidos 4 da bolsa de imóveis existentes. Em processo de venda encontra-se, ainda, um imóvel, tendo sido já celebrado o contrato promessa de compra e venda e recebido o respectivo sinal. Existem, também, 4 imóveis recuperados do *leasing*.

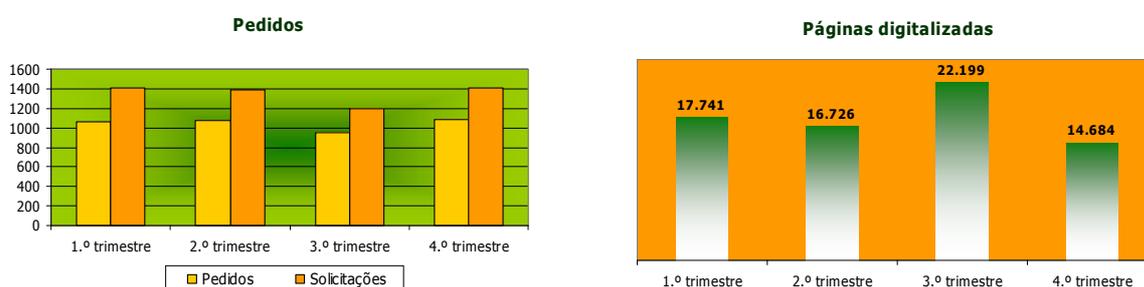
Ampliou-se a capacidade instalada do Arquivo Central, em Castanheira do Ribatejo, com mais um novo conjunto de estantes e procedeu-se também à melhoria das condições de conservação no 3.º. Depósito, o que proporcionou um aumento da capacidade instalada do Arquivo em cerca de 37%.

No âmbito da actividade do arquivo foram efectuados 4.174 pedidos (3.276 em 2007), num total de 5.421 solicitações¹ (4.479 em 2007), tendo sido, ainda, digitalizadas 71.350 páginas (75.856 em 2007), com a evolução trimestral indicada nos gráficos.

Quanto ao recurso às imagens digitais para consulta de documentos, os pedidos

respondidos em formato digital foram de 87% do total. O número de páginas digitalizadas sofreu uma ligeira redução, mantendo-se acima das 70.000. Com o aumento de cerca de 27,4% na média de pedidos mensais face a 2007, a percentagem de respostas fora de prazo estabilizou nos 7% (média de 2007 ascendeu a 10,25%).

As solicitações ao Arquivo provenientes das empresas do Grupo e Caixas Associadas, que no último trimestre de 2007 representavam cerca de 2,7%, foram, no último trimestre de 2008, cerca de 14% da totalidade de solicitações, representando um significativo aumento.



Iniciou-se a digitalização integral dos documentos relativos a contratos de *leasing* mobiliário enviados para o cofre da Tesouraria. Assim, foram criados 1.285 novos documentos relativos a contratos de 2008, num total de 20.268 páginas e foram criados 1.511 documentos relativos a contratos em vigor, mas anteriores a 2008, num total de 21.722 páginas.

Relativamente ao alargamento da actividade, foram realizadas as seguintes tarefas:

- Implementação do modelo de arquivo da Caixa Central no Departamento de Títulos;
- Recolha e tratamento do arquivo da Caixa Associada de S. Teotónio;
- Recolha e tratamento do arquivo da Caixa Associada do Algarve – 1ª fase: Portimão, Monchique e Faro;
- Implementação de novo modelo de arquivo na Caixa Associada do Algarve (a terminar no 1.º trimestre de 2009).

¹ Cada pedido pode ter várias solicitações.

Visando auscultar os Departamentos e Gabinetes da Caixa Central quanto aos níveis de satisfação face à actividade do Arquivo Central, foi preparado e realizado um inquérito, em Dezembro, a 140 utilizadores, que demonstrou um elevado grau de satisfação.

Dando sequência ao modelo centralizado de arquivo, na Caixa Central, desenvolveu-se uma parceria com vista a melhor compreender o nosso ambiente de escritório e os processos de trabalho a ele associados. Para dar resposta às questões solicitadas fez-se um levantamento da situação existente, o que permitiu identificar os elevados volumes de impressão desnecessária e uma gestão logística complexa, com poucas sinergias.

Neste quadro, criou-se um novo modelo que assenta principalmente na impressão centralizada, no controlo das impressões, com uma conseqüente redução de custos. Neste âmbito, procedeu-se à substituição, no edifício Castilho, de todos os equipamentos de impressão (fotocopiadoras, impressoras, fax, *scanner*) por um único equipamento, com todas estas funcionalidades, o que representa uma redução de 246 equipamentos para apenas 57.

Comissão de Organização, Meios e Sistemas de Informação (COMSI)

Em 2008 realizaram-se duas sessões da COMSI, tendo sido concluído, no decurso da análise do seu funcionamento, que a COMSI deveria, de resto em conformidade com a sua verdadeira vocação, passar a abarcar no seu âmbito iniciativas orientadas para aspectos organizacionais – como é o caso da plataforma organizacional de referência para as Caixas –, de gestão de meios e de segurança, para além das questões que relevam dos sistemas de informação.

Espera-se, assim, que a actividade da Comissão em 2009 seja informada por essas linhas de orientação.

1.6.4. Auditoria Interna

A melhoria de procedimentos, o despiste de potenciais riscos e a avaliação do Sistema de Controlo Interno, constituem premissas de orientação no contexto dos objectivos e posicionamento da actividade desta área, de forma a aportar valor à organização.

Foi dada continuidade à promoção do processo de implementação da função Auditoria nas CCAM tendo sido celebrado um novo protocolo de colaboração na prestação deste serviço. Para CCAM de pequena dimensão, esta tem sido uma das soluções encontradas, estando em curso a adesão a este protocolo por outras CCAM.

No âmbito da dinamização e apoio aos Auditores do Crédito Agrícola, destacamos a continua assessoria à **Comissão de Auditoria e Controlo Interno** e a realização de eventos globais para fomentar e desenvolver competências e fortalecer o espírito de grupo entre a comunidade de Auditores:

- Acção de formação sobre Auditoria baseada no Risco e Relatórios de Auditoria;
- I Encontro de Auditores Internos do Crédito Agrícola.

Durante o ano de 2008 a Comissão de Auditoria procurou também desenvolver iniciativas com vista ao reforço da função de auditoria no Crédito Agrícola, designadamente nas vertentes relacionadas com o reforço de competências e melhoria de metodologias e instrumentos de trabalhos.

Relativamente ao modelo de Auditoria Interna para o SICAM, no final de 2008 apenas 23% das Caixas não tinham esta função implementada, estando no entanto em curso a adesão de mais algumas CCAM ao modelo.

Tipologia	Nº de Caixas	%
Total de Caixas	91	100%
Caixas com Auditoria Própria	70	77%
Auditor próprio	64	
Prestação de Serviços (Caixa Central)	3	
Prestação de Serviços (Emp. Externa)	3	
CCAM sem Auditoria	21	23%

1.6.5. Compliance

Decorrente da recomendação do Comité de Basileia, contida no documento intitulado “*Compliance and Compliance Function in Banks*”, e no seguimento da aprovação e publicação pelo Banco de Portugal, em 01-07-2008, do Aviso 5/2008, que estabeleceu a obrigação de as instituições de crédito disporem de um sistema de controlo interno que, além do mais, garanta o respeito pelas disposições legais e regulamentares, a Caixa Central procedeu à reestruturação do Gabinete de Informação e Controlo de Gestão, transformando esta unidade de estrutura no Departamento de *Compliance* e Informação de Gestão (DCIG).

Com esta reestruturação foram atribuídas ao DCIG as funções de “*Compliance Office*” da

Caixa Central, em acumulação com as funções que a anterior estrutura mantinha no que respeita ao Reporte e Informação de Gestão.

A visão e a missão da Função *Compliance* centram-se na gestão do risco de *Compliance*, muitas vezes indutor de outros riscos a que a instituição está sujeita, e consubstanciaram-se na definição dos objectivos estratégicos da Função *Compliance* já vertidos na norma de estrutura e Orgânica da Caixa Central.

Visão

Promover uma **cultura** orientada para o cumprimento das **obrigações legais e regulamentares** com vista a minimizar o risco de incorrer em **sanções** legais ou regulamentares, financeiras ou reputacionais.

Missão

- **Identificar** as necessidades de *compliance* e garantir a ligação com as entidades de supervisão;
- **Organizar** e supervisionar as actividades no âmbito da Função *Compliance*;
- **Promover** a existência dos meios humanos, técnicos e informacionais necessários à Função *Compliance*;
- **Articular** as suas funções com as diversas entidades organizacionais e unidades de negócio do GCA.



De forma a garantir o cumprimento da visão, missão e objectivos para o qual foi criada, foi ainda definido o modelo operativo e de funcionamento da Função Compliance.



Este modelo visa garantir o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelas normas e usos profissionais e deontológicos, pelas regras internas e estatutárias, pelas regras de conduta e de relacionamento com clientes, pelas orientações dos órgãos sociais e pelas recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia e do Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS) de modo a evitar que o Crédito Agrícola seja alvo de sanções.

Assim, e após um processo de selecção interna de colaboradores e com a equipa de técnicos ainda em constituição, a Área de *Compliance* do DCIG iniciou a sua acção, no final do mês de Novembro de 2008, com a definição e elaboração de plataformas e metodologias de apoio à sua actividade corrente, visando preparar o início em pleno da sua actividade, até ao final do primeiro trimestre de 2009, altura em que se prevê seja iniciada a expansão da função *compliance* a todo o Grupo.

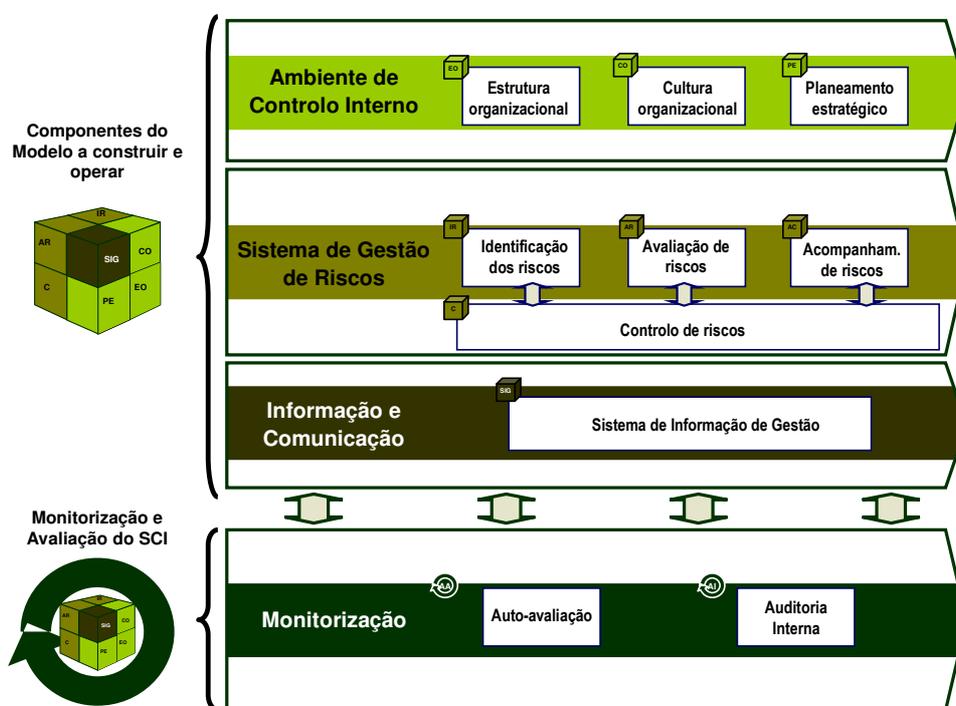
Neste sentido, foi traçado o perfil dos "*Compliance Monitors*" que constituirão os interlocutores do DCIG junto das várias unidades e estruturas orgânicas da Caixa Central, e iniciou-se a elaboração do Manual de *Compliance*.

Simultaneamente, e no âmbito da sua acção específica, e com a perspectiva de vir a acrescentar valor à Instituição, o DCIG participou no processo de elaboração dos Relatórios Anuais de Controlo Interno relativos a 2008, tem vindo a promover a análise e discussão do teor das consultas públicas que foram lançadas pelos reguladores envolvendo as áreas de estrutura relacionadas, e controlando a divulgação da informação relativa a novas obrigações legais e regulamentares, tudo com vista à implementação dos mecanismos adequados ao respectivo cumprimento.

Ainda no âmbito do *compliance* regulamentar, impulsionou e acompanhou o desenvolvimento de uma ferramenta para gestão de reportes que contribuirá para o cumprimento atempado dos prazos regulamentares bem como para a garantia de coerência de informação remetida e que será disponibilizada ao SICAM durante o primeiro trimestre de 2009.

1.6.6. Controlo Interno

No âmbito do Controlo Interno, a Caixa Central desenvolveu, em 2008, um conjunto de iniciativas que, enquadradas no programa de Transformação da Função Risco, tiveram como principais objectivos, por um lado a melhoria do Sistema de Controlo Interno da Caixa Central e do SICAM e, por outro lado, o desenvolvimento de processos e metodologias que assegurassem a sua resposta atempada aos requisitos legais e de regulamentação do sector financeiro.



Componentes e processos no âmbito do desenvolvimento no contexto do Sistema de Controlo Interno do Grupo CA

Para o desenvolvimento das iniciativas referidas, foi particularmente determinante a publicação em Junho de 2008, após consulta pública, de nova regulamentação relativa ao sistema de controlo interno das instituições financeiras, designadamente o Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008 e o regulamento da CMVM nº 3/2008, o que suscitou, neste âmbito, novos desafios à generalidade das instituições financeiras. Para assegurar a resposta necessária aos desafios colocados à Caixa Central e ao SICAM, foi constituído na Caixa

Central um Grupo de Trabalho integrando, para além das três áreas identificadas no aviso, designadamente as áreas de Gestão de Risco, de Compliance e de Auditoria Interna, também o Departamento de Consultoria e Organização.

1	Documentar os controlos	Descrever e caracterizar todas as actividades de controlo existentes, incluindo as actividades processuais, aplicacionais, de gestão intermédia e executadas pela Gestão de Topo
2	Auto-avaliação de controlo	Após documentação dos controlos, as instituições deverão criar mecanismos contínuos de auto-avaliação dos controlos efectuados a todos os níveis e numa lógica piramidal
3	Responsabilização de três áreas	As instituições deverão adaptar as funções das três áreas obrigatórias ⁽¹⁾ : gestão de risco, <i>compliance</i> e auditoria interna às novas exigências (relatórios pelo menos anuais de avaliação do controlo interno)
4	Estabelecimento de objectivos	Tradução dos objectivos globais de um sistema de controlo interno em objectivos claros e precisos de natureza quantificável que sejam incorporáveis na gestão dos riscos
5	Prestação de informação	Os relatórios passam a dar ênfase à caracterização das insuficiências do sistema e identificação de propostas para a sua correcção e melhoria, o que pressupõe a assumpção do erro e das fragilidades das Instituições.

⁽¹⁾ Dependendo da sua dimensão, algumas CCAM poderão estar dispensadas de ter uma Função de Gestão de Riscos e uma Função de Auditoria Interna independentes.

***Principais desafios colocados ao grupo Crédito Agrícola pelo
aviso do Banco de Portugal nº 5/2008 e Regulamento da CMVM nº3/2008***

No que respeita aos objectivos relacionados com a melhoria do sistema de controlo interno, e dando continuidade a iniciativas de documentação dos seus processos realizadas em anos anteriores, a Caixa Central procedeu, sob a coordenação do Grupo de Trabalho designado, à sistematização de todas as actividades de controlo realizadas dentro dos processos considerados críticos (de acordo com critérios objectivos, como a relevância material), considerando para cada processo os riscos relevantes.

Relativamente à capacitação do Grupo CA para a resposta atempada e em conformidade com os requisitos do Aviso nº5/2008, o Grupo de Trabalho designado promoveu, junto do SICAM, um plano de trabalhos que visou, para além da preparar o relatório de controlo interno da Caixa Central, apoiar as Caixas Associadas do SICAM e restantes entidades do Grupo CA na preparação dos seus relatórios individuais e assegurar a realização do relatório consolidado. Para este efeito, foram dinamizadas pelo grupo de trabalho, acções de comunicação e sensibilização com a participação de interlocutores de todas as Caixas Associadas e disponibilizada documentação de suporte, incluindo templates e modelos de

suporte à elaboração do relatório. A metodologia definida pelo Grupo de Trabalho, e que incluiu a construção e o acordo prévio por parte das entidades de supervisão dos modelos e estruturas de análise a adoptar nos relatórios, bem como o plano de trabalhos seguido por todos os intervenientes, permitiram assegurar a preparação atempada do Relatório de Controlo Interno de 97 instituições integradas no Grupo CA (incluindo a Caixa Central, a CA Gest e todas as Caixas Associadas), garantindo ainda a homogeneidade dos conceitos e critérios adoptados por todas elas e constituindo uma base de trabalho para futuros processos.

É ainda de realçar que, para além de assegurar o *Compliance* do Grupo CA com a regulamentação do sector, a metodologia desenvolvida constitui, pela reflexão suscitada e pela sistematização introduzida relativamente aos aspectos chave do Sistema de Controlo Interno, uma importante ferramenta para a melhoria do sistema de controlo interno de cada uma das Caixas Associadas bem como do Grupo CA.

1.6.7. Provedor do Cliente

No ano de 2008, o Crédito Agrícola autonomizou o processo de gestão de reclamações com a perspectiva de obter ganhos de eficiência e optimização de procedimentos e circuitos com base nas informações colhidas nas comunicações, sugestões e reclamações efectuadas pelos seus clientes.

Também fez parte da estratégia conducente à institucionalização de um Gabinete do Provedor do Cliente (GPC) – com a designação de um quadro da Caixa Central para este cargo – promover uma dinâmica de enquadramento comercial no sentido de garantir a fidelização dos clientes, observar parcelas de oportunidade de negócio, clarificar processos comunicacionais de venda e difundir a imagem do CA por esta via.

Por outro lado, independentemente da regular gestão destes processos pela anterior estrutura responsável (Departamento de Auditoria), desenvolveu-se uma articulação específica com o Banco de Portugal, nomeadamente com os Departamentos normalmente envolvidos nas matérias em apreço e em particular com o Departamento de Supervisão Bancária que, através da Área de Supervisão Comportamental, tem dinamizado diversos procedimentos que afectam as Instituições de Crédito e para os quais o Crédito Agrícola deve estar preparado para corresponder.

Apresentam-se de seguida alguns dados relativos à actividade de 2008, sendo que o GPC apenas iniciou a sua acção em Junho.

Nº total de processos registados e tratados	2008
Atendimento	29
Produtos/Crédito	99
Produtos/Recursos	21
Serviços/ATM	6
Serviços/Cartões de Débito	15
Serviços/Cartões de Crédito	8
Serviço/Cheque	57
Outras*	179
Total	414

* (nomeadamente utilização CA On-Line, Resgate de Títulos de Capital, dificuldades de acesso ao Site, Cobrança de Comissões, Central de Responsabilidades de Crédito).

A segregação das tipologias de reclamações é fruto das limitações determinadas pela transição de processos e será profundamente alterada em 2009, até para corresponder à classificação definida pelo Banco de Portugal no BPNNet.

Do total de processos registados e tratados em 2008, 18% tiveram resposta com sentido favorável ao cliente.

Foi cumprido o prazo legal de resposta a Reclamações em Livro (10 dias úteis) e o prazo médio de resposta a "Outras Reclamações" foi de 15 dias úteis, inferior aos 20 dias úteis definidos pelo Banco de Portugal para este tipo de reclamações.

1.7. BancaSeguros

1.7.1. Seguros – Ramos Reais

O ano de 2008 ficou marcado de forma positiva pela distinção atribuída à CA Seguros de **Melhor Seguradora Não Vida no segmento de Pequenas e Médias Empresas** no estudo “500 Maiores & Melhores” empresas em Portugal, promovido pela revista Exame, pela Informa D&B e pela Deloitte.

No desenvolvimento da sua estratégia, a CA Seguros continua a assumir como central a actividade de Bancaseguros, privilegiando a sua ligação ao Crédito Agrícola no âmbito de um quadro institucional de cooperação e de partilha de resultados, com o objectivo de prestar um serviço de elevada qualidade assegurando elevados níveis de protecção a todos os Clientes na Área dos Seguros Não Vida.

A taxa de penetração da CA Seguros nos Clientes do Crédito Agrícola tem evoluído de forma positiva ao longo dos últimos anos, registando no final do ano de 2008 um valor de 14,3%, pelo que subsiste um enorme potencial de crescimento.

Suportando a estratégia e potenciando a política comercial definida, renovou-se mais uma vez o Sistema de Incentivos, estruturado e orientado para os Colaboradores das CCAM. A adesão continuou a exceder as expectativas tendo sido um forte impulsionador das vendas. Do total de cerca de 3.500 Colaboradores do Crédito Agrícola, 2.170 efectuaram vendas em 2008 o que representa uma consolidação do envolvimento destes.

Refira-se que o modelo de determinação das remunerações de mediação a pagar às CCAM, além de incentivar um enfoque nos Segmentos de Clientes e Produtos mais rentáveis, inclui um forte incentivo ao aumento da taxa de penetração no universo dos Clientes do Crédito Agrícola e do número médio de apólices por Cliente (captação) tendo garantido um crescimento da taxa média de remunerações pagas às CCAM de 6,7%.

Com o objectivo de libertar cada vez mais os Colaboradores das CCAM de tarefas administrativas, permitindo a sua maior dedicação à função comercial e ao serviço ao Cliente, foi concretizada a centralização, pela CA Seguros, da impressão e envio aos

Clientes de toda a documentação relativa aos Contratos de Seguros.

Ao nível da actividade comercial, há ainda a destacar a implementação de medidas visando uma adequada subscrição, o controlo da sinistralidade e a maior consciência da rede para a Criação de Valor para o Grupo CA.

No ano de 2008, foram lançados os Produtos **CA Protecção Financeira** e **CA Energias Renováveis**, ambos associados a Produtos bancários do Crédito Agrícola.

Continuou a aposta nas acções de marketing local dando-se um apoio concreto à dinamização da actividade nas CCAM envolvidas, e colaborou-se, também, ao nível das campanhas integradas com a participação do Departamento de Marketing da Caixa Central, procurando-se capitalizar sinergias ao nível do *cross-selling* de Produtos Bancários e de Seguros.

Em colaboração com o Centro de Formação da Caixa Central, deu-se continuidade ao processo formativo disponibilizado, por via de *e-learning*, pela Associação Portuguesa de Seguradores para a certificação dos Colaboradores do SICAM, tendo-se garantido no ano de 2008 a **certificação de 808 Colaboradores**.

A III Convenção Anual da CA Seguros contou com a presença dos Colaboradores das CCAM que atingiram os objectivos necessários para essa qualificação. As viagens no âmbito do sistema de incentivos distinguiram igualmente os Colaboradores das CCAM com melhor performance na venda de seguros que continuam a referir estas iniciativas como um dos factores mais motivantes para a contínua melhoria da sua performance comercial.

Rubrica	2006	2007	2008
Prémios Brutos Emitidos	65.442	68.516	73.077
Activo	124.920	130.887	139.250
Capitais Próprios	19.144	21.532	22.618
Resultado Líquido	3.763	4.206	1.656
Nº Colaboradores no final do ano	112	125	137

A capacidade comercial do Crédito Agrícola permitiu superar o nível de evolução do Mercado Não Vida em Prémios Brutos Emitidos, apresentando a CA Seguros um crescimento de 6,7% enquanto o Mercado Não Vida apresentou uma variação negativa de -1,3%.

Nos Produtos em que a Companhia tem vindo a apostar, registaram-se variações positivas, nomeadamente, em Acidentes Pessoais, Saúde, Responsabilidade Civil e Habitação.

A boa performance ao nível da Produção reflectiu-se favoravelmente sobre a carteira de seguros que atingiu 300 mil apólices em Dezembro de 2008, um aumento de 7,0% em relação ao final de 2007. Da mesma forma, o número de Clientes com apólices em vigor aumentou 6,6%, de 159 mil para 170 mil, tendo-se verificado um aumento do número médio de apólices por Cliente, de 1,76 em 2007, para 1,77 em 2008.

O equilíbrio na estrutura da carteira de Seguros e uma gestão técnica rigorosa contribuíram para se manter uma taxa média de sinistralidade de cerca de 55% dos prémios adquiridos. O ligeiro aumento face a 2007 é explicado por um significativo reforço das Provisões para Sinistros no ano de 2008, pelo montante de 7,9 milhões de euros, traduzindo uma política de provisionamento conservadora.

As Margens Técnicas geradas em 2008 foram muito próximas das geradas em 2007, não obstante o reforço das Provisões Técnicas.

Os Custos Operacionais registaram um aumento de apenas 1,9% em 2008, merecendo especial referência a rubrica das remunerações de mediação de seguros, a qual registou um aumento de 6,7%.

Os Investimentos Financeiros cresceram 9,2%, traduzindo o efeito do aumento da actividade, da carteira de seguros e das Provisões Técnicas.

Dada a evolução negativa dos mercados de capitais ao longo do ano, a CA Seguros decidiu efectuar a alienação integral das unidades de participação que detinha no fundo Raíz Europa gerido pela CA Gest, realizando uma menos-valia de 2,7 milhões de euros, mas evitando desta forma perdas potenciais superiores.

Consequentemente, os Resultados dos Investimentos Financeiros ascenderam apenas a 654 mil euros em 2008, enquanto em 2007 tinham sido de 2,9 milhões de euros.

Os Resultados Antes de Impostos situaram-se em 2,4 milhões de euros, o que representa uma redução de 56,9% relativamente ao ano anterior, explicado por uma forte deterioração do Resultado Financeiro.

Ainda assim, a exploração equilibrada, ao nível da actividade técnica, permitiu acomodar integralmente o forte impacto negativo da Crise nos mercados financeiros, e apresentar um Resultado Líquido de cerca de 1.656 mil euros.

Pelo 2º ano consecutivo a Assembleia-Geral da CA Seguros aprovou a proposta de Distribuição de Resultados incluindo o pagamento de Dividendos aos Accionistas, no montante de 540 mil euros, o que corresponde a 33% do Resultado Líquido do Exercício.

A situação patrimonial da CA Seguros registou uma evolução estável em 2008, traduzida num continuado aumento dos Capitais Próprios e num elevado nível de cobertura das Garantias Financeiras exigidas pela entidade de supervisão (Instituto de Seguros de Portugal).

O ano de 2008 ficou ainda marcado por um reforço das Provisões Técnicas (Brutas), as quais cresceram 8,5 milhões de euros, o que contribui para a elevada solidez económica da Companhia e para um reforço das Garantias Financeiras, garantindo uma maior segurança aos Segurados e Sinistrados.

As responsabilidades relativas aos Segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2008, quer ao nível da representação das Provisões Técnicas, quer ao nível da Margem de Solvência, em que a taxa de cobertura se situava em 196%, um valor claramente acima da média do Mercado Não Vida.

Os Activos elegíveis para a representação das Provisões Técnicas asseguravam um grau de cobertura destas de 122%.

1.7.2 – Seguros – Ramo Vida

A Produção realizada em 2008 permitiu à CA Vida manter o lugar no Ranking das **10 maiores Companhias de Seguros de Vida em Portugal**.

O ano de 2008 ficou ainda marcado pelo **10º aniversário** desta Companhia, pela introdução de novas tarifas de Seguros de Risco que tornaram os produtos associados às mesmas mais competitivos e pelo aumento da oferta de Soluções de Capitalização.

Em 2008, regressaram de forma capitalizada, às Caixas Agrícolas, cerca de 57,6 milhões de euros pela via dos vencimentos, resgates e outros sinistros de Seguros de Capitalização, sendo este um importante veículo de fidelização e optimização da relação com o Cliente.

Sendo a comunicação directa com o canal bancário um meio de proximidade com os Colaboradores das Caixas Agrícolas e, em simultâneo, com os seus Clientes, apostou-se numa informação regular, precisa e clara, utilizando as novas tecnologias.

A forte aposta estratégica da CA Vida na formação profissional é determinante no contributo para o incremento de competências dos seus recursos humanos tendo cumprido na íntegra o Plano de Formação do GCA e, adicionalmente, apresentado propostas visando a progressão dos níveis de conhecimentos técnicos necessários a uma prestação de serviços assertiva, proactiva e dinâmica. Foram constantes as acções de actualização de conhecimentos desenvolvidas por iniciativa da Companhia, respondendo às várias solicitações das Caixas Agrícolas.

Em 2008, bem como em anos anteriores, os encontros "*Um dia na minha Vida*" continuaram a acolher nas instalações da CA Vida Colaboradores de diferentes Caixas Agrícolas, de forma a partilhar as suas experiências e realidades distintas.

O ano de 2008 funcionou como ano de consolidação das tecnologias no seio da organização, tendo sido criadas melhorias de modo a incrementar o nível de qualidade de serviço, através da disponibilização de ferramentas de automatização, integração e validação de informação.

O sistema informático foi objecto de uma actualização que englobou a estrutura de dados e de Menus. Esta actualização tornou mais eficaz a consulta e a disponibilização de informação quer ao nível interno, quer ao nível da integração de módulos aplicativos, elevando os níveis de serviço prestados a Clientes e Caixas Agrícolas.

Procedeu-se ainda à adequação das directivas regulamentares do Sector, nomeadamente no respeitante à Gestão de Risco e Controlo Interno, tendo sempre como objectivo a redução do risco operacional, e o aumento da produtividade.

No que respeita aos projectos desenvolvidos no seio do Grupo Crédito Agrícola, destaque-se a participação da CA Vida no projecto ISMC (Infra-estrutura de suporte ao Marketing e Comercial) e no projecto Plano de Continuidade de Negócio.

Num contexto desfavorável, a política de investimentos adoptada na gestão das carteiras assumiu um carácter defensivo e claramente orientada para a preservação do capital.

No ano de 2008, a CA Vida apresentou um volume de prémios brutos emitidos de 129 milhões de Euros o que representou um decréscimo de 8,3% quando comparado com o ano anterior. Contudo, é de salientar o crescimento alcançado nos produtos de Risco em 8,7%.

Valores em milhares de €, excepto %

Prémios Brutos Emitidos e Contribuições para Fundos de Pensões	2007	2008	Δ% 08/07
Prémios de Risco	17.362	18.865	8,7%
Prémios de Capitalização	123.634	110.424	-10,7%
Sub-Total	140.996	129.289	-8,3%
Fundos de Pensões	32.073	8.652	-73,0%
Total	173.068	137.941	-20,3%

No que respeita a Fundos de Pensões, o volume de contribuições ascendeu em 2008 a 8,6 milhões de euros. A diminuição do valor de contribuições em comparação com o ano anterior é explicada pela transferência da gestão para a CA Vida do Fundo de Pensões Crédito Agrícola ocorrida em 2007.

No ano de 2008, 13,7% do volume de negócios refere-se a Produtos de Risco, 80,1% a Produtos de Capitalização, sendo o peso das contribuições para Fundos de Pensões de 6,2%.

Valores em milhares de €, excepto %

	Custos com sinistros	2007	2008	Δ% 07/08
Risco	Montantes Pagos	6.164	5.365	-13,0%
	Provisão para Sinistros (Variação)	1.498	-462	-130,9%
	Total	7.663	4.902	-36,02%
Capitaliz.	Montantes Pagos	42.014	57.625	37,2%
	Provisão para Sinistros (Variação)	-307	-13	-95,7%
	Total	42.014	57.612	37,12%

Nota: Os valores não incluem custos de gestão imputados.

Os custos com sinistros aumentaram 38% na Carteira de Capitalização, com especial destaque para os resgates e para os sinistros pagos por falecimento ou invalidez que registaram um crescimento de 59% e 76%, respectivamente. Na Carteira de Risco assistiu-se a um decréscimo de 36% nos custos com sinistros comparando com o período homólogo.

Como consequência da evolução negativa do mercado de capitais, a Companhia registou perdas em investimentos, o que provocou um resultado negativo de 275 mil euros.

Valores em milhares de €

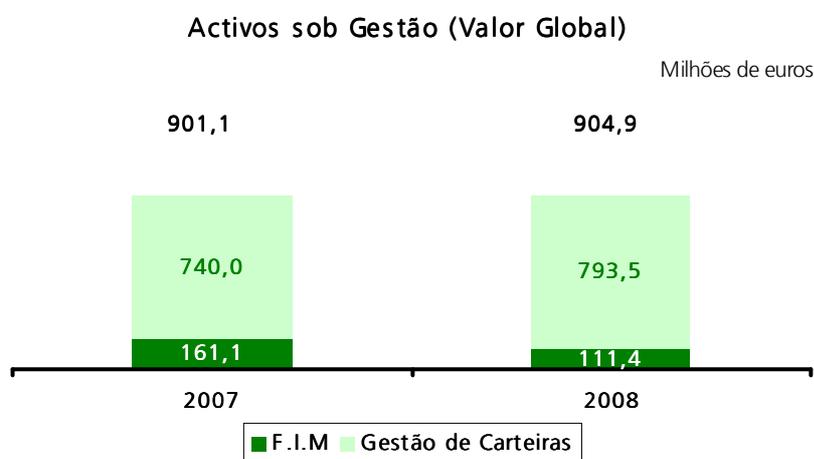
CRÉDITO AGRÍCOLA VIDA	2007	2008
Activo Líquido	601.247	657.092
Situação Líquida	32.835	33.277
Resultado Líquido	7.213	-275
Nº Colaboradores efectivos	38	40

Foi ainda realizado um aumento de capital, reservado a accionistas no montante de 4,5 milhões de euros, pela emissão de 900.000 novas acções ao valor nominal de 5 euros.

1.8. Banca de Investimento

1.8.1. Gestão de Activos e Fundos de Investimento / Fundos de Investimento Imobiliário

O valor global dos activos sob gestão da CA Gest apresentou em 2008 um crescimento modesto, mas positivo, de 0,4%, contrariando a evolução negativa do sector. Em 31 de Dezembro de 2008, os activos líquidos sob gestão da CA Gest totalizavam 904,9 milhões de euros.



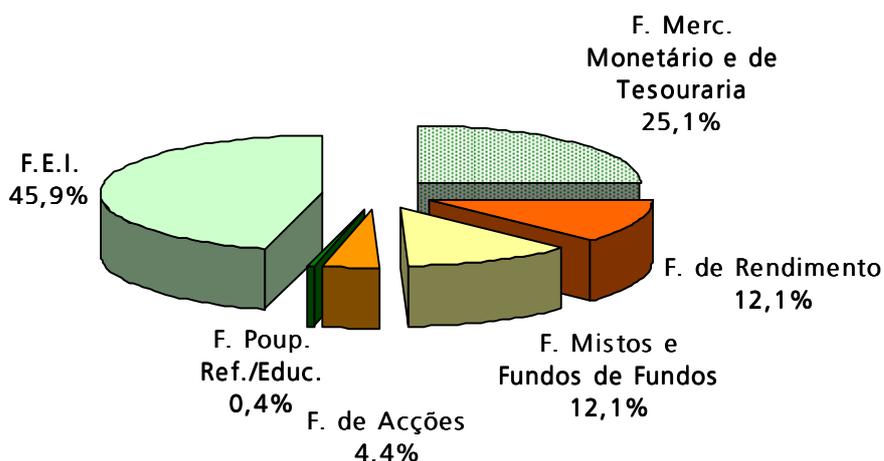
O valor líquido global dos fundos de investimento mobiliário geridos pela CA Gest e comercializados pelo Crédito Agrícola totalizou 111,4 milhões de euros, em Dezembro de 2008, o que corresponde a uma forte diminuição de 30,9% face a Dezembro de 2007, ainda assim significativamente menor do que a verificada neste sub-sector do mercado (-44,3%).

Se excluirmos os Fundos Especiais de Investimento geridos pela CA Gest, os restantes Fundos registaram uma redução do total dos seus activos líquidos de 64,9 milhões de euros, correspondente a 51,9%, superior ao decréscimo de 48,1% verificado no mercado.

Contudo, o crescimento dos Fundos Especiais de Investimento geridos pela CA Gest, decorrente do lançamento de dois novos Fundos, cifrou-se em 42,3%, acima dos 36,7% registados no sector. Este tipo de fundos passou a constituir a parcela mais importante (45,9%) do "mix" de produtos financeiros que a CA Gest disponibiliza para comercialização.

O Fundo Raiz Poupança Reforma-Educação continuou a registar a transferência de PPR/E para outras entidades gestoras e deverá ser liquidado em 2009.

ACTIVOS SOB GESTÃO POR TIPO DE FUNDO



Apesar de o Fundo Raiz Tesouraria ter apresentado uma rentabilidade positiva e, conseqüentemente, superior à média dos fundos desta classe que encerrou o ano com um valor negativo, verificou-se uma redução do valor global líquido do fundo superior à média do mercado. Este tipo de evolução também se verificou relativamente ao Fundo Raiz Europa, cuja rentabilidade, profundamente atingida pela desvalorização dos mercados accionistas, foi, ainda assim, bastante melhor que a média deste tipo de fundos.

Todos os OICVM geridos pela CA Gest obtiveram rentabilidades superiores às rentabilidades médias dos fundos congéneres.

Do facto de a evolução dos activos dos fundos de investimento geridos pela CA Gest ter sido menos desfavorável que a verificada neste sub-sector, decorreu o ganho de uma posição no "ranking" das entidades gestoras de Fundos – ocupando agora a 12ª posição - e um ligeiro ganho da quota de mercado da sociedade.

Gestão de Carteiras

O montante sob gestão de carteiras de clientes registou em 2008 um crescimento de 7,2%, atingindo os 793,5 milhões de Euros no fecho do exercício, o que representa um acréscimo de 53,5 milhões de euros face ao final de Dezembro do ano anterior. Esta evolução positiva, claramente acima do desempenho do sub-sector, ficou inteiramente a dever-se ao crescimento das carteiras de clientes institucionais.

Com efeito, o montante sob gestão das carteiras de clientes institucionais aumentou 10,7%, enquanto as carteiras de clientes particulares registaram um decréscimo de 55,2%.

O crescimento do montante das carteiras sob gestão da sociedade acima da média do sub-sector é responsável por um ligeiro ganho de quota de mercado mantendo, no entanto, o 7º lugar no ranking nacional.

Diversificação da Oferta

O desenvolvimento e diversificação da oferta de fundos de investimento da CA Gest continuou a privilegiar os fundos especiais de investimento, como forma de melhor adequar essa oferta ao perfil dos clientes.

Assim, em 2008, a CA Gest lançou o seu primeiro fundo especial de investimento fechado – **CA Agro-Valorização** – indexado à valorização de um cabaz de bens agrícolas. Concretamente, o fundo tem como objectivo:

- a) Obter, na data final de reembolso, 100% do capital inicialmente subscrito na data de constituição do Fundo, independentemente da evolução dos mercados de futuros sobre bens agrícolas, mas sujeita à capacidade financeira das entidades emitentes dos instrumentos de dívida que integram a carteira do Fundo;
- b) Obter, na data final de reembolso, uma remuneração total líquida correspondente a 80% da valorização média de um cabaz composto em partes iguais pelos Contratos a Futuro (“Near Contract Generic Future”) sobre os produtos agrícolas Trigo, Milho, Soja e Açúcar, sendo que para a valorização média do cabaz cada produto agrícola não poderá contribuir com uma valorização superior a 30%.

Em Novembro foi lançado o Fundo Especial de Investimento Aberto **CA Euribor+**, o qual tem por objectivo:

- a) Assegurar, no final do período de investimento, o Reembolso do Capital Investido;
- b) Proporcionar rendimentos periódicos líquidos correspondentes a 80% da taxa Euribor a 6 meses, em vigor na data de início de cada período a que respeita o rendimento, acrescida de um "spread" em função das condições de mercado.

Estes novos produtos financeiros constituem investimentos alternativos, que não se encontram indexados à evolução dos mercados accionistas e obrigacionista.

O lançamento de novos fundos especiais de Investimento – CA Agro Valorização e CA Euribor+ –, deu origem a novas acções de formação regionais, destinadas aos colaboradores da área comercial da Caixa Central e das Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

Principais Indicadores Financeiros

Valores em milhares de euros, excepto %

CAGest	2007	2008	Variação	
			Valor	%
Margem Financeira	99	111	13	12,8%
Produto Bancário	2.085	2.105	19	0,9%
Custos de Funcionamento	1.471	1.826	355	24,2%
Activo (Líquido)	3.634	3.818	184	5,1%
Passivo	455	476	21	4,6%
Situação Líquida	3.179	3.342	163	5,1%

A margem financeira, constituída, no essencial, pela remuneração das aplicações financeiras da sociedade, registou um acréscimo de 12,8% em relação ao exercício anterior, apesar da diminuição do capital médio aplicado, em resultado da variação positiva das taxas de juro.

As comissões de gestão, de subscrição e de resgate, auferidas pela sociedade, registaram uma diminuição de 1,9% resultante do decréscimo do montante sob gestão relativo aos Fundos de Investimento Mobiliário e às carteiras de clientes particulares, já que o crescimento das carteiras de clientes institucionais foi insuficiente para compensar aquele efeito.

A redução na comercialização dos Fundos de Investimento Mobiliário traduziu-se numa diminuição de 18,4% das comissões de comercialização pagas à Caixa Central e às CCAM's, cujo valor foi de 573,6 mil euros.

Assim, o produto bancário apresentou uma pequena variação positiva de cerca de 19,5 mil euros, correspondente a um acréscimo de 0,9% face ao exercício anterior.

O reforço do quadro de colaboradores da sociedade, embora iniciado em exercícios anteriores, teve pleno impacto em 2008, e conduziu a um agravamento dos custos com pessoal de 29,9%. Os custos gerais administrativos mantiveram-se contidos, apresentando um acréscimo de apenas 1,9%. O reforço da área comercial e consequentemente das viaturas ao serviço da sociedade determinou o acréscimo das amortizações.

Para fazer face a eventuais efeitos negativos, embora não determinados, associáveis a responsabilidades derivadas do exercício da gestão dos fundos de investimento mobiliário e das carteiras de clientes, no contexto de incerteza em que está a ser desenvolvida a actividade da sociedade, a CA Gest decidiu constituir uma provisão no valor de 100 mil euros.

Deste modo, verificou-se um aumento dos custos de funcionamento de 24,2%, superior ao crescimento dos proveitos.

Em consequência do modesto crescimento dos proveitos e do agravamento dos custos de funcionamento, os resultados antes de impostos registaram em 2008 um decréscimo de 54,7% ascendendo a 278,7 mil euros. Por sua vez, os resultados líquidos de impostos, cifraram-se em 162,8 mil euros, menos 260,4 mil euros que no ano anterior.

Os activos totais aumentaram 5,1% e os capitais próprios atingiram os 3,3 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo igualmente de 5,1% face ao exercício anterior.

1.8.2. Consultoria Financeira

O exercício de 2008 foi o quarto ano completo de actividade da Sociedade no quadro da nova missão e objectivo estratégico que presidiram à sua refundação em Dezembro de 2004. As linhas orientadoras continuaram a ser dotar o Grupo Crédito Agrícola de uma Unidade de banca de negócios, prosseguindo o objectivo estratégico de contribuir para a oferta de um serviço global e integrado aos clientes do Grupo Crédito Agrícola complementando, e potenciando, os negócios de banca, seguros e intermediação financeira não bancária.

No exercício da sua actividade, a CA Consult continuou a apostar na criação de notoriedade enquanto entidade de assessoria de referência à economia e a sectores como o Agronegócio, as Energias Renováveis, a Saúde, o Turismo e as Parcerias Público-Privadas na área de concessões.

Salientamos no ano de 2008, a reformulação do site institucional da sociedade na Internet, com os objectivos de explicitar as competências existentes e as capacidades adquiridas nos últimos anos e providenciar melhor integração na oferta de Serviços Financeiros do Grupo Crédito Agrícola, contribuindo também para fundamentar a crescente notoriedade da CA Consult junto do mercado.

Ao nível do **Capital de Risco**, apesar da conjuntura desfavorável, a CA Consult esteve envolvida na apreciação de 22 intenções de investimento (mais 4 que em 2007), das quais 17 foram angariadas em 2008 (mais 6 que no ano anterior). As propostas de participação foram originadas no sector Agronegócio - produtos hortícolas, viti-vinicultura, fileira do azeite, avicultura, fruticultura, tecnologias de informação e telecomunicações, café, energias renováveis e biotecnologia.

No sector do **Agronegócio**, a CA Consult realizou um amplo levantamento sectorial à escala nacional com caracterização económico-financeira de PME's de áreas elegíveis para investimentos do FCR Agroc capital. Também neste sector foram desenvolvidos pontos de vista sectoriais com enfoque nos sub-sectores da alimentação de qualidade, nutracêuticos, azeite, cortiça e logística com base nos quais foram realizados contactos personalizados com mais de 60 empresas com o objectivo de divulgar o Fundo e angariar oportunidades de investimento.

Em complemento, e com vista à consolidação da posição no sector de Agronegócio, foram desenvolvidas outras iniciativas, cujos benefícios se esperam vir a retirar durante 2009 e 2010, relativas a **Consolidações no sector cooperativo** e **Internacionalização**. Durante 2008, mantiveram-se os contactos com Cabo Verde, com vista à implementação de um projecto de AgriBusiness neste país. Adicionalmente, desenvolveram-se algumas relações com a OCB (Organização de Cooperativas Brasileiras) que se espera poderem vir a dar frutos, nomeadamente, a partir de 2010.

Relativamente à actuação nos outros sectores de actividade económica, destacam-se na área da Saúde a conclusão de uma operação de venda de 30 unidades de saúde e, na área da Construção e Aluguer de Módulos, a conclusão de uma operação de venda do 2º *player* a operar em Portugal a um consórcio de investidores nacionais.

No que concerne a projectos de assessoria financeira e de gestão desenvolvidos destacam-se as Parcerias Público-Privadas (assessoria à Silopor no âmbito da Concessão dos Terminais de Lisboa e Trafaria) e, novamente na área da Saúde, a conclusão da assessoria a um Grupo de Saúde Internacional a actuar em Portugal para a aquisição de unidades de negócio em Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica em Portugal.

Do ponto de vista comercial, os mandatos angariados em 2008 e a desenvolver operacionalmente em 2009, incidiram sobretudo nos sectores da Saúde, Vinícola, Embalagem e Rotulagem, Componentes para Indústria Automóvel, Indústria Suplementos Alimentares, Turismo e Imobiliário.

Transversalmente, para reforçar as suas capacidades ao nível da prestação de serviços de assessoria financeira, a CA Consult tem vindo a desenvolver o relacionamento com operadores nacionais e internacionais de Capital de Risco, Private Equity e outras entidades de assessoria financeira internacionais, designadamente através da Pandion Partners.

Do ponto de vista contabilístico e de resultados, a CA Consult manteve o crescimento de proveitos operacionais na ordem dos 8%, reflectindo a evolução do negócio, a angariação de clientes e espelhando os esforços de promoção comercial que também caracterizaram os anos anteriores.

A rentabilidade dos capitais próprios foi positiva (12%), mas inferior a 2007, fundamentalmente pelo efeito conjugado da diminuição de resultados líquidos e aumento dos fundos próprios provenientes da retenção de resultados do exercício de 2007.

Valores em milhares de euros

CA Consult	2006	2007	2008
Activo Líquido	664	768	839
Situação Líquida	327	421	472
Resultado Líquido	93	94	52
Nº Colaboradores efectivos	12	17	21

O resultado líquido atingiu em 2008 os 52 mil euros tendo este valor resultado essencialmente do acréscimo nos Proveitos Operacionais na ordem dos 8%, do acréscimo do *cash-flow* operacional (EBITDA) de cerca de 10%, da constituição de ajustamentos para dívidas de clientes de cobrança duvidosa e dos custos extraordinários sob a forma de donativos.

1.9. Sistemas de Informação e Empresas Instrumentais

Ao longo do exercício de 2008, o *CA Serviços* e a *CA Informática* desenvolveram as suas actividades no quadro das linhas de orientação estratégica do Grupo para os sistemas de informação, com particular destaque nos domínios da execução do **Programa de Modernização dos Sistemas e Tecnologias de Informação** e de optimização da gestão de activos de base tecnológica.

Com efeito, a **CA Informática** está focada essencialmente na gestão do parque informático e de comunicações do Grupo, bem como na gestão das suas próprias instalações, que incluem um centro de processamento dados de elevada dimensão em termos da capacidade de tratamento e armazenamento de informação. Gere, igualmente, outros equipamentos informáticos e de comunicação, incluindo um centro de recuperação de emergência que se traduz numa peça essencial do **Plano de Continuidade de Negócio do Grupo**.

A relevância das actividades da CA Informática baseia-se, fundamentalmente, na racionalização e optimização deste tipo de activos e na sua disponibilização para uso e fruição das diferentes entidades do Grupo, de uma forma ajustada às necessidades individuais, em geral através de contratos de prestação de serviços RIMO.

No decurso de 2008, esta actividade registou um incremento de 25% relativamente ao ano transacto, sendo a quantidade de activos SI/TI geridos no final do ano de 23.300 unidades distribuídas ou localizadas, na sua esmagadora maioria, nas Caixas Associadas. Este grande incremento de activos ficou a dever-se, neste exercício, essencialmente à implementação do Projecto TREVO+, à abertura de novos Balcões, bem como ao crescimento normal dos serviços em todo o Grupo Crédito Agrícola.

O **CA Serviços**, na qualidade de Centro de Serviços Partilhados do Grupo Crédito Agrícola, prosseguiu na sua missão de prestar de modo eficaz e eficiente serviços partilhados no seio do Grupo Crédito Agrícola a todas as entidades que se possam qualificar como membros do Agrupamento Complementar de Empresas. Tais serviços incidem, na fase actual de desenvolvimento do Grupo, nas áreas dos sistemas de informação e comunicação, operação

da compensação, gestão documental, serviços operacionais de suporte à actividade de Banca Directa (Linha Directa) e canais não-presenciais (CA *On-line* e Balcão 24).

Ao longo do exercício, registou ainda uma actividade especialmente relevante como vector essencial do fórum interno associado aos sistemas de informação no contexto do Comité de Gestão de Pedidos vocacionado para a prioritização dos pedidos de alteração/melhoria de SI/TI em estreita interacção com representantes das Caixas Associadas e da Caixa Central.

Para este efeito, foram oportunamente definidas as seguintes linhas de orientação estratégica:

- Promover a definição, manutenção e evolução dos SI ao serviço do GCA, numa perspectiva de contínuo alinhamento com a estratégia de negócio definida para o Grupo e de cumprimento estrito das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Implementar as melhores práticas de gestão conducentes à optimização do binómio preço-desempenho das aplicações de *software* desenvolvidas;
- Planear e coordenar a evolução da arquitectura de sistemas aplicativos;
- Proporcionar a selecção, aquisição, instalação e exploração dos equipamentos e meios de suporte aos Sistemas de Informação;
- Assegurar a melhoria contínua de processos com base nas metodologias mais avançadas no domínio das Tecnologias de Informação;
- Garantir um eficaz serviço de apoio aos utilizadores, nomeadamente através de um acompanhamento da utilização dos sistemas pelas Caixas Associadas e da prestação dos serviços de *help-desk* mais adequados.

No plano de desenvolvimento do **RURIS+**, as actividades essenciais polarizaram-se em torno dos projectos seguintes:

Áreas de Enquadramento	Actividades / Projectos
Apoio ao Negócio	SIBAL
	Internet Banking Empresas – Fase II
	Solução de Trade Finance – Upgrade do Sistema Eximibills
	Infra-estrutura de Suporte ao Marketing e Comercial
	Solução Sala de Mercados - Fase I
	Solução Sala de Mercados – Fase II
	Margem Complementar
	Remodelação do Crédito Agenciado – Comissionamento
	C@IS – Crédito Agrícola Intranet Service
	Revisão do modelo organizacional de referência para as CCAM
	Gestão de Rede de TPA's
Suporte ao Quadro Regulamentar	Definição da Função <i>Compliance</i>
	Gestão de Garantias – Requisitos
	Risco II – Cartões de Crédito
	Central de Balanços
	Modelo Integrado de <i>Stress Test</i>
	Controlo Interno
	DMIF – Processos e Sistemas
	Infra-estrutura de Suporte ao Risco–Preparação de Implementação
	Risco II – Propostas e <i>Credit Scoring</i> de Crédito de Habitação
	<i>Standard Approach</i>
	SEPA – Transferências

A evolução dos principais indicadores da CA Informática encontra-se sumariamente descrita no quadro seguinte.

Valores em milhares de euros

CA Informática	2007	2008
Activo Líquido	43.177	42.353
Situação Líquida	4.975	5.061
Resultado Líquido	29	216
Nº Colaboradores efectivos	13	10

No CA Serviços, dada a sua natureza particular de agrupamento complementar de empresas e o facto de se tratar do centro de serviços partilhados do Grupo, o resultado do exercício é nulo, sendo os custos incorridos totalmente absorvidos pelos membros agrupados.

Valores em milhares de euros

CA Serviços	2007	2008
Activo Líquido	41.537	48.945
Custos/Proveitos Globais	32.408	36.298
Nº Total de Colaboradores	195	205

1.10. FENACAM

Em 2008 a FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo completou **30 anos ao serviço do Crédito Agrícola**. Foi a 1ª estrutura de âmbito nacional do Crédito Agrícola e ao longo destas três décadas criou, qualificou e tem vindo a dinamizar um vasto conjunto de serviços de apoio à actividade das Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo. Hoje é um parceiro indispensável dentro do Grupo CA, cabendo-lhe a sua representação a nível político e detendo atribuições específicas, enunciadas no Regime Jurídico.

A FENACAM encerrou o exercício de 2008 com um Resultado Líquido positivo de 108 milhares de euros.

Valores em milhares de euros

	2006	2007	2008
Activo Líquido	5.764	6.312	7.183
Situação Líquida	3.169	3.304	3.167
Resultado Líquido	-11	170	108
Volume Negócios	3.511	5.944	6.441
Nº Colaboradores	50	51	52

Fruto de uma gestão simultaneamente prudente e proactiva foi possível nos últimos anos alcançar alguma folga financeira, a qual tem sido canalizada essencialmente para a reestruturação e melhoria dos serviços que presta às associadas.

Serviço de Apoio Técnico (SATA)

Esta actividade, muito embora condicionada pela situação económica, ultrapassou os objectivos propostos e os resultados do ano anterior. O destaque vai para as avaliações imobiliárias, totalizando 6.223 processos, com um montante avaliado de 1.227 milhões de euros.

Evolução do nº de avaliações imobiliárias

Valores em milhares de euros, excepto %

Ano	Processos	Proc. ($\Delta\%$)	Montante	Mont. ($\Delta\%$)
2008	6.223	9%	1.227.143	9,50%
2007	5.697	15%	1.120.814	6%
2006	4.957	22%	1.050.200	3%

A duração média de elaboração dos relatórios de avaliação (desde a data do pedido até à sua conclusão) diminuiu relativamente ao ano anterior, influenciada grandemente pela melhoria organizacional dos processos pelas Caixas.

Continua a merecer nota positiva a parceria estabelecida com as CCAM de Albufeira, Alto Minho, São João da Pesqueira e Zona do Pinhal, na realização de avaliações por técnicos credenciados da própria Caixa, o que se espera fará alargar a experiência a outras Caixas.

Continua a verificar-se um decréscimo do número de dias de assistência técnica, que em 2008 significou uma redução, tanto na actividade como nos proveitos, de 11%, relativamente a 2007. Ainda assim, este trabalho continua a constituir um importante suporte para algumas Associadas, nas mais variadas áreas, desde a prestação de informações e esclarecimentos, à assessoria técnica na formalização de candidaturas a linhas de crédito.

A estrutura dos proveitos directos do SATA totalizou 686 milhares de euros.

Serviço de Auditoria

Em 2008, o Serviço de Auditoria da FENACAM completou 25 anos de serviços ininterruptos, facto que lhe confere extenso capital de experiência, alicerçado numa forte dinâmica e espírito de missão.

As 70 CCAM auditadas, representaram uma cobertura global de 75%. Tomando o número de CCAM, o crédito concedido e os depósitos totais, a estrutura percentual das auditorias realizadas foi a seguinte:

2007			2008		
Número	Crédito Concedido	Depósitos Totais	Número	Crédito Concedido	Depósitos Totais
83%	83%	83%	75%	68%	67%

Serviço de Produção Documental e Aprovisionamento

Intensificando uma política de proximidade às Caixas, este Serviço conseguiu definitivamente posicionar-se como principal fornecedor do Grupo CA.

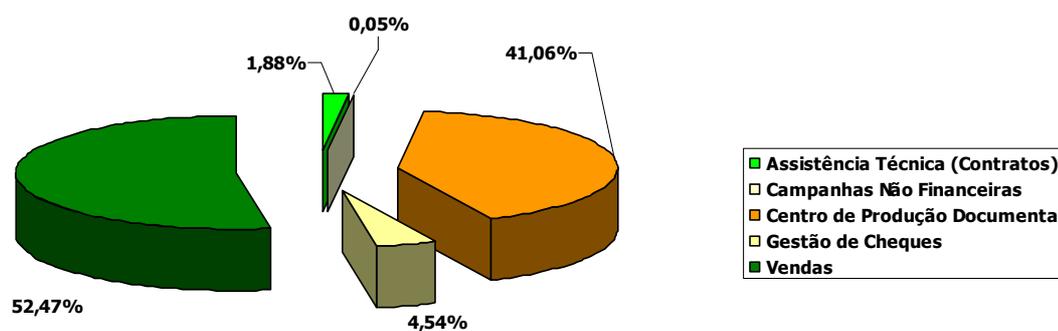
No domínio do Aprovisionamento continua a merecer especial destaque a qualidade dos produtos e a optimização do binómio qualidade/preço.

No segundo ano de actividade do Centro de Produção Documental, foi tempo de consolidar processos e de estabilizar a estrutura informática e a equipa de trabalho. Registou-se um crescimento de 8,5% na produção documental e de 13,1% nos objectos postais expedidos.

Nota positiva também para a Gestão e Fornecimento de Cheques (a funcionar em regime de *outsourcing*). Com a nova legislação aplicável ao cheque foi reestruturado o modelo do cheque, introduzindo-se as modalidades “À Ordem” e “Não à Ordem”.

A estrutura global dos proveitos do SPDA apresentou-se equilibrada, com as vendas a representar 52,5% dos proveitos e a prestação de serviços 47,5%.

Repartição Percentual dos Proveitos por Áreas



2. Supervisão, Orientação e Acompanhamento das Caixas Associadas

As funções exercidas pelo DFOA têm vindo a tornar-se mais complexas, na medida em que a actividade das CCAM é cada vez mais heterogénea e alargada.

As actuais exigências que se colocam à actividade deste Departamento levam a que as metodologias utilizadas para garantir uma correcta e atempada fiscalização, orientação e acompanhamento das CCAM tenha que estar suportada em processos que garantam uma operacionalidade adequada à evolução organizativa das CCAM e do seu negócio. Assiste, também, a este projecto uma crescente preocupação na promoção de condições técnicas e organizativas que possibilitem às CCAM o cumprimento dos requisitos que se vão colocando ao sector financeiro no que respeita a matéria prudencial e a competitividade.

Neste sentido esta área continuou a dotar-se de meios que assegurem de forma continuada:

- A disponibilização de indicadores de natureza comercial e alertas à actividade das CCAM que facilitem a gestão das situações de risco;
- A evolução e actualidade dos processos, por via de uma Área vocacionada para o Desenvolvimento de suportes, estudos e procedimentos;
- A dotação das CCAM de informação e alertas que capacitem o seu desempenho e melhorem o seu controlo interno;
- A divulgação de ferramentas no âmbito do Sistema de Informação de Gestão e Alertas, procurando mitigar o risco no grupo Crédito Agrícola e sensibilizar as estruturas para os temas do controlo de gestão e auditoria interna.

2.1. Políticas de Consolidação Económico-Financeira

Em 2008 continuou a promover-se ou a apoiar-se a fusão de CCAM, como veículo de consolidação económico-financeiro e reorganização estrutural do SICAM.

O processo de fusões entre CCAM permitiu que em 2008 o número destas se reduzisse a 92 (100 em Dezembro de 2007).

Foram as seguintes as fusões ocorridas em 2008:

Caixas incorporadas	Caixa resultante da fusão
CCAM da Costa Verde e CCAM de Ovar	CCAM da Costa Verde
CCAM de Alto Douro e CCAM de Favaios	CCAM Alto Douro
CCAM Seia CCAM, CCAM da Guarda e Celorico da Beira, CCAM de Fornos de Algodres e CCAM de Vila Nova de Tazém	CCAM da Serra da Estrela
CCAM de Armamar e Moimenta da Beira e CCAM de Vale do Távora	CCAM de Vale do Távora e Douro
CCAM do Alto Douro e CCAM da Região de Bragança	CCAM de Trás os Montes e Alto Douro
CCAM de Barcelos e CCAM do Alto Minho	CCAM do Noroeste

Estas fusões têm sido acompanhadas de estudos de reorganização e de avaliação do potencial humano, realizados com o apoio de consultores externos ou pelo Departamento de Consultoria e Organização da Caixa Central, sendo elaborados numa perspectiva de racionalização/optimização dos recursos.

Ainda em 2008 foi celebrado um Contrato de Assistência Financeira com o FGCAM para apoio ao projecto de saneamento associado à fusão da CCAM da Costa Verde com a CCAM de Ovar.

Assistência do FGCAM (Saldos em vigor)

	Valores em milhares de euros		
CCAM	2006	2007	2008
Empréstimos às CCAM	124.866	114.379	107.390
Nº CCAM Assistidas	17	14	13
Empréstimos à Caixa Central	33.496	33.496	25.799
Total Emp. CCAM + Caixa Central	158.362	147.875	133.189

Desde 2006, que se verifica uma redução significativa do apoio prestado pelo FGCAM, sob a forma de Empréstimos Subordinados, às CCAM, bem como do número de CCAM assistidas.

2.2. Acompanhamento das Caixas Associadas

No final de 2008 era de quatro o número de CCAM intervencionadas pela Caixa Central, ao abrigo do artigo 77º-A, sendo de destacar a redução do número de CCAM intervencionadas em relação a 2007, em que era de nove o nº total de intervenções.

Tipo de Acompanhamento	2007 3º Q	2007 3º Q	2008 3º Q
77º A	7	7	4*
77º Local	1	2	0
Controlo à Distância	35	28	27
	62	63	63
Total	105	100	92

* Desde Abril de 2009 que são apenas duas as Caixas intervencionadas ao abrigo do artigo 77º-A

Refira-se que as intervenções ao abrigo do artigo 77º-A do Regime Jurídico são entendidas como a assunção pela Caixa Central da plena gestão das Caixas intervencionadas, pelo que implicam a permanência, a tempo inteiro, de uma Direcção Provisória assegurada, na maioria das vezes, por Técnicos do DFOA.

Acrescente-se que, em dois processos de assistência financeira às fusões realizadas, ficou consignado nos respectivos Contratos de Assistência Financeira a permanência, a tempo inteiro, de técnicos do DFOA, com funções de *Controller* ou de membro do órgão de Gestão da CCAM.

Esta mudança no modo de actuar da Caixa Central assenta, por um lado, na convicção que uma intervenção na gestão de uma Caixa Associada ocorre apenas em casos de desequilíbrios patrimoniais e financeiros graves, que obriga, consequentemente, à tomada de medidas céleres e adequadas à recuperação de tais desequilíbrios e, principalmente, aconselha uma atenção redobrada na gestão, só possível quando esta é exercida a tempo inteiro.

Para além das intervenções referidas, verificam-se acções pontuais para corrigir aspectos específicos do funcionamento ou prevenir certas situações, que têm carácter de curta duração.

Saliente-se que os indicadores do Normativo aplicável às CCAM evoluíram, em termos gerais, favoravelmente e de forma consistente, nomeadamente os relacionados com a eficiência e cobertura do risco.

No momento actual, e considerando o conjunto das CCAM, verifica-se uma situação de cumprimento pleno e de melhoria generalizada de todos os indicadores definidos, embora algumas CCAM, em base individual, ainda não satisfaçam algum(ns) indicador(es).

**Nível médio dos Rácios Normativos
(Conjunto das CCAM)**

Valores em €, excepto %

	Rácios Normativos	2005	2006	2007	2008
Rácio de Solvabilidade	> 8%	14,12%	14,89%	15,68%	16,08%
Crédito Vencido Líquido	< = 3%	2,13%	2,18%	1,90%	2,11%
Crédito Vencido Bruto a mais de 90 dias	< = 5%	7%	4,74%	3,93%	4,12%
Rácio de Eficiência	< 55%	56,62%	56,44%	53,08%	54,44%
Activo líquido por empregado	> 2.500.000 €	2.855.716	2.907.408	3.057.284	3.127.079
Produto Bancário por empregado	> 90.000 €	105.648	111.058	122.377	125.496
Comissões/Produto Bancário	> 12%	15,37%	16,99%	14,81%	16,44%
Rácio de Transformação	< = 70%	68,31%	65,89%	65,58%	70,02%
Crédito Coberto com garantias reais	> = 50%	60,77%	65,21%	68,26%	70,02%

A acção iniciada no final de 2006 relativa a Abates de Crédito ao Activo, integralmente vencido e provisionado no âmbito do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, que possibilitou realinhar a prática seguida nas CCAM com os procedimentos do sector, resultando num rácio de crédito vencido das CCAM de 4,44 % a 31/12/2007, versus 5,5% a 31/12/2006 e 7,7% a 31/12/2005, veio a registar, em 2008, uma inversão da tendência, traduzindo o efeito da conjuntura económica, cifrando-se o rácio de crédito vencido em 4,7% no final de 2008.

A acção do DFOA tem tido em vista o reforço da consolidação financeira, fomentando as acções conducentes à formação de rácios de capital e de resultados suficientemente robustos que permitam encarar o futuro com confiança, consolidando a posição do Grupo Crédito Agrícola nos lugares de referência do sector financeiro nacional.

2.3. Sistemas de Informação e Suporte

Com a consolidação do Sistema de Controlo à Distância, designadamente pelo desenvolvimento do *DFOA on line*, foi possível o reforço das competências técnicas, informáticas e operacionais e capacitar o Departamento para o acompanhamento à distância das Caixas Associadas, fornecendo-lhes informação atempada e adequada para o apoio e ajuda à ultrapassagem de eventuais desequilíbrios patrimoniais e financeiros.

O *DFOA on line*, processo tecnologicamente evoluído, desenhado e preparado para o acompanhamento à distância das Caixas Associadas, e que incorpora um vasto conjunto de indicadores prudenciais, de negócio e financeiros, continua a revelar-se um poderoso instrumento de acompanhamento e fiscalização das Caixas Associadas.

Por outro lado, produziu-se informação indispensável à acção dos Técnicos do DFOA junto das Caixas que lhes estão atribuídas, libertando-os dos trabalhos de recolha de informação, alertando-os para situações não conformes à boa gestão financeira que, eventualmente, ocorram, para além de lhes permitir que passem a ocupar-se com a organização interna e com o incremento da actividade comercial e de "*cross-selling*".

Presentemente este Sistema permite ainda fornecer às Caixas Associadas a análise económico - financeira com base nos respectivos registos contabilísticos. Perspectiva-se para breve novos desenvolvimentos que disponibilizarão outra informação julgada de relevo que apoie o desenvolvimento das suas actividades com os associados e clientes.

3. Execução do Programa de Modernização

O Programa de Modernização do Grupo Crédito Agrícola foi estruturado em 2008 com o intuito de tirar partido do esforço de reorganização e modernização desenvolvido nos quatro anos anteriores de execução, de modo a capacitar o Grupo de meios para expandir o negócio, defender a sua posição nos mercados em que opera e ainda garantir o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares a que está obrigado.

Ao longo deste ano, procurou-se acompanhar de forma dinâmica e contínua a evolução do Programa de Modernização, dando-se especial atenção à necessidade de contenção orçamental. A execução do Programa exigiu também o desenvolvimento das competências necessárias para dar resposta às pressões colocadas pela sua abrangência e complexidade, em especial nas matérias de natureza regulamentar, que foram condicionando o planeamento das diferentes iniciativas, dada a criticidade de que se revestiam.

Neste sentido, o Programa de Modernização estruturou-se em duas vertentes de actuação:

- Programa de Apoio ao Negócio e Eficiência; e
- Programa de Suporte ao Quadro Regulamentar,

ambos fazendo apelo a aspectos organizacionais e tecnológicos.

Apresenta-se de seguida uma súmula das iniciativas concluídas em 2008 e das iniciativas ainda em curso.

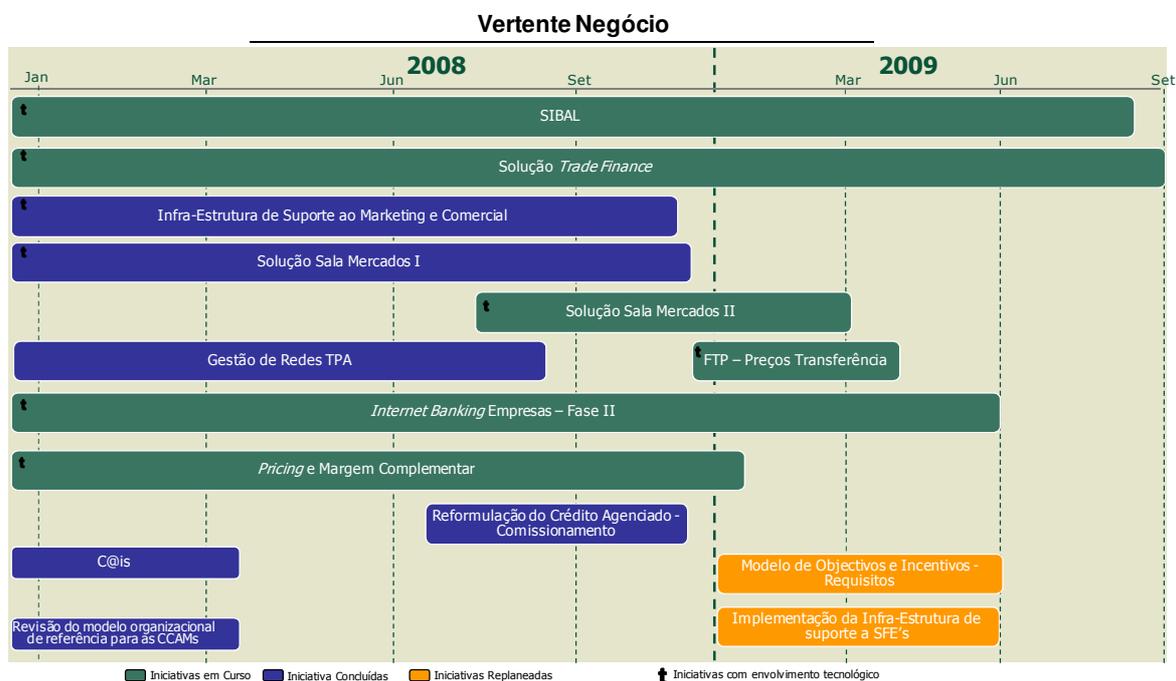
3.1. Programa de Apoio ao Negócio e Eficiência

Trata-se de um programa composto por projectos estruturais, essencialmente de natureza tecnológica, que endereçam principalmente funcionalidades de natureza comercial e de marketing.

Os principais vectores de actuação deste programa são:

- ✓ Melhoria da eficiência e produtividade;
- ✓ Desenvolvimento do negócio; e
- ✓ Dinamização da acção comercial.

No esquema abaixo, apresenta-se o plano do Programa de Apoio ao Negócio e Eficiência, com as principais iniciativas realizadas em 2008.



Em 2008 concluíram-se seis iniciativas da vertente de Apoio de Negócio, que seguidamente se enunciam:

- Infra-Estrutura de Suporte ao Marketing e Comercial;
- Solução Sala Mercados I;
- Gestão de Redes TPA;
- Reformulação do Crédito Agenciado – Comissionamento;
- C@is;
- Revisão do Modelo Organizacional de Referência para as CCAM.

Em relação a cada uma destas iniciativas, pode-se sintetizar o seu âmbito nos seguintes termos:

- **Infra-Estrutura de Suporte ao Marketing e Comercial**

A realização desta iniciativa visou capacitar a Função Marketing de meios que permitam a operacionalização dos processos de gestão de campanhas e gestão comercial de forma a cumprir os seguintes objectivos:

- ✓ Reforço da assertividade da oferta de Marketing;
- ✓ Aumento da eficiência na execução do processo de gestão de campanhas e comercial; e
- ✓ Aumento da eficácia de análise, acompanhamento e avaliação de campanhas de marketing.

Neste contexto, o Departamento de Marketing e as estruturas comerciais das CCAM dotaram-se de uma infra-estrutura de suporte ao marketing e comercial, composta pelas seguintes componentes:

- ✓ Repositório de informação de marketing, que permite a realização de análises para identificação de alvos para campanhas direccionadas;
- ✓ Ferramenta de automatização de campanhas e geração de relatórios; e
- ✓ Aplicação de gestão comercial disponibilizada aos Balcões.

Com o desenvolvimento desta infra-estrutura, o Grupo Crédito Agrícola, sistematizou as actividades da Função de Marketing e Comercial, nomeadamente na geração e acompanhamento de campanhas criando condições de base para que possam ser desenvolvidas novas condições de trabalho e enriquecer progressivamente o conhecimento sobre a base de clientes.

sexta-feira, 17 de Abril de 2009 [IMPRIMIR](#) | [AJUDA](#) | [SAIR](#)

Gestão Comercial

[Início](#) | [Agenda Comercial](#) | [Oportunidades](#) | [Campanhas](#)

PESQUISA DE OPORTUNIDADES POR CLIENTE

Nome NIF N° Cliente Área Negócio Potencial Cliente

RESUMO DE INTERACÇÕES

Filtro

Interacções Prioritárias						
Código	Acção	Cliente	Propensão	Campanha	Estado	Data Prevista Contacto
! M-000066C-00	Outra	JOSE ANTONIO		Crédito Pessoal 2009	Em Curso	05-01-2009
! C-E48BF-86		SONIA CRISTINA		Crédito Pessoal 2009	Em Curso	14-01-2009
! M-0001873-FC	Enviar E-mail	FORTUNATA MARGARIDA		Solução Poupança - Piloto	Em Curso	19-01-2009
! M-000008E-96	Telefonar	CARLOS MANUEL		Crédito Pessoal 2009	Em Curso	19-01-2009
! C-3F102-af	Outra	MARIA LICINIA			Em Curso	30-01-2009
! M-0000857-7A	Telefonar	CARINA		Crédito Pessoal 2009	Em Curso	30-01-2009
! M-000125E-CE	Telefonar	MARIA ADRIANA		Solução Poupança - Piloto	Em Curso	06-02-2009
! C-5BDB9-70		MARIA MANUELA			Em Curso	11-02-2009
! C-AC92D-48	Reunião	BALTASAR			Em Curso	26-02-2009
! M-0004862-80	Telefonar	ANTONIO		Solução Capitalização SDI 2009	Em Curso	04-03-2009

1 2 3 4 5 ... Última

• Solução Sala Mercados I

A iniciativa Solução Sala Mercados visou dotar o Departamento Financeiro de meios para suportar a actividade de gestão de tesouraria e dar cumprimentos aos seguintes objectivos:

- ✓ Operacionalização dos produtos financeiros e implementação das funcionalidades de *Front Office* e *Middle Office*;
- ✓ Controlo do risco;
- ✓ Implementação de novas classes de activos financeiros;

- ✓ Operações de cobertura.

A prossecução dos objectivos acima explanados materializou-se na implementação e configuração do Sistema Calypso dotando o Grupo de uma solução tecnológica de suporte à actividade de gestão de tesouraria permitindo:

- ✓ A validação e lançamento expedito das operações nos livros da Caixa Central;
- ✓ O controlo da execução das operações em tempo real;
- ✓ A valorização de instrumentos financeiros derivados e estruturados;
- ✓ A avaliação, em tempo real, de medidas de risco e rentabilidade das diversas posições;
- ✓ A avaliação de resultados em tempo real; e
- ✓ A avaliação do cumprimento de limites diversos.

Nesta fase, a implementação e configuração do Sistema Calypso abrangeu os seguintes produtos:

- ✓ *Interest Rate Swaps*
- ✓ *Simple Money Market*
- ✓ Mercado Monetário Interbancário
- ✓ *Caps/ Floors*
- ✓ *Forward Rate Agreement*

• **Gestão de Redes TPA**

A iniciativa Gestão de Redes TPA iniciou-se em Janeiro de 2008 e terminou em Julho do mesmo ano. Relaciona-se com a melhoria das estruturas de suporte e organizacionais, nomeadamente com o desenvolvimento de um aplicativo informático que garante uma gestão assertiva do parque de TPA's do Grupo Crédito Agrícola.

Os principais objectivos que levaram o Grupo a realizar esta iniciativa foram:

- ✓ Informatizar e automatizar toda a informação relativamente aos comerciantes e TPA's;
- ✓ Apoiar a área comercial no serviço de TPA, criando condições para uma melhor negociação com o potencial cliente;
- ✓ Desenvolver suportes de comunicação sobre os *Packs* de produtos e serviços associados aos TPA's;

- ✓ Implementar uma solução de compra centralizada, para fornecimento de TPA's às CCAM e respectivos clientes, com difusão da imagem do Grupo;
- ✓ Acompanhar a evolução necessária para a entrada em vigor do processo SEPA;
- ✓ Criar condições para iniciar a actividade como *Acquirer* de TPA.

A realização desta iniciativa permitiu ganhar uma maior fidelização e poder negocial com os clientes ENIs e Pequenos Negócios, aumentou a quota de mercado de TPAs e aumentou os níveis de qualidade, controlo, eficiência e segurança.

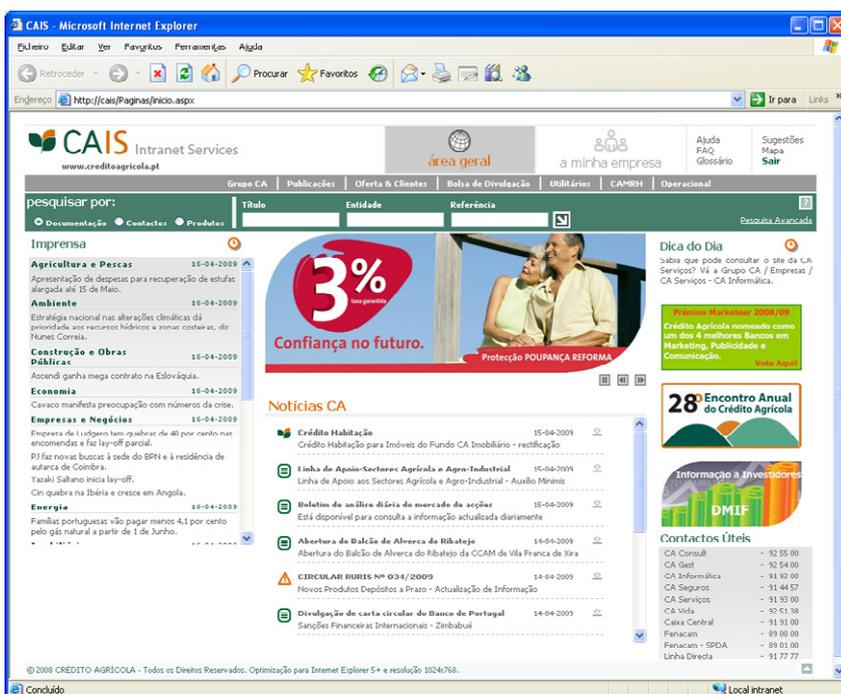
- **Reformulação do Crédito Agenciado – Comissionamento**

Esta iniciativa, cuja primeira fase teve início em Julho de 2008 e conclusão em Novembro de 2008, teve por principais objectivos a reformulação do tradicional Contrato de Agência através da re-definição do seu esquema de comissionamento de agência, de modo a tornar este instrumento mais atractivo para as CCAM e assim dinamizar a concessão de crédito pelo SICAM.

Este projecto enquadra-se num conjunto de outros projectos previstos para 2009 e que têm por objectivo a criação de novos mecanismos de financiamento complementares aos já existentes e que serão dinamizados pela Caixa Central, permitindo que as CCAM ofereçam aos seus Clientes soluções de crédito sem colocar em risco os rácios de crescimento da carteira de crédito a que estão obrigadas.

- **C@is**
O Projecto C@is consubstanciou-se na disponibilização de uma solução de suporte a uma nova Intranet para o Grupo Crédito Agrícola.

A implementação do C@is visou a prossecução dos seguintes objectivos:



- ✓ Permitir um acesso mais organizado, rápido e fácil à informação residente na Intranet;
- ✓ Optimizar a partilha de informação e comunicação interna de forma homogénea, contribuindo para a construção de uma cultura de grupo;
- ✓ Eliminar a redundância de informação;
- ✓ Garantir maior consistência na informação interna e na informação comunicada ao cliente;
- ✓ Enquadrar as necessidades dos utilizadores com a estrutura de conteúdos e funcionalidades da Intranet;
- ✓ Criar espaços próprios para cada área do Crédito Agrícola e descentralizar a gestão da colocação da informação na Intranet.

- **Revisão da Plataforma Organizacional de Referência para as CCAM**

Foi concluída durante o ano de 2008 a revisão da componente de Estrutura Organizacional da Plataforma Organizacional de Referência para o SICAM, por intermédio de um projecto interdepartamental iniciado no ano anterior, que constitui a base da evolução organizacional do grupo para o mesmo ano.

Destaca-se aqui, em complemento ao referido anteriormente e para além das melhorias de eficiência e produtividade resultantes da adopção de melhores praticas descritas na Plataforma de Referência, a evolução proporcionada por esta revisão no que respeita ao cumprimento das exigências regulamentares decorrentes de Basileia II e da implementação do MAR – Modelo de Avaliação de Riscos – do Banco de Portugal, sistematizados por quatro grandes objectivos:

- ✓ Focalização nas actividades de negócio;
- ✓ Reforço de funções específicas na vertente prudencial e de controlo;
- ✓ Intensificação do princípio da segregação de funções e da especialização em competências críticas como sejam as de análise de risco; e
- ✓ Maior flexibilidade na gestão dos recursos e das estruturas operacionais.

A divulgação e implementação desta componente da Plataforma Organizacional de Referência iniciaram-se durante o ano de 2008.

Projectos a concluir em 2009:

- SIBAL;
- Solução *Trade Finance*;
- Solução Sala de Mercados;
- FTP – Preços Transferência;
- *Internet Banking* Empresas – Fase II; e
- *Pricing* e Margem Complementar.

- **SIBAL**

O projecto SIBAL disponibilizará uma nova plataforma para o trabalho dos Balcões na interacção com o cliente (*front-office*). Permitirá, com as características aprovadas no âmbito da respectiva definição de requisitos, que o Crédito Agrícola passe a dispor de uma ferramenta adequada às exigências do actual ambiente concorrencial.

Simultaneamente, a concretização do projecto SIBAL, na medida em que se trata de uma solução integradora que beneficia de um conjunto de outras iniciativas desenvolvidas no âmbito do Programa de Negócio, constitui um ponto culminante deste Programa, que provavelmente, será bastante valorizado pelas áreas de negócio do Grupo, nomeadamente pelas próprias Caixas.

- **Solução *Trade Finance***

O projecto *Trade Finance* tem por objectivo implementar o *upgrade* tecnológico do Sistema de Informação de suporte à operativa de estrangeiro (Sistema Eximibills), permitindo obter ganhos de integração, produtividade e financeiros, decorrentes da diminuição dos custos de manutenção.

O Grupo ficará assim com a possibilidade de desenvolver com maior agilidade a oferta de produtos e serviços na área internacional em virtude das capacidades disponibilizadas por esta nova versão do sistema de suporte que, devidamente adaptada, colocará ao serviço do negócio as suas potencialidades, em especial as de integração com outros sistemas.

Os principais objectivos deste projecto são:

- ✓ Implementar o novo Sistema Eximibills na Caixa Central, migrando todas as funcionalidades actuais para o novo sistema;
- ✓ Promover uma integração mais eficiente com os Sistemas Profile e Opics, tirando partido da plataforma integradora implementada pelo Grupo (Projecto Elo); e
- ✓ Disponibilizar à Caixa Central uma ferramenta que permita, caso seja necessário e pelos próprios meios, o desenvolvimento de novos modelos lógicos transaccionais sem recorrer ao fornecedor de software.

- **Solução Sala de Mercados II**

Representando a fase II da Solução Sala Mercados, esta iniciativa visa dar continuidade à necessidade de dinamizar a Função Financeira do Grupo Crédito Agrícola.

Neste contexto, esta fase visa implementar os seguintes produtos:

1. *Money Market* e Mercado Monetário Interbancário;
2. FRAs (*Forward Rate Agreement*);
3. *Foreign Exchange (Spot / Forward)*.

- **FTP – Preços Transferência**

O projecto FTP – Preços Transferência, cujo arranque se deu em Dezembro de 2008, visa implementar uma ferramenta de suporte à gestão financeira da Caixa Central e do SICAM que permita alocar a cada unidade de negócio os custos e proveitos financeiros associados.

Ao assegurar uma correcta alocação de custos e proveitos financeiros a cada área de negócio da Caixa Central, o projecto FTP permitirá avaliar a performance individual de cada unidade e facilitará o ajustamento da estratégia comercial no sentido do desenvolvimento das áreas de maior potencial e da introdução de ajustamentos nas áreas com menor rentabilidade associada.

O Crédito Agrícola e em especial a Caixa Central, com este projecto, adquire um conhecimento mais fundamentado da performance financeira de cada uma das suas unidades de negócio e das actividades por si desenvolvidas.

- **Internet Banking Empresas – Fase II**

Nesta fase do projecto IB Empresas foram disponibilizadas as restantes funcionalidades que constituem o Modelo Funcional e que não foram implementadas na primeira fase, nomeadamente:

- ✓ Consulta integrada de Conta;
- ✓ Processamento de ficheiros (Pagamento e Cobranças);
- ✓ Consulta de empréstimos; e
- ✓ Confirmação de operações por SMS.

Adicionalmente, irão ser disponibilizadas novas funcionalidades na aplicação de Gestão do *Back-office* de Canais Complementares.

A conclusão desta iniciativa releva de grande importância para o Grupo na medida em que as funcionalidades disponibilizadas assumem um carácter indispensável para os Clientes Empresa. Por outro lado, esta iniciativa fomenta uma maior competitividade face à concorrência, na oferta do serviço On-Line Empresa, maior flexibilidade e capacidade para venda do Serviço de Débitos Directos, através da disponibilização de um novo canal de recepção de ficheiros e uma melhoria significativa do Serviço ao Cliente, através das melhorias a implementar no *Back-Office* da Linha Directa.

- **Pricing e Margem Complementar**

O Crédito Agrícola tem como desígnio estratégico o aumento do Produto Bancário, em particular ao nível do comissionamento gerado. Em 2006 e 2007 atingiu resultados interessantes, como o aumento da eficácia de cobrança, campanhas específicas de recuperação de valor por evento, interesse e adopção de novas práticas por parte das CCAM, entre outros.

Contudo, a consolidação das práticas de gestão e o processo de alteração dos Sistemas de Informação não foram ainda concluídos. Paralelamente, assistiu-se nos últimos meses ao lançamento de um conjunto de campanhas por parte de bancos concorrentes anunciando a redução ou eliminação de comissões. Estes movimentos de mercado colocam uma pressão adicional sobre o processo de gestão do preçário e da eficácia de cobrança. Nomeadamente:

- ✓ Reforçam a necessidade de criar múltiplos modelos de oferta e *pricing*, ajustados às necessidades dos clientes e à política comercial do Crédito Agrícola;
- ✓ Aumentam os requisitos de flexibilidade dos Sistemas de Informação para assegurar um *time-to-market* ajustado; e
- ✓ Confirmam o imperativo de aumentar a eficácia de cobrança dentro da política comercial definida.

Neste contexto, os objectivos definidos para esta iniciativa foram os seguintes:

- ✓ Continuar a aumentar a eficácia de cobrança ao nível das comissões, o comissionamento gerado e o peso do comissionamento no produto bancário;
- ✓ Prosseguir com a automatização da cobrança de comissões nos Sistemas de Informação;
- ✓ Consolidar a prática do modelo de gestão de preçário definido tanto a nível central como nas CCAM;
- ✓ Criar flexibilidade nos Sistemas de Informação com vista ao suporte de uma gestão de preçário mais dinâmica e segmentada;
- ✓ Testar modelos diferenciados de oferta que permitam aumentar o produto bancário respondendo ao mesmo tempo às necessidades dos clientes e ao posicionamento assumido pelos principais concorrentes;
- ✓ Automatizar a produção de informação de gestão e promover a adopção de novas práticas.

Com a realização desta iniciativa, o GCA beneficia na medida em que automatiza o processo de cobrança de comissões, aumentando o comissionamento gerado; garante maior flexibilidade na gestão do preçário comum, permitindo diferenciar ofertas e responder de forma eficaz às alterações do mercado e dissemina e consolida boas práticas de gestão.

3.2. Programa de Suporte ao Quadro Regulamentar

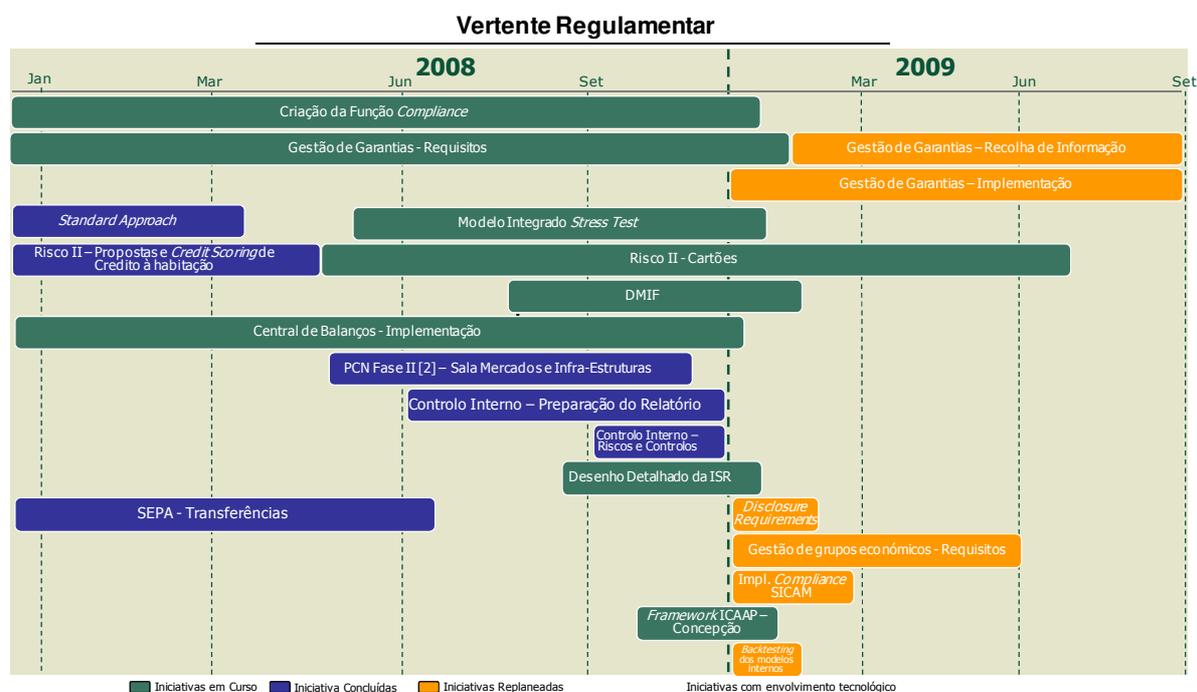
O cumprimento dos requisitos regulamentares por parte do Grupo Crédito Agrícola continua a ser um objectivo estratégico decisivo, não só numa perspectiva de *compliance*, correspondente às exigências das entidades de supervisão, como também numa perspectiva de geração de valor para a organização, através do esforço de adequação que as instituições financeiras têm de efectuar para a compatibilização com esses requisitos.

Assim, este Programa reúne todas as iniciativas estratégicas, organizacionais e tecnológicas, relevantes para esses objectivos incluindo as iniciativas do Programa de Transformação da Função de Risco do GCA, iniciado em 2006.

Os principais vectores de actuação deste Programa são:

- ✓ Redução do risco inerente à actividade; e
- ✓ Cumprimento dos requisitos regulamentares.

O esquema abaixo apresenta o plano do Programa de Suporte ao Quadro Regulamentar, com as principais iniciativas realizadas em 2008.



Na vertente regulamentar, concluíram-se, este ano, seis iniciativas, a saber:

- *Standard Approach*;
- Risco II – Propostas e *Credit Scoring* de Crédito à Habitação;
- Plano de Continuidade de Negócio – Fase II – Sala de Mercados e Infra-Estruturas – Requisitos;
- Controlo Interno – Preparação do Relatório;
- Controlo Interno - Documentação de Riscos e Controlos;
- SEPA – Transferências.

Em relação a cada uma destas iniciativas, pode-se sintetizar o âmbito nos seguintes termos:

- ***Standard Approach***

Esta iniciativa, integrada no Programa de Transformação da Função Risco, surge da necessidade de preparar o Grupo Crédito Agrícola para o cálculo dos requisitos de capital a nível consolidado e individual de acordo com os requisitos da metodologia *standard* de Basileia na vertente de Risco de Crédito e Risco de Mercado.

Iniciada em Outubro de 2007, a iniciativa teve por âmbito as operações da Caixa Central e das CCAM sujeitas a requisitos de capital por via do risco de crédito ou risco de mercado.

Após identificação dos requisitos de cálculo da solvabilidade e identificação das fontes de informação a utilizar, procedeu-se ao cálculo do consumo de capital ao nível consolidado e individual, ao estudo dos impactos face ao regime actual e à preparação do relatório ao Banco de Portugal (face aos novos requisitos estabelecidos).

Os produtos finais que derivaram da realização desta iniciativa foram:

- ✓ Resultados de solvabilidade a nível consolidado e individual;
- ✓ Estudo de impacto do novo regime no consumo de capital consolidado e individual; e
- ✓ Reporte para o Banco de Portugal.

- **Risco II – Propostas e Credit Scoring de Crédito à Habitação**

Também no âmbito do Programa de Transformação da Função de Risco, este projecto operacionalizou, no decorrer de 2007, as funcionalidades de registo e gestão de propostas de Crédito à Habitação com impressão automatizada de contrato e integração com o sistema de empréstimos, ao nível das CCAM Piloto, tendo-se estendido às restantes CCAM no 1º trimestre de 2008.

- **Plano de Continuidade de Negócio - Fase II – Sala de Mercados e Infra-Estruturas - Requisitos**

O projecto PCN – Fase II consistiu na implementação do plano de continuidade de negócio para o Grupo Crédito Agrícola de acordo com os requisitos do Banco de Portugal.

Os principais objectivos, para a realização desta iniciativa, foram:

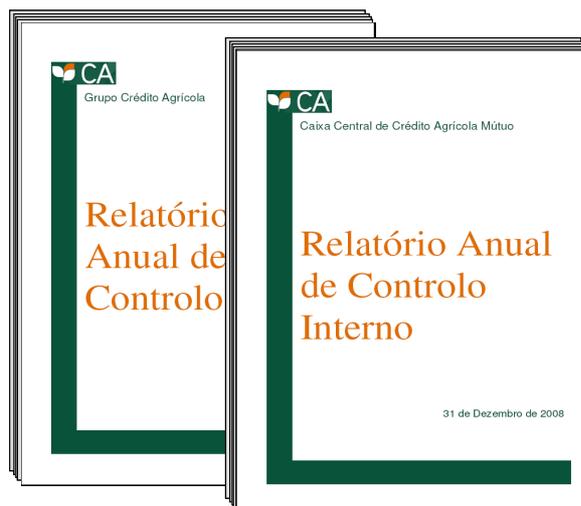
- ✓ Definir os requisitos para implementar no Centro de Processamento de Dados Alternativo, dos sistemas e aplicações necessários à recuperação da nova Solução de Balcão, Plataforma Multicanal e Sistema Calypso; e
- ✓ Definir os processos associados à actividade de recuperação, assim como dos meios necessários para o alojamento das equipas de negócio consideradas essenciais para operarem os sistemas em cenários de contingência.

- **Controlo Interno – Preparação do Relatório**

Esta iniciativa visou a preparação do relatório individual de controlo interno da Caixa Central segundo o previsto no Aviso 5/2008 do Banco de Portugal.

Engloba a definição dos *templates* do relatório, a validação, junto do Banco de Portugal, do modelo a utilizar pelas CCAM, a definição do modelo de avaliação do Sistema de Controlo Interno, a recolha da informação de base e a preparação do relatório.

Esta iniciativa enquadrava-se no Programa de Transformação da Função de Risco.



- **Controlo Interno – Documentação de Riscos e Controlos**

O âmbito deste projecto insere-se na resposta do GCA aos desafios colocados pelo Aviso 5/2008 do Banco de Portugal em matéria de controlo interno. Com a realização desta iniciativa garantiu-se a identificação e documentação dos riscos e controlos associados aos processos de negócio e suporte da CCCAM. Nesta fase o âmbito cingiu-se aos processos que foram classificados como sendo os mais relevantes.

- **SEPA – Transferências**

O processo de criação da SEPA¹, no âmbito da UE, introduziu importantes alterações às regras de actuação das Instituições Financeiras com a criação dos programas *Credit Transfers, Pan-European Direct Debit* e *SEPA Card Framework (SCF)*.

Neste sentido, a realização desta iniciativa de natureza regulamentar, concluída em Julho de 2008, teve como principais objectivos:

- ✓ Realizar as adaptações necessárias para que os pagamentos do Crédito Agrícola sejam SEPA *compliance* na sua ligação ao Sistema de Pagamentos Nacional e Europeu;

¹ *Single Euro Payments Area* ou *SEPA* é o espaço onde os cidadãos, empresas e outros agentes económicos podem fazer e receber pagamentos em Euros, dentro ou fora do seu país, com as mesmas condições, direitos e obrigações, independentemente da sua localização.

- ✓ Realizar as intervenções que permitam ao Crédito Agrícola minimizar os efeitos negativos da SEPA, melhorando a eficácia na vertente Custos de Pagamentos, e criando novas fontes de rentabilidade;
- ✓ Comunicar as Políticas a realizar junto da Rede Comercial, no sentido de diminuir a utilização de dinheiro e cheques, e aumentar a utilização de Meios Electrónicos de Pagamento; e
- ✓ Identificar as Necessidades de Desenvolvimento de Tecnologias e suportes operacionais do Crédito Agrícola, em conformidade com os objectivos SEPA e tendo em vista a integração do Sistema de Pagamentos do Crédito Agrícola.

A realização desta iniciativa permite aos clientes do Crédito Agrícola realizar e receber Transferências a Crédito, com um tempo de execução máximo de 3 dias entre qualquer ponto dentro do Espaço SEPA. Para além disso também se disponibilizou um serviço global de Débitos Directos, o que possibilita que o Débito ocorra num país diferente do Crédito dentro do Espaço SEPA.

Projectos a concluir em 2009

Quanto aos projectos já iniciados e cuja conclusão se prevê para 2009, estão previstos os seguintes:

- Definição da Função Compliance;
- Gestão de Garantias – Requisitos;
- Modelo Integrado Stress Test;
- Risco II – Cartões de Crédito;
- DMIF;
- Central de Balanços – Implementação;
- Desenho Detalhado da Infra-Estrutura de Suporte ao Risco; e
- Framework ICAAP – Concepção.

Seguidamente apresenta-se uma breve descrição sobre cada uma das iniciativas em curso da vertente de Apoio ao Quadro Regulamentar do Programa de Modernização 2008.

- **Definição da Função *Compliance***

Esta iniciativa "Definição da Função *Compliance*" consiste na formalização da função *Compliance* no GCA, que tem como missão garantir que os Órgãos de Gestão, as estruturas funcionais e os colaboradores em geral, cumprem as regras impostas por entidades externas ao grupo como, por exemplo, o Banco de Portugal. Neste contexto, pretende-se criar um Gabinete de *Compliance* na CCCAM.

Assim, o GCA beneficia com a formalização da Função *Compliance*, transpondo para o Controlo Interno as obrigadoriedades impostas por entidades de supervisão/regulamentação, reduzindo o risco reputacional e os prejuízos financeiros decorrentes do incumprimento de regras impostas por entidades externas.

- **Gestão de Garantias – Requisitos**

Esta iniciativa pretende definir um novo processo de registo de todas as garantias subjacentes às operações de crédito do Grupo, assegurando a sua adequada caracterização e avaliação. A melhoria da caracterização das operações é fundamental para garantir a qualidade dos dados que serão utilizados nos modelos internos de requisitos de capital e cálculo de provisões.

Neste sentido, os principais benefícios que a realização deste projecto oferece ao GCA são:

- ✓ Correcta caracterização das garantias associadas às operações;
- ✓ Minimização do risco da carteira;
- ✓ Melhoria dos modelos internos de requisitos de capital e cálculo de provisões; e
- ✓ Melhoria do processo de determinação do rácio de solvabilidade.

- **Modelo Integrado *Stress Test***

Este projecto consiste na definição de um modelo de testes que reaproveita ferramentas e metodologias de gestão de risco já existentes. Concretamente, consiste na identificação da informação e sistemas de suporte existentes no GCA, na recolha da informação necessária, na construção e teste dos algoritmos de cálculo e do suporte técnico para apoiar os testes, adaptando os mesmos à informação disponível, no cálculo dos cenários de teste e na preparação do relatório de conclusões a entregar ao Banco de Portugal.

Os principais benefícios que a realização deste projecto confere ao GCA são:

- ✓ Avaliação da exposição do GCA a cenários extremos de evolução de variáveis chave do seu negócio; e
- ✓ *Compliance* com regulamentação em vigor.

- **Risco II – Cartões de Crédito**

Esta iniciativa apresenta como principal objectivo e em complemento às funcionalidades já implementadas no âmbito dos Particulares (Consumo e Habitação) e ENI's, a disponibilização de uma solução de propostas e *Credit Scoring* para Cartões de Crédito. Concretamente, pretende-se a implementação de funcionalidades de introdução de propostas e avaliação do risco inerente a essa operação e completar a automatização das propostas e avaliação do risco das operações, para as operações tituladas por Particulares.

Neste sentido, o GCA com a realização desta iniciativa beneficia nos seguintes aspectos:

- ✓ Informatização das propostas de crédito;
- ✓ Melhoria do rácio de crédito vencido por via da utilização de um modelo de *Credit Scoring* e sistematização da análise de risco;
- ✓ Impressão automática de documentação (contratos, propostas, cartas de decisão);
- ✓ Ferramenta informática de *Credit Scoring*;
- ✓ Repositório de informação sobre propostas (base de dados); e
- ✓ Abertura automática da Conta Empréstimo, com base na proposta.

- **DMIF**

A iniciativa DMIF tem por objectivo adequar os sistemas de informação do Grupo aos requisitos regulamentares da DMIF (Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros), de modo a dar cumprimento aos deveres gerais de conduta harmonizada.

- **Central de Balanços – Implementação**

A iniciativa Central de Balanços – Implementação visa a implementação de uma aplicação designada por Central de Balanços que constitui o repositório de dados único de informação financeira dos clientes do SICAM.

O principal objectivo para a realização deste projecto prende-se com a sistematização, numa base de dados, da informação sobre clientes empresariais (PME's e grandes empresas) que englobará a recolha de informação histórica relativamente a estes clientes para posterior alimentação de uma ferramenta de análise de dados e consequentes modelos de *Scoring*.

Os principais benefícios para o GCA são:

- ✓ Centralização de toda a informação económico-financeira dispersa no SICAM num único repositório de base de dados (em papel e formato digital);
- ✓ Alimentar sistemas de *Rating* e *Scoring* de empresas e pequenos negócios; e
- ✓ Permitir a definição de relatórios *standard* de análise financeira que irão suportar a concessão de crédito a empresas.

- **Desenho Detalhado da Infra-Estrutura de Suporte ao Risco**

Este projecto tem por objectivo a preparação do processo global de implementação da Infra-Estrutura de Suporte ao Risco do Grupo. A implementação desta infra-estrutura permitirá alcançar os seguintes objectivos:

- ✓ Maior capacidade de promover uma gestão eficiente dos requisitos de capital a aprovisionar tendo em conta os pilares essenciais do acordo Basileia II, nomeadamente quanto à qualidade do risco subjacente à carteira de crédito do Grupo;

- ✓ Promoção da qualidade e cultura de risco no Grupo potenciada pela diferenciação dos parâmetros de avaliação em função da qualidade da carteira de crédito do SICAM e de cada CCAM.

- **Framework ICAAP - Concepção**

A iniciativa pretende dar resposta aos requisitos de avaliação interna do risco definidos pelo Banco de Portugal no âmbito do processo de supervisão (Pilar II de Basileia II). A concretização deste projecto irá permitir ao Grupo conhecer e medir todos os riscos a que está exposto, para além de definir o modelo de governação para o Modelo de Avaliação de Riscos no SICAM.

3.3. Benefícios Atingidos e Execução Orçamental

O Programa de Modernização surgiu como resposta a um conjunto de desafios que, através da disponibilização de meios organizacionais e tecnológicos, permitiram o reposicionamento competitivo do Grupo CA, como se descreve no seguinte quadro:



À semelhança do ano anterior e tendo por base um estudo realizado por consultores externos, que efectuaram uma análise comparativa da evolução organizacional e tecnológica do Grupo CA face à média do sector financeiro nacional, foi possível concluir que, ao iniciar 2009, o Grupo encontra-se genericamente alinhado com os principais bancos nacionais, dispondo, por isso, igualmente de ferramentas suficientemente robustas para que possa actuar no mercado com as mesmas armas que os seus principais competidores.

Apresenta-se de seguida o detalhe da avaliação referida, assim como os principais projectos que, no âmbito do Programa de Modernização, permitiram ao Grupo CA atingir tal posicionamento:

Balcão / Comercial

Vertente	Projectos	Benefícios CCAM's	Posicionamento
Actividade Comercial	Infra-Estrutura de Suporte ao Marketing e Comercial	<ul style="list-style-type: none"> Geração e acompanhamento de campanhas; Enriquecimento do conhecimento sobre a base de clientes. 	
Meios de Pagamento	Gestão da Rede TPAs - Sistema de gestão para potenciar o crescimento do mercado TPA's.	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do poder de negociação e de fidelização dos clientes; Diversificação da base de proveitos. 	
Margem Complementar	Crescimento da Margem Complementar – Automatização das cobranças e gestão de preçário.	<ul style="list-style-type: none"> Acréscimo anual de benefícios financeiros através da melhoria da eficácia de cobrança. 	
	Reformulação do Contrato de Agência - Implementação do novo Modelo de Comissionamento	<ul style="list-style-type: none"> Reforço do comissionamento nas operações bancárias. 	N/A
Back-Office	Modelo Organizacional de Referência para as CCAM's.	<ul style="list-style-type: none"> Pilar organizativo para as CCAM contribuindo para a eficiência funcional. 	N/A
Solução de Front-Office	C@is - Solução de suporte a uma nova intranet do GCA.	<ul style="list-style-type: none"> Optimização e homogeneidade na partilha de informação; Gestão da informação optimizada. 	

Mercados Financeiros

Vertente	Projectos	Benefícios CCAM's	Posicionamento
Função Financeira	Solução Sala de Mercados Fase I - Implementação do sistema calypso abrangendo um conjunto alargado de produtos	<ul style="list-style-type: none"> Realização de operações com novos produtos; Redução de riscos operacionais e de mercado. 	

Canais Complementares

Vertente	Projectos	Benefícios CCAM's	Posicionamento
Internet Banking	IB Empresas Fase II – Disponibilização de funcionalidades adicionais no Home Banking para empresas	<ul style="list-style-type: none"> Oferta alargada de Serviço <i>online</i> Empresa; Melhoria do Serviço ao Cliente, (Back-Office da Linha Directa). 	

Risco / Requisito Regulamentar

Vertente	Projectos	Benefícios CCAM's	Posicionamento após conclusão
Basileia II – Pilar 1 –	Sistema Propostas e Scoring de Crédito à Habitação	<ul style="list-style-type: none"> Sistema integrado de apoio à atividade comercial e análise de risco Automatização do processo de concessão Harmonização de práticas no SICAM Capacidade para avanço para modelos internos (IRB) em Basileia II 	
	Sistema de Propostas e Scoring de ENI's		
	Sistema de Propostas e Scoring de Cartões de Crédito (em curso)		
	Central de Balanços Repositório de informação financeira sobre os clientes empresa partilhado pelo SICAM	<ul style="list-style-type: none"> Facilitação e harmonização do processo de análise dos clientes empresa Suporte ao desenvolvimento de modelos de <i>rating</i> e de gestão de limites de crédito 	
	Desenho e implementação do sistema de gestão de garantias (em curso) Criação de sistema de gestão das garantias recebidas	<ul style="list-style-type: none"> <i>Compliance</i> regulamentar Eliminação das limitações da informação disponível Melhor informação para suportar o modelo de imparidade, o processo de recuperação de crédito e os modelos de Basileia II 	
	Cálculo da imparidade	<ul style="list-style-type: none"> <i>Compliance</i> regulamentar Centralização do processo na Caixa Central, limitando necessidade de intervenção das CCAM's Prática sistemática de análise do risco da carteira 	

Risco / Requisito Regulamentar

Vertente	Projectos	Benefícios CCAM's	Posicionamento após conclusão
Basileia II – Pilar 1 –	Preparação para o <i>standard approach</i> A CCCAM preparou a adaptação para a Basileia II, tratando a informação e disponibilizando os dados base às CCAM's	<ul style="list-style-type: none"> <i>Compliance</i> regulamentar Redução da necessidade de intervenção das CCAM's 	
	Recuperação de crédito (em curso)	<ul style="list-style-type: none"> Criação de unidade especializada na recuperação de crédito Estabelecimento de metodologias de recuperação Seleção e implementação de um ferramenta de suporte à recuperação (em curso) 	
	Gestão de grupos económicos (em curso) Criação de modelo de gestão dos clientes inseridos em Grupos Económicos por parte do SICAM	<ul style="list-style-type: none"> Ferramenta de suporte à gestão dos Grupos Partilha de informação entre as CCAM's Articulação na gestão da exposição global e do risco 	
	Backtesting dos modelos de <i>scoring</i> (em curso)	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da capacidade preditiva, robustez e adequação dos modelos de <i>scoring</i> à realidade da carteira Melhorias nos modelos de <i>scoring</i> actuais (e.g. exclusão/inclusão de variáveis, alteração dos pesos das variáveis) 	

Legenda ○○○ O CA está abaixo da média do sector financeiro ●●● O CA encontra-se acima da média do sector financeiro
 ●○○ O CA encontra-se alinhado com a média do sector financeiro

Legenda ○○○ O CA está abaixo da média do sector financeiro ●●● O CA encontra-se acima da média do sector financeiro
 ●○○ O CA encontra-se alinhado com a média do sector financeiro

Risco / Requisito Regulamentar

Vertente	Projectos	Benefícios CCAM's	Posicionamento após conclusão
Basileia II – Pilar 1 –	Manual de risco de crédito	<ul style="list-style-type: none"> Formalização dos princípios de gestão do risco de crédito Potencial utilização do manual por parte das CCAM's, com efeitos na harmonização nas práticas de gestão no SICAM e alinhamento com as melhores práticas de mercado 	
Basileia II – Pilar 2 –	Criação da Função ALM (Gestão de Activos e Passivos) e implementação de ferramenta de suporte	<ul style="list-style-type: none"> Gestão integrada do balanço e dos riscos de mercado, taxa de juro, liquidez e cambial Extensão futura da função às CCAM's e utilização do sistema para apoiar a gestão das CCAM's 	
	Stress Testing A Caixa Central realizou os <i>stress testings</i> obrigatórios e procedeu à sua entrega ao Banco de Portugal	<ul style="list-style-type: none"> Compliance regulamentar Futuramente será possível detalhar os resultados e partilhá-los com as CCAM's, que os poderão utilizar para gerir o risco do seu negócio 	
	Concepção e implementação do ICAAP (processo de avaliação da adequação do capital interno) (em curso) A Caixa Central está a preparar o processo ICAAP e procederá à entrega do relatório obrigatório ao Banco de Portugal	<ul style="list-style-type: none"> Compliance regulamentar Futuramente será possível detalhar os resultados e partilhá-los com as CCAM's, que os poderão utilizar para gerir o risco do seu negócio 	

Risco / Requisito Regulamentar

Vertente	Projectos	Benefícios CCAM's	Posicionamento após conclusão
Basileia II – Pilar 3 –	Disclosure requirements (em curso) A Caixa Central está a preparar o documento obrigatório relativo ao Pilar III e que visa prestar informação ao mercado sobre as práticas e resultados da gestão de risco do Grupo	<ul style="list-style-type: none"> Compliance regulamentar 	
Controlo Interno	Melhoria da qualidade dos dados dos sistemas	<ul style="list-style-type: none"> Compliance regulamentar Melhoria da informação disponível nos sistemas de informação do Grupo 	
	Desenho e implementação da infra-estrutura tecnológica de suporte à gestão do risco (ISR) (em curso) Criação de um repositório único e estruturado de informação relevante para a gestão do risco	<ul style="list-style-type: none"> Geração de informação de gestão Automatização de actividades de reporte regulamentar Identificação de lacunas de informação e tomada de medidas para a sua inclusão nos sistemas 	

Risco / Requisito Regulamentar

Vertente	Projectos	Benefícios CCAM's	Posicionamento
Controlo Interno	<p>Preparação do relatório de controlo interno</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Compliance</i> regulamentar • Preparação e discussão com o Banco de Portugal do modelo de relatório a utilizar pelas CCAM's • Apoio por parte da Caixa Central na preparação do relatório • Harmonização de conteúdos dos relatórios das CCAM's • Caixa Central analisou e compilou toda a informação das CCAM's e preparou o relatório do Grupo 	
	<p>Criação da Função <i>Compliance</i></p> <p>A Caixa Central criou uma unidade especializada em matéria de <i>compliance</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Compliance</i> regulamentar • As CCAM's poderão usufruir dos serviços da unidade da CCCAM, evitando a necessidade de criarem e dotarem de recursos unidades autónomas de <i>compliance</i> 	
Risco Operacional	<p>PCN Fase II - Implementação dos sistemas necessários à recuperação da nova Solução de Balcão e Plataforma Multicanal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação face aos requisitos do Banco de Portugal • Salvaguarda de informação e activos 	
Single Euro Payments Area (SEPA)	<p>SEPA Transferências - Adequação às exigências SEPA no âmbito das transferências de clientes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação face requisitos regulamentares SEPA 	

Legenda ●○ O CA está abaixo da média do sector financeiro ●●● O CA encontra-se acima da média do sector financeiro
 ●●○ O CA encontra-se alinhado com a média do sector financeiro

Relativamente à execução orçamental do Programa de Modernização em 2008, constata-se que foram investidos cerca de 3,4 milhões de euros dos 5,3 milhões de Euros inicialmente previstos, sendo que a componente principal do diferencial registado se deve ao facto de não se terem realizado diversas iniciativas inicialmente programadas e que foram incluídas no Plano de Modernização para 2009.

Orçamento Global de Investimentos do Programa de Modernização do Grupo CA CA Serviços / CA Informática 2008 ⁽¹⁾	2008 Inicial	2008 Realizado
Valores em milhares de Euros		
Comité de Risco de Crédito ⁽²⁾	25	0
SIBAL ⁽⁴⁾	600	409
Pricing e Margem Complementar	300	24
Implem.do Modelo de Rentabilidade de Clientes, Balcões e Produtos ⁽²⁾	188	0
Infra-estrutura de Suporte ao Marketing - Implementação	200	848
Gestão da Rede de TPA's ⁽³⁾	100	0
Modelo de Objectivos Revisto e Criação do Modelo de Incentivos ⁽²⁾	115	0
Propostas e Gestão de Limites de Crédito para Empresas ⁽²⁾	148	0
Solução <i>Front do Back</i> da Sala de Mercados - Fase II ⁽⁴⁾	0	191
FTP - Preços de Transferência ⁽⁴⁾	0	19
Gestão do Programa de Negócio - 2008	135	360
Total Programa de Apoio ao Negócio	1.811	1.851
Standard Approach ⁽⁴⁾	0	36
Concepção e Implementação da Função <i>Compliance</i> - Caixa Central ⁽⁴⁾	272	36
PCN - Fase II	1.232	737
Risco II - Propostas e <i>Scoring</i> - Cartões de Crédito ⁽⁴⁾	0	19
Risco III - Definição do Modelo de Rating para Empresas ⁽²⁾	197	0
Central de Balanços - Implementação ⁽⁴⁾	0	15
Criação de um Modelo integrado de <i>Stress Test</i> ⁽⁴⁾	148	110
Gestão de Garantias - Requisitos ⁽³⁾	53	0
ICAAP - Concepção ⁽⁴⁾	74	100
Infra-estrutura de Suporte ao Risco - Preparação da Implementação ⁽⁴⁾	0	78
Infra-estrutura de Suporte ao Risco - Implementação ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	363	65
Bases de Dados Grupos Económicos ⁽²⁾	218	0
SEPA - Transferências ⁽³⁾	21	0
SEPA - Débitos Directos: Requisitos e Implementação ⁽²⁾	253	0
SEPA - Cartões - Requisitos ⁽²⁾	127	0
<i>Better Regulation</i> - Controlo Interno - Relatório	0	24
AML - Branqueamento de Capitais ⁽²⁾	111	0
Gestão, Coordenação e <i>Quality Assurance</i> do Programa de Transf. Função Risco	406	372
Total Programa de Suporte ao Quadro Regulamentar	3.475	1.592
Base de Dados de Competências e Perfis Profissionais ⁽²⁾	20	0
Total Programa de Desenvolvimento de Competências	20	0
Total Plano de Negócios	5.306	3.443

(1) Os valores correspondem a investimentos em Serviços Externos, Hardware e Software, e não incluem IVA.

(2) Iniciativa não realizada no contexto do Plano de Negócios

(3) Iniciativa realizada apenas com recursos internos em 2008

(4) Iniciativas em curso que transitam para 2009

(5) O custo incorrido diz respeito à alocação de parte da infra-estrutura de hardware adquirida no âmbito do ISM, que se destina a esta iniciativa

4. Análise Financeira

INDICADORES DE EXPLORAÇÃO

As contas do SICAM referentes ao exercício de 2008 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). Tendo as contas relativas a 2007 sido elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade Ajustadas (NCA), a comparabilidade entre os valores referentes aos dois exercícios exige, em certos casos, devidamente assinalados, alguns ajustamentos nos valores de 2007.

unidade: milhares de euros excepto percentagens

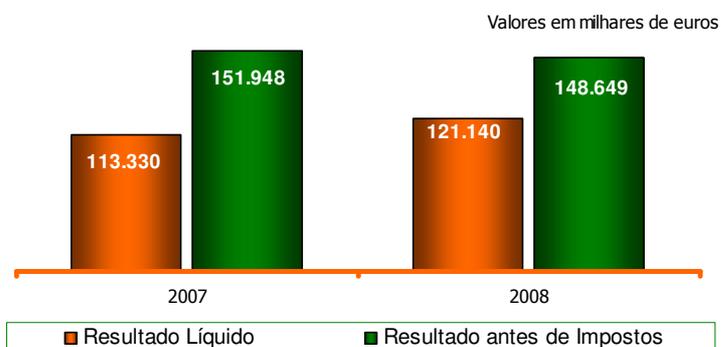
SÍNTESE DE INDICADORES	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem Financeira	387.051	403.189	16.139	4,2%
Comissões recebidas (líq.)	75.517	87.009	11.492	15,2%
Resultados em operações financeiras (líq.)	265	-499	-764	-288,4%
Outros Proveitos Líquidos	23.360	23.254	-106	-0,5%
Produto Bancário	486.193	512.953	26.760	5,5%
Custos de estrutura	262.989	284.755	21.766	8,3%
Provisões e imparidade	71.256	79.548	8.292	11,6%
Resultado antes de Impostos	151.948	148.649	-3.299	-2,2%
Impostos correntes	51.825	44.460	-7.365	-14,2%
Impostos diferidos	-13.207	-16.951	3.743	-28,3%
Resultado Líquido	113.330	121.140	7.810	6,9%
ROA (*)	1,10%	1,10%		
ROE	13,90%	13,08%		
Resultado antes de Impostos/Activo Líquido (*)	1,48%	1,35%		
Produto Bancário/Activo Líquido (*)	4,73%	4,68%		
Resultado antes de Impostos/Capitais Próprios	18,64%	16,05%		

Rátios calculados considerando os valores médios do Activo Líquido e Capitais Próprios de cada exercício

(*) O Activo Líquido de 2007 foi ajustado às NIC a fim de permitir a comparabilidade dos rácios

A evolução dos principais indicadores de exploração do SICAM referentes ao exercício de

Evolução dos Resultados



2008 conduziu a um crescimento do Resultado Líquido em 7.810 milhares de euros (+6,9% do que em 2007), atingindo assim os 121.140 milhares de euros.

A obtenção deste resultado esteve associada a uma evolução favorável do Produto Bancário que aumentou de 486.193 milhares de euros em 2007 para 512.953 milhares de euros em 2008 (+5,5%).

A margem financeira, principal componente do Produto Bancário, representando 78,6% do seu valor total, apresentou um crescimento de apenas 4,2% (havia crescido 10,1% em 2007), que em valor se situou nos 16 milhões de euros (contra

mais de 35 milhões em 2007). Este crescimento relativamente débil da margem financeira em 2008 reflecte, naturalmente, as condições de mercado mais difíceis que as Caixas Associadas enfrentaram, caracterizado em particular pela pressão sobre o custo dos recursos mas com a competição do lado do crédito a fazer-se sentir ainda durante boa parte do ano. O crescimento forte de 2007, porém, está influenciado por reclassificações contabilísticas decorrentes da adopção das NIC, introduzidas nesse exercício.

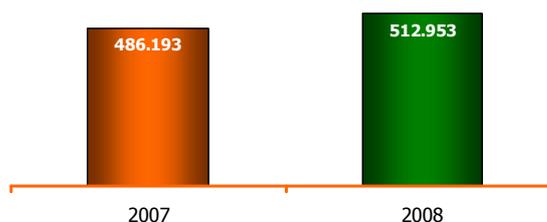
Em sentido oposto, no entanto, a evolução do saldo de comissões deu um contributo muito expressivo para a expansão do produto bancário, tendo aumentado 15,2% em relação a 2007, ou quase 11,5 milhões de euros em termos absolutos.

No exercício anterior, note-se para efeitos comparativos, o saldo de comissões até registara um decréscimo, de quase 2%. Para a evolução positiva do saldo de comissões em 2008 terá contribuído a maior dinâmica na venda cruzada, nomeadamente de produtos de seguros, no âmbito da actividade de "bancaseguros" do Grupo, e também a crescente sensibilização das Caixas para a importância dos proveitos inerentes às comissões bancárias e a consequente acrescida eficácia na sua cobrança. O projecto "Preçário e Margem Complementar" terá sido, neste capítulo, um factor importante.

Nas restantes componentes do Produto Bancário, o contributo dos "Resultados de Operações Financeiras", reflexo da situação financeira internacional, foi marginalmente negativo, e os "Outros Proveitos de Exploração", em que se inclui a recuperação de crédito, não evidenciaram variação significativa em relação a 2007, sendo o seu valor de cerca de 23 milhões de euros em qualquer dos anos.

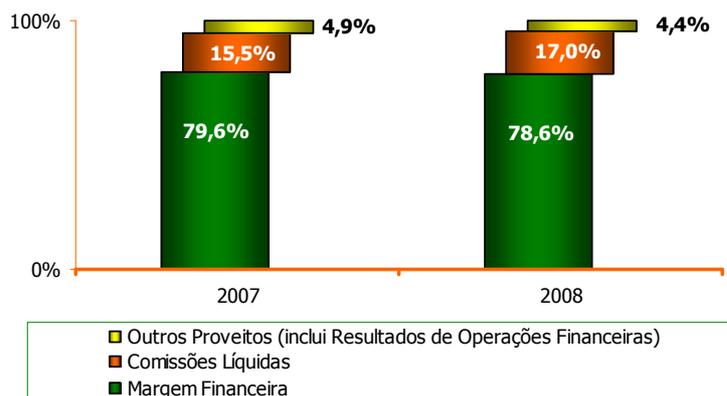
Evolução do Produto Bancário

Valores em milhares de euros



No respeitante à Margem Financeira, o aumento do volume de juros recebidos (64.348 milhares de euros), foi superior ao dos juros pagos (48.209 milhares de euros), num contexto de subida generalizada das taxas *euribor* nos três primeiros trimestres do ano, a que se seguiu uma descida acentuada no último trimestre, mantendo-se porém a referida

Composição do Produto Bancário



pressão concorrencial do lado dos recursos, face às "constraints" de liquidez da maioria das Instituições Financeiras.

A evolução dos juros pagos deve-se quase exclusivamente à remuneração associada aos recursos de clientes,

uma vez que o Crédito Agrícola não recorre, praticamente, a financiamentos junto de outras Instituições de Crédito, com excepção de operações "repo" que se enquadram na gestão de liquidez.

A evolução verificada nos juros recebidos resultou, por sua vez, do aumento quer dos juros provenientes das operações de crédito a clientes (+41.196 milhares de euros), quer dos juros provenientes das aplicações em Instituições de Crédito (+24.432 milhares de euros), decorrentes de aplicações da Caixa Central no mercado interbancário.

valores em milhares de euros, excepto %

MARGEM FINANCEIRA DO SICAM	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros recebidos	612.591	676.938	64.348	10,5%
dos quais:				
Aplicações em Instituições de Crédito	61.059	85.491	24.432	40,0%
Crédito sobre Clientes	516.771	557.967	41.196	8,0%
Aplicações em Títulos	34.761	33.480	-1.280	-3,7%
Outros				
Juros pagos	225.540	273.749	48.209	21,4%
dos quais:				
Recursos de Instituições de Crédito	9.367	15.621	6.254	66,8%
Recursos de Clientes	210.940	246.825	35.885	17,0%
Outros	5.234	11.303	6.070	116,0%
MARGEM FINANCEIRA	387.051	403.189	16.139	4,2%

valores em milhares de euros, excepto %

COMISSÕES	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Por garantias prestadas	6.184	5.999	-185	-3,0%
Por serviços prestados	49.501	67.608	18.108	36,6%
Outras comissões	27.637	23.268	-4.369	-15,8%
Comissões Recebidas	83.322	96.876	13.554	16,3%
Por serviços bancários de terceiros	7.462	9.290	1.828	24,5%
Outras comissões	343	577	234	68,3%
Comissões Pagas	7.805	9.867	2.062	26,4%
Comissões Líquidas	75.517	87.009	11.492	15,2%

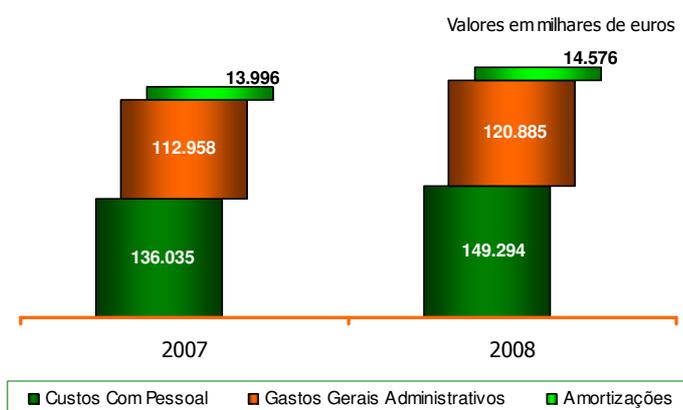
Os custos de estrutura registaram um aumento de 8,3% relativamente a Dezembro de 2007, resultante do aumento dos Custos com Pessoal em 9,7% e dos Gastos Gerais Administrativos em 7,0%, totalizando uma variação de cerca de 21,8 milhões de euros.

unidade: milhares de euros excepto percentagens

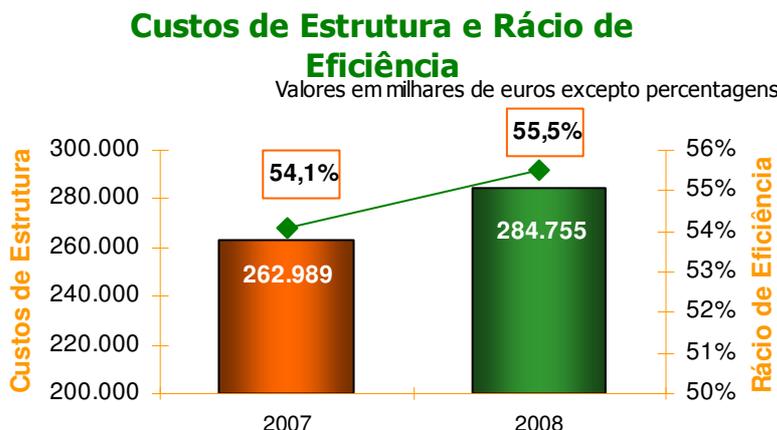
CUSTOS DE ESTRUTURA	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos Com Pessoal	136.035	149.294	13.259	9,7%
Gastos Gerais Administrativos	112.958	120.885	7.928	7,0%
Amortizações	13.996	14.576	580	4,1%
Custos de estrutura	262.989	284.755	21.766	8,3%

No que se refere aos Gastos Gerais Administrativos, a maior variação respeita a serviços especializados de informática (+3.685 milhares de euros), destacando-se neste montante a facturação das entidades especializadas do Grupo, CA Informática e CA Serviços. Verificou-se ainda um incremento dos gastos com publicidade em cerca de 1.061 milhares de euros, e um aumento das despesas judiciais, de contencioso e notariado (+818 mil euros), associadas ao agravamento do crédito em incumprimento.

Custos de Estrutura



O crescimento mais acentuado dos Custos de Estrutura face ao do Produto Bancário, reflectiu-se no Rácio de Eficiência que aumentou de 54,1% em 2007 para 55,5% em 2008, mantendo-se todavia entre os melhores da banca nacional.



De resto, verificou-se em 2008 uma deterioração dos rácios de eficiência de algumas instituições, em virtude de condições de exploração menos favoráveis.

Há ainda que notar a dotação para provisões do exercício, que, atingindo cerca de 79,5 milhões de euros, excedeu significativamente, em 8,3 milhões, o nível de provisionamento do exercício anterior, ele próprio sensivelmente da mesma ordem de grandeza do provisionamento de 2006.

A conjugação deste maior nível de provisionamento com o aumento dos custos de estrutura excedeu a variação ocorrida no produto bancário, pelo que os resultados antes de impostos do SICAM em 2008, de 148,6 milhões de euros, acusam um recuo da ordem de 2,2% (- 3,3 milhões de euros) em relação a 2007.

Todavia, os resultados do SICAM em 2008 foram ainda positivamente influenciados pela contabilização de impostos diferidos activos de 16.951 milhares de euros e por uma menor dotação para impostos correntes (-7.365 milhares de euros do que em 2007), o que se traduziu numa melhoria do resultado líquido, relativamente a 2007, de 6,9% (+ 7,8 milhões de euros). Este resultado é o mais elevado de sempre do SICAM.

A rentabilidade da exploração ao nível global do SICAM manteve-se assim bastante favorável, sendo o rácio de rentabilidade do activo (ROA) superior a 1%, o que excede o nível da generalidade dos bancos. O nível de rentabilidade dos capitais próprios (ROE), por sua vez, é da ordem de 13,1%, reflectindo a elevada autonomia financeira do SICAM.

$$\begin{array}{c}
 \boxed{\text{ROE}} \\
 \downarrow \\
 \boxed{13,1\%}
 \end{array}
 =
 \begin{array}{c}
 \boxed{\text{ROA}} \\
 \downarrow \\
 \boxed{1,1\%}
 \end{array}
 *
 \begin{array}{c}
 \boxed{\frac{1}{\text{Autonomia Financeira}}} \\
 \downarrow \\
 \boxed{11,9}
 \end{array}$$

Nota: Autonomia Financeira = Capitais Próprios Médios/Activo Médio

ESTRUTURA DO BALANÇO

Face aos diferentes critérios contabilísticos com que foram encerradas as contas de 2007 (NCA) e 2008 (NIC), procedeu-se a um ajustamento das contas de 2007 às NIC com base nas quais foi efectuada a análise comparativa subsequente.

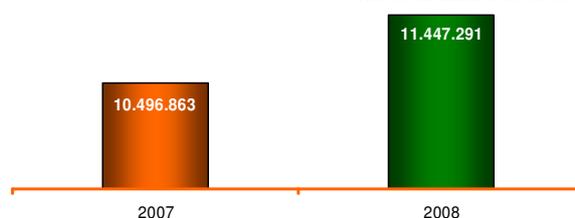
Valores em milhares de euros, excepto percentagens

SÍNTESE DE INDICADORES	2007	2007	2008	Variação NIC	
	NCA	NIC Pro-Forma	NIC	Absoluta	Relativa
Disponibilidades	889.844	889.844	476.731	-413.113	-46,4%
Aplicações em Instituições de Crédito	1.086.328	1.086.328	1.429.489	343.161	31,6%
Crédito a Clientes (líquido)	7.188.241	7.119.497	7.945.259	825.762	11,6%
Aplicações em Títulos (líquido)	771.564	771.564	913.145	141.581	18,3%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	357.632	357.632	354.200	-3.431	-1,0%
Outros Activos	271.998	271.998	328.466	56.468	20,8%
Total do Activo (líquido)	10.565.607	10.496.863	11.447.291	950.428	9,1%
Recursos de Instituições de Crédito	11.522	11.522	496.472	484.950	4208,8%
Recursos de Clientes	9.157.713	9.157.713	9.612.507	454.794	5,0%
Outros passivos	194.709	194.709	144.464	-50.244	-25,8%
Provisões	79.914	11.171	8.374	-2.796	-25,0%
Empréstimos Subordinados	206.712	206.712	188.625	-18.087	-8,7%
Responsabilidades representadas por Títulos	41.447	41.447	17.727	-23.720	-57,2%
Situação Líquida	873.589	873.589	979.121	105.532	12,1%
Total do Passivo e da Situação Líquida	10.565.607	10.496.863	11.447.291	950.428	9,1%

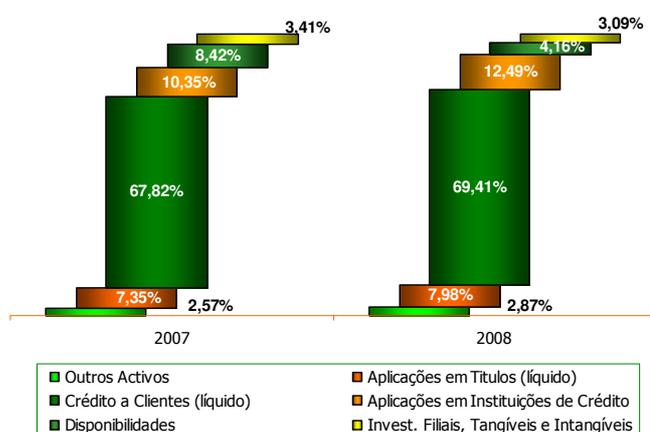
O Activo Líquido do SICAM ultrapassou os 11,4 mil milhões de euros em 2008, traduzindo um crescimento de 9,1% em relação ao exercício anterior (ajustado às NIC).

Activo Líquido

Valores em milhares de euros



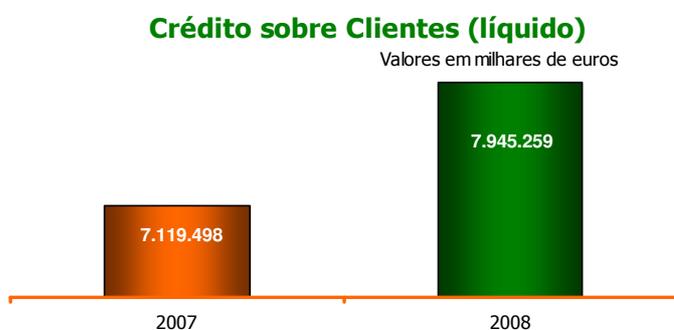
Estrutura do Activo



A rubrica de Crédito a Clientes, que naturalmente é a que assume maior relevância na estrutura do Activo do SICAM (mais de 2/3), registou um crescimento acentuado de cerca de 11,6%. As aplicações em Instituições de Crédito,

segunda rubrica de maior expressão, com 12,5% do Activo no final de 2008, apresentaram um incremento ainda mais forte de 31,6%.

O crédito a clientes bruto aumentou de 7.467 milhões de euros em 2007 para 8.373



milhões de euros em 2008 (+12,1%), tendo o crédito líquido crescido de 7.119 milhões de euros para 7.945 milhões de euros.

Consequência da crise económica e financeira que tem abalado a economia mundial, afectando a economia portuguesa, a qualidade da carteira deteriorou-se, com o crédito vencido a mais de 90 dias a sofrer um crescimento significativo, passando de 258.178 milhares de euros em 2007 para 314.235 milhares de euros em 2008.

Valores em milhares de euros, excepto %

Qualidade do Crédito	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
1. Crédito total sobre clientes	7.467.441	8.372.736	905.295	12,1%
1.1. Crédito sobre clientes (vincendo)	7.175.975	8.016.114	840.139	11,7%
crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido ao abrigo da alínea a) do ponto 1 do nº4 do Aviso 3/95	19.044	22.341	3.297	17,3%
1.2. Crédito e juros vencidos	291.466	356.621	65.155	22,4%
do qual: vencido a mais de 90 dias	258.178	314.235	56.057	21,7%
2. Provisões totais para Crédito (p/imparidade)	347.943	427.476	79.533	22,9%
Crédito vencido a mais de 90 dias /crédito total	3,5%	3,8%		
Crédito vencido/crédito total	3,9%	4,3%		
Rácio de crédito com incumprimento (a)	3,7%	4,0%		
Rácio de crédito com incumprimento líquido (b)	-1,0%	-1,1%		
Provisões totais para crédito/crédito vencido a mais de 90 dias	134,8%	136,0%		

Consequentemente, o rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias aumentou de 3,5% no final de 2007 para 3,8% em 2008, e o rácio de crédito em incumprimento - conforme Instrução 16/2004 do Banco de Portugal – aumentou de 3,7% para 4% no mesmo período.

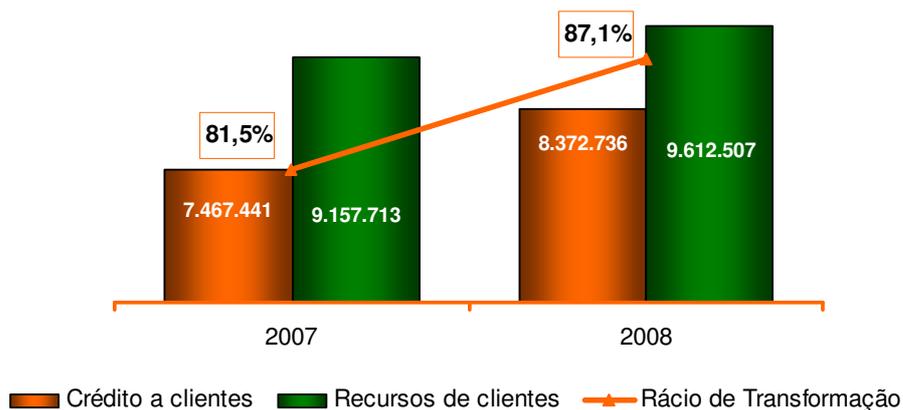
O crédito vencido do SICAM mantém porém uma confortável cobertura por provisões, com um rácio de cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias de 136%, tendo o rácio de incumprimento líquido registado o valor de -1,14%. Refira-se que o esforço de provisionamento de algumas Caixas Agrícolas foi atenuado pela reposição das provisões existentes sobre a participação financeira da Caixa Central, embora a esmagadora maioria

das Caixas tenha mantido estas provisões em reserva para exercícios futuros.

Os depósitos totais de Clientes no conjunto do SICAM registaram, no exercício de 2008, um acréscimo de 5,0% (a que corresponde um aumento em termos absolutos de 454.794 milhares de euros). Os depósitos de clientes perfazem cerca de 91,8% do passivo do SICAM e cerca de 84% do Activo total. Regista-se o aumento de 6,9% nos depósitos a prazo, em linha com o ano anterior, e o decréscimo de 0,5% dos depósitos à ordem, que em 2007 haviam crescido 2,2%. Esta evolução verificou-se numa conjuntura caracterizada por forte concorrência na captação de recursos, face à actual crise de liquidez do sistema financeiro em geral.

Evolução do crédito e recursos de clientes

Valores em milhares de euros excepto percentagens



A taxa de crescimento dos Recursos de Clientes foi inferior à do Crédito a Clientes, traduzindo-se num aumento do rácio de transformação, que no final de 2008 se situou em 87,1% contra 81,5% em 2007. Ainda assim, este rácio de transformação permitiu ao SICAM manter uma confortável situação interbancária líquida (créditos líquidos sobre outros bancos), com um saldo positivo de 1.149 milhões de euros, que confere ao Grupo uma excepcional situação de liquidez no contexto do sistema bancário nacional.

A Situação Líquida do SICAM continua a evoluir positivamente, tendo aumentado 105.532 milhares de euros (12,1%), quer por via de aumentos de capital de algumas Caixas Associadas quer por via dos resultados do exercício, aproximando-se de 1.000 milhões de euros.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

Considerando o Crédito Agrícola no seu conjunto (SICAM e empresas), refira-se que a comparabilidade dos resultados obtidos em 2008 com os verificados em 2007 é dificultada pelo facto de as Seguradoras terem preparado as contas de 2008 de acordo com as NIC, em vigor desde 1 de Janeiro desse ano para o respectivo sector de actividade.

Apesar deste constrangimento, refira-se a obtenção em 2008 de resultados consolidados de 120,7 milhões de euros. Os resultados consolidados em 2007 tinham atingido 120,2 milhões de euros, pelo que não houve praticamente variação. O contributo das seguradoras foi inferior ao que se verificou nos últimos exercícios, sendo os resultados da CA Vida negativos, e os da CA Seguros positivos mas significativamente inferiores aos de 2007, em resultado da evolução adversa dos mercados financeiros.

As empresas das áreas de banca de investimento (CA Gest) e da banca de negócio (CA Consult) registaram resultados positivos.

Refira-se que o Activo Líquido do Grupo se cifrou em 12 mil milhões de euros (que compara com 11,2 mil milhões de euros em 2007), notando-se o aumento da relevância, no activo financeiro, das aplicações em instituições de crédito. O crédito a clientes evoluiu também positivamente aumentando em termos líquidos 748 milhões de euros (+10,6%) relativamente a 2007 (ajustado às NIC).

Destacam-se no Passivo os Recursos de Clientes que, apesar da conjuntura desfavorável, cresceram 4,5% em relação a 2007.

Quanto à Situação Líquida registou um acréscimo de 11,3% relativamente a 2007, ascendendo a 987 milhões de euros no final de 2008.

5. Evolução Económica das Caixas Associadas

(INTERNO)

O processo de consolidação económica e financeira das Caixas Associadas prosseguiu em 2008, tendo o seu número diminuído de 100 no final de 2007 para 92 no final de 2008, resultado de 6 processos de fusão envolvendo, em alguns casos, mais do que 2 CCAM.

Refira-se que desde 2006 as fusões entre CCAM têm ocorrido como veículo de reorganização estrutural do SICAM, deixando de ser apenas encaradas como soluções para resolver situações de desequilíbrio financeiro, embora a necessidade de concretizar este tipo de fusões se mantenha, ainda, em alguns casos.

Como se pode verificar pelo quadro infra, o processo continuado de fusões tem conduzido ao acréscimo do activo líquido médio do conjunto das Caixas de 66,8 milhões de euros em 2003, ano em que existiam ainda 120 Caixas Associadas, para 116,9 milhões de euros no final de 2008, evoluindo de 5,0 para 7,2 Balcões a dimensão média da rede das Caixas no mesmo período.

	Nº de CCAM	Activo Líquido Médio € 10 ⁶	Nº médio de Balcões por CCAM
2003	120	66,8	5,0
2004	118	76,9	5,2
2005	111	82,0	5,7
2006	105	91,7	6,0
2007	100	102,5	6,4
2008	92	116,9	7,2

O aumento de dimensão das Caixas Associadas tem criado condições favoráveis para a existência de estruturas de gestão mais sólidas e profissionalizadas e potenciado uma maior competitividade comercial, uma melhor análise dos riscos e processos de controlo interno mais eficientes, contribuindo, deste modo, para o reforço da robustez financeira do SICAM.

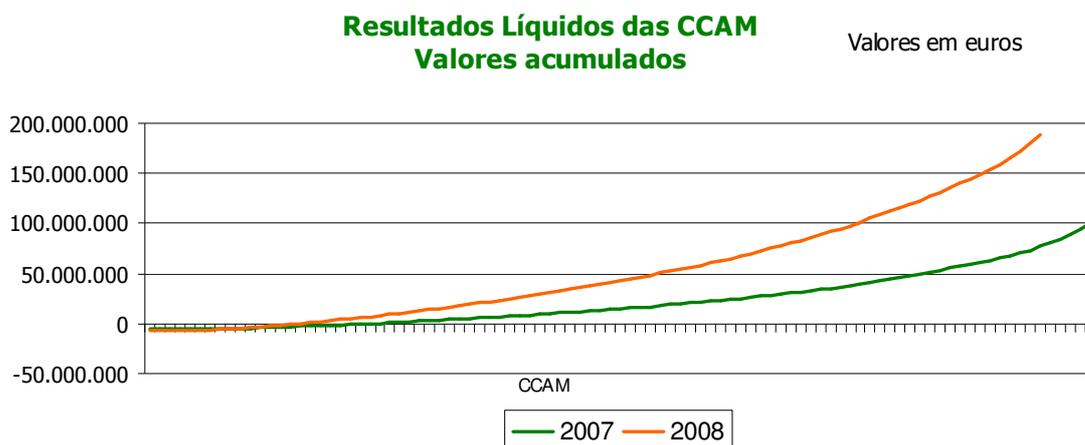
A rede de distribuição do Crédito Agrícola era, no final do exercício de 2008, constituída por 670 Balcões, incluindo os 9 Balcões detidos pela Caixa Central, e ainda os 2 centros de empresas.

Dos resultados alcançados pelas Caixas Associadas, destacam-se os Resultados Líquidos superiores a 2 milhões de euros obtidos por 13 CCAM, que ultrapassaram mesmo os

4 milhões de euros em 2 dessas Caixas Associadas. É também de realçar que 47 Caixas Associadas conseguiram resultados superiores a 1 milhão de euros.

Resultado Líquido (em Euros)	nº CCAM	%
<= 0	3	3%
> 0 <= 500 000	14	15%
> 500 000 <=1.000 000	28	30%
> 1 000 000 <= 2 000 000	34	37%
> 2 000 000 <= 4 000 000	11	12%
> 4 000 000	2	2%
Total	92	100%

Porém, constata-se a obtenção de prejuízos em 3 Caixas Associadas, uma das quais protagonizando um processo de fusão ocorrido em 2008 e uma das outras integrada num processo de fusão que se concretizou já em 2009.

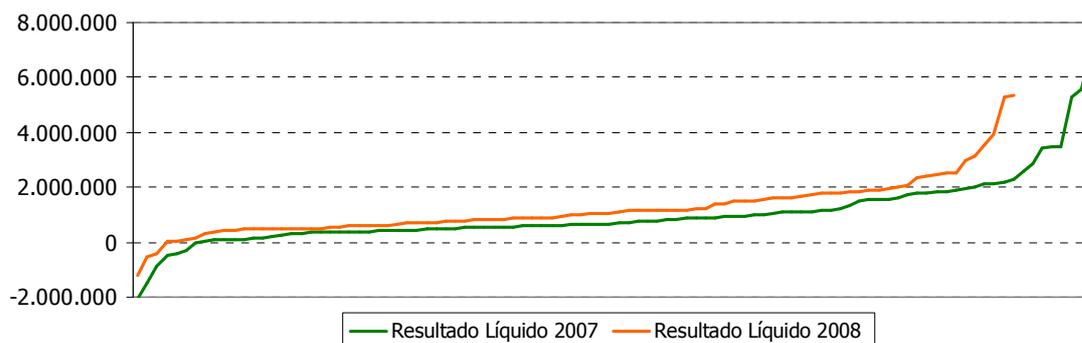


Embora na generalidade e em termos acumulados se note uma evolução bastante positiva em relação ao exercício anterior, ainda é necessário agregar o Resultado de 9 CCAM para absorver os prejuízos das 3 CCAM acima referidas. Em 2007 era necessário somar os resultados de 21 Caixas para cobrir os prejuízos das 6 que foram deficitárias nesse exercício.

Tomadas globalmente, as Caixas Associadas contribuem expressivamente para a formação do Resultado Líquido consolidado (num total agregado de 111,8 milhões de euros), representando a sua parcela mais significativa.

Distribuição dos Resultados das CCAM

Valores em euros



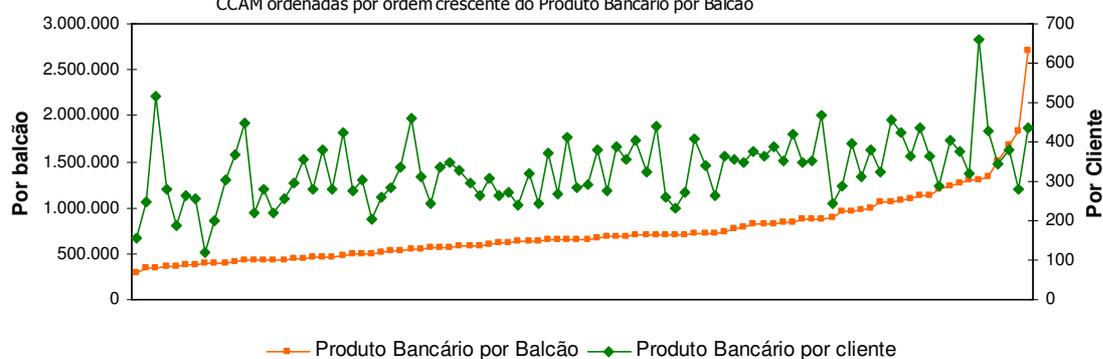
Como se verifica pela leitura do gráfico anterior, evidencia-se uma melhoria marginal dos lucros apresentados pela totalidade das CCAM, tendo-se verificado um aumento absoluto dos Resultados líquidos em 2/3 das Caixas.

O Produto Bancário médio por cliente do conjunto das Caixas Associadas foi de cerca de 314,7 euros, significativamente inferior ao valor médio dos principais bancos, e inferior ao correspondente valor de 2007 (337,5 euros), o que em parte é explicável pela implantação de muitos Balcões em zonas essencialmente rurais mas também é reflexo da crise económica e financeira a que o mercado de actuação das CCAM não ficou indiferente.

Produto Bancário Médio

CCAM ordenadas por ordem crescente do Produto Bancário por Balcão

Valores em euros



O produto bancário médio por CCAM aumentou de 4,1 milhões de euros em 2007 para 4,7 milhões em 2008.

Em 33 CCAM o produto bancário obtido foi superior à média tendo mesmo em 2 delas ultrapassado os 19 milhões de euros. Todavia, em 2 CCAM o produto bancário não ultrapassou 1 milhão de euros.

Em 2008, 23 CCAM conseguiram ultrapassar 1 milhão de euros de comissões líquidas (mais 5 do que em 2007), o que oferece ainda grande margem de expansão, tanto mais que em 2006 o número de CCAM nessas condições era já de 26.

Esta redução face a 2006 pode dever-se contudo à alteração dos critérios contabilísticos decorrentes da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, uma vez que, com a introdução das NCA, as comissões recebidas deixaram de ser registadas na íntegra como proveito do exercício no momento da sua cobrança, passando esse proveito a ser periodificado ao longo da vida da operação a que se refere (o mesmo se passando com as comissões pagas).

Ainda assim os rendimentos de comissões, líquidos de encargos, registaram um acréscimo de 10,2 milhões de euros relativamente a 2007, cifrando-se em cerca de 71 milhões de euros.

Relativamente ao crédito vencido verifica-se que 60 Caixas Associadas apresentaram rácios de crédito vencido inferiores a 5%, sendo mesmo inferiores a 2% em 16 CCAM, havendo porém 8 CCAM com rácio de crédito vencido superior a 10%.

Rácio de Crédito Vencido Líquido	nº CCAM	%
<= 2%	50	54%
> 2% <= 5%	38	41%
> 5% <= 7,5%	1	1%
> 7,5% <= 10%	1	1%
> 10%	2	2%
Total	92	100%

Rácio de Crédito Vencido	nº CCAM	%
<= 2%	16	17%
> 2% <= 5%	44	48%
> 5% <= 7,5%	20	22%
> 7,5% <= 10%	4	4%
> 10%	8	9%
Total	92	100%

Quando considerado o crédito em incumprimento, definido de acordo com os normativos do Banco de Portugal, constata-se que 70 CCAM apresentaram um rácio de incumprimento inferior a 5%, sendo inferior a 2,5% em 27 dessas CCAM.

Este facto traduz a existência de um volume de crédito de cobrança duvidosa ainda elevado nas restantes CCAM, o que pode indiciar uma forte probabilidade de agravamento do rácio do crédito vencido se não forem rapidamente tomadas medidas adequadas para a sua recuperação.

Rácio Incumprimento	nº CCAM	%
<= 2,5%	27	29%
> 2,5% <= 5%	43	47%
> 5% <= 7,5%	11	12%
> 7,5% <= 10%	5	5%
> 10%	6	7%
Total	92	100%

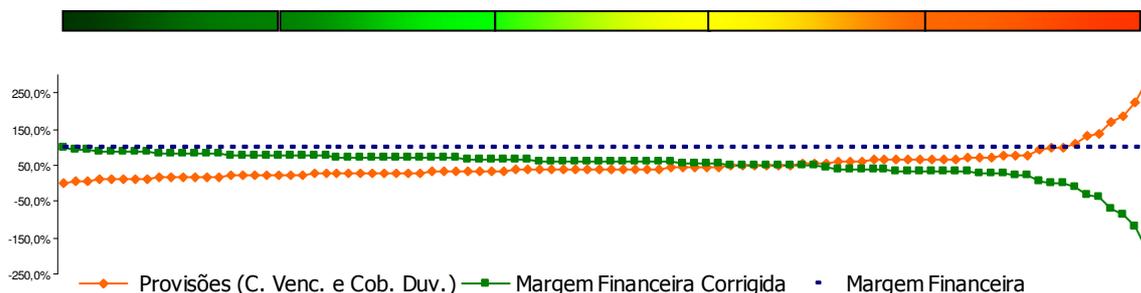
Rácio Incumprimento Líquido	nº CCAM	%
<= 1,5%	43	47%
> 1,5% <= 2,5%	23	25%
> 2,5% <= 5%	23	25%
> 5% <= 7,5%	1	1%
> 7,5% <= 10%	0	0%
> 10%	2	2%
Total	92	100%

Saliente-se, contudo, que 66 CCAM apresentam níveis de incumprimento líquido inferior a 2,5%, sendo que em 43 CCAM o rácio de incumprimento líquido é mesmo inferior a 1,5% .

A situação mais crítica é a de 3 CCAM com rácio de incumprimento líquido superior a 5%, sendo nestas naturalmente que se impõe, com maior premência, a adopção de medidas para a melhoria da qualidade da sua carteira de crédito. Em duas dessas Caixas o rácio de incumprimento líquido excede 10%.

A redução do rácio de crédito vencido e conseqüentemente dos custos inerentes ao seu provisionamento continua a constituir um factor crítico para a melhoria das condições de exploração de um número significativo de Caixas Associadas. O gráfico seguinte ilustra a percentagem da Margem Financeira que está afectada à constituição de provisões, reduzindo o volume de proveitos disponível para gerar resultados.

Absorção da Margem Financeira pelo Provisionamento



Verifica-se que as CCAM que integram o melhor conjunto em termos de comportamento do crédito (cerca de 18), conseguem preservar quase na íntegra a sua Margem Financeira, sendo as suas necessidades de provisionamento mínimas. O segundo grupo de CCAM apresenta um nível de provisionamento face à margem financeira ainda bastante baixo. Nos grupos restantes a situação é menos favorável, sendo negativa no último grupo, que inclui 8 CCAM em que as necessidades de provisionamento excedem a Margem Financeira.

No que se refere à eficiência, a reduzida relevância dos custos de estrutura no produto bancário traduz-se em excelentes índices de eficiência em 21 Caixas Associadas, as quais apresentam um rácio de eficiência inferior a 50%, valor que é o melhor da banca portuguesa exceptuando os bancos que gozam de sinergias em termos de custos com as suas sedes no estrangeiro. Em sentido contrário, 6 CCAM apresentam um rácio de eficiência superior a 70%, o que denota condições de exploração desajustadas.

Eficiência Total	nº CCAM	%
<= 50%	21	23%
> 50% <= 55%	22	24%
> 55% <= 65%	40	43%
> 65% <= 70%	3	3%
> 70% <= 100%	6	7%
Total	92	100%

Eficiência do Pessoal	nº CCAM	%
<= 25%	18	20%
> 25% <= 35%	64	70%
> 35% <= 50%	8	9%
> 50% <= 100%	2	2%
Total	92	100%

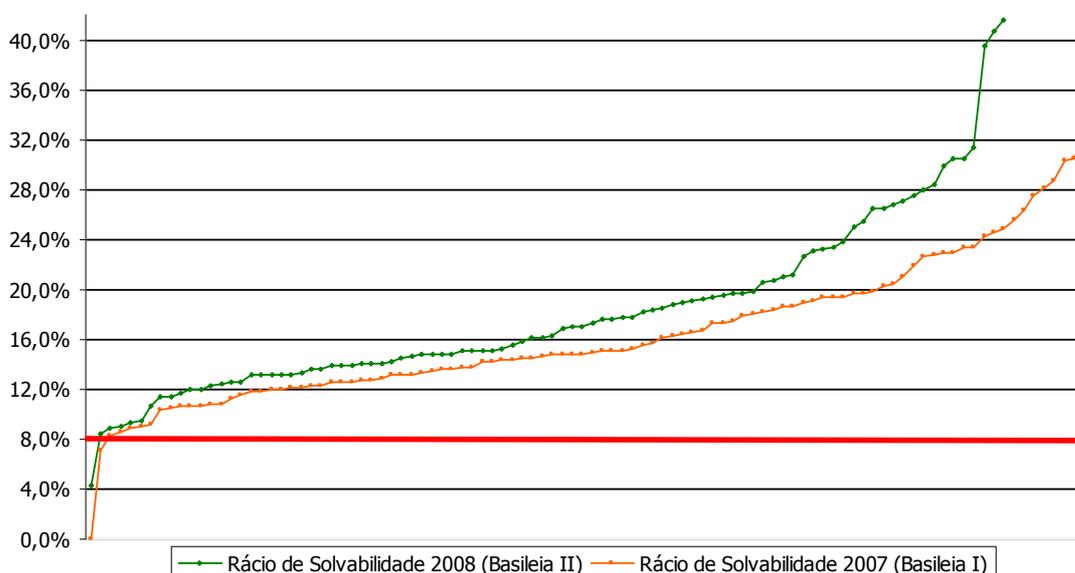
Há 10 CCAM em que os custos com pessoal consomem mais de um terço do seu produto bancário o que agrava significativamente as suas condições de exploração.

A contenção do crescimento dos custos face ao crescimento do Produto Bancário é condição essencial à melhoria da rentabilidade e à libertação de meios de exploração para a consolidação económica e expansão da actividade das Caixas Associadas. A conclusão de alguns projectos integrados no Plano de Modernização do Grupo, que muito tem onerado os custos de exploração das CCAM, contribuirá certamente para atenuar esses custos.

O Rácio de Solvabilidade das CCAM, no seu conjunto, denota uma melhoria generalizada, quando comparado com o de 2007 calculado de acordo com os critérios de Basileia I.

Evolução do rácio de solvabilidade

Rácio de solvabilidade ordenado em cada ano por ordem crescente



Verifica-se que em 73 CCAM este rácio, que em 2008 foi já calculado de acordo com os critérios de Basileia II, é superior ao de 2007, mantendo-se porém 1 CCAM com Rácio de Solvabilidade inferior ao limite mínimo regulamentar.

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. Balanço e Demonstração de Resultados

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2008		2007		PASSIVO E CAPITAL	2008	2007
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	348.020.076		348.020.076	754.334.605	Recurso de bancos centrais	87.198.652	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	128.711.060		128.711.060	135.509.678	Recursos de outras instituições de crédito	409.273.829	11.522.287
Activos financeiros detidos para negociação	3.210.876		3.210.876	4.911.003	Recursos de clientes e outros empréstimos	9.612.506.880	9.157.713.088
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.897.350		1.897.350	323.809.164	Provisões	8.374.443	79.914.285
Activos financeiros disponíveis para venda	294.552.252	(1.517.651)	293.034.601	108.387.203	Passivos por impostos correntes	9.009.230	23.782.705
Aplicações em instituições de crédito	1.429.489.010	-	1.429.489.010	1.086.327.951	Passivos por impostos diferidos	720.209	754.894
Crédito a clientes	8.372.735.768	(427.476.468)	7.945.259.300	7.188.241.173	Instrumentos representativos de capital	17.727.035	41.447.495
Investimentos detidos até à maturidade	615.002.549	-	615.002.549	334.456.536	Outros passivos subordinados	188.624.907	206.712.129
Outros activos tangíveis	418.161.780	(155.076.181)	263.085.599	249.016.929	Outros passivos	134.734.859	170.170.986
Activos intangíveis	16.973.832	(16.041.061)	932.771	1.232.746	Total do Passivo	10.468.170.044	9.692.017.869
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	90.679.482	(497.500)	90.181.982	107.382.020	Capital	730.002.331	680.707.181
Activos por impostos correntes	9.198.390		9.198.390	996.200	Reservas de reavaliação	4.022.131	5.964.075
Activos por impostos diferidos	67.815.731		67.815.731	47.894.620	Outras reservas e resultados transitados	123.956.885	73.587.916
Outros activos	291.136.497	(39.684.604)	251.451.893	223.107.251	Lucro do exercício	121.139.797	113.330.038
Total do Activo	12.087.584.653	(640.293.465)	11.447.291.188	10.565.607.079	Total do Capital	979.121.144	873.589.210
					Total do Passivo e do Capital	11.447.291.188	10.565.607.079

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

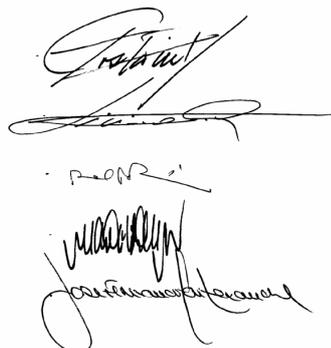
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	2008	2007
Juros e rendimentos similares	676.938.498	612.590.859
Juros e encargos similares	(273.749.292)	(225.540.314)
Margem financeira	403.189.206	387.050.545
Rendimentos de instrumentos de capital	1.456.272	534.883
Rendimentos de serviços e comissões	96.875.510	83.321.791
Encargos com serviços e comissões	(9.866.900)	(7.804.779)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.372.555	(388.877)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(3.396.013)	(907.917)
Resultados de reavaliação cambial	68.120	1.026.869
Resultados de alienação de outros activos	486.006	(2.279.222)
Outros resultados de exploração	22.767.959	25.639.462
Produto bancário	512.952.715	486.192.755
Custos com pessoal	(149.293.980)	(136.035.224)
Gastos gerais administrativos	(120.885.160)	(112.957.513)
Amortizações do exercício	(14.575.936)	(13.995.960)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(1.206.365)	(3.703.059)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(77.592.620)	(65.538.140)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(749.342)	(2.014.679)
Resultado antes de impostos	148.649.312	151.948.180
Impostos		
correntes	(44.460.022)	(51.825.468)
diferidos	16.950.507	13.207.326
Resultado líquido do exercício	121.139.797	113.330.038

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

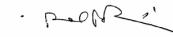
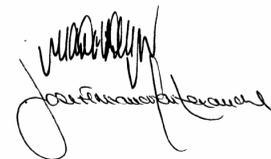
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2008		2007		PASSIVO E CAPITAL	Notas	2008	2007
		Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	348.022.974	-	348.022.974	754.336.680	Recursos de bancos centrais	21	87.198.652	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	128.723.431	-	128.723.431	136.073.832	Passivos financeiros detidos para negociação	12	1.211.758	-
Activos financeiros detidos para negociação	8	3.416.151	-	3.416.151	5.116.278	Recursos de outras instituições de crédito	21	409.273.829	11.580.990
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	8.028.583	-	8.028.583	323.834.270	Recursos de clientes e outros empréstimos	22	9.527.747.832	9.121.599.490
Activos financeiros disponíveis para venda	10	763.251.741	(1.593.068)	761.658.673	699.542.737	Provisões	23	7.685.518	79.263.910
Aplicações em instituições de crédito	11	1.457.485.257	-	1.457.485.257	1.100.104.822	Provisões técnicas de contratos de seguros	19 e 23	707.249.104	630.292.139
Crédito a clientes	13	8.299.786.891	(373.318.800)	7.926.468.091	7.109.309.658	Passivos por impostos correntes	18	9.139.022	23.973.833
Investimentos detidos até à maturidade	14	615.002.549	-	615.002.549	334.456.536	Passivos por impostos diferidos	18	2.536.573	8.501.474
Outros activos tangíveis	15	554.421.189	(198.198.005)	356.223.184	334.669.826	Instrumentos representativos de capital	24	41.484.270	41.447.495
Activos intangíveis	16	132.180.568	(90.227.524)	41.953.044	34.943.462	Outros passivos subordinados	25	188.624.907	206.602.150
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17	11.318.777	-	11.318.777	12.204.265	Outros passivos	26	152.791.279	169.818.398
Activos por impostos correntes	18	12.783.507	-	12.783.507	2.375.012	Total do Passivo		11.134.942.744	10.293.079.879
Activos por impostos diferidos	18	74.962.653	-	74.962.653	61.398.693	Capital	28	706.245.096	680.707.181
Outros activos	20	416.653.321	(40.263.157)	376.390.164	272.106.371	Reservas de reavaliação	29	(1.051.869)	20.807.839
						Outras reservas e resultados transitados	29	127.003.662	40.753.592
						Lucro do exercício	30	120.692.320	120.245.751
						Interesses minoritários	31	34.605.085	24.878.200
						Total do Capital		987.494.294	887.392.563
Total do Activo		12.826.037.592	(703.600.554)	12.122.437.038	11.180.472.442	Total do Passivo e do Capital		12.122.437.038	11.180.472.442

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	2008	2007
Juros e rendimentos similares	32	696.415.972	628.289.793
Juros e encargos similares	33	(271.663.987)	(223.745.161)
Margem financeira		<u>424.751.985</u>	<u>404.544.632</u>
Margem técnica da actividade de seguros	42	<u>89.066.084</u>	<u>114.477.723</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	34	4.755.172	3.411.930
Rendimentos de serviços e comissões	35	93.112.742	86.171.245
Encargos com serviços e comissões	36	(11.797.516)	(9.977.924)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	(392.332)	(2.002.689)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	(16.134.486)	(7.184.107)
Resultados de reavaliação cambial	39	68.092	1.026.869
Resultados de alienação de outros activos	40	866.126	(2.161.704)
Outros resultados de exploração	41	28.043.503	23.137.628
Produto bancário		<u>612.339.370</u>	<u>611.443.603</u>
Custos com pessoal	43	(173.961.345)	(160.547.473)
Gastos gerais administrativos	44	(98.481.535)	(94.274.034)
Amortizações do exercício	15 e 16	(32.732.153)	(28.569.712)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	(348.758)	(7.538.883)
Provisões técnicas de contratos de seguro (líquidas de reposições e anulações)	23	(75.430.406)	(91.124.926)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	23	(74.428.692)	(67.627.906)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(6.421.705)	45.338
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	30	(193.581)	1.467.094
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		<u>150.341.195</u>	<u>163.273.101</u>
Impostos			
correntes	18	(45.063.498)	(53.897.295)
diferidos	18	<u>17.020.225</u>	<u>11.938.461</u>
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		<u>122.297.922</u>	<u>121.314.267</u>
Interesses minoritários	30 e 31	(1.605.602)	(1.068.516)
Resultado consolidado do exercício		<u>120.692.320</u>	<u>120.245.751</u>

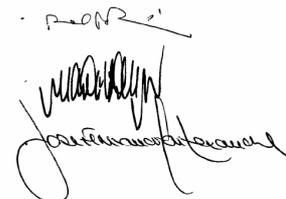
O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	789.528.714	714.461.038
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(283.461.503)	(233.723.085)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(267.975.072)	(253.404.581)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	(4.467.808)	(1.416.926)
(Pagamentos)/recebimentos do Imposto sobre o rendimento	(28.043.273)	(41.958.834)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional	146.649.063	197.348.317
	<u>352.230.121</u>	<u>381.305.929</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	898.222.723	202.964.220
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	(317.113.482)	128.633.661
Activos financeiros disponíveis para venda	215.594.388	(53.867.969)
Aplicações em instituições de crédito	357.380.435	41.198.873
Investimentos detidos até à maturidade	280.546.013	(131.258.905)
Outros activos	131.698.232	14.826.472
	<u>1.566.328.309</u>	<u>202.496.352</u>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	397.692.839	(148.459.266)
Recursos de clientes e outros empréstimos	406.148.342	484.392.945
Outros passivos	17.205.914	33.008.351
	<u>821.047.095</u>	<u>368.942.030</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(393.051.093)</u>	<u>547.751.607</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Dividendos	(4.755.172)	(3.411.930)
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	(896.016)	15.243.500
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	36.038.427	76.039.006
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>30.387.239</u>	<u>87.870.576</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(17.977.243)	(11.928.576)
Interesses minoritários	8.121.283	4.245.632
Aumento (diminuição) de Capital	19.630.185	2.607.695
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>9.774.225</u>	<u>(5.075.249)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(413.664.107)	454.805.782
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	890.410.512	435.604.730
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	476.746.405	890.410.512

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados		Resultado do exercício	Sub-total	Interesses minoritários	Total	
			Outras reservas	Resultados transitados					Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	636.745.856	27.180.701	201.913.609	(208.644.662)	(6.731.053)	88.736.639	745.932.143	19.564.052	765.496.195
Distribuição do lucro do exercício de 2006:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	58.236.014	30.500.625	88.736.639	(88.736.639)	-	-	-
Aumento de capital:									
Por entrada de dinheiro	2.607.695	-	-	-	-	-	2.607.695	-	2.607.695
Por incorporação de reservas	41.353.630	-	(41.353.630)	-	(41.353.630)	-	-	-	-
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	5.314.148	5.314.148
Varição da reserva de justo valor	-	(8.670.561)	-	-	-	-	(8.670.561)	-	(8.670.561)
Impostos diferidos associados à variação da reserva de justo valor	-	2.297.699	-	-	-	-	2.297.699	-	2.297.699
Outros	-	-	-	101.636	101.636	-	101.636	-	101.636
Resultado consolidado do exercício	-	-	-	-	-	120.245.751	120.245.751	-	120.245.751
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	680.707.181	20.807.839	218.795.993	(178.042.401)	40.753.592	120.245.751	862.514.363	24.878.200	887.392.563
Distribuição do lucro do exercício de 2007:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	94.189.262	26.056.489	120.245.751	(120.245.751)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(4.755.172)	-	(4.755.172)	-	(4.755.172)	-	(4.755.172)
Aumento de capital	25.850.030	-	(25.850.030)	-	(25.850.030)	-	-	-	-
Diminuição de capital - reembolso a sócios	(312.115)	-	-	-	-	-	(312.115)	-	(312.115)
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	9.726.885	9.726.885
Varição da reserva de justo valor	-	(24.368.344)	-	-	-	-	(24.368.344)	-	(24.368.344)
Impostos diferidos associados à variação da reserva de justo valor	-	2.508.636	-	-	-	-	2.508.636	-	2.508.636
Outros	-	-	(965.539)	(2.424.940)	(3.390.479)	-	(3.390.479)	-	(3.390.479)
Resultado consolidado do exercício	-	-	-	-	-	120.692.320	120.692.320	-	120.692.320
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	706.245.096	(1.051.869)	281.414.514	(154.410.852)	127.003.662	120.692.320	952.889.209	34.605.085	987.494.294

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a constituição, em 1991, do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), constituído pela Caixa Central e pelas Caixas Associadas, estabelece-se um regime de co-responsabilidade entre estas. As Caixas têm liberdade de associação à Caixa Central podendo, prosseguir a sua actividade fora do SICAM, mas submetendo-se a regras mais exigentes, semelhante às aplicadas para as restantes instituições de crédito.

As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, que com as respectivas empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola – “GCA”), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes no Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no Artigo n.º 7º deste diploma.

Assim, o Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado por um vasto número de bancos locais (Caixas Agrícolas) e por empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, instituição bancária dotada igualmente de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das actividades das Caixas Associadas e a Fenacam, instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao GCA.

Dos factos mais relevantes ocorridos no exercício de 2008, salienta-se os processos de fusão ocorridos entre Caixas Agrícolas Associadas, reduzindo o seu número de 100 para 92, aumentando a sua dimensão e solidez financeira, potenciando uma maior competitividade nos mercados em que operam e visando uma estratégia de optimização de gestão.

A Crédito Agrícola Vida S.A., no exercício de 2008, procedeu a aumento do seu capital no montante de 4.500.000 euros correspondentes a 900.000 acções.

No primeiro semestre de 2008, a filial Finance Limited mudou de denominação para Crédito Agrícola Finance – Gestão de Activos (I.F.I.), Sociedade Unipessoal S.A..

No final de 2008, ocorreu a aquisição de uma nova filial – Times Business, Sociedade Imobiliária, Unipessoal, Lda, adquirida a 100% pelo Grupo Crédito Agrícola, ainda com expressão residual nas contas consolidadas do Grupo, sendo o seu objecto social a compra, venda e revenda de bens imóveis. Já no decorrer do ano de 2009, alterou-se a denominação social para Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.

Em 2008 ficou concluído o processo de dissolução do Fundo Portugal Blue Chip Fund, correspondendo à extinção do valor do Fundo por contrapartida dos seus activos, que correspondiam a aplicações em bancos.

Dos factos mais relevantes ocorridos no exercício de 2007, salienta-se a alienação da totalidade da participação que o Grupo Crédito Agrícola detinha na filial Crédito Agrícola Dealer, S.A..

Em 26 de Fevereiro de 2007 a participada CA Finance transferiu a sua sede social de Guernsey para Cabo Verde ao abrigo da autorização conferida pelo Ministério das Finanças e Planeamento do Governo da República de Cabo Verde, tendo também procedido à alteração da sua designação social de CBI Finance Limited para CA Finance - Gestão de Activos, (IFI), Sociedade Unipessoal, S.A..

No segundo semestre de 2007, as filiais Rural Informática, Serviços de Informática, S.A. e SICAMSERV-Serviços Informáticos e de Gestão – ACE mudaram de denominação para Crédito Agrícola Informática, Serviços de Informática, S.A. e Crédito Agrícola Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão – ACE, respectivamente.

No final do ano de 2007, o FIQ PME Investimento Global, passou a ser gerido pela sociedade InovCapital – Sociedade de Capital de Risco SA e passando a denominar-se FCR InovCapital Global 2.

As alterações ocorridas no âmbito do SICAM decorreram apenas de fusões entre Caixas Agrícolas associadas.

As contas consolidadas integram as contas das 92 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à data de 31 de Dezembro de 2008.

O Grupo Crédito Agrícola detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes no artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei nº 36/92 de 28 de Março e Instrução nº 71/96 do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do GCA que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

Até 31 de Dezembro de 2006, as demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da Instrução nº 4/96 do Banco de Portugal, de 17 de Junho e do Decreto-Lei nº 36/92, de 26 de Março.

Em 2007 o GCA apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com os IAS/IFRS, excepto no que se refere aos princípios de consolidação (Nota 2.2.).

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA em 31 de Dezembro de 2008, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do GCA que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

A consolidação de contas do Grupo Crédito Agrícola é efectuada para dar cumprimento aos requisitos da seguinte legislação:

- Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (Decreto Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as alterações introduzidas pelos Decreto Lei n.º 230/95, de 12 de Setembro, Decreto Lei n.º 320/97, de 25 de Novembro, e Decreto Lei n.º 102/99, de 31 de Março);
- Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março; e
- Instrução n.º 71/96 do Banco de Portugal.

a) Empresas filiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central), das Caixas de Crédito Agrícola Associadas e das empresas filiais e associadas controladas directamente e indirectamente pelo Caixa Central (Nota 4).

A nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais a Caixa Central exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global, desde o momento em que a Caixa Central assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Crédito Agrícola.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

Até 1 de Janeiro de 2006, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o GCA não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2006 permanece registado em reservas.

As diferenças de consolidação negativas (*badwill*) foram transferidas para reservas no balanço de abertura em 1 de Janeiro de 2006.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do SICAM e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o GCA exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o GCA passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao GCA do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O *goodwill* é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com o IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (*goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O GCA adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, às taxas de câmbio em vigor na data em que foram realizadas. Adicionalmente, são adoptados os seguintes procedimentos contabilísticos:

- a posição cambial à vista por moeda, que corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos numa determinada moeda, é reavaliada diariamente de acordo com os câmbios de "fixing" indicados pelo Banco de Portugal, por contrapartida de resultados;
- a posição cambial a prazo numa moeda, que corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, é reavaliada à taxa de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência desta, a uma taxa calculada com base nas taxas de juro de mercado para essa moeda e para o prazo residual da operação. A diferença entre os saldos convertidos para Euros às taxas de reavaliação utilizadas e os saldos convertidos às taxas contratadas, corresponde à reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registada em resultados.

c) Crédito e outros valores a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial), sendo reconhecidas pelo valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo o método da taxa efectiva, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Imparidade

Periodicamente, o GCA analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento de imparidade do crédito concedido, o GCA segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Extrapatrimoniais.

Adicionalmente, foram incluídas as responsabilidades relativas a papel comercial, operações em moeda estrangeira, contratos de locação financeira e as responsabilidades da Sucursal dos Açores.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no GCA para a carteira de crédito a clientes, é analisada a existência de perdas por imparidade em termos individuais, através de análise casuística, e em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares.

Sempre que o GCA entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, para reflectirem os efeitos das condições actuais.

Os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual foram os seguintes:

- Todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros; e
- Clientes com crédito vencido (à mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo GCA está relacionada com a observação de diversos eventos denominados “eventos de perda”, entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . das condições e/ou capacidade de pagamento;
 - . das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash flows dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de incumprimento durante um período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelos Serviços do GCA (*incurred but not reported*). Para todos os segmentos da carteira, o GCA considerou um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência de que o GCA incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pelo saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

Periodicamente, o GCA abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da respectiva imparidade acumulada. Em caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida como dedução às perdas por imparidade reconhecidas em resultados, na rubrica “Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reversões e recuperações)”.

d) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

ii) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que o GCA optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu *bid-price* ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “*discounted cash flows*”.

Quando são utilizadas técnicas de “*discounted cash flows*”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos a deter até à maturidade, crédito ou empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do GCA mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

v) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos e contas a receber

Nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

vi) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

vii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

Em 2008, o GCA possuía empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 140.188.801 Euros, descritos na Nota 25.

vii) Imparidade em activos financeiros

O GCA efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros com excepção de crédito a clientes e outros valores a receber, conforme referido na Nota 2.3.c).

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

No caso de activos disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

No caso de activos financeiros disponíveis para venda com evidência de imparidade, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados.

e) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash flows descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo GCA para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do GCA, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilização esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto no IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2006 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuadas avaliações aos imóveis de modo a identificar eventuais perdas por imparidade.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a sistemas de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

h) Activos tangíveis disponíveis para venda

O GCA regista em “Outros activos” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Os activos tangíveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato promessa de dação ou da arrematação.

O GCA não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

i) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos gerais de crédito (de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal), riscos fiscais, processos judiciais e outros a riscos específicos decorrentes da actividade do Crédito Agrícola, de acordo com o IAS 37 (Nota 23).

j) Benefícios de empregados

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola (denominado por Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do SICAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A..

De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira, considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;
- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;
- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado e da data de antiguidade para efeitos de nível e diuturnidades para o tempo de serviço total, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do *Projected Unit Credit* para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

O SICAM regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscrito.

Em 1 de Janeiro de 2006 o SICAM optou por não aplicar retrospectivamente o IAS 19, não tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse sido adoptado desde o início dos planos de pensões. Deste modo, a totalidade dos ganhos e perdas actuariais já existentes e os acréscimos de responsabilidades calculados à data de transição decorrentes da aplicação pela primeira vez do IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados na data de transição.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complementos de pensões.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo numa rubrica de desvios actuariais e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do valor actual das responsabilidades totais ou do valor do fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos dos planos e dos ganhos e perdas actuariais não reconhecidos em resultados devido ao método do corredor, são registadas em "Outros passivos".

O Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. O SICAM reconheceu na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" o impacto da adopção do IAS no dia 1 de Janeiro de 2006.

k) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o SICAM assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O SICAM determina o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método *Projected Unit Credit*. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas para o apuramento das responsabilidades com pensões. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

l) Impostos sobre os lucros

As entidades do GCA são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

As contas das sucursais são integradas nas contas da Caixa Central para efeitos fiscais. As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores beneficiam, ao abrigo do Artigo 34º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto na Portaria nº 555/2002, de 4 de Junho, considera-se que pelo menos 80% do lucro tributável da actividade global da Caixa Central é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional das Zonas Franca da Madeira e dos Açores.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a Caixa Central tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

m) Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

n) Seguros

i) Contratos de Seguro

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo GCA respeita as disposições do IFRS 4 – “Contratos de seguro”. Esta Norma veio permitir aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adopção dos IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela referida norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequacidade dos passivos associados aos contratos detidos.

Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo GCA foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido através da Norma nº 7/94 de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e restantes normas emitidas por esta entidade, complementados com as modificações decorrentes da introdução do IFRS 4.

Os principais impactos decorrentes da introdução do IFRS 4 nas demonstrações financeiras das companhias de seguros detidas pelo GCA respeitam à classificação dos contratos emitidos ou adquiridos pelo GCA em contratos de seguro ou contratos de investimento. Os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito do IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39, situação que não se aplicou no GCA.

Adicionalmente, de acordo com o permitido pelo IFRS 4, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de investimento com participação nos resultados, quando essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial de participações de resultados atribuídas.

ii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando emitidos, na rubrica “Prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

iii) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método pró-rata temporis aos respectivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e reflectidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respectivos prémios diferidos.

iv) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com excepção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo GCA não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objectivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença, denominadas de pensões definidas;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respectivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados, denominadas pensões presumíveis.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho incluem a tábua de mortalidade TV 88/90 e uma taxa de desconto de 3,5%.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT- Fundo de Acidentes de Trabalho. As companhias efectuem o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsadas pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efectuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões, já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objectivo registar a responsabilidade relativamente a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. O seu cálculo baseia-se em modelos actuariais aplicados a matrizes de *run-off* destas despesas.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício, e é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Taxa de desconto	3,5%
Taxa de inflação	2%

As provisões de acidentes de trabalho são calculadas recorrendo a bases de dados internas.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afectando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada pelo actuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Estas estimativas contemplam responsabilidades directas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

Estas estimativas assentam em triângulos de pagamentos emitidos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

v) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

vi) Provisão matemática do ramo vida

Regista o valor actual das prestações futuras a pagar aos segurados do ramo vida, (líquidas das prestações a cobrar), calculado para cada apólice de acordo com métodos actuariais e segundo as respectivas bases técnicas.

A avaliação das responsabilidades é feita através da comparação das provisões matemáticas de balanço, determinadas prospectivamente, acrescidas de uma *shadow reserve*, com o resultado do teste de adequacidade dos passivos. Caso este último seja superior, acresce-se esse montante ao valor das provisões matemáticas por forma a obter o valor final das responsabilidades.

A *shadow reserve* é constituída pela percentagem do Fundo para Dotações Futuras e das mais valias potenciais do títulos de rendimento fixo a atribuir aos segurados.

vii) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor existente na rubrica Fundo para Dotações Futuras do antigo Plano de Contas aplicável às Empresas de Seguros na data de transição, sendo, após 1 de Janeiro de 2008, corrigido pelos ajustamentos de transição e de justo valor decorrentes da nova classificação dos investimentos afectos a carteiras de seguros com participação nos resultados, em conformidade com o definido no novo Plano de Contabilidade para Empresas de Seguros.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos mas que já foram atribuídos.

viii) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, de acordo com o permitido pelo IFRS 4, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariez por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial do GCA.

A separação destes montantes entre Segurado e GCA é feita com base nos planos de participação nos resultados.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo GCA.

ix) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

x) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o GCA realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos *cash flows* futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os *cash flows* associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

Os testes de adequacidade de passivos são efectuados da seguinte forma:

Provisões Matemáticas:

a) Produtos financeiros

São calculados os valores das responsabilidades com os segurados usando as taxas que lhes foram garantidas e os montantes de prémios por estes entregues, tendo-se ainda em linha de conta os gastos de gestão internos e externos, bem como as despesas de investimento dos fundos.

São ainda projectados os *cash flows* de receitas e despesas tendo em vista aferir que não existem responsabilidades a imputar ao presente exercício.

b) Produtos de risco com tarifas independentes da idade

São projectados os *cash flows* futuros tendo em vista determinar o valor das responsabilidades futuras, líquidas dos prémios futuros que estes contratos vão gerar. É considerada para o efeito uma taxa de anulações ou transferências dos contratos de 8,8% e a mortalidade e invalidez real da empresa.

Os *cash flows* são actualizados à taxa de juro constante das bases técnicas dos produtos, 3%. São considerados os gastos de gestão interno e externo da empresa, bem como as despesas de gestão dos fundos.

c) Produtos de risco com tarifas dependentes da idade

Estes produtos não têm provisões matemáticas, pelo que são projectados os seus *cash flows* para aferir se existem responsabilidades a imputar ao exercício que não tenham sido previstas nas suas bases técnicas.

Os *cash flows* são actualizados à taxa de juro constante das bases técnicas dos produtos, 3% e a mortalidade e invalidez consideradas são as reais da empresa. São considerados os gastos de gestão interno e externo da empresa.

Provisões para Sinistros:

São projectados os *cash flows* futuros do *run-off* da empresa nas coberturas de morte e invalidez tendo em vista determinar o seu custo futuro por comparação com o custo actual. Para este efeito usam-se métodos estatísticos. Os *cash flows*, sendo de curto prazo, são calculados sem desconto de provisões.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das provisões socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

xi) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

xii) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o GCA avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Capital

Nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2008, o montante considerado na rubrica “Capital” pressupõe a aprovação e concretização da proposta de alteração ao Regime Jurídico do Crédito Agrícola (RJCA) na qual se prevê condicionar o reembolso dos títulos de capital à aprovação pela Assembleia Geral.

Benefícios a empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data da concessão do crédito.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2008, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:

	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Bancos						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	979.121.145	10.757.004.787	111.305.825	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	146.699.727	4.488.698.448	5.056.335	100,00%	100,00%	Integral
Crédito especializado						
Rural Rent-Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(357.488)	10.061	(33.350)	100,00%	100,00%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	3.341.737	3.817.745	162.815	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	3.406.540	6.972.149	108.231	99,97%	99,97%	Integral
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	472.427	839.220	51.817	100,00%	100,00%	Integral
CA Informática-Serviços de Informática S.A.	5.051.976	42.353.444	216.061	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	865.731	1.005.052	76.354	66,67%	66,67%	Integral
Fundos de investimento						
FII CA Património Crescente	67.479.552	71.704.371	3.078.379	50,10%	50,10%	Integral
FII CA Imobiliário	124.907.988	139.584.310	(1.027.443)	100,00%	100,00%	Integral
FIQ Central Frie	7.847.557	8.094.303	245.590	30,00%	30,00%	Eq. Patrimonial
FCR InovCapital Global 2 ⁽²⁾	17.469.662	17.504.255	(674.667)	26,05%	26,05%	Eq. Patrimonial
FIQ Agrocapital 1	14.155.181	15.243.785	434.069	27,78%	31,11%	Eq. Patrimonial
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros, S.A.	22.618.190	14.057.048	1.656.033	97,40%	97,40%	Integral
Crédito Agrícola Vida, S.A.	33.277.072	656.588.322	(274.651)	89,92%	99,92%	Integral
Outras						
CA Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE	(737.923)	48.944.832	-	96,79%	99,99%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	63.872.628	70.201.723	437.466	100,00%	100,00%	Integral
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	1.252.853	1.254.677	33.601	100,00%	100,00%	Integral
Times Business, Sociedade Imobiliária, Unipessoal Lda.	47.913	3.289.651	(2.087)	100,00%	100,00%	Integral

Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2008 (saldo contabilístico antes de ajustamentos de consolidação)

⁽¹⁾ Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas

⁽²⁾ Informação disponível a 30 de Junho de 2008

As sedes das entidades do Grupo, são as seguintes:

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Rural Rent – Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, S.A., a Crédito Agrícola SGPS S.A. e a Crédito Agrícola Vida, S.A. e a Times Business, Sociedade Imobiliária, Unipessoal, Lda têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., tem a sua sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3 – 10.º Amoreiras, 1070 Lisboa.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. e a CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão - ACE têm sede na Rua Teófilo Braga, Lote 43 Damaia – 2720-526 Amadora.

A Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., a Crédito Agrícola Consult S.A., a CCCAM SGPS Unipessoal Lda e a Agrocapital SCR S.A. têm sede na Avenida da Republica, n.º 23 – 1050-185 Lisboa.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Pascoal de Melo, 49 – 1000-232 Lisboa.

A Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. tem sede na Rua Júlio Dinis n.º.535 – 4050-325 Porto.

O FII CA Património Crescente e o FII CA Imobiliário são fundos de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A., que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FIQ Agrocapital 1 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Agrocapital SCR S.A..

O FIQ Central Frie é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Caixa Central CRL, que tem sede na Rua Castilho, n.º. 233 – 1099-004 Lisboa.

O FCR InovCapital Global 2 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a InovCapital – Sociedade de Capital de Risco SA, que tem sede na Av. Dr. Antunes Guimarães, 103 – 4100-079 Porto.

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação em 2008 e 2007 encontram-se descritas na Nota 1.

5. RELATO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a segmentação dos resultados do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2008						Total
	Banca comercial de retalho	Gestão de fundos de investimento e de patrimónios	Actividade seguradora			Outros	
			Ramo vida	Ramos não vida	Serviços de consultoria		
Margem financeira	402.728.360	218.279	23.289.470	2.786.528	2.176	(4.272.828)	424.751.985
Rendimentos de instrumentos de capital	422.444	-	3.640.754	52.500	-	639.474	4.755.172
Resultados de serviços e comissões	84.842.150	146.033	(4.625.362)	960.666	(790)	(7.471)	81.315.226
Outros resultados de exploração e outros	(42.382.979)	4.538.684	52.179.601	21.494.647	1.687.691	63.999.343	101.516.987
Produto bancário	445.609.975	4.902.996	74.484.463	25.294.341	1.689.077	60.358.518	612.339.370
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(208.088.724)	(2.236.131)	(4.647.633)	(12.466.554)	(1.544.909)	(43.458.929)	(272.442.880)
Amortizações do exercício	(12.439.331)	(59.208)	(563.775)	(2.869.781)	(22.705)	(16.777.353)	(32.732.153)
Provisões e imparidade	(79.517.429)	(278.000)	(70.232.493)	(7.520.873)	(26.900)	946.134	(156.629.561)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	(193.581)	-	-	-	-	-	(193.581)
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	145.370.910	2.329.657	(959.438)	2.437.133	94.563	1.068.370	150.341.195
Impostos	(27.509.514)	(115.906)	684.787	(781.100)	(42.746)	(278.794)	(28.043.273)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	117.861.396	2.213.751	(274.651)	1.656.033	51.817	789.576	122.297.922
Interesses minoritários	(1.605.602)	-	-	-	-	-	(1.605.602)
Resultado líquido do exercício	116.255.794	2.213.751	(274.651)	1.656.033	51.817	789.576	120.692.320
Activos financeiros detidos para negociação	3.210.877	-	-	-	-	205.274	3.416.151
Activos financeiros disponíveis para venda	118.520.383	622.007	575.264.267	62.078.513	-	5.173.503	761.658.673
Aplicações em instituições de crédito	1.353.143.458	5.947.402	50.690.802	45.234.236	170.000	2.299.359	1.457.485.257
Crédito a clientes	7.915.705.765	-	10.762.326	-	-	-	7.926.468.091
Recursos de outras instituições de crédito	(325.474.289)	(15.503)	(23.092)	(1.170.616)	-	(82.590.329)	(409.273.829)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9.527.747.832)	-	-	-	-	-	(9.527.747.832)

	2007						
	Banca comercial de retalho	Gestão de fundos de investimento e de patrimónios	Actividade seguradora				Total
			Ramo vida	Ramos não vida	Serviços de consultoria	Outros	
Margem financeira	404.515.452	967	(153)	5.280	(335)	23.421	404.544.632
Rendimentos de instrumentos de capital	(19.876.512)	-	21.022.602	2.253.643	-	12.197	3.411.930
Resultados de serviços e comissões	71.865.447	1.354.314	1.155.833	1.818.270	(2)	(541)	76.193.321
Outros resultados de exploração e outros	(58.905.651)	16.217.147	87.820.590	22.456.444	6.458.144	53.247.046	127.293.720
Produto bancário	397.598.736	17.572.428	109.998.872	26.533.637	6.457.807	53.282.123	611.443.603
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(201.732.024)	(1.721.148)	(4.173.917)	(10.018.794)	(1.381.825)	(35.793.799)	(254.821.507)
Amortizações do exercício	(11.542.329)	(39.362)	(658.950)	(2.531.841)	(23.179)	(13.774.051)	(28.569.712)
Provisões e imparidade	(71.281.701)	-	(93.705.456)	(1.261.642)	-	2.422	(166.246.377)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	1.467.094	-	-	-	-	-	1.467.094
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	114.509.776	15.811.918	11.460.549	12.721.360	5.052.803	3.716.695	163.273.101
Impostos	(38.618.141)	(191.438)	(1.569.501)	(1.441.344)	(40.915)	(97.495)	(41.958.834)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	75.891.635	15.620.480	9.891.048	11.280.016	5.011.888	3.619.200	121.314.267
Interesses minoritários	(1.068.516)	-	-	-	-	-	(1.068.516)
Resultado líquido do exercício	74.823.119	15.620.480	9.891.048	11.280.016	5.011.888	3.619.200	120.245.751
Activos financeiros detidos para negociação	5.116.278	-	-	-	-	-	5.116.278
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	323.628.996	-	-	-	-	205.274	323.834.270
Activos financeiros disponíveis para venda	45.760.727	-	574.429.850	74.836.866	-	4.515.294	699.542.737
Aplicações em instituições de crédito	1.085.796.404	-	-	13.776.872	-	531.546	1.100.104.822
Crédito a clientes	7.109.309.658	-	-	-	-	-	7.109.309.658
Recursos de outras instituições de crédito	(11.480.693)	-	-	(100.187)	-	(110)	(11.580.990)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9.118.614.842)	(1.920)	(56.159)	(2.926.569)	-	-	(9.121.599.490)

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>2008</u>	<u>2007</u>	
Caixa	93.257.927	97.315.336
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	254.765.047	657.021.344

348.022.974	754.336.680	
=====	=====	

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País:		
Cheques a cobrar	108.693.509	118.672.369
Depósitos à ordem	13.182.177	11.201.795
	-----	-----
	121.875.686	129.874.164
	-----	-----
Disponibilidades em Instituições Crédito no Estrangeiro:		
Depósitos à ordem	6.814.124	6.138.451
Cheques a cobrar	235	54.683
	-----	-----
	6.814.359	6.193.134
	-----	-----
Juros a receber	33.386	6.534
	-----	-----
	128.723.431	136.073.832
	=====	=====

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de capital	1.483.726	925.400
Instrumentos de dívida	655.249	4.181.572
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (Nota 12):		
. Opções compradas	700.666	-
. Forwards cambiais	576.510	-
. Futuros	-	9.306
	-----	-----
	3.416.151	5.116.278
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Títulos		
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	7.978.815	105.563.860
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	49.768	218.270.410
	-----	-----
	8.028.583	323.834.270
	=====	=====

Durante o exercício de 2008, o GCA procedeu à alienação da maioria dos títulos registados nesta rubrica. O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	613.871.487	513.740.909
Instrumentos de capital	76.600.613	151.779.203
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	69.042.004	31.844.543
Instrumentos de capital	3.737.637	3.479.755
	-----	-----
	763.251.741	700.844.410
	-----	-----
Imparidade (Nota 23)	(1.593.068)	(1.301.673)
	-----	-----
	761.658.673	699.542.737
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Aplicações em instituições de crédito no país:		
Em outras instituições de crédito:		
Depósitos	912.628.515	363.241.707
Empréstimos	20.000.000	7.060.724
Outras aplicações	10.004.863	489.215
Papel comercial a desconto	4.000.000	13.409.600
Mercado monetário interbancário	-	33.000.000
	-----	-----
	946.633.378	417.201.246
	-----	-----
Em outras instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos	485.652.036	673.078.943
Empréstimos	-	236
	-----	-----
	485.652.036	673.079.179
	-----	-----
Juros a receber	25.199.843	9.824.397
	-----	-----
	1.457.485.257	1.100.104.822
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	670.832.889	1.071.280.425
Entre três meses e um ano	761.452.525	19.000.000
	-----	-----
	1.432.285.414	1.090.280.425
	-----	-----
Juros a receber	25.199.843	9.824.397
	-----	-----
	1.457.485.257	1.100.104.822
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe desta rubrica por entidade, apresenta-se de seguida:

Aplicações em instituições de crédito no país:	
. Banco Comercial Português, S.A.	340.901.489
. Banco Santander Totta, S.A.	210.000.000
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	102.117.219
. Banco BPI	101.562.678
. Caixa Económica Montepio Geral	66.000.000
. Banco Itaú	32.000.000
. Outras	94.051.992
	946.633.378
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:	
. KBC Bank Brussels	63.000.000
. Anglo Irish Bank Ireland	51.859.736
. Bank of Ireland	50.000.000
. Mizuho Corporate Bank	45.000.000
. Allied Irish Bank	35.000.000
. Sparbanken Sverige AB	31.692.300
. National Bank of Greece	30.000.000
. Outras	179.100.000
	485.652.036
Juros a receber	25.199.843
	1.457.485.257
	1.457.485.257

12. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Montante nacional	Valor contabilístico		Total
		Activos	Passivos	
	Derivados	detidos para	detidos para	
	de	negociação	negociação	
	negociação	(Nota 8)		
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>				
<u>Forwards Cambiais</u>		576.510	(7.001)	569.509
Compras	7.170.475			
Vendas	7.711.041			
<u>Futuros sobre índices de acções</u>		-	(397.070)	(397.070)
Compras	-			
Vendas	16.448.500			
<u>Swaps</u>		-	(107.021)	(107.021)
Compras	5.000.000			
Vendas	-			
<u>Opcões</u>		700.666	(700.666)	-
Compras	15.960.500			
Vendas	15.960.500			
	68.251.016	1.277.176	(1.211.758)	65.418
	68.251.016	1.277.176	(1.211.758)	65.418

A rubrica “Opções” refere-se a opções compradas com o objectivo de cobrir a remuneração a pagar no produto “Depósito Energia 24”, com vencimento em 18 de Agosto de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2008, a CA Vida detém um swap de taxa de juro com o valor nominal de 5.000.000 Euros, contratado com o Banco Espírito Santo Investimento S.A., para garantir uma gestão eficaz do risco de taxa de juro das suas carteiras de investimento e assegurar a cobertura das respectivas responsabilidades. Trata-se de um instrumento derivado over-the-counter, não transaccionável em mercado regulamentado. Adicionalmente, a CA Vida detém uma posição vendedora de futuros plain vanilla sobre o índice EuroStoxx50, o qual integra as acções das 50 empresas com maior capitalização bolsista da Zona Euro. Estes derivados são transaccionáveis em mercado regulamentado (Eurex).

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Crédito interno</u>		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos com garantia real	2.954.869.100	2.745.545.503
Empréstimos sem garantia real	1.074.434.665	1.091.834.746
Empréstimos à habitação regime geral	1.730.289.616	1.500.766.150
Empréstimos à habitação bonificado	343.405.929	374.964.728
Papel comercial	521.628.553	235.051.006
Contratos de locação financeira	142.670.570	125.950.382
Curto prazo:		
Créditos em conta corrente	625.852.351	566.122.240
Outros créditos		
Cartões de crédito	38.135.875	20.314.675
Outros créditos	429.095.398	377.361.207
Descobertos em depósitos à ordem	34.806.374	20.318.950
	-----	-----
	7.895.188.431	7.058.229.587
	-----	-----
<u>Crédito ao exterior</u>		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos	9.315.911	2.917.436
Curto prazo		
Descobertos depósitos à ordem	229.607	153.070
Outros créditos	3.316.203	-
	-----	-----
	12.861.721	3.070.506
	-----	-----
Juros a receber	55.088.109	50.500.049
	-----	-----
<u>Comissões associadas ao custo amortizado:</u>		
Receitas com rendimento diferido	(20.043.049)	(14.813.406)
Despesas com encargo diferido	70.196	65.826
	-----	-----
	(19.972.853)	(14.747.580)
	-----	-----
Total crédito não vencido	7.943.165.408	7.097.052.562
	-----	-----
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Crédito vencido	344.733.977	283.338.192
Juros vencidos	11.887.506	8.128.111
	-----	-----
	356.621.483	291.466.303
	-----	-----
	8.299.786.891	7.388.518.865
	-----	-----
<u>Imparidade (Nota 23)</u>		
Para crédito e juros vencidos	(164.622.279)	(99.560.240)
Para créditos de cobrança duvidosa	(208.696.521)	(179.648.967)
	-----	-----
	(373.318.800)	(279.209.207)
	-----	-----
	7.926.468.091	7.109.309.658
	=====	=====

14. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Títulos detidos até à maturidade:		
Títulos cotados:		
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	405.086.421	298.998.241
Títulos emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos estrangeiros	198.564.440	28.611.052
	-----	-----
	603.650.861	327.609.293
	-----	-----
Juros a receber	11.351.688	6.847.243
	-----	-----
	615.002.549	334.456.536
	=====	=====

Durante o exercício de 2008, o GCA procedeu à aquisição para esta carteira de um conjunto de títulos, nomeadamente de dívida pública portuguesa.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

Descrição	2008					31-12-2008 Valor líquido
	31-12-2007 Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Imparidade (Nota 23)	Abates, alienações e outros	
Imóveis:						
De serviço próprio	248.607.709	24.591.837	(4.780.201)	(509.413)	(1.100.462)	266.809.470
Obras em imóveis arrendados	7.156.564	1.906.716	(626.748)	-	550.842	8.987.374
Outros imóveis	1.874.415	29.264	(46.939)	-	(534.340)	1.322.400
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	257.638.688	26.527.817	(5.453.888)	(509.413)	(1.083.960)	277.119.244
Equipamento	58.485.042	18.428.531	(17.232.078)	-	939.751	60.621.246
Património artístico	805.187	99.952	-	-	410	905.549
Equipamento em locação financeira:						
Equipamento	886.092	64.386	(219.802)	-	(65.246)	665.430
Outros activos em locação financeira	-	-	(6.035)	-	-	(6.035)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	886.092	64.386	(225.837)	-	(65.246)	659.395
Outros activos tangíveis:						
Activos tangíveis em curso	16.695.326	-	-	-	(104.453)	16.590.873
Outros	159.491	211.924	(43.746)	-	(792)	326.877
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	16.854.817	211.924	(43.746)	-	(105.245)	16.917.750
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	334.669.826	45.332.610	(22.955.549)	(509.413)	(314.290)	356.223.184

Descrição	2007				31-12-2007 Valor líquido
	31-12-2006				
	Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	
Imóveis:					
De serviço próprio	220.618.933	29.461.117	(4.806.620)	3.334.279	248.607.709
Obras em imóveis arrendados	-	1.520.918	(532.496)	6.168.142	7.156.564
Outros imóveis	9.862.559	109.873	(46.079)	(8.051.938)	1.874.415
	<u>230.481.492</u>	<u>31.091.908</u>	<u>(5.385.195)</u>	<u>1.450.483</u>	<u>257.638.688</u>
Equipamento	47.059.781	26.207.833	(13.822.790)	(959.782)	58.485.042
Património artístico	739.138	166	-	65.883	805.187
Equipamento em locação financeira:					
Equipamento	-	183.841	(179.286)	881.537	886.092
Outros activos em locação financeira	719.221	5.544	(6.035)	(718.730)	-
	<u>719.221</u>	<u>189.385</u>	<u>(185.321)</u>	<u>162.807</u>	<u>886.092</u>
Outros activos tangíveis:					
Activos tangíveis em curso	21.789.436	1.522.271	-	(6.616.381)	16.695.326
Outros	151.592	44.823	(26.693)	(10.231)	159.491
	<u>21.941.028</u>	<u>1.567.094</u>	<u>(26.693)</u>	<u>(6.626.612)</u>	<u>16.854.817</u>
	<u>300.940.660</u>	<u>59.056.386</u>	<u>(19.419.999)</u>	<u>(5.907.221)</u>	<u>334.669.826</u>

Durante os exercícios de 2008 e 2007, as mais e menos valias apuradas na alienação de activos tangíveis encontram-se registadas na rubrica “Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis” (Nota 40).

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

Descrição	2008				31-12-2008 Valor líquido
	31-12-2007				
	Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	
Sistema de tratamento automático de dados (software)	26.378.135	3.274.382	(7.179.391)	11.431.720	33.904.846
Outros activos intangíveis	243.610	2.483.742	(2.597.213)	75.000	205.139
Activos intangíveis em curso	8.321.717	11.490.062	-	(11.968.720)	7.843.059
	<u>34.943.462</u>	<u>17.248.186</u>	<u>(9.776.604)</u>	<u>(462.000)</u>	<u>41.953.044</u>

Descrição	2007				31-12-2007 Valor líquido
	31-12-2006				
	Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	
Sistema de tratamento automático de dados (software)	12.932.836	22.543.375	(9.098.076)	-	26.378.135
Outros activos intangíveis	271.842	16.378	(51.637)	7.027	243.610
Activos intangíveis em curso	7.707.909	613.808	-	-	8.321.717
	<u>20.912.587</u>	<u>23.173.561</u>	<u>(9.149.713)</u>	<u>7.027</u>	<u>34.943.462</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Sistema de tratamento automático de dados (software)” inclui os montantes 15.539.000 Euros e 9.320.000 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente na CA Serviços.

17. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
FCR InovCapital Global 2	4.550.847	4.550.847
FIQ Agrocapital 1	4.403.677	4.403.677
FIQ Central Frie	2.354.267	2.300.757
Rurabela	9.986	6.567
Portugal Blue Chip Fund	-	1.065.291
	-----	-----
	11.318.777	12.327.139
Imparidade (Nota 23)	-	(122.874)
	-----	-----
	11.318.777	12.204.265
	=====	=====

No exercício de 2008, ficou concluído o processo de dissolução do Portugal Blue Chip Fund, correspondendo à extinção do valor do Fundo por contrapartida dos seus activos, que correspondiam a aplicações em bancos.

Em 31 de Dezembro de 2008, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras não auditadas destas empresas encontram-se resumidos na Nota 4.

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	72.707.766	60.122.992
Por prejuízos fiscais reportáveis	2.254.887	1.275.701
	-----	-----
	74.962.653	61.398.693
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(2.536.573)	(8.501.474)
	-----	-----
	72.426.080	52.897.219
	=====	=====
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	12.776.781	2.368.287
Outros	6.726	6.725
	-----	-----
	12.783.507	2.375.012
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(9.139.022)	(23.973.833)
	-----	-----
	3.644.485	(21.598.821)
	=====	=====

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008				Saldo em 31-12-2008
	Saldo em 31-12-2007	Varição em resultados	Varição em resultados transitados	Varição em reservas	
	Activos tangíveis e imparidade	1.694.241	(624.079)	-	
Activos intangíveis	4.257.305	(110.368)	-	-	4.146.937
Provisões não aceites fiscalmente:					
. Provisões para créditos de cobrança duvidosa	20.208.001	5.309.224	-	-	25.517.225
. Provisões para crédito e juros vencidos	14.432.070	9.544.916	-	-	23.976.986
. Provisões para riscos gerais de crédito	4.835.980	(408.026)	-	-	4.427.954
. Provisão para aplicações financeiras	14.260	930.194	-	-	944.454
. Provisão para risco país	16.081	(16.081)	-	-	-
. Provisões para imóveis	196.711	6.905.636	439.516	-	7.541.863
. Provisões para outras aplicações	452.257	(211.072)	-	-	241.185
. Provisões para outros riscos e encargos	1.025.308	476.929	-	-	1.502.237
. Provisões para activos não correntes detidos para venda - IFRS 5	439.516	-	(439.516)	-	-
Pensões:					
. Reformas antecipadas	36.220	51.574	-	-	87.794
. Contribuição efectuada	1.444.473	(1.299.523)	-	-	144.950
. Prémio de antiguidade	4.093.859	(1.024.723)	-	-	3.069.136
. Encargos com saúde	5.232.335	(5.100.085)	-	-	132.250
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(3.333.513)	3.041.352	-	-	(292.161)
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(18.119)	18.119	-	-	-
Reavaliação da posição cambial a prazo	(30.722)	30.722	-	-	-
Valias fiscais	(3.058)	(10.731)	-	-	(13.789)
Prejuízos fiscais reportáveis	1.275.701	(422.907)	-	-	852.794
Comissões	1.704.682	(688.316)	-	-	1.016.366
Valorização dos activos disponíveis para venda	(4.389.712)	-	-	2.508.636	(1.881.076)
Títulos detidos até à maturidade	(724.859)	724.859	-	-	-
Outros	38.202	(97.389)	-	-	(59.187)
	<u>52.897.219</u>	<u>17.020.225</u>	<u>-</u>	<u>2.508.636</u>	<u>72.426.080</u>

	2007			
	Saldo em 31-12-2006	Varição em resultados	Varição em reservas	Saldo em 31-12-2007
	Activos tangíveis e imparidade	1.711.448	(17.207)	-
Activos intangíveis	4.368.709	(111.404)	-	4.257.305
Provisões não aceites fiscalmente:				
. Provisões para créditos de cobrança duvidosa	19.828.803	379.198	-	20.208.001
. Provisões para crédito e juros vencidos	1.989.892	12.442.178	-	14.432.070
. Provisões para riscos gerais de crédito	4.163.532	672.448	-	4.835.980
. Provisão para aplicações financeiras	14.307	(47)	-	14.260
. Provisão para risco país	-	16.081	-	16.081
. Provisões para imóveis	37.917	158.794	-	196.711
. Provisões para outras aplicações	128.619	323.638	-	452.257
. Provisões para outros riscos e encargos	547.109	295.144	-	842.253
. Provisões para outros riscos e encargos - IAS 37	183.055	-	-	183.055
. Provisões para activos não correntes detidos para venda - IFRS 5	439.516	-	-	439.516
Pensões:				
. Reformas antecipadas	-	36.220	-	36.220
. Contribuição efectuada	1.444.473	-	-	1.444.473
. Prémio de antiguidade	4.044.345	49.514	-	4.093.859
. Encargos com saúde	5.861.129	(628.794)	-	5.232.335
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(3.365.819)	32.306	-	(3.333.513)
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(18.962)	843	-	(18.119)
Reavaliação da posição cambial a prazo	(28.869)	(1.853)	-	(30.722)
Valias fiscais	(860)	(2.198)	-	(3.058)
Prejuízos fiscais reportáveis	2.662.839	(1.387.138)	-	1.275.701
Comissões	2.062.146	(357.464)	-	1.704.682
Valorização dos activos disponíveis para venda	(6.687.411)	-	2.297.699	(4.389.712)
Títulos detidos até à maturidade	(724.859)	-	-	(724.859)
Outros	-	38.202	-	38.202
	<u>38.661.058</u>	<u>11.938.461</u>	<u>2.297.699</u>	<u>52.897.219</u>

O aumento dos impostos diferidos activos no exercício de 2008 resulta maioritariamente de provisões para crédito concedido com garantia hipotecária.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada como segue:

	2008		2007	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		150.341.195		163.273.101
Imposto apurado com base na taxa de imposto nominal	26,50%	39.840.417	26,50%	43.267.372
Proveitos não aceites fiscalmente	(7,10%)	(11.588.830)	(0,55%)	(904.161)
Benefícios fiscais	(0,13%)	(208.314)	(0,25%)	(404.377)
Imposto registado na demonstração de resultados	18,65%	28.043.273	25,70%	41.958.834

No exercício de 2008, a rubrica “Proveitos não aceites fiscalmente” refere-se essencialmente a dividendos não tributados e mais valias obtidas na venda de imobilizado financeiro.

19. PROVISÕES TÉCNICAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
<u>Ramo vida:</u>		
Provisão matemática	606.047.335	542.778.760
Provisão para sinistros	2.968.814	3.118.421
Outras provisões técnicas:		
. Provisão para estabilização da carteira	5.017.996	-
. Provisão para participação nos resultados	659.283	-
	614.693.428	545.897.181
<u>Ramos não vida:</u>		
Provisão para prémios não adquiridos	12.925.251	11.835.630
Provisão para sinistros	77.793.932	69.976.023
Outras provisões técnicas:		
. Provisão para riscos em curso	1.522.166	2.322.783
. Provisão para desvios de sinistralidade	314.327	260.522
	92.555.676	84.394.958
	707.249.104	630.292.139
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a provisão matemática apresenta a seguinte composição:

Protecção Poupança Investimento	380.459.262	368.370.936
Protecção Poupança Reforma	167.102.023	148.081.203
Protecção Poupança Educação	22.003.699	21.925.890
CA Poupança Activa	19.535.578	-
CA PPR+6	16.935.717	-
Protecção Super-Crédito	11.056	20.306
Protecção Crédito Habitação	-	4.380.425
	606.047.335	542.778.760
	=====	=====

20. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Outros activos</u>		
Outras disponibilidades	245	84.907
Ouro e outros metais preciosos	560.417	572.832
Devedores por operações sobre futuros	30.105	28.426
Aplicações conta-caução	82.081	82.555
Outras aplicações	509.856	1.141.861
<u>Sector Público Administrativo</u>		
IVA a recuperar	4.427.923	3.091.721
IMT – reembolsos pedidos	1.652.493	1.549.495
Outros valores a receber	707.435	654.120
Devedores por capital não realizado	3.730	3.760
Despesas de crédito em contencioso	2.300.784	1.688.749
Suprimentos	2.386	-
Bonificações a receber	7.279.875	6.357.735
Devedores diversos - adiantamentos	2.841.968	3.228.186
Clientes de locação financeira	650.860	358.797
Outros devedores diversos	53.218.021	45.674.514
	-----	-----
	74.268.179	64.517.658
	-----	-----
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Notas 26 e 46)</u>		
Responsabilidades totais	-	(28.511.034)
Valor patrimonial do fundo de pensões	-	29.024.305
Desvios actuariais	-	7.796.631
	---	-----
	-	8.309.038
	---	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Por compromissos irrevogáveis assumidos	69.720	61.096
Por serviços bancários prestados	981.908	765.378
Outros rendimentos a receber	408.122	16.564
	-----	-----
	1.459.750	843.038
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Comissões por prestação de serviços	3.783.695	3.962.095
Rendas e alugueres	83.842	65.072
Seguros	38.357	52.003
Fundo de Pensões	-	49.794
Outras despesas a diferir	2.532.871	5.083.808
Contribuições para o FGD, FGCAM e SII	27.528	-
	-----	-----
	6.466.293	9.212.772
	-----	-----

	2008	2007
<u>Valores a regularizar</u>		
Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)	44.547.486	39.245.250
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	7.782.316	10.207.330
Operações cambiais a liquidar	549.208	48.974
Acordos protocolares	-	9.120.371
Sistemas informáticos	-	4.810.718
Economato	-	356.337
Compensação de valores	-	152.366
	-----	-----
	56.206.921	63.941.346
	-----	-----

<u>Activos tangíveis disponíveis para venda</u>		
Imóveis	279.584.259	163.458.592
Equipamento	289.342	126.208
Outros	1.706.488	1.208.704
	-----	-----
	281.580.089	164.793.504
	-----	-----
	416.653.321	311.618.220
	-----	-----

Imparidade (Nota 23)

Outros devedores diversos	(15.412.084)	(15.290.159)
Activos tangíveis disponíveis para venda:		
Imóveis	(24.514.507)	(24.068.999)
Equipamento	(125.251)	(110.253)
Outros	(211.315)	(42.438)
	-----	-----
	(40.263.157)	(39.511.849)
	-----	-----
	376.390.164	272.106.371
	=====	=====

O movimento dos activos tangíveis disponíveis para venda durante os exercícios de 2008 e 2007 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2007				Imparidade				31-12-2008		
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Utilizações	Dotações	Reposições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	
Activos não correntes detidos para venda											
Imóveis	163.458.592	(24.068.999)	141.969.538	(25.843.871)	2.512.217	(5.056.204)	2.098.479	279.584.259	(24.514.507)	255.069.752	
Equipamento	126.208	(110.253)	527.310	(364.176)	-	(14.998)	-	289.342	(125.251)	164.091	
Outros	1.208.704	(42.438)	623.819	(126.035)	(113.312)	(55.565)	-	1.706.488	(211.315)	1.495.173	
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	
	164.793.504	(24.221.690)	143.120.667	(26.334.082)	2.398.905	(5.126.767)	2.098.479	281.580.089	(24.851.073)	256.729.016	

	31-12-2006		Regularizações		Imparidade				31-12-2007			
	Valor bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Utilizações	Dotações	Reposições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda												
Imóveis	164.604.022	(26.389.546)	953.650	(1.404.891)	34.041.006	(36.140.086)	3.979.345	(4.107.948)	3.854.041	163.458.592	(24.068.999)	139.389.593
Equipamento	250.734	(175.740)	-	-	435.698	(560.224)	73.841	(16.584)	8.230	126.208	(110.253)	15.955
Outros	647.833	(124.044)	-	-	596.606	(35.735)	104.780	(23.397)	223	1.208.704	(42.438)	1.166.266
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	165.502.589	(26.689.330)	953.650	(1.404.891)	35.073.310	(36.736.045)	4.157.966	(4.147.929)	3.862.494	164.793.504	(24.221.690)	140.571.814

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros devedores diversos” inclui os montantes de 11.627.048 Euros e 14.470.696 Euros, respectivamente, relativos a bonificações a receber do IFADAP pela CA Seguros.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Comissões por prestação de serviços” diz respeito ao montante pago à Cotavalor pela aquisição do negócio de agenciamento da Western Union. O montante pago ascendeu a 4.100.000 Euros e encontra-se a ser diferido ao longo do período de duração do contrato, que ascende a 5 anos, pelo método da taxa efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Valores a regularizar - Acordos protocolares” refere-se a valores a receber relativos a cobranças efectuadas a clientes de entidades com acordo junto do GCA.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Valores a regularizar – Sistemas informáticos” refere-se a montantes pendentes de regularização que se encontram a aguardar data-valor, nomeadamente remessas de cheques sobre o estrangeiro, para serem registadas nas contas nostro. Estes montantes foram regularizados na sua maioria no início de Janeiro de 2009 e 2008, respectivamente.

21. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Recursos de Bancos Centrais</u>		
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos a prazo	87.185.457	-
Juros a pagar	13.195	-
	-----	---
	87.198.652	-
	=====	=====
<u>Recursos de instituições de crédito no país</u>		
Depósitos	19.479.551	4.340.749
Outros recursos	11.913	450.065
	-----	-----
	19.491.464	4.790.814
	-----	-----
<u>Recursos de instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Outras instituições de crédito:		
Depósitos	10.858.922	6.731.624
Operações de venda com acordo de recompra	377.671.406	-
Outros recursos	1.229.671	26.709
	-----	-----
	389.759.999	6.758.333
	-----	-----
Juros a pagar	22.366	31.843
	-----	-----
	409.273.829	11.580.990
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra” diz respeito a operações de reporte de títulos de dívida pública portuguesa efectuadas com contrapartes estrangeiras, tendo em vista a obtenção de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o prazo residual dos recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito apresenta a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	436.563.896	11.549.147
Entre três meses e um ano	59.873.024	-
	-----	-----
	496.436.920	11.549.147
	-----	-----
Juros a pagar	35.561	31.843
	-----	-----
	496.472.481	11.580.990
	=====	=====

A rubrica “Recursos do Banco de Portugal - Depósitos a prazo” inclui dois depósitos nos montantes de 80.000.000 Euros e 10.000.000 Dólares Norte-Americanos, respectivamente, com vencimento em Janeiro de 2009.

22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Depósitos:		
À ordem	2.387.481.917	2.420.772.741
De poupança	3.693.915.420	3.424.403.606
A prazo	3.377.710.414	3.206.784.157
Outros recursos de clientes	560.848	493.615
Cheques e ordens a pagar	7.301.457	12.460.675
Outros	2.511.354	2.223.755
	-----	-----
	9.464.621.410	9.067.138.549
	-----	-----
Juros a pagar	63.126.422	54.460.941
	-----	-----
	9.527.747.832	9.121.599.490
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	6.078.398.437	5.964.143.838
Entre três meses e um ano	2.816.646.581	2.550.057.164
Entre um ano e cinco anos	550.097.098	542.065.556
Mais de cinco anos	19.479.294	10.871.991
	-----	-----
	9.464.621.410	9.067.138.549
	-----	-----
Juros a pagar	63.126.422	54.460.941
	-----	-----
	9.527.747.832	9.121.599.490
	=====	=====

24. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

C.C.A.M. Costa Azul, CRL	18.811.215
C.C.A.M. Açores	7.467.985
C.C.A.M. Porto de Mós	2.850.330
C.C.A.M. do Guadiana Interior	2.172.565
C.C.A.M. Vila Verde e Terras do Bouro	1.827.900
C.C.A.M. Albufeira	1.468.660
C.C.A.M. Loures, Sintra e Litoral, CRL	1.079.075
C.C.A.M. Nordeste Alentejano, CRL	932.705
C.C.A.M. Ribatejo Norte	837.325
C.C.A.M. Sotavento Algarvio	734.965
C.C.A.M. Beira Baixa (Sul), CRL	659.595
C.C.A.M. Pernes	513.870
C.C.A.M. Baixo Vouga, CRL	414.800
C.C.A.M. Santo Tirso	413.310
C.C.A.M. Lamego e Castro Daire, CRL	371.485
C.C.A.M. Tramagal	342.970
C.C.A.M. Vila Nova de Tazém	279.560
C.C.A.M. Vale do Douro	219.770
C.C.A.M. Guarda e Celorico da Beira	30.750
C.C.A.M. Oliveira do Hospital	26.400
C.C.A.M. Guimarães	11.000
C.C.A.M. Arouca	4.400
C.C.A.M. S. João da Pesqueira	3.500
Outras	10.135

	41.484.270
	=====

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo.

Em 31 de Dezembro de 2008, as condições de remuneração dos títulos de capital variavam de um mínimo de 3,5% a 6% e o prazo de reembolso de 3 a 5 anos.

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Empréstimos subordinados concedidos pelo FGCAM:</u>		
Não titulados	140.188.801	147.875.984
<u>Títulos de investimento:</u>		
Emitidos	47.306.250	57.606.650
	-----	-----
	187.495.051	205.482.634
	-----	-----
Juros a pagar	1.129.856	1.119.516
	-----	-----
	188.624.907	206.602.150
	=====	=====

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos passivos subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 analisa-se como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Menos de três meses	2.896.000	-
Entre três meses e um ano	22.654.889	16.364.163
Entre um ano e três anos	68.708.394	59.471.023
Entre três e cinco anos	50.379.955	68.427.469
Mais de cinco anos	42.855.813	61.219.979
Juros a pagar	1.129.856	1.119.516
	-----	-----
	188.624.907	206.602.150
	=====	=====

O saldo do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo analisa-se como segue:

Descrição	Entidade emissora dos títulos	Moeda	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2008	Data de vencimento	2008			Saldo em 31.12.2008
						Saldo em 31.12.2007	Reembolsos	Emissões	
Empréstimo do FGCAM	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	Euro	16-Jun	3,5000%	16-06-2013	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C1440 - Área Metropolitana do Porto	Euro	23-Dez	2,0625%	23-12-2011	3.491.585	-	-	3.491.585
Empréstimo do FGCAM	C3220 - Costa Verde	Euro	31-Jan	0,5000%	31-01-2018	-	-	11.000.000	11.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3240 - Baixo vouga	Euro	29-Nov	0,5000%	30-11-2009	3.000.000	-	-	3.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3310 - Albergaria e Sever	Euro	31-Mai	0,5000%	31-05-2010	4.500.000	-	-	4.500.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Agueira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2011	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Agueira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2013	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Agueira	Euro	16-Jun	0,5000%	16-06-2013	6.000.000	-	-	6.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3450 - Beira Centro	Euro	29-Jul	0,2500%	29-07-2008	3.990.383	3.990.383	-	-
Empréstimo do FGCAM	C4050 - Beira Baixa (Sul)	Euro	15-Mai	2,2500%	15-05-2013	4.000.000	-	-	4.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5020 - Alcobaça	Euro	23-Dez	0,5000%	23-12-2009	4.987.979	-	-	4.987.979
Empréstimo do FGCAM	C5020 - Alcobaça	Euro	23-Dez	0,5000%	23-12-2011	9.975.958	-	-	9.975.958
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2010	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2011	968.745	-	-	968.745
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2012	2.493.989	-	-	2.493.989
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2013	2.493.990	-	-	2.493.990
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	29-Out	0,3000%	31-12-2014	10.000.000	-	-	10.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6020 - Álcacer Sal e Montemor-Novo	Euro	30-Nov	1,1250%	30-11-2015	12.000.000	-	-	12.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	15-Dez	1,7500%	15-12-2015	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6310 - Alto Guadiana	Euro	17-Dez	3,3500%	17-12-2012	1.246.995	-	-	1.246.995
Empréstimo do FGCAM	C6310 - Alto Guadiana	Euro	22-Out	4,1400%	22-10-2011	748.197	-	-	748.197
Empréstimo do FGCAM	C6310 - Alto Guadiana	Euro	13-Mai	3,0000%	13-05-2013	7.481.968	-	-	7.481.968
Empréstimo do FGCAM	C6320 - Costa Azul	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2011	7.000.000	7.000.000	-	-
Empréstimo do FGCAM	C7130 - Silves	Euro	16-Dez	0,5000%	16-12-2009	2.000.000	-	-	2.000.000
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	28-Abr	0,7500%	28-04-2008	7.696.800	7.696.800	-	-
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	28-Abr	0,7500%	28-04-2009	6.340.260	-	-	6.340.260
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	28-Abr	1,0000%	28-04-2010	7.459.135	-	-	7.459.135
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	23-Dez	4,7500%	23-12-2011	12.000.000	-	-	12.000.000
						<u>147.875.984</u>	<u>18.687.183</u>	<u>11.000.000</u>	<u>140.188.801</u>

O saldo da rubrica “Títulos de investimento emitidos” tem a seguinte composição:

Descrição	Entidade emissora dos títulos	Número de Obrigações	Moeda	Valor Nominal Unitário	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2008	Data de vencimento	2008			
								Saldo em 31.12.2007	Reembolsos	Emissões	Saldo em 31.12.2008
Tit.Investimento/2005	C5130 - C.da Rainha, Óbidos e Peniche	1.000.000	Euro	5	10-Fev	4,8200%	11-08-2010	5.000.000	-	-	5.000.000
Tit.Investimento/2004	C6250 - Guadiana Interior	800.000	Euro	5	01-Jan	5,1600%	01-07-2010	4.000.000	-	-	4.000.000
Tit.Investimento/2007 - 2ª Emissão	CCCAM	40.000	Euro	500	10-Abr	5,6875%	10-10-2012	14.833.200	10.930.400	-	3.902.800
Tit.Investimento/2004	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	500	Euro	5	30-Set	6,0000%	31-03-2009	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2006	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	500	Euro	5	30-Set	4,7500%	31-03-2011	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2006	C1420 - Noroeste	5.000	Euro	500	30-Mar	4,4000%	30-03-2012	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2005	C3340 - Vagos	500.000	Euro	5	semestrais	5,1460%	15-07-2010	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2007	C6040 - Aljustrel e Almodovar	400.000	Euro	500	01-Abr	4,3200%	01-10-2012	2.000.000	-	-	2.000.000
Tit.Investimento/2004	C6040 - Aljustrel e Almodovar	333.230	Euro	500	30-Jan	3,1400%	31-12-2009	1.666.150	-	-	1.666.150
Tit.Investimento/2008 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	3.000	Euro	500	01-Jul	5,6875%	01-07-2013	-	-	1.500.000	1.500.000
Tit.Investimento/2004	C7010 - Albufeira	300.000	Euro	5	01-Abr	4,1250%	01-10-2009	1.500.000	-	-	1.500.000
Tit.Investimento/2008	C2190 - Terra Quente	2.965	Euro	500	01-Jul	5,6875%	01-07-2013	-	-	1.482.500	1.482.500
Tit.Investimento/2005	C3020 - Cantanhede e Mira	278.900	Euro	5	semestrais	2,6400%	19-12-2010	1.394.500	-	-	1.394.500
Tit.Investimento/2004	C3110 - Pombal	240.000	Euro	5	15-Mai	5,3125%	19-05-2009	1.200.000	-	-	1.200.000
Tit.Investimento/2007	C1290 - Vila Verde e Terras do Bouro	219.260	Euro	5	12-Jun	3,2500%	16-06-2012	1.096.300	-	-	1.096.300
Tit.Investimento/2004	C2190 - Terra Quente	2.152	Euro	500	30-Jun	5,6250%	31-12-2009	1.076.000	-	-	1.076.000
Tit.Investimento/2007	C2160 - Vale do Távora	2.146	Euro	500	02-Jul	5,6875%	30-06-2012	1.073.000	-	-	1.073.000
Tit.Investimento/2008	C1420 - Noroeste	10.000	Euro	500	02-Ago	6,2200%	02-02-2014	-	-	1.041.500	1.041.500
Tit.Investimento/2008	C1210 - Santo Tirso	2.025	Euro	500	30-Jun	3,5370%	31-12-2013	-	-	1.012.500	1.012.500
Tit.Investimento/2007	C3160 - Vale de Cambra	1.000.000	Euro	5	01-Fev	6,0000%	01-02-2013	493.500	-	506.500	1.000.000
Tit.Investimento/2005	C5010 - Alcanhões	10.000	Euro	100	30-Jun	5,8400%	31-12-2010	1.000.000	-	-	1.000.000
Tit.Investimento/2008 - 2ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	1.899	Euro	500	01-Jul	5,6875%	01-07-2013	-	-	949.500	949.500
Tit.Investimento/2007	C2190 - Terra Quente	1.721	Euro	500	02-Jul	5,6875%	02-07-2012	860.500	-	-	860.500
Tit.Investimento/2006	C7010 - Albufeira	150.000	Euro	5	04-Jun	3,3750%	01-10-2011	750.000	-	-	750.000
Tit.Investimento/2004	C6120 - Campo Maior	135.800	Euro	5	30-Jan	3,8750%	30-06-2009	679.000	-	-	679.000
Tit.Investimento/2005	C6150 - Nordeste Alentejano	123.300	Euro	5	30-Mar	4,5600%	30-09-2010	616.500	-	-	616.500
Tit.Investimento/2007	C6120 - Campo Maior	108.800	Euro	5	02-Jan	5,6300%	02-07-2012	544.000	-	-	544.000
Tit.Investimento/2005	C7010 - Albufeira	100.000	Euro	5	01-Abr	4,1250%	01-10-2010	500.000	-	-	500.000
Tit.Investimento/2003	C3370 - Serras de Ansião	79.200	Euro	5	01-Mar	5,7500%	01-03-2009	396.000	-	-	396.000
Tit.Investimento/2004	C3370 - Serras de Ansião	50.000	Euro	5	01-Jul	3,7500%	01-01-2010	250.000	-	-	250.000
Tit.Investimento/2004	C2160 - Vale do Távora	411	Euro	500	31-Dez	3,1875%	31-12-2009	205.500	-	-	205.500
Tit.Investimento/2008	C6120 - Campo Maior	40.900	Euro	5	30-Jan	4,0000%	30-01-2014	-	-	204.500	204.500
Tit.Investimento/2005	C3370 - Serras de Ansião	40.000	Euro	5	01-Jun	4,5000%	01-12-2010	200.000	-	-	200.000
Tit.Investimento/2007	C1120 - Guimarães	244	Euro	500	01-Nov	4,4000%	31-01-2011	122.000	-	-	122.000
Tit.Investimento/2006	C6250 - Guadiana Interior	16.700	Euro	5	02-Mai	4,2400%	02-11-2012	83.500	-	-	83.500
Tit.Investimento/2004	C1210 - Santo Tirso	3.000	Euro	500	31-Dez	n.d.	31-10-2008	1.500.000	1.500.000	-	-
Tit.Investimento/2006	C1420 - Noroeste	n.d.	Euro	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	2.500.000	2.500.000	-	-
Tit.Investimento/2006	C2090 - Lamego e Castro Daire	1.225	Euro	500	n.d.	n.d.	31-12-2008	612.500	612.500	-	-
Tit.Investimento/2004	C3160 - Vale de Cambra	150.000	Euro	5	31-Dez	4,0000%	31-12-2008	750.000	750.000	-	-
Tit.Investimento/2003	C3470 - Terras de Viriato	140.900	Euro	5	n.d.	n.d.	01-05-2008	704.500	704.500	-	-
								57.606.650	16.997.400	6.697.000	47.306.250

n.d.: não disponível

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	-	7.953
Recursos - conta cativa	1.802.673	1.151.680
Recursos - conta caução	4.477.173	3.330.141
Outros recursos	926.797	1.282.599
Sector Público Administrativo:		
Retenção de impostos na fonte	12.233.904	10.990.659
Contribuições para a Segurança Social	2.661.716	2.446.358
Imposto sobre o valor acrescentado	906.480	721.642
Outros impostos	2.202.728	2.501.032
Cobranças por conta de terceiros	228.748	201.935
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar	71.111	-
Contribuições para outros sistemas de saúde	580.494	524.510
Credores por fornecimento de bens	11.981.376	11.459.291
Operações sobre valores mobiliários	-	7.673
Credores por valores a liquidar	421.966	192.948
Credores por valores prescritos	24.070	24.519
Credores - parcelas a realizar em títulos subscritos	750.066	750.066
Credores - cartões de crédito	52.667	65.661
Adiantamentos por contratos de promessa de compra e venda (imóveis)	5.311.669	6.857.133
Bonificações a receber	8.904	22.729
Outros credores	13.845.032	7.502.962
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 46)</u>		
Responsabilidades totais	53.420.670	-
Valor patrimonial do fundo de pensões	(35.438.317)	-
Desvios actuariais incluídos no corredor	(6.759.360)	-
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal:		
Provisão para férias e subsídio de férias	20.117.691	18.441.918
Prémio de antiguidade (Nota 46)	16.957.707	16.140.906
Cuidados de saúde (SAMS)	-	20.842.162
Outros	1.252.863	1.314.080
Por gastos gerais administrativos	40.368	53.929
Outros	1.196.023	1.365.105
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	720.830	773.839
Rendas	230.141	232.336
Outras	69.942	3.270

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Valores a regularizar</u>		
Posição cambial	540.567	59.382
Operações cambiais a liquidar	8.641	56.774
Pagamentos por conta de IRC	1.050.498	251.577
Outras operações a regularizar - transf. electrónicas	9.482.727	7.476.971
Outras operações a regularizar - SDD	6.944.049	8.749.508
Compensação de valores	6.954.552	-
Outras operações a regularizar - acordos protocolares	-	8.915.990
Valores em trânsito – <i>real time</i>	8.504.730	10.095.228
Outras operações a regularizar	9.009.383	25.003.932
	-----	-----
	152.791.279	169.818.398
	=====	=====

No exercício de 2008, o GCA procedeu à incorporação dos encargos a pagar com cuidados de saúde (SAMS) nas responsabilidades com pensões.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica “Outras operações a regularizar – transf. electrónicas” refere-se a transferências bancárias a expedir na respectiva data-valor, através do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica “Outras operações a regularizar – SDD” inclui montantes ao abrigo do sistema de débitos directos. Os valores registados nesta rubrica foram cobrados ao cliente da entidade ordenante, tendo sido compensados através do Banco de Portugal nos primeiros dias de Janeiro de 2009 e 2008, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo da rubrica “Outras operações a regularizar – acordos protocolares”, inclui montantes cobrados a clientes, ao abrigo dos acordos protocolares celebrados entre esta e outras entidades, tendo sido regularizados nos primeiros dias de Janeiro de 2008.

27. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	289.221.721	302.081.720
Activos dados em garantia - títulos	16.782.585	15.583.946
Créditos documentários abertos	8.176.938	7.485.920
Activos dados em garantia – outros activos	750.000	750.000
Fianças	111.967	111.967
Outros passivos eventuais	-	23.471.649
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	679.146.645	620.634.327
Compromissos revogáveis	420.498.566	443.690.035
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	261.917	273.951
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	1.413.773.891	1.395.867.181
Valores recebidos para cobrança	233.751.605	223.742.760
Valores administrados pela instituição	905.031.026	901.324.100
Outros	48.226	51.257
	-----	-----
	3.967.555.087	3.935.068.813
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Activos dados em garantia - títulos” refere-se aos títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura da linha de crédito intradiária disponibilizada no montante de 15.000.000 Euros.

Apesar de não se encontrar registado nas contas extrapatrimoniais, ao abrigo do regime jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o Grupo é solidário relativamente ao valor não financiado do fundo de pensões das Caixas Agrícolas que não pertençam ao SICAM (Nota 46).

28. CAPITAL

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal unitário de 5 Euros é de 706.245.096 Euros em 31 de Dezembro de 2008.

Do montante total de capital subscrito, foi transferido para uma rubrica de passivo “Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo”, o montante de 41.447.495 Euros, por aplicação da IAS 32 – Instrumentos Financeiros.

De acordo com a actual redacção do Artigo 17º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as alterações posteriores), os associados das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas podem exonerar-se a seu pedido, não estando este facto dependente de uma decisão de cada Caixa de Crédito Agrícola, situação que de acordo com o definido na Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 32 poderá implicar a classificação de parte do capital como um passivo. O Crédito Agrícola Mútuo já propôs a alteração do seu regime jurídico, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual manteve a classificação como capital dos títulos nominativos subscritos pelas caixas agrícolas que integram o Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo. Esta alteração foi aprovada em reunião de Conselhos de Ministros de 2 de Abril de 2009, estando o Crédito Agrícola Mútuo a aguardar a publicação do diploma legal. As condições de exoneração dos associados são as seguintes:

- O pedido terá de ser apresentado por escrito, com antecedência mínima de 90 dias e só será eficaz se tiverem decorrido pelo menos três anos desde a realização dos títulos de capital;
- O reembolso não poderá implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola;

No exercício de 2008, verificou-se um aumento de capital no montante de 25.850.030 Euros resultado da incorporação de reservas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o capital estatutário correspondia aos associados das seguintes Caixas Agrícolas:

	2008	2007
CCAM de Pombal, CRL	40.272.295	40.261.080
CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	29.737.150	28.520.315
CCAM Batalha, CRL	29.403.105	27.737.665
CCAM Costa Azul, CRL	28.820.720	28.247.880
CCAM Açores, CRL	20.190.385	19.577.920
CCAM da Serra da Estrela, CRL	17.573.645	17.044.550
CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	16.552.110	15.418.625
CCAM do Baixo Mondego, CRL	15.635.890	15.637.190
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	15.432.175	14.428.775
CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	15.128.485	13.912.590
CCAM do Noroeste, CRL	14.175.295	13.720.520
CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	13.173.665	11.575.605
CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	12.117.335	11.129.500
CCAM do Baixo Vouga, CRL	11.891.980	12.208.650
CCAM Costa Verde, CRL	11.684.845	11.718.860
CCAM S. João da Pesqueira, CRL	11.544.100	11.492.155
CCAM Alenquer, CRL	11.052.540	10.012.680
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	10.520.690	10.306.050
CCAM Coimbra, CRL	10.418.765	9.537.720
CCAM da Zona do Pinhal, CRL	10.203.150	9.652.320
CCAM de São Teotónio, CRL	10.028.105	10.000.000
CCAM Coruche, CRL	9.951.760	9.951.760
CCAM do Guadiana Interior, CRL	9.945.150	10.020.240
CCAM Lourinhã, CRL	9.113.245	8.304.720
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	8.970.480	8.434.335
CCAM Alto Corgo, Tâmega e Barroso, CRL	8.851.170	9.737.290
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	8.469.760	8.389.440
CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	8.352.765	9.380.695
CCAM da Terra Quente, CRL	8.299.165	8.663.050
CCAM Amares, CRL	8.207.550	7.344.950
CCAM do Minho, CRL	8.101.745	8.044.205
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	7.812.660	7.417.755
CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	7.564.915	6.565.610
CCAM de Terras de Viriato, CRL	7.552.280	6.596.830
CCAM Ribatejo Norte, CRL	7.279.510	6.924.205
CCAM de Moravis, CRL	7.264.545	7.258.945
CCAM de Alcobaça, CRL	6.960.970	7.142.850
CCAM de Lamego e Castro Daire, CRL	6.887.275	6.678.225
CCAM da Bairrada e Aguieira, CRL	6.838.615	6.825.310
CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	6.490.610	6.202.155
CCAM Alcácer-Sal e Montemor-Novo, CRL	6.407.205	6.323.215
CCAM Cadaval, CRL	6.326.530	6.315.595
CCAM do Vale do Dão, CRL	6.130.205	5.772.410
CCAM do Vale do Douro, CRL	6.117.345	5.951.935
CCAM Arouca, CRL	5.918.225	5.362.220
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	5.810.545	5.063.665

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	5.726.085	5.272.120
CCAM Vila Nova de Famalicão, CRL	5.461.475	5.103.485
CCAM do Ribatejo Sul, CRL	5.310.710	5.160.140
CCAM de Silves, CRL	5.302.740	5.337.165
CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	5.209.175	5.189.775
CCAM Vagos, CRL	5.142.080	4.798.725
CCAM Sousel, CRL	5.049.740	4.598.740
CCAM Porto de Mós, CRL	4.607.125	4.764.715
CCAM do Algarve, CRL	4.594.191	4.752.546
CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	4.536.075	4.184.750
CCAM de Lafões, CRL	4.396.010	3.856.135
CCAM Elvas, CRL	4.375.985	4.088.375
CCAM Oliveira de Azeméis, CRL	4.330.610	4.137.525
CCAM Azambuja, CRL	4.298.850	4.069.530
CCAM Beja e Mértola, CRL	3.922.775	3.903.995
CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	3.882.750	2.934.030
CCAM Vila Franca de Xira, CRL	3.810.885	3.705.395
CCAM Satão e Vila Nova de Paiva, CRL	3.625.675	3.172.480
CCAM Oliveira do Bairro, CRL	3.508.915	3.135.960
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	3.477.280	3.420.465
CCAM Albufeira, CRL	3.382.490	2.702.470
CCAM Borba, CRL	3.361.415	3.200.075
CCAM do Alto Guadiana, CRL	3.325.510	3.317.570
CCAM Oliveira do Hospital, CRL	3.249.665	2.694.065
CCAM Cartaxo, CRL	3.189.130	2.987.280
CCAM Tramagal, CRL	3.184.965	2.875.595
CCAM Estremoz, CRL	3.097.930	3.084.480
CCAM do Norte Alentejano, CRL	3.029.845	2.893.280
CCAM Évora, CRL	3.012.910	2.937.505
CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	3.006.920	2.728.815
CCAM Beira Centro, CRL	2.950.135	2.492.140
CCAM Vale de Cambra, CRL	2.872.375	2.625.460
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	2.868.360	2.323.015
CCAM Estarreja, CRL	2.680.025	2.674.135
CCAM Guimarães, CRL	2.623.740	2.918.305
CCAM Serras de Ansião, CRL	2.601.740	2.263.595
CCAM Anadia, CRL	2.570.900	2.420.725
CCAM Paredes, CRL	2.566.985	2.191.100
CCAM de Albergaria e Sever, CRL	2.527.845	2.534.025
CCAM Santo Tirso, CRL	2.520.735	2.721.100
CCAM Tarouca, CRL	2.451.740	2.228.510
CCAM Pernes, CRL	2.323.020	2.180.045
CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	2.306.275	4.479.570
CCAM Alcanhões, CRL	1.652.150	1.641.275
CCAM Campo Maior, CRL	1.599.940	1.605.200
CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	1.538.565	1.589.535
	<u>706.245.096</u>	<u>680.707.181</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a estrutura accionista do GCA encontra-se distribuída por milhares de subscritores de títulos de capital nas Caixas Agrícolas, não existindo detentores de capital com participação superior a 0,1%.

29. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Reservas de reavaliação:</u>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	(9.669.922)	12.269.544
	-----	-----
Reservas de reavaliação do imobilizado	8.618.053	8.538.295
	-----	-----
	(1.051.869)	20.807.839
	-----	-----
Outras reservas	281.414.514	218.795.993
Resultados transitados	(154.410.852)	(178.042.401)
	-----	-----
	127.003.662	40.753.592
	-----	-----
Lucro do exercício (Nota 30)	120.692.320	120.245.751
	-----	-----
	246.644.113	181.807.182
	=====	=====

Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

30. LUCRO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2008 e 2007, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	<u>2008</u>
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	111.305.825
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	<u>5.056.335</u>
	116.362.160
Resultados das CCAMs alvo de fusões no exercício	5.092.394
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	<u>(314.757)</u>
Resultado líquido do SICAM	<u>121.139.797</u>
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	(13.099)
FII CA Património Crescente	3.078.379
FENACAM - Faederação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	108.231
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	162.815
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	51.817
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	216.061
FII CA Imobiliário	(1.027.443)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	437.466
Rural Rent - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(33.350)
Times Business, Unipessoal Lda	(2.087)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	76.354
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	(274.651)
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	<u>1.656.033</u>
	<u>4.436.526</u>
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas:	
FCR InovCapital Global 2	(175.751)
FIQ Central FRIE	(148.050)
FIQ Agrocapital 1	<u>130.220</u>
	<u>(193.581)</u>
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	6.513
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Resultado da anulação das mais valias da Caixa Central, obtidas na venda das seguradoras à Credito Agrícola SGPS	(2.196.117)
Anulação dos dividendos distribuídos pela CA Vida	(521.991)
Anulação dos dividendos distribuídos pela CA Seguros	(511.927)
Anulação dos ganhos potenciais dos imóveis detidos pelos FII CA Imobiliário e FII Património Crescente	(481.982)
Resultado do ajustamento das amortizações dos imóveis da Caixa Central adquiridos pelo FII CA Património Crescente	(415.433)
Ajustamento ao immobilizado vendido intragrupo pela Fenacam	(124.892)
Ajustamentos a facturação ainda não registada de prestação serviços intragrupo com a Fenacam	(93.975)
Anulação da amortizações do exercício dos activos intangíveis da CA Serviços considerados como não ilegíveis ao abrigo dos IAS/IFRS	2.186.261
Outros ajustamentos de consolidação	<u>(931.277)</u>
	<u>(3.091.333)</u>
	<u>122.297.922</u>
Resultados atribuível a interesses minoritários	(1.605.602)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	<u><u>120.692.320</u></u>

⁽¹⁾ Este valor resulta da soma do Resultado líquido de todas as Caixas pertencentes ao SICAM.

	<u>2007</u>
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	100.976.067
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	<u>10.764.029</u>
	111.740.096
Resultados das CCAMs alvo de fusões no exercício	1.659.789
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	<u>(69.847)</u>
Resultado líquido do SICAM	<u>113.330.038</u>
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	11.101
FII CA Património Crescente	2.141.589
FENACAM - Faederação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	170.082
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	423.191
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	94.083
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	28.573
FII CA Imobiliário	(509.361)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	938.144
Rural Rent - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(40.228)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	128.066
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	4.418.408
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	<u>4.206.423</u>
	<u>12.010.071</u>
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas:	
FCR InovCapital Global 2	1.471.434
FIQ Central FRIE	(602)
FIQ Agrocapital 1	<u>(3.738)</u>
	<u>1.467.094</u>
Anulação de mais e menos valias potenciais do FII CA Património Crescente registadas nas contas individuais das empresas do Grupo:	
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	<u>(111.037)</u>
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Resultado da anulação das mais valias da Caixa Central, obtidas na venda das seguradoras à Credito Agrícola SGPS	(6.791.862)
Resultado do ajustamento das amortizações dos imóveis da Caixa Central adquiridos pelo FII CA Património Crescente	(428.378)
Anulação da amortizações do exercício dos activos intangíveis da CA Serviços considerados como não ilegíveis ao abrigo dos IAS/IFRS	2.547.471
Outros ajustamentos de consolidação	<u>(421.589)</u>
	<u>(5.094.358)</u>
	<u>121.712.845</u>
Resultados atribuível a interesses minoritários	(1.068.516)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	<u><u>120.245.751</u></u>

⁽¹⁾ Este valor resulta da soma do Resultado líquido de todas as Caixas pertencentes ao SICAM.

31. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2008 e 2007, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2008		2007	
	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados
Crédito Agrícola Informática	28.383	(1.181)	27.201	(156)
Fenacam	633	(22)	991	(51)
Agrocapital SCR	288.577	(25.451)	263.126	(42.689)
FII Património Crescente	33.672.297	(1.536.111)	23.947.772	(913.602)
Crédito Agrícola Vida	27.122	220	29.075	(2.651)
Crédito Agrícola Seguros	588.073	(43.057)	610.035	(109.367)
	<u>34.605.085</u>	<u>(1.605.602)</u>	<u>24.878.200</u>	<u>(1.068.516)</u>

O movimento nos interesses minoritários durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 apresenta-se de seguida:

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2007	24.878.200

Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários:	
FII Património Crescente	1.536.111
Crédito Agrícola Seguros	43.057
Agrocapital SCR	25.451
Outros	983
Diminuição da participação detida no FII Património Crescente	8.188.414
Outros	(67.131)

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2008	34.605.085
	=====

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros de disponibilidades em bancos centrais	7.626.015	5.859.770
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito:		
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país	533.652	398.785
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro	75.897	99.919
	609.549	498.704
Juros de aplicações em instituições de crédito:		
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	47.792.229	41.277.697
Aplicações em instituições de crédito no país	30.312.114	13.493.421
	78.104.343	54.771.118
Juros de crédito a clientes:		
Empréstimos	289.843.924	272.513.210
Habitação	112.008.024	99.681.590
Créditos em conta corrente	46.989.960	44.198.322
Descobertos em depósitos à ordem	11.003.516	12.351.023
Outros	71.859.631	61.293.558
	531.705.055	490.037.703
Juros de crédito vencido	21.354.978	21.947.489
Juros de outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	1.383.852	9.905.957
Juros de activos financeiros detidos para venda	26.591.815	24.074.491
Juros de activos financeiros detidos para negociação	4.425.109	693.717
Juros de investimentos detidos até à maturidade	24.567.795	19.873.959
Juros do Fundo de pensões (Nota 46)	-	508.609
Outros juros e rendimentos similares	47.461	118.276
	78.371.010	77.122.498
	696.415.972	628.289.793
	=====	=====

33. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	244.937.687	203.823.215
Juros de recursos de outras instituições de crédito	14.639.687	9.435.197
Desconto das operações sobre obrigações no mercado de capitais	2.229.936	5.233.623
Juros de passivos subordinados	4.625.503	4.381.562
Juros de instrumentos financeiros derivados	3.913.470	-
Juros de recursos de bancos centrais	1.084.749	-
Fundo de pensões (Nota 46)	-	861.187
Outros juros e encargos similares	232.955	10.377
	-----	-----
	271.663.987	223.745.161
	=====	=====

34. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes	3.719.254	3.411.930
Emitidos por não residentes	1.035.918	-
	-----	-----
	4.755.172	3.411.930
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica refere-se a dividendos recebidos de instrumentos de capital constantes nas carteiras de títulos da CA Vida e da Caixa Central.

35. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Por garantias prestadas</u>		
Garantias e avales	5.698.727	5.887.423
Créditos documentários abertos	255.849	293.006
Fianças e indemnizações	13.176	-
Outras	1.644	3.004
	-----	-----
	5.969.396	6.183.433
	-----	-----
<u>Por compromissos assumidos perante terceiros</u>		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	2.385.833	2.281.721
Outros compromissos irrevogáveis	192.263	-
	-----	-----
	2.578.096	2.281.721
	-----	-----
<u>Por serviços prestados</u>		
Operações de crédito		
Outras operações de crédito	26.165.648	16.013.034
Anuidades	4.025.780	2.731.470
Transferência de valores	3.345.265	2.864.125
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários		
Comissão de gestão	1.389.966	1.699.064
Comissão de resgate de unidades de participação	35.642	38.876
Comissão de emissão de unidades de participação	2.574	24.701
Cobrança de valores	1.138.201	1.213.277
Depósito e guarda de valores	411.674	456.643
Gestão de cartões	151.157	50.860
Administração de valores	813	1.132
Outros serviços prestados		
Colocação e comercialização	567.244	420.001
Comissões de intermediação	40.178	92.958
Outras comissões interbancárias	210.986	148.029
Outros	24.996.467	-
	-----	-----
	62.481.596	47.463.433
	-----	-----
<u>Por operações realizadas por conta de terceiros</u>		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	225.740	19.266
Em operações fora de Bolsa	393	-
Outras operações realizadas por conta de terceiros	7.458	157.705
	-----	-----
	233.591	176.971
	-----	-----
Outras comissões recebidas	21.850.064	51.774.950
	-----	-----
	93.112.742	86.171.245
	=====	=====

36. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Por garantias recebidas	13.432	27.537
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Depósito e guarda de valores	279.158	1.034.776
Cobrança de valores	74.262	53.582
Administração de valores	72.308	85.534
Comissões de intermediação	9.651	7.917
Outros	3.515.267	3.304.309
Por operações realizadas por terceiros	420.929	162.884
Outras comissões pagas	7.412.510	5.301.385
	-----	-----
	<u>11.797.516</u>	<u>9.977.924</u>
	=====	=====

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>		<u>Líquido</u>
	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	
Activos			
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	199.485	(140.967)	58.518
Derivados de negociação	20.569.000	(19.386.074)	1.182.926
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	<u>1.302.395</u>	<u>(2.936.171)</u>	<u>(1.633.776)</u>
	<u>22.070.880</u>	<u>(22.463.212)</u>	<u>(392.332)</u>
	=====	=====	=====
	<u>2007</u>		<u>Líquido</u>
	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	
Activos			
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	4.880.922	(6.433.801)	(1.552.879)
Derivados de negociação	6.644.361	(6.035.143)	609.218
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	<u>780.942</u>	<u>(1.839.970)</u>	<u>(1.059.028)</u>
	<u>12.306.225</u>	<u>(14.308.914)</u>	<u>(2.002.689)</u>
	=====	=====	=====

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	(2.490.072)	(11.541.536)
Instrumentos de capital	(10.190.477)	4.813.834
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(3.453.937)	(113.177)
Instrumentos de capital	-	(343.228)
	-----	-----
	(16.134.486)	(7.184.107)
	=====	=====

39. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

No exercício de 2008 e 2007, os resultados relativos a reavaliação cambial correspondem a operações cambiais à vista.

40. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Resultados em activos não financeiros		
Activos tangíveis detidos para venda	689.857	(2.296.438)
Outros activos tangíveis	176.193	134.661
Outros activos não financeiros	76	73
	-----	-----
	866.126	(2.161.704)
	=====	=====

41. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Rendas de locação operacional	81.931	1.742.230
Reembolso de despesas	2.258.252	2.479.255
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	25.861.734	17.350.670
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	12.389.416	11.348.606
Rendimentos da prestação de serviços diversos	4.387.163	6.876.504
Ganhos relativos a anos anteriores	1.300.991	1.414.035
Outros	15.392.200	30.544.976
	-----	-----
	61.671.687	71.756.276
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Quotizações e donativos	(2.423.061)	(2.407.757)
Contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo	(14.433.775)	(13.924.232)
Outros impostos	(2.745.136)	(2.744.418)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(308.078)	(157.913)
Outros encargos e gastos operacionais relativos a exercícios anteriores	(792.998)	(796.832)
Outros encargos e gastos operacionais	(12.925.136)	(28.587.496)
	-----	-----
	(33.894.318)	(48.618.648)
	-----	-----
	28.043.503	23.137.628
	=====	=====

42. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Prémios líquidos de resseguro</u>		
Ramo vida		
Prémios brutos emitidos	129.289.070	140.995.557
Prémios de resseguro cedido	(7.590.666)	(7.917.737)
	-----	-----
	121.698.404	133.077.820
	-----	-----
Ramos não vida		
Prémios brutos emitidos	73.077.056	68.515.862
Prémios de resseguro cedido	(11.289.238)	(10.722.027)
	-----	-----
	61.787.818	57.793.835
	-----	-----
	183.486.222	190.871.655
	-----	-----
<u>Custos com sinistros</u>		
Montantes pagos		
Montantes brutos	99.554.308	84.350.042
Parte dos resseguradores	(5.134.170)	(7.956.110)
	-----	-----
	94.420.138	76.393.932
	-----	-----
	89.066.084	114.477.723
	=====	=====

43. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Salários e vencimentos		
Empregados	127.301.008	119.227.432
Órgãos de Gestão e Fiscalização	9.750.016	9.075.140
Encargos sociais obrigatórios		
Fundos de Pensões (Nota 46):		
Custo do serviço corrente	2.455.542	753.934
Custo dos juros	2.657.865	-
Rendimento esperado dos activos do fundo	(1.165.240)	-
Ganhos e perdas actuariais	(804.554)	-
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	345.124	161.459
Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	23.611.299	21.741.959
SAMS	6.105.742	6.358.394
Outros	-	21
Outros encargos sociais obrigatórios	1.025.249	1.001.443
Encargos sociais facultativos	50.677	33.545
Outros custos com pessoal:		
Indemnizações contratuais	259.853	306.601
Outros	2.368.764	1.887.545
	-----	-----
	173.961.345	160.547.473
	=====	=====

O número médio de colaboradores do GCA em 2008 e 2007 apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Direcção	152	135
Chefias e gerência	827	816
Quadros técnicos	2.219	2.104
Administrativos	858	841
Outros	286	289
	-----	-----
	4.342	4.185
	=====	=====

44. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Com fornecimentos:		
Água energia e combustíveis	5.875.939	5.364.533
Material de consumo corrente	2.371.033	2.424.121
Material de higiene e limpeza	299.570	320.808
Publicações	201.152	175.030
Material para assistência e reparação	70.652	95.740
Outros fornecimentos de terceiros	1.803.682	1.886.380
	-----	-----
	10.622.028	10.266.612
	-----	-----
Com serviços:		
Comunicações	12.490.679	12.852.903
Conservação e reparação	8.196.599	10.098.924
Publicidade e edição de publicações	9.928.505	8.636.689
Deslocações, estadas e despesas de representação	5.563.491	5.255.067
Rendas e alugueres	4.464.847	3.920.256
Transportes	1.401.589	1.281.685
Seguros	2.784.882	2.979.402
Formação de pessoal	942.569	854.922
Serviços especializados:		
Informática	8.660.082	6.785.739
Avenças e honorários	6.898.674	6.592.339
Judiciais, contencioso e notariado	3.785.928	2.920.719
Segurança e vigilância	1.143.222	1.119.882
Informações	1.220.320	1.029.331
Mão de obra eventual	253.205	349.570
Bancos de dados	62.944	103.017
Outros serviços especializados:		
Serviços multibanco	6.316.535	5.519.018
Avaliadores externos	618.405	516.143
Outros serviços de terceiros	13.127.031	13.191.816
	-----	-----
	87.859.507	84.007.422
	-----	-----
	98.481.535	94.274.034
	=====	=====

45. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante de créditos concedidos a membros dos órgãos sociais relativos às Caixas Agrícolas que integram o Grupo Crédito Agrícola ascende a 11.977.947 Euros.

46. PENSÕES DE REFORMA

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida, S.A. (entidade do Grupo Crédito Agrícola).

Os pressupostos utilizados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram os seguintes:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
<u>Pressupostos financeiros:</u>		
Taxa de desconto	5,50%	5,25%
Taxa de rendimento	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	65	65
Método de avaliação	“Projected Unit Credit”	“Projected Unit Credit”

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	38.397.710	18.817.049
. Licenças sem vencimento	343.482	48.368
. Pré-reformados	257.527	340.435
. Pensões em pagamento	12.604.442	8.450.743
	-----	-----
	51.603.161	27.656.595
	-----	-----
Contribuições dos empregados	1.817.509	854.439
	-----	-----
Total de responsabilidades (Nota 20 e 26)	53.420.670	28.511.034
	=====	=====
Cobertura das responsabilidades:		
. Valor patrimonial do Fundo (Nota 20 e 26)	35.438.317	29.024.305
	-----	-----
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	(17.982.353)	513.271
	=====	=====

No exercício de 2008, a rubrica “Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores” inclui o montante de 22.186.299 Euros relativo a responsabilidades com cuidados de saúde (S.A.M.S.), em virtude da alteração do contrato constitutivo do fundo de pensões, por forma a incorporar estas responsabilidades. O IAS 19 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, o Banco de Portugal estabelece um período transitório de 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrentes da incorporação do S.A.M.S.. Durante o ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu o Aviso nº 7/2008, de 14 de Outubro de 2008, no qual permite aumentar por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente.

O Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra. No entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. As responsabilidades do Grupo Crédito Agrícola apuradas nos termos do IAS 19, e a respectiva quota-parte no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2008, decompõem-se como segue:

Total das responsabilidades por serviços passados	3.666.283
Cobertura das responsabilidades:	
. Valor patrimonial do Fundo	2.710.484

Valor não financiado	(955.799)
	=====

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos de balanço do GCA não incluem estes montantes.

De acordo com o IAS 19, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. Nos exercícios de 2008 e 2007, os custos com pensões têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Custo do serviço corrente (Nota 43)	2.455.542	753.934
Custo dos juros (Notas 32 e 43)	2.657.865	861.187
Rendimento esperado dos activos do Fundo (Notas 32 e 43)	(1.165.240)	(508.609)
Ganhos e perdas actuariais (Nota 43)	(804.554)	-
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas (Nota 43)	345.124	161.459
	-----	-----
Acréscimo anual de responsabilidades	3.488.737	1.267.971
	=====	=====

A partir do exercício de 2008, o custo com o serviço corrente, o custo com juros e o rendimento esperado do fundo de pensões, passaram a ser registados na rubrica "Custos com pessoal".

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a decomposição do corredor é a seguinte:

Corredor	5.184.506

Desvios actuariais por amortizar em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 20)	
. Desvio financeiro	2.494.698
. Desvio actuarial	5.301.933

	7.796.631
	=====
Amortização de desvios actuariais efectuada em 2008	(232.720)
Desvios actuariais gerados em 2008	
. Desvio financeiro	751.737
. Desvio actuarial	(1.556.288)

Desvios actuariais por amortizar em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 26)	6.759.360
	=====
Dos quais:	
. Desvios dentro do corredor	4.230.765
. Desvios fora do corredor	2.528.595

	6.759.360
	=====

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2006 (IAS)	18.682.560
Custo do serviço corrente	753.934
Custo dos juros	861.187
Ganhos e perdas actuariais	7.847.767
Pensões pagas	(650.312)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	161.459

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2007	27.656.595

Incorporação das responsabilidades com S.A.M.S.	20.842.158
Custo do serviço corrente	2.455.542
Custo dos juros	2.657.685
Ganhos e perdas actuariais	(1.556.288)
Pensões pagas	(797.655)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	345.124

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008	51.603.161
	=====

Os desvios actuariais em 2007 foram originados pela alteração à lei da Segurança Social em que a comparticipação do Grupo Crédito Agrícola aumentou.

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2007 e 2008 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2006	12.348.781
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	16.184.778
Contribuições dos empregados	854.439
Rendimento líquido do Fundo	286.619
Pensões pagas	(650.312)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2007	29.024.305

Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	5.771.167
Contribuições dos empregados	1.817.509
Rendimento líquido do Fundo	1.440.500
Pensões pagas	(797.655)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	35.438.317
	=====

Tal como referido anteriormente, o Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra, no entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola.

Adicionalmente, o Grupo Crédito Agrícola assumiu o compromisso de comparticipação do prémio de antiguidade dos colaboradores (Nota 26). Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades são como seguem:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Prémio de antiguidade:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	16.710.676	15.968.246
. Licenças sem vencimento	247.031	172.660
	-----	-----
Total de responsabilidades com prémio de antiguidade (Nota 26)	16.957.707	16.140.906
	=====	=====

47. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Mercado

O risco de mercado reflecte perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, *spreads* de crédito ou outras variáveis equivalentes.

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas pelo Departamento Financeiro da Caixa Central para cada carteira, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

De modo a mitigar os riscos associados a uma avaliação dos riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido a cada momento decorrente das mesmas.

Eventuais operações de cobertura podem ser propostas tanto pelos gestores das carteiras como pelos responsáveis pelo controlo do risco, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados.

A carteira de títulos da CA Vida é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definido um *benchmark* de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada. A referida carteira é valorizada mensalmente com base em relatórios enviados pela CA Gest. No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São mantidos contactos permanentes com a CA Gest, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pela CA Gest, sendo efectuado a respectiva análise; e
- São realizadas reuniões trimestrais com a CA Gest e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa óptica conservadora.

Risco Cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual, para cada uma das Sucursais e a nível consolidado. São calculados valores e cumprimento de limites em termos posição aberta total.

No Grupo Crédito Agrícola, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada, sendo responsabilidade do Departamento Financeiro sob enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração Executivo.

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco. Efectivamente, o perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida.

Risco de Taxa de Juro

O Grupo Crédito Agrícola incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações das taxas de juro.

O risco de taxa de juro agregado suportado deriva de diversos factores, nomeadamente:

- diferentes prazos de vencimento ou revisão das taxas dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais (risco de repricing);
- alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva);
- variações assimétricas das diversas curvas de mercado que afectam as distintas massas patrimoniais e extrapatrimoniais (risco de base); e
- existência de opções explícitas ou implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

O Departamento Financeiro da Caixa Central avalia mensalmente a sua exposição a este tipo de risco com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa. Para cada intervalo são calculados os cash flows activos e passivos apurando-se o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Proceder-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

A relação risco/ rentabilidade encontra-se enquadrada por limites definidos e monitorizados mensalmente pelo ALCO ao nível da exposição da margem financeira e do valor económico a variações adversas das taxas de juro.

No caso da CA Vida, este risco é monitorizado de forma diária pela CA Gest, sendo observado o diferencial entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos. A CA Gest poderá efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do património, mediante a autorização prévia da CA Vida. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em bolsa ou mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como se segue (valores em milhares de Euros):

	2008					Total
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Sujeito a risco de taxa de juro	Não sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	348.020	348.020	-	3	348.023
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	128.723	128.723	-	-	128.723
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	3.416	3.416
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1.897	1.897	-	6.132	8.029
Activos financeiros disponíveis para venda	519.794	172.054	691.848	179.093	(109.282)	761.659
Aplicações em instituições de crédito	1.429.783	-	1.429.783	-	27.702	1.457.485
Crédito a clientes (saldo bruto)	2.176.468	5.187.493	7.363.961	562.898	372.928	8.299.787
Investimentos a deter até a maturidade	585.539	4.914	590.453	1.741	22.809	615.003
	4.711.584	5.843.101	10.554.685	743.732	323.708	11.622.125
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	387.649	14.667	402.316	562	6.396	409.274
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.168.404	2.368.789	9.537.193	69.981	(79.426)	9.527.748
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	41.484	41.484
Outros passivos subordinados	-	186.335	186.335	-	2.290	188.625
Passivos financeiros de negociação	107	-	107	-	1.105	1.212
	7.556.160	2.569.791	10.125.951	70.543	(28.151)	10.168.343
Derivados detidos para negociação	5.000	-	5.000	-	-	5.000
Exposição líquida	(2.849.576)	3.273.310	423.734	673.189	351.859	1.448.782

2007

			2007		Indeterminado	Total
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Sujeito a risco de taxa de juro	Não sujeito a risco de taxa de juro		
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	754.337	754.337	-	-	754.337
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	17.339	17.339	118.735	-	136.074
Activos financeiros detidos para negociação	4.182	9	4.191	925	-	5.116
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	309.282	2.092	311.374	12.460	-	323.834
Activos financeiros disponíveis para venda	449.125	46.233	495.358	155.259	48.926	699.543
Aplicações em instituições de crédito	1.061.940	14.419	1.076.359	9.949	13.797	1.100.105
Crédito a clientes (saldo bruto)	2.058.480	5.080.559	7.139.039	249.480	-	7.388.519
Investimentos a deter até à maturidade	238.822	-	238.822	11.315	84.320	334.457
	4.121.831	5.914.988	10.036.819	558.123	147.043	10.741.985
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	11.075	-	11.075	427	79	11.581
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.789.515	1.762	8.791.277	330.148	174	9.121.599
Instrumentos representativos de capital	-	41.448	41.448	-	-	41.448
Outros passivos subordinados	-	92.496	92.496	-	114.106	206.602
	8.800.590	135.706	8.936.296	330.575	114.359	9.381.230
Futuros sobre taxa de juro (equivalentes a passivo)	210.667	-	210.667	-	-	210.667
Exposição líquida	(4.889.426)	5.779.282	889.856	227.548	32.684	1.150.088

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte (valores em milhares de Euros):

	2008									
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	348.023	-	-	-	-	-	348.023	-	-	348.023
Disponibilidades em outras instituições de crédito	128.723	-	-	-	-	-	128.723	-	-	128.723
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	3.416	3.416
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1.897	-	-	-	-	1.897	-	6.132	8.029
Activos financeiros disponíveis para venda	2.019	104.575	10.017	8.059	5.393	29.149	159.212	179.093	423.354	761.659
Aplicações em instituições de crédito	-	691.608	782.814	-	-	-	1.474.422	-	(17.238)	1.457.184
Crédito a clientes (saldo bruto)	50.035	3.797.810	2.503.620	451.463	172.295	388.739	7.363.962	562.898	372.927	8.299.787
Investimentos a deter até à maturidade	-	19.914	164.931	278.386	73.939	53.283	590.453	1.741	22.809	615.003
	528.800	4.615.804	3.461.382	737.908	251.627	471.171	10.066.692	743.732	811.400	11.621.824
Passivo										
Recursos de outras instituições de crédito	-	331.484	65.129	5.704	-	-	402.317	562	6.395	409.274
Recursos de clientes e outros empréstimos	26.940	4.299.595	3.759.729	1.430.049	14.288	6.593	9.537.194	-	(9.446)	9.527.748
Instrumentos representativos de capital	1.000	2.924	182.411	-	-	-	186.335	-	2.290	188.625
Outros passivos subordinados	27.940	4.634.003	4.007.269	1.435.753	14.288	6.593	10.125.846	562	40.723	10.167.131
Exposição líquida	500.860	(18.199)	(545.887)	(697.845)	237.339	464.578	(59.154)	743.170	770.677	1.454.693
	2007									
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	589.963	164.374	-	-	-	-	754.337	-	-	754.337
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17.339	-	-	-	-	-	17.339	118.735	-	136.074
Activos financeiros detidos para negociação	-	1.702	1.462	273	-	754	4.191	925	-	5.116
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	55.761	186.533	50.625	16.363	309.282	12.460	2.092	323.834
Activos financeiros disponíveis para venda	-	9.866	38.556	119.305	94.558	273.763	536.048	155.259	8.236	699.543
Aplicações em instituições de crédito	3.935	1.056.581	29.003	47	256	314	1.090.136	9.949	20	1.100.105
Crédito a clientes (saldo bruto)	72.420	3.656.739	2.309.338	351.622	197.618	551.302	7.139.039	249.480	-	7.388.519
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	65.276	111.550	73.219	68.500	318.545	11.315	4.597	334.457
	683.657	4.889.262	2.499.396	769.330	416.276	910.996	10.168.917	558.123	14.945	10.741.985
Passivo										
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.575	4.500	3.000	-	-	11.075	427	79	11.581
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.373.297	3.478.276	2.431.167	473.431	25.195	10.020	8.791.386	330.148	65	9.121.599
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	41.448	-	41.448
Outros passivos subordinados	-	-	12.392	63.334	56.043	72.963	204.732	-	1.870	206.602
	2.373.297	3.481.851	2.448.059	539.765	81.238	82.983	9.007.193	372.023	2.014	9.381.230
Derivados										
Futuros sobre taxa de juro (equivalentes a passivo)	-	-	-	174.178	31.539	4.950	210.667	-	-	210.667
Exposição líquida	(1.689.640)	1.407.411	51.337	55.387	303.499	823.063	951.057	186.100	12.931	1.150.088

Considerando os valores apurados, os quadros anteriores apresentam uma exposição ao risco de taxa de juro, tanto da margem financeira como do valor económico do capital, pouco significativa. Este risco mede o impacto de uma variação das taxas de juro, positiva ou negativa, sobre os referidos indicadores em função da exposição líquida nos diversos intervalos temporais.

Apresenta-se de seguida a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, da variação até 200 pontos base na taxa de referência, incluindo o impacto na margem financeira (valores em milhares de Euros):

2008						
Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19	9	5	(5)	(9)	(18)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	(74)	(37)	(18)	18	37	74
Outros activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	6	3	1	(1)	(3)	(6)
Activos Financeiros disponíveis para venda	78.435	37.246	18.156	(17.271)	(33.702)	(64.217)
Aplicações em instituições de crédito	8.063	3.997	1.991	(1.974)	(3.930)	(7.795)
Crédito a clientes	110.527	52.220	25.419	(24.158)	(47.164)	(90.104)
Investimentos detidos até a maturidade	23.890	11.692	5.785	(5.665)	(11.215)	(21.980)
Outros Activos	1.438	710	352	(348)	(691)	(1.365)
	222.304	105.840	51.691	(49.404)	(96.677)	(185.411)
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	1.296	643	352	(318)	(634)	(1.259)
Recursos de clientes e outros empréstimos	99.507	49.163	320	(24.153)	(48.028)	(94.962)
Outros passivos subordinados	1.996	987	24.437	(486)	(967)	(1.914)
Passivos financeiros de negociação	(3)	(1)	(1)	1	1	3
	102.796	50.792	25.108	(24.956)	(49.628)	(98.132)
<i>Impacto na margem financeira</i>	119.508	55.048	26.583	(24.448)	(47.049)	(87.279)
2007						
Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	771	395	200	(203)	(410)	(831)
Outros activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	12.269	6.021	2.983	(2.929)	(5.806)	(11.408)
Activos Financeiros disponíveis para venda	63.937	30.337	14.783	(14.050)	(27.406)	(52.177)
Aplicações em instituições de crédito	2.171	1.077	536	(532)	(1.060)	(2.102)
Crédito a clientes	51.534	24.712	12.721	(11.660)	(22.898)	(44.224)
Investimentos detidos até a maturidade	17.472	8.508	4.199	(4.092)	(8.082)	(15.767)
Outros Activos	204	100	49	(48)	(95)	(187)
	148.358	71.150	35.471	(33.514)	(65.757)	(126.696)
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	32	65	32	(32)	(63)	(125)
Recursos de clientes e outros empréstimos	52.921	26.140	12.991	(12.838)	(25.525)	(50.459)
Outros passivos subordinados	1.250	628	315	(316)	(633)	(1.271)
	54.203	26.833	13.338	(13.186)	(26.221)	(51.855)
Derivados						
Futuros sobre Taxa de juro (equivalentes a passivo)	(9.630)	(4.721)	(2.337)	2.293	4.542	8.916
<i>Impacto na margem financeira</i>	84.525	39.596	19.796	(18.035)	(34.994)	(65.925)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade do Grupo Crédito Agrícola financiar o seu activo satisfazendo nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis.

A política de gestão da liquidez é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), estando a sua gestão diária cometida ao Departamento Financeiro.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, no curto, médio e longo prazos, são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como avaliar a cobertura dinâmica dos mesmos. É também realizado um acompanhamento por parte do Grupo Crédito Agrícola dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Refira-se que em matéria de liquidez, o Grupo Crédito Agrícola prossegue uma política conservadora que se traduz num rácio de transformação em cada uma das suas unidades claramente abaixo da média do rácio de transformação do sistema financeiro nacional.

Os recursos excedentários das Caixas Associadas são canalizados para a Caixa Central, onde são centralmente aplicados em activos de elevada qualidade creditícia e liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de prazo curto sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo Crédito Agrícola dispõe de uma sólida implantação no mercado de retalho, distribuída de forma equilibrada ao longo do país, que se traduz numa rede de 642 balcões e numa base de funding dispersa, estável e com elevada permanência.

Numa óptica de prevenção e de gestão de contingência de risco de liquidez são especialmente tidos em conta e acompanhados os seguintes aspectos:

- Controle e contenção de eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, pudessem vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira diminuindo a sua estabilidade e permanência. São efectuadas regularmente simulações de impactos ao abrigo de hipóteses conservadoras sobre a estabilidade dos recursos de retalho e sem consideração do concurso de fontes de financiamento adicionais.
- Embora sem dependência de tais fontes de financiamento complementares atendendo à posição estrutural de tesouraria do Grupo Crédito Agrícola, manutenção de linhas de financiamento junto de Instituições de Crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas;
- Lançamento regular de produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos projectados.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária pelo seu Departamento Financeiro. Para o efeito, são elaborados controlos diários dos saldos existentes e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez junto das várias Instituições. Especificamente no que respeita às carteiras de investimento da seguradora, a CA Gest faz a gestão diária da sua tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, por um lado, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários, por outro. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2008 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição (valores em milhares de Euros):

		2008							
		Prazos residuais contratuais							
		À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		348.020	-	-	-	-	-	-	348.020
Disponibilidades em outras instituições de crédito		132.751	-	-	-	-	-	-	132.751
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	219	1.897	-	-	-	2.116
Activos financeiros disponíveis para venda		-	27.162	65.530	274.051	118.375	308.655	197.393	991.166
Aplicações em instituições de crédito		-	742.299	782.814	-	-	-	301	1.525.414
Crédito a clientes (saldo bruto)		28.668	1.300.586	1.477.861	1.225.404	658.466	2.672.976	581.298	7.945.259
Investimentos a deter até à maturidade		-	15.000	164.931	283.300	73.939	53.283	24.549	615.002
		<u>509.439</u>	<u>2.085.047</u>	<u>2.491.355</u>	<u>1.784.652</u>	<u>850.780</u>	<u>3.034.914</u>	<u>803.541</u>	<u>11.559.728</u>
Passivo									
Recursos de outras instituições de crédito		-	331.484	65.129	5.704	-	-	6.958	409.275
Recursos de clientes e outros empréstimos		26.940	4.299.184	3.759.755	1.430.433	14.288	6.593	75.314	9.612.507
Outros passivos subordinados		1.000	2.335	42.495	90.090	13.907	32.508	6.290	188.625
		<u>27.940</u>	<u>4.633.003</u>	<u>3.867.379</u>	<u>1.526.227</u>	<u>28.195</u>	<u>39.101</u>	<u>88.562</u>	<u>10.210.407</u>
Diferencial		<u>481.499</u>	<u>(2.547.956)</u>	<u>(1.376.024)</u>	<u>258.425</u>	<u>822.585</u>	<u>2.995.813</u>	<u>714.979</u>	<u>1.349.321</u>

		2007							
		Prazos residuais contratuais							
		À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		589.963	164.374	-	-	-	-	-	754.337
Disponibilidades em outras instituições de crédito		136.074	-	-	-	-	-	-	136.074
Activos financeiros detidos para negociação		-	1.702	1.462	273	-	790	889	5.116
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	55.761	186.533	52.484	23.688	5.368	323.834
Activos financeiros disponíveis para venda		-	15.560	39.811	141.499	113.876	329.025	59.772	699.543
Aplicações em instituições de crédito		3.935	1.056.581	29.003	47	256	314	9.969	1.100.105
Crédito a clientes (saldo bruto)		55.456	1.151.840	1.170.755	1.159.810	727.694	2.949.170	173.794	7.388.519
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	65.276	111.550	73.219	68.500	15.912	334.457
		<u>785.428</u>	<u>2.390.057</u>	<u>1.362.068</u>	<u>1.599.712</u>	<u>967.529</u>	<u>3.371.487</u>	<u>265.704</u>	<u>10.741.985</u>
Passivo									
Recursos de outras instituições de crédito		-	3.575	4.500	3.000	-	-	506	11.581
Recursos de clientes e outros empréstimos		2.409.411	3.478.276	2.431.167	473.431	25.195	10.020	294.099	9.121.599
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-	-	-	41.448	41.448
Outros passivos subordinados		-	-	12.392	63.334	56.043	72.963	1.870	206.602
		<u>2.409.411</u>	<u>3.481.851</u>	<u>2.448.059</u>	<u>539.765</u>	<u>81.238</u>	<u>82.983</u>	<u>337.923</u>	<u>9.381.230</u>
Diferencial		<u>(1.623.983)</u>	<u>(1.091.794)</u>	<u>(1.085.991)</u>	<u>1.059.947</u>	<u>886.291</u>	<u>3.288.504</u>	<u>(72.219)</u>	<u>1.360.755</u>

Considerando os aspectos acima referidos, poder-se-á concluir pela existência de um risco de liquidez praticamente inexistente.

Risco de Crédito

A eficiência e a rentabilidade de uma instituição financeira dependem objectivamente de um rigoroso controlo dos riscos, no que assenta também a sua solidez financeira.

Neste sentido, o Grupo Crédito Agrícola continuou a dar elevada prioridade ao projecto de “Transformação da Função Risco”, desenvolvido à luz das melhores práticas organizacionais neste domínio e enquadrado no cumprimento dos requisitos regulamentares de Basileia II. A coordenação deste projecto encontra-se cometida ao Gabinete de Riscos do Grupo Crédito Agrícola que centraliza, na sua unidade de estrutura, as competências e as funções de coordenação em matéria de análise e controlo integrado de riscos, articulando a actividade desenvolvida com a dos demais departamentos especializados.

O risco de crédito está associado à possibilidade de incumprimento efectivo e/ou à degradação da qualidade da contraparte em operações de crédito, constituindo o risco mais relevante da actividade de qualquer instituição financeira. O programa de “Transformação da Função Risco” é constituído, em matéria de avaliação da exposição a este risco, por diversas iniciativas de diferente disciplinaridade e amplitude, mas formando um todo coerente entre si.

Construído numa óptica plurianual, o programa iniciado em 2006 visa ainda assegurar o *compliance* do Grupo com os novos desafios da regulamentação para o sector financeiro. Os diversos projectos continuaram a desenvolver-se ao longo do exercício de 2008, exigindo uma forte articulação com a vertente tecnológica e o desenvolvimento de competências internas específicas, sendo de destacar o seguinte:

- **Solução de propostas e credit scoring**: A SPCS pretende criar um fluxo de trabalho padronizado para os processos de concessão de crédito a particulares e pequenos negócios, associado a um modelo de *credit scoring* por segmento, onde se salienta o crédito ao consumo, o crédito a ENI's (na vertente de tesouraria e na vertente de investimento) e o crédito à habitação, cujo modelo entrou em produção logo no início de 2008. Pretendendo-se aprofundar (e melhorar) o modelo de *credit scoring* existente relativo a cartões de crédito, concluiu-se a respectiva análise funcional, para posterior especificação de requisitos técnicos e sua implementação.
- **Backtesting dos modelos analíticos internos (scoring)**: No sentido de aferir periodicamente a qualidade preditiva dos modelos de *scoring*, com o objectivo de ajustar e melhorar a sua qualidade tendo em vista a correcta avaliação do risco de crédito, estruturaram-se as bases e parametrizaram-se as condições para o *backtesting* necessário à calibração e manutenção dos diferentes modelos.
- **Central de balanços**: Com este projecto, visou-se a implementação de uma aplicação que materializasse num único repositório de dados a informação financeira dos clientes do SICAM. Desta forma, será possível assegurar a consistência da informação e a sua integração com outras aplicações, designadamente *workflow* de propostas de crédito, sistemas de alertas de risco, imparidade, modelo de rating, entre outros. Em meados do ano, procedeu-se à aquisição massiva de informação com que se efectuou o primeiro carregamento da aplicação, tendo-se desenvolvido posteriormente os necessários testes, prevendo-se agora a sua entrada em produção no decurso do primeiro trimestre de 2009.
- **Ferramenta de gestão de garantias (recebidas)**: A FGG pretende definir um novo processo de registo de todas as garantias recebidas subjacentes às operações de crédito do Grupo e que assegure a sua adequada caracterização e avaliação. A informação a disponibilizar por esta ferramenta é necessária, entre outros aspectos, para o correcto cálculo do rácio de solvabilidade segundo as regras de Basileia II. No ano em apreço ficou concluída a especificação de requisitos, tendo-se iniciado um processo de análise interna com o objectivo de identificar o melhor custo/benefício para o subsequente processo de desenvolvimento. Espera-se que esta ferramenta alcance a sua operacionalidade logo no início de 2010.
- **Rating empírico**: Como ferramenta de apoio à decisão nos processos de concessão de crédito a clientes empresa, desenvolveu-se um modelo de *rating* interno com base em critérios quantitativos e qualitativos, através dos quais se pretende avaliar o perfil de risco de cada cliente deste segmento de negócio, não só com base na sua evolução económico-financeira e no histórico do seu relacionamento com o GCA, mas sobretudo reflectindo em torno do sector de actividade em que se insere e das características do negócio e, ainda, das competências de gestão de que dispõe. Concluída a fase de testes, admite-se a sua implementação no GCA no decurso de 2009, com posterior recurso a algumas Caixas piloto, preparando o desenvolvimento do futuro *rating* de base estatística.
- **Repositório de informação de risco**: A criação de um repositório de dados (*datamart*) adequado às necessidades da Função Risco do GCA, designadamente ao especificado por Basileia II, constitui outro dos objectivos do Programa. Dada a grande dimensão deste projecto, optou-se pelo seu faseamento; assim, em 2008, identificados os gaps de informação, preparou-se o processo de escolha e selecção da entidade que poderá vir a implementar as ferramentas escolhidas, as quais, na primeira fase, se referem ao módulo para apuramento do valor das perdas por imparidade da carteira de activos do GCA, segundo a IAS 39, e ao módulo de cálculo dos requisitos de capital.

- **Desenvolvimento do Standard Approach**: Para preparar o Grupo Crédito Agrícola para o cálculo dos requisitos de capital a nível consolidado e individual, de acordo com os requisitos da metodologia *standard* de Basileia II na vertente do risco de crédito (e de mercado), concluiu-se o estudo e a definição dos suportes, dos meios e da informação necessários ao processo de cálculo. Para apoio ao cálculo dos requisitos de capital desenvolveu-se uma ferramenta temporária até à entrada em produção do repositório de risco.
- **Departamento de compliance**: Procedeu-se à implementação do Departamento responsável pela gestão do risco de *compliance* na Caixa Central, dando resposta às orientações contidas no Aviso 3/2006 do BdP e às recomendações do Comité de Basileia e do CEBS. Projecta-se para 2009 o desenvolvimento desta função a áreas piloto para posterior extensão a todas as Caixas do SICAM.
- **Sistema de controlo interno**: Visando dar resposta a requisitos regulamentares, nomeadamente aos desafios e exigências inerentes ao Aviso 5/2008, iniciou-se o processo de desenvolvimento, sistematização e formalização do sistema de controlo interno no GCA, nomeadamente no que se refere à gestão dos riscos inerentes à sua actividade. No decurso do ano de 2008 identificaram-se os requisitos aplicáveis ao Grupo e preparou-se o primeiro relatório de controlo interno segundo as novas regras do Banco de Portugal. Para 2009, prevê-se lançar um conjunto de iniciativas conducentes à mitigação das lacunas detectadas no sistema de controlo interno das diversas unidades do Grupo.
- **Testes de esforço**: Com o objectivo de dar resposta ao previsto na Instrução 18/2007 do Banco de Portugal, sistematizou-se o processo de *stress testing* em base consolidada. A obrigatoriedade de reporte exigiu a elaboração de análises de sensibilidade e de cenários, actividade que se tornará recorrente e que, por este motivo, no decurso de 2009 se admite integrar no modelo de avaliação de riscos e de determinação do capital económico do Grupo (ICAAP).
- **Base de dados de grupos económicos**: A iniciativa visa dotar o Grupo Crédito Agrícola dos requisitos para a construção de uma ferramenta/base de dados que permita criar e manter actualizada as ligações jurídicas e/ou de risco existentes entre os diversos clientes. O término do exercício de 2008 assinalou o seu arranque devendo a especificação de requisitos de negócio estar concluída no primeiro trimestre de 2009.
- **Concepção da framework do ICAPP**: Pretendendo-se dar resposta ao previsto na Instrução 15/2007 do Banco de Portugal, cujo primeiro reporte deverá ocorrer até 30 de Junho de 2009, concebeu-se o processo de auto-avaliação da adequação do capital interno, designado por ICAAP. Nesta fase projectou-se o modelo de governação, analisaram-se os *gaps* de informação e definiram-se os métodos de cálculo aplicáveis ao Grupo Crédito Agrícola.

No decurso do primeiro semestre de 2009 prevê-se a implementação das componentes deste *framework*, assegurando-se a interligação com o *stress testing* e com o sistema de controlo interno.

- **Modelo de Imparidade**: Resultante da necessidade de desenvolver uma metodologia e um processo recorrente de apuramento das perdas por imparidade subordinado à Norma Internacional de Contabilidade 39, constituindo parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, implementou-se, no segundo semestre, o novo Módulo de Análise Individual de Imparidade (MOAI) que permitiu agilizar o processo de avaliação económica da carteira e acompanhamento de crédito na componente de análise individual, maximizando a disponibilização de informação relevante, minimizando o esforço dos analistas e sistematizando o conhecimento específico dos clientes numa plataforma informática exclusiva para o efeito.

- **Normas e regulamentos:** Prosseguiu a actualização do edifício normativo do Grupo Crédito Agrícola no que se refere à gestão do risco de crédito em resultado das políticas, processos e procedimentos implementados e que decorrem do Manual de Risco de Crédito que constitui o referencial neste domínio. Pretende-se, deste modo, alcançar uma padronização e homogeneidade de comportamentos e práticas.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	8.299.786.891	7.384.784.131
Disponibilidades em outras instituições de crédito	128.723.431	136.073.832
Aplicações em instituições de crédito	1.457.485.257	1.100.104.822
	-----	-----
	9.885.995.579	8.620.962.785
	-----	-----
Extrapatrimoniais:		
Garantias prestadas	289.221.721	302.081.720
Compromissos irrevogáveis	679.146.645	620.634.328
	-----	-----
	968.368.366	922.716.048
	-----	-----
	<u>10.854.363.945</u>	<u>9.543.678.833</u>
	=====	=====

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2008, a qualidade de crédito dos activos financeiros de acordo com o rating de referência interno, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de euros):

Activo	2008								
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Entre Baa1 e Baa2	Caa	Indeterminado	Total
Aplicações em instituições de crédito	139.224	102.892	66.433	696.655	282.015	34.362	-	135.904	1.457.485
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	655	-	-	-	-	2.761	3.416
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.897	-	-	-	-	-	-	6.132	8.029
Activos financeiros disponíveis para venda	189.842	334.588	91.216	57.025	5.815	28.022	787	54.364	761.659
Activos financeiros detidos até à maturidade	10.741	-	545.791	4.914	5.039	-	-	48.518	615.003
	<u>341.704</u>	<u>437.480</u>	<u>704.095</u>	<u>758.594</u>	<u>292.869</u>	<u>62.384</u>	<u>787</u>	<u>247.679</u>	<u>2.845.592</u>

Activo	2007						
	AAA	AA	A	BBB	BB	Indeterminado	Total
Aplicações em instituições de crédito	-	79.737	817.342	30.000	94.000	79.026	1.100.105
Activos financeiros detidos para negociação	-	4.181	-	-	-	935	5.116
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.860	225.596	96.378	-	-	-	323.834
Activos financeiros disponíveis para venda	176.989	301.684	42.102	13.384	1.421	163.963	699.543
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	298.998	28.611	-	-	6.848	334.457
	<u>178.849</u>	<u>910.196</u>	<u>984.433</u>	<u>43.384</u>	<u>95.421</u>	<u>250.772</u>	<u>2.463.055</u>

Em 2007, o GCA definiu o seu rating de referência de médio e longo prazo como sendo o mais baixo dos ratings divulgados pelas agências internacionais Fitch, Moody's e Standard & Poors. No exercício de 2008, o GCA passou a utilizar como rating de referência, o rating divulgado pela agência internacional Moody's, ou caso este não exista, o maior dos ratings divulgados pelas agências Fitch e Standard & Poors.

Relativamente ao crédito a clientes, e tal como referido acima, o Grupo não dispõe actualmente ratings internos ou externos de modo a aferir da qualidade da sua carteira. O GCA implementou recentemente um sistema de scoring para particulares para auxílio à decisão da concessão de crédito e planeia implementar brevemente um sistema de rating para empresas.

Reestruturações

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor de balanço de crédito a clientes cujos termos tenham sido renegociados ou considerados em incumprimento ou com imparidade é o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Crédito vivo	254.372.821	170.432.205
Crédito vencido	66.377.781	44.242.944
	-----	-----
	320.750.602	214.675.149
	=====	=====

O montante de crédito vencido diz respeito aos contratos cujos termos tenham sido renegociados ou considerados em incumprimento ou com imparidade.

Os montantes apresentados incluem apenas os clientes que foram objecto de análise individual ao abrigo do modelo de imparidade do GCA, não representando assim a totalidade do universo de créditos reestruturados/renegociados em 31 de Dezembro de 2008.

Tal como mencionado na Nota 2.3.c), os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual no modelo de imparidade foram os seguintes:

- Todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros; e
- Clientes com crédito vencido (à mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros.

As operações consideradas como reestruturadas/renegociadas resultam das análises individuais realizadas pelas diversas Caixas Associadas e caracterizadas por estas como não cumprindo o plano financeiro estabelecido inicialmente, sendo a sua recuperação realizada através das seguintes alternativas:

- Dentro do prazo inicialmente contratado;
- Por dilatação do prazo;
- Renegociação/reestruturação.

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas pode ser resumida como segue (Nota 14):

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até 3 meses	30.431.998	26.856.968
De 3 a 6 meses	36.726.761	20.523.156
De 6 a 12 meses	79.558.045	59.464.034
De 1 a 3 anos	129.910.289	112.775.346
De 3 a 5 anos	68.040.142	63.718.688
Juros a receber	11.954.248	8.128.111
	-----	-----
	356.621.483	291.466.303
	=====	=====

Riscos específicos da actividade seguradora

O resseguro é um meio de gerir o risco de seguro. No entanto, como primeiro intermediário, as Companhias continuam expostas a este risco. No caso de incumprimento por parte do ressegurador, as companhias continuam obrigadas a pagar ao cliente. A qualidade de crédito do ressegurador é observada numa base anual, sendo a sua condição financeira analisada antes da finalização dos contratos.

A CA Seguros implementou durante o ano de 2007 a Unidade de Gestão de Risco, tendo iniciado diversas actividades e projectos relacionados com o desenvolvimento do Sistema integrado de Gestão de Risco e de Controlo Interno. Ao nível da componente de Risco mais relevante, o Risco Específico de Seguros, foram implementadas novas metodologias de avaliação de suficiência das Provisões Técnicas e da adequação das tarifas, incluindo modelos estocásticos (Bootstrap, Thomas Mack), as quais confirmaram a adequação dos actuais níveis de provisionamento de responsabilidades para com Segurados e Sinistrados.

Justo valor de activos e passivos financeiros

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é apresentado no quadro seguinte (montantes em milhares de Euros):

	2008				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	348.020	348.020	-	3	348.023
Disponibilidades em outras instituições de crédito	127.188	124.242	(2.946)	1.535	128.723
Aplicações em Instituições de Crédito	1.429.783	1.410.109	(19.674)	27.702	1.457.485
Crédito a Clientes (Liq. de provisões)	7.926.468	7.940.215	13.747	-	7.926.468
	<u>9.831.459</u>	<u>9.822.586</u>	<u>(8.873)</u>	<u>29.240</u>	<u>9.860.699</u>
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de Crédito	490.077	494.886	(4.809)	6.382	496.459
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.522.415	9.502.747	19.668	5.333	9.527.748
Outros passivos subordinados	178.335	180.990	(2.655)	10.290	188.625
	<u>10.190.827</u>	<u>10.178.623</u>	<u>12.204</u>	<u>22.005</u>	<u>10.212.832</u>

	2007				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	754.337	754.337	-	-	754.337
Disponibilidades em outras instituições de crédito	136.074	136.074	-	-	136.074
Aplicações em Instituições de Crédito	1.086.308	1.096.016	9.708	13.927	1.100.235
Crédito a Clientes (Liq. de provisões)	6.923.528	6.980.612	57.084	264.501	7.188.029
	<u>8.900.247</u>	<u>8.967.039</u>	<u>66.792</u>	<u>278.428</u>	<u>9.178.675</u>
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de Crédito	11.591	11.591	-	-	11.591
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.121.490	9.121.106	384	-	9.121.490
Outros passivos subordinados	248.160	248.189	(29)	-	248.160
	<u>9.381.241</u>	<u>9.380.886</u>	<u>355</u>	<u>-</u>	<u>9.381.241</u>

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- Relativamente aos saldos à vista, considerou-se que o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Grupo Crédito Agrícola com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
 - a) Taxas de juro de mercado para “Aplicações em Instituições de Crédito” e “Outros Passivos Subordinados”;
 - b) Taxa de juro praticadas nas operações concedidas pela Caixa Central para tipos de créditos comparáveis;
 - c) Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.

Fundos próprios consolidados

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe dos fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola apresenta-se de seguida:

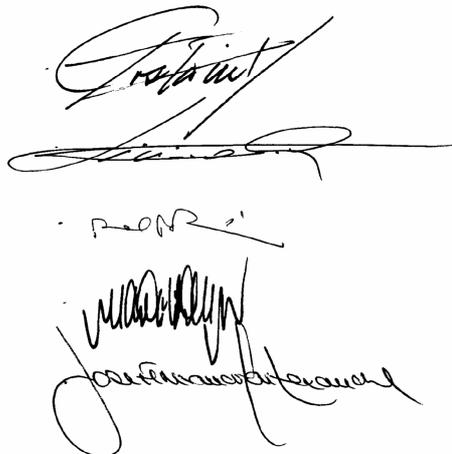
Fundos próprios de base	842.069.553
Fundos próprios complementares	154.314.259
Deduções	(5.464.446)

Fundos próprios totais	990.919.366
	=====
Riscos ponderados totais	7.372.455.207
	=====
Rácio de solvabilidade	13,2%

O Responsável pela Contabilidade



O Conselho de Administração Executivo



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrucção nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Reserva de justo valor
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO												
Instrumentos de dívida												
De dívida pública												
Bilhetes Tesouro 23-Jan-2009	CCAM BATALHA	AFDN		OUT	PRT	N	0,9974	395.525	1,00	JV	394.482	-
Obrigações Tesouro / Outubro 05-15	CCAM BATALHA	AFDN		OUT	PRT	N	1,0093	124.211	1,00	JV	125.368	-
Obrigações Tesouro / Abril 05-21	CCAM BATALHA	AFDN		OUT	PRT	N	0,9627	89.999	1,00	JV	86.638	-
Obrigações Tesouro / Abril 06-37	CCAM BATALHA	AFDN		OUT	PRT	N	0,9101	34.582	1,00	JV	31.474	-
Bilhetes Tesouro 23-Mar-2009	CCAM BATALHA	AFDN		OUT	PRT	N	0,9957	17.361	1,00	JV	17.287	-
											655.249	-
Instrumentos de capital												
FE RAÍZ VALOR IBÉRICO	CCCAM	AFDN	PTYCFHMM006	OUT	PRT	N	10,7148	108.648	--	JV	1.164.142	-
FE Raiz Tesouraria	AGROCAPITAL SCR	AFDN		OUT	PRT	N	7,53	28.332	--	JV	205.274	-
RAÍZ VALOR ACUMULADO	CCCAM	AFDN	PTYCFKMM001	OUT	PRT	N	9,6448	11.852	--	JV	114.310	-
											1.483.726	-
Instrumentos financeiros derivados												
Opções	CCCAM	AFDN									700.666	-
Forwards cambiais	CCCAM	AFDN									576.510	-
											1.277.176	-
Total								810.510			3.416.151	-
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS												
Instrumentos de dívida												
De dívida pública												
OT Julho 1999-2009	CA Gest	OAFJVAR		OUT	PRT	S		25.100	1,00	JV	25.100	-
OT Abril 2005-2011	CA Gest	OAFJVAR		OUT	PRT	S		25.000	1,00	JV	24.668	-
											49.768	-
De outros emissores												
Dívida não subordinada												
MAXIMA 03/12	CCCAM	OAFJVAR	XS0291973260	OIF	NLD	S	94,83%	2.000.000	1,00	JV	1.897.350	-
BMW 8.875% 19/09/13	CA VIDA	OAFJVAR	XS0400017199								1.114.399	-
LUCSHI 6.625% 23/01/14	CA VIDA	OAFJVAR	XS0399674216								1.080.871	-
RWE 5.75% 20/11/13	CA VIDA	OAFJVAR	XS0399648301								1.073.919	-
TELEFO 5.125% 14/02/2013	CA VIDA	OAFJVAR	XS0162867880								1.043.400	-
Citigroup Inc 6.4% 27/03/13	CA VIDA	OAFJVAR	XS0354858564								1.022.708	-
ENIIM 5.875% 20/01/14	CA VIDA	OAFJVAR	XS0400780887								746.168	-
											7.978.815	-
Total								2.050.100			8.028.583	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Reserva de justo valor
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA												
Instrumentos de dívida												
De dívida pública												
OT 5.85% 20/05/10	CA VIDA	AFDV	PTOTEHOE0008		PRT						21.029.448	-
NETHER 5.5% 15/07/10	CA VIDA	AFDV	NL0000102580								18.849.363	-
OT 4.35% 16/10/17	CA VIDA	AFDV	PTOTELOE0010		PRT						18.416.658	-
FRTR 4% 25/04/2018	CA VIDA	AFDV	FR0010604983								17.485.419	-
OT 4.20% 15/10/16	CA VIDA	AFDV	PTOTE6OE0006		PRT						15.935.078	-
SPGB 4% 31/01/10	CA VIDA	AFDV	ES0000012239								15.748.277	-
OT 3.20% 15/04/11	CA VIDA	AFDV	PTOTE4OE0040		PRT						15.688.776	-
BGB 4% 28/03/17	CA VIDA	AFDV	BE0000309188								14.239.903	-
OT 4.375% 16/06/14	CA VIDA	AFDV	PTOTE1OE0019		PRT						13.090.157	-
OT 3.95% 15/07/09	CA VIDA	AFDV	PTOTECOE0011		PRT						13.017.485	-
RFBG 3.875% 15/09/17	CA VIDA	AFDV	FI0001006066								12.279.738	-
OT 3.85% 15/04/21	CA VIDA	AFDV	PTOTEYOE0007		PRT						10.433.386	-
Obrigações Tesouro 15/07/2009	CA SEGUROS	AFDV	PTOTECOE0011	OUT	PRT						10.017.026	(129.197)
IRISH 4.50% 18/04/20	CA VIDA	AFDV	IE0034074488								9.942.415	-
DBR 5.25% 04/01/11	CA VIDA	AFDV	DE0001135168								9.289.689	-
RAGB 3.5% 15/07/15	CA VIDA	AFDV	AT0000386198								9.071.085	-
RAGB 3.8% 20/10/13	CA VIDA	AFDV	AT0000385992								8.457.989	-
RAGB 3.9% 15/07/20	CA VIDA	AFDV	AT0000386115								8.119.475	-
RAGB 4.3% 15/07/14	CA VIDA	AFDV	AT0000386073								7.959.495	-
BGB 3.25% 28/09/16	CA VIDA	AFDV	BE00000307166								7.833.991	-
Obrigações Tesouro 15/10/2015	CA SEGUROS	AFDV	PTOTE3OE0017	OUT	PRT						7.566.530	-
OT 5.00% 15/06/12	CA VIDA	AFDV	PTOTEKOE0003		PRT						7.550.391	-
RAGB 4% 15/09/16	CA VIDA	AFDV	AT0000A011T9								7.293.829	-
BTNS 3% 12/01/10	CA VIDA	AFDV	FR0107369672								7.287.059	-
NETHER 3.25% 15/07/15	CA VIDA	AFDV	NL0000102242								7.216.481	-
OT 3.35% 15/10/15	CA VIDA	AFDV	PTOTE3OE0017		PRT						6.874.168	-
BGB 4% 28/03/22	CA VIDA	AFDV	BE0000308172								6.240.932	-
OT 5.15% 15/06/11	CA VIDA	AFDV	PTOTEJOE0006		PRT						6.181.027	-
Obrigações Tesouro 15/06/2012	CA SEGUROS	AFDV	PTOTEKOE0003	OUT	PRT						5.393.136	(225.650)
Obrigações Tesouro 16/06/2014	CA SEGUROS	AFDV	PTOTE1OE0019	OUT	PRT						5.312.564	-
FRTR 3.75% 25/04/17	CA VIDA	AFDV	FR0010415331								5.303.688	-
Spain Govt Bonds 31/01/2014	CA SEGUROS	AFDV	ES00000121H0								5.269.068	-
Obrigações Tesouro 15/04/2021	CA SEGUROS	AFDV	PTOTEYOE0007	OUT	PRT						5.267.341	(62.899)
Spain Govt Bonds 31/01/2017	CA SEGUROS	AFDV	ES00000120J8								5.232.076	-
DBR 3.25% 04/07/15	CA VIDA	AFDV	DE0001135283								4.995.083	-
BTNS 2.50% 12/07/10	CA VIDA	AFDV	FR0107674006								4.546.924	-
NETHER 3.00% 15/01/10	CA VIDA	AFDV	NL0000102309								4.340.758	-
OT 5.45% 23/09/13	CA VIDA	AFDV	PTOTEGOE0009		PRT						4.300.226	-
OT 5.85% 20-05-2010	CCAM POMBAL	AFDV	PTOTEHOE0008	OUT	PRT	S		2.500.000	1,14		2.940.168	-
GGB 3.9% 20/08/11	CA VIDA	AFDV	GR0114019442								2.856.007	-
DBR 4.25% 04/07/14	CA VIDA	AFDV	DE0001135259								2.223.731	-
SPGB 4.4% 31/01/15	CA VIDA	AFDV	ES0000012916								2.022.500	-
Obrigações Tesouro 15/04/2011	CA SEGUROS	AFDV	PTOTE4OE0040	OUT	PRT						1.800.352	-
BGB 4.% 28/03/13	CA VIDA	AFDV	BE0000310194								1.218.466	-
BTNS 4.50% 12/07/13	CA VIDA	AFDV	FR0114683842								1.095.649	-
SPGB 4.2% 30/07/13	CA VIDA	AFDV	ES0000012866								1.059.856	-
DBR 4.25% 04/07/17	CA VIDA	AFDV	DE0001135333								671.655	-
Greek Govt Bonds 20/08/2011	CA SEGUROS	AFDV	GR0114019442								501.054	(5.751)
SPGB 3.25% 30/07/10	CA VIDA	AFDV	ES00000120E9								257.063	-
DBR 3.75% 04/01/17	CA VIDA	AFDV	DE0001135317								109.793	-
CONSOLIDADO 43	CCCAM	AFDV	PTCON3OE0006	OUT	PRT	S	33,50%	10	1,00	JV	5	(2)
CONSOLIDADO 41	CCCAM	AFDV	PTCON1OE0008	OUT	PRT	S	52,00%	1	1,00	JV	1	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do ativo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Reserva de justo valor
CONSOLIDADO 42	CCCAM	AFDV	PTCON2OE0007	OUT	PRT	S	41,57%	-	1,00	JV	-	-
CONSOLIDADO CENTENÁRIOS 40	CCCAM	AFDV	PTCON4OE0005	OUT	PRT	S	57,83%	-	1,00	JV	-	-
De outros emissores públicos											379.832.432	(423.499)
BERGER 3.125% 14/09/15	CA VIDA	AFDV	DE000A0EY7Z3								5.731.062	
HESSEN 4.00% 04/07/14	CA VIDA	AFDV	DE0001381804								2.877.575	
De outros emissores											8.608.637	
Dívida não subordinada												
CGD 12/12/11	CCCAM	AFDV	PTCG1HOM0003	IC	PRT	S	100,24%	15.000.000	1,00	JV	15.067.849	74.615
BCP 28/05/10	CCCAM	AFDV	PTBCV1OM0008	IC	PRT	S	99,45%	10.000.000	1,00	JV	9.988.926	(38.597)
BES 14/05/10	CCCAM	AFDV	PTBEROOM0022	IC	PRT	S	98,20%	10.000.000	1,00	JV	9.887.813	(172.388)
PORTUGAL TEL 04/09	CCCAM	AFDV	XS0096141337	OIF	NLD	S	99,25%	7.500.000	1,00	JV	7.699.392	(53.575)
CGD 21/05/10	CCCAM	AFDV	PTCGHROM0002	IC	PRT	S	100,20%	6.000.000	1,00	JV	6.044.595	13.352
SOCGEN 2011	CCCAM	AFDV	XS0382730272	IC	FRA	S	96,66%	5.000.000	1,00	JV	4.863.391	(163.882)
BES 19/03/12	CCCAM	AFDV	PTBERHOM0013	IC	PRT	S	96,95%	5.000.000	1,00	JV	4.853.377	9.254
INTNED 6.5 % 15/06/10	CA VIDA	AFDV	NL0000122968								4.427.427	-
ABN 03/15	CCCAM	AFDV	XS0291352234	IC	GBR	S	91,60%	4.760.000	1,00	JV	4.360.241	(376.789)
VODAFONE 4.25% 27/05/09	CA VIDA	AFDV	XS0162614167								4.102.407	-
BANK MONTREAL 05/10	CCCAM	AFDV	XS0362349465	IC	CAN	S	99,83%	4.000.000	1,00	JV	4.026.279	(7.957)
CXGD Float 21/05/10	CA VIDA	AFDV	PTCGHROM0002								3.502.760	-
BESPL Float 14/05/10	CA VIDA	AFDV	PTBEROOM0022								3.341.137	-
VW Float 07/07/10	CA VIDA	AFDV	XS0257806801								3.263.645	-
GSK 5.625% 13/12/17	CA VIDA	AFDV	XS0335134705								3.041.955	-
JNJ 4.75% 06/11/19	CA VIDA	AFDV	XS0329522246								3.040.220	-
DANSKE BANK 09/10	CCCAM	AFDV	XS0386240328	IC	DNK	S	99,54%	3.000.000	1,00	JV	2.993.603	24.015
GSK 3% 18/06/2012	CA VIDA	AFDV	XS0222377300								2.988.977	-
DNB NOR 2/12	CCCAM	AFDV	XS0385623128	IC	NOR	S	98,86%	3.000.000	1,00	JV	2.979.261	7.825
SKANDINAVISKA 05/10	CCCAM	AFDV	XS0366327715	IC	SWE	S	98,66%	3.000.000	1,00	JV	2.972.128	(38.895)
CAJA 24/5/10	CCCAM	AFDV	ES0314950280	IC	ESP	S	98,45%	3.000.000	1,00	JV	2.966.692	(5.961)
DB SMART 04/2012	CCCAM	AFDV	XS0296232522	IC	GBR	S	98,87%	3.000.000	1,00	JV	2.966.100	14.745
TORONTO 09/10	CCCAM	AFDV	XS0387214538	IC	CAN	S	98,33%	3.000.000	1,00	JV	2.957.791	(50.070)
CGD 24/01/13	CCCAM	AFDV	XS0210346903	IC	PRT	S	84,22%	3.500.000	1,00	JV	2.947.700	(554.830)
FORTIS FLOAT 21/01/09	CA VIDA	AFDV	XS0308626604								2.920.805	-
RDSALN 4.625% 22/05/17	CA VIDA	AFDV	XS0301945860								2.918.827	-
INTNED 2011	CCCAM	AFDV	XS0384169446	IC	NLD	S	96,01%	3.000.000	1,00	JV	2.896.387	(115.927)
Renault Float 24/01/12	CA VIDA	AFDV	XS0282627289								2.892.640	-
Brisa Finance BV 4.797% 26/09/13	CA VIDA	AFDV	XS0177256889								2.828.176	-
NAB Float 23/01/12	CA VIDA	AFDV	XS0283186186								2.797.452	-
DANBNK Float 29/06/12	CA VIDA	AFDV	XS0307699453								2.795.351	-
HSBC 03/14 (Centris)	CCCAM	AFDV	XS0296376287	IC	GBR	S	87,99%	3.000.000	1,00	JV	2.639.700	(261.369)
BSCH Float 28/03/11	CA VIDA	AFDV	XS0127276235								2.596.076	-
KFW 3.50% 04/07/15	CA VIDA	AFDV	DE0002760956								2.540.790	-
BCPPL Float 28/05/10	CA VIDA	AFDV	PTBCV1OM0008								2.460.107	-
E.ON 5.125% 07/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0361244402								2.430.162	-
BASF 3.375% 30/05/12	CA VIDA	AFDV	DE000A0EUB86								2.326.799	-
PARFLEX 04/2017	CCCAM	AFDV	XS0297481870	IC	FRA	S	73,97%	3.000.000	1,00	JV	2.218.980	(781.020)
Siemens 5.75% 04/07/11	CA VIDA	AFDV	XS0131224155								2.152.169	-
SNSBNK Float 02/06/10	CA VIDA	AFDV	XS0366903721								2.150.547	-
RWE 4.625% 23/07/14	CA VIDA	AFDV	XS0196302425								2.136.127	-
MDPASCHI 06/11	CCCAM	AFDV	XS0371161653	IC	ITA	S	103,46%	2.000.000	1,00	JV	2.133.310	73.068
DANSKE BANK 06/11	CCCAM	AFDV	XS0372093921	IC	DNK	S	103,03%	2.000.000	1,00	JV	2.122.408	66.458
BASGR 5% 26/09/14	CA VIDA	AFDV	DE000A0TKBMO								2.121.891	-
PG 4.5% 12/05/14	CA VIDA	AFDV	XS0300112108								2.080.783	-
ELESM 4.2% 25/02/09	CA VIDA	AFDV	ES0230670210								2.073.908	-
PFE 4.55% 15/05/17	CA VIDA	AFDV	XS0301010145								2.046.752	-
HYPO ALPE-ADRIA 4.375% 24/01/17	CA VIDA	AFDV	XS0281875483								2.046.701	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Reserva de justo valor
RABOBK 3.75% 15/09/09	CA VIDA	AFDV	XS0267319761								2.034.912	-
RBOSCH 4.375% 19/05/16	CA VIDA	AFDV	XS0254720633								2.027.618	-
BFT CAY.2015	CCCAM	AFDV	XS0218220191	IC	CAY	S	100,25%	2.000.000	1,00	JV	2.024.688	5.000
BANK IRELAND 2010	CCCAM	AFDV	XS0366971058	IC	IRL	S	99,35%	2.000.000	1,00	JV	2.018.878	(11.421)
SANTANDER 01/12	CCCAM	AFDV	XS0283070554	IC	ESP	S	99,93%	2.000.000	1,00	JV	2.016.030	31.260
EDF 3.75% 08/04/11	CA VIDA	AFDV	XS0189769788								2.004.620	-
HYPO TIROL BANK 3.625% 01/03/16	CA VIDA	AFDV	XS0245578553								1.997.001	-
SWEDBK 03/11	CCCAM	AFDV	XS0386339294	IC	SWE	S	99,51%	2.000.000	1,00	JV	1.996.292	18.225
GPPS 3.375% 18/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0222473877								1.995.953	-
BCP Finance Bank Float 27/03/09	CA VIDA	AFDV	XS0247444341								1.990.996	-
DNBNOR 4/11	CCCAM	AFDV	XS0249881474	IC	NOR	S	98,23%	2.000.000	1,00	JV	1.989.624	(14.120)
SVENSKA HBKN 05/10	CCCAM	AFDV	XS0364915826	IC	SWE	S	98,85%	2.000.000	1,00	JV	1.987.409	(23.000)
POHBK 08/2010	CCCAM	AFDV	XS0384584693	IC	FIN	S	98,76%	2.000.000	1,00	JV	1.983.730	(23.157)
CAJAMM 2010	CCCAM	AFDV	ES0314950363	IC	ESP	S	98,89%	2.000.000	1,00	JV	1.979.227	(20.536)
BBVA Float 04/10/10	CA VIDA	AFDV	XS0268436341								1.966.017	-
BPESP Float 18/01/11	CA VIDA	AFDV	ES0357080086								1.960.880	-
SAN PAOLO Float 15/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0246688435								1.953.539	-
FORTIS 4.625% 07/04/09	CA VIDA	AFDV	XS0096324925								1.951.622	-
CCF Float 13/12/10	CA VIDA	AFDV	FR0010261404								1.941.149	-
BACR 4.25% 27/10/11	CA VIDA	AFDV	XS0395325144								1.921.761	-
ACESM 4.375% 30/03/20	CA VIDA	AFDV	ES0211845203								1.918.246	-
SANTAN Float 20/06/11	CA VIDA	AFDV	XS0305024936								1.904.479	-
UNICREDITO Float 24/01/12	CA VIDA	AFDV	XS0210641816								1.898.651	-
BFCM Float 20/04/13	CA VIDA	AFDV	XS0250886388								1.869.683	-
CLYDES Float 30/05/12	CA VIDA	AFDV	XS0302132898								1.821.110	-
AGIM 4.25% 23/01/12	CA VIDA	AFDV	XS0282614204								1.729.761	-
CITI Float 12/01/12	CA VIDA	AFDV	XS0277974076								1.707.772	-
TELE FRANCE 4.375% 12/11/10	CA VIDA	AFDV	FR0010027508								1.700.213	-
AIG Float 19/07/13	CA VIDA	AFDV	XS0261706138								1.669.231	-
PPWRC 4.5% 12/03/09	CA VIDA	AFDV	XS0094933792								1.661.051	-
ANZ BANK 4.625% 08/11/10	CA VIDA	AFDV	XS0329335052								1.498.381	-
Swedbank Float 06/05/10	CA VIDA	AFDV	XS0361494262								1.482.171	-
RIVIERA 16	CCCAM	AFDV	XS0277521877	IC	USA	S	48,45%	3.000.000	1,00	JV	1.453.500	(1.103.579)
Astrazeneca 5.125% 15/01/15	CA VIDA	AFDV	XS0321640301								1.451.289	-
CMZB 4.75% 21/04/09	CA VIDA	AFDV	DE0001593531								1.449.186	-
RENEPL 6.375% 10/12/13	CA VIDA	AFDV	PTRELAOM0000								1.428.899	-
PG 4.125% 07/12/20	CA VIDA	AFDV	XS0237323943								1.409.300	-
DPW 4.875% 30/01/14	CA VIDA	AFDV	DE0008016502								1.368.751	-
AKZANA 5.625% 07/05/09	CA VIDA	AFDV	XS0146523963								1.341.054	-
ENDESA 4.375% 18/06/09	CA VIDA	AFDV	XS0098523797								1.333.483	-
GS Float 30/01/17	CA VIDA	AFDV	XS0284728465								1.318.517	-
GE 4.875% 06/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0350465422								1.291.239	-
Autostrade Float 09/06/11	CA VIDA	AFDV	XS0193944765								1.223.146	-
TERNA 4.9% 28/10/24	CA VIDA	AFDV	XS0203712939								1.147.329	-
DBB 4.25% 08/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0171904583								1.121.876	-
BNFPL Float 05/08/09	CA VIDA	AFDV	XS0197512956								1.104.880	-
SOCGEN Float 05/03/12	CA VIDA	AFDV	XS0289186230								1.087.836	-
DIAG 5.5% 01/07/13	CA VIDA	AFDV	XS0356009810								1.054.568	-
HERA 4.125% 16/02/16	CA VIDA	AFDV	XS0243960290								1.046.864	-
HVB 5.625% 25/02/09	CA VIDA	AFDV	XS0093907078								1.045.053	-
E.ON 5.75% 29/05/09	CA VIDA	AFDV	XS0148578262								1.042.168	-
Standard Chart 4.875% 11/03/11	CA VIDA	AFDV	XS0351799092								1.040.562	-
BASGR 4% 21/04/2011	CA VIDA	AFDV	DE000A0JQF26								1.037.896	-
IBESM 4.5% 25/05/09	CA VIDA	AFDV	XS0097762065								1.032.751	-
HYPO ALPE-ADRIA 3.75% 17/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0247263048								1.028.445	-
DRSDNR 5.25% 04/01/09	CA VIDA	AFDV	XS0087184312								1.022.564	-
REDELE 4.75% 18/09/13	CA VIDA	AFDV	XS0176347044								1.011.959	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Reserva de justo valor
GAZDF 4.75% 19/02/13	CA VIDA	AFDV	FR0000472326								1.009.303	
UCGIM Float 28/05/10	CA VIDA	AFDV	XS0366249570								985.950	
HONDA 3.75% 16/03/11	CA VIDA	AFDV	XS0247453508								976.529	
CXGD 6.25% 12/10/09	CA VIDA	AFDV	XS0102762688								976.437	
HBOS Float 18/08/10	CA VIDA	AFDV	XS0382912110								971.234	
CAGALI Float 29/11/10	CA VIDA	AFDV	ES0314843212								967.218	
RTE 4.125% 27/09/16	CA VIDA	AFDV	FR0010369587								966.332	
BACRED Float 20/04/09	CA VIDA	AFDV	XS0250106472								958.269	
KFW 4.25% 04/07/14	CA VIDA	AFDV	DE0002760931								957.207	
CAJAMM Float 09/02/12	CA VIDA	AFDV	ES0214950158								939.201	
SANTAN Float 24/08/12	CA VIDA	AFDV	XS0264382176								931.877	
ELEPOR 6.4% 29/10/09	CA VIDA	AFDV	XS0103383286								927.038	
CXGD 3.875% 12/12/11	CA VIDA	AFDV	PTCG1HOM0003								904.400	
HSBC Float 14/09/10	CA VIDA	AFDV	XS0228550421								899.292	
ENIIM 5.875% 20/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0400780887								852.763	
DT 5.75% 14/04/15	CA VIDA	AFDV	DE000A0TT2M2								846.849	
BILBIZ Float 01/03/16	CA VIDA	AFDV	ES0214100010								846.099	
DB Float 18/10/10	CA VIDA	AFDV	DE000DB5S568								833.336	
BPLN 4.50% 08/11/12	CA VIDA	AFDV	XS0329663065								833.148	
IBERDROLA 5.125% 09/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0362224254								829.039	
ULVR 4.875% 21/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0364979632								802.312	
DOLOMITE 3/14	CCCAM	AFDV	XS0280470450	IC	USA	S	26,10%	3.000.000	1,00	JV	786.975	(2.157.217)
ENI Float 15/01/09	CA VIDA	AFDV	BE0118809814								761.786	
HYPO REAL ESTATE Float 24/05/11	CA VIDA	AFDV	XS0255101270								586.342	
DBOERS 5% 22/04/13	CA VIDA	AFDV	XS0353963225								542.117	
EDF 5.625% 23/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0400736475								532.147	
Total Capital 4.75% 10/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0402228471								524.157	
DBK 4.25% 28/07/09	CA VIDA	AFDV	DE0002798253								509.674	
WB 6% 23/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0365663961								506.116	
DAIGR 4.125% 23/01/09	CA VIDA	AFDV	XS0184200664								483.849	
BACA Float 24/02/11	CA VIDA	AFDV	XS0245395636								482.176	
FRPTT 4.25% 08/11/21	CA VIDA	AFDV	FR0010394437								432.912	
Carrefour SA 6.625% 02/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0401494900								432.131	
ENI 4.625% 30/04/13	CA VIDA	AFDV	XS0167456267								431.181	
AALLN 5.875% 17/04/15	CA VIDA	AFDV	XS0358158052								412.659	
Centrica 7.125% 09/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0402535131								412.529	
BANKINTER Float 01/06/11	CA VIDA	AFDV	ES0313679435								388.292	
NATIONWIDE 5.87% 01/06/11	CA VIDA	AFDV	XS0129936927								367.063	
ELEPORT 4.625% 13/06/16	CA VIDA	AFDV	XS0256997007								341.167	
IBERDROLA 4.875% 18/02/13	CA VIDA	AFDV	XS0163023848								310.512	
FORTIS 4.625% 09/07/14	CA VIDA	AFDV	XS0196047723								301.548	
Toyota Mtr Cred 5.375% 29/07/11	CA VIDA	AFDV	XS0379935652								260.732	
GE Cap Eur Fund 5.75% 23/09/11	CA VIDA	AFDV	XS0378750581								259.385	
National Grid Gas 5.125% 14/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0363740985								250.270	
E.ON 5.125% 02/10/12	CA VIDA	AFDV	XS0322976415								211.076	
EDF 4.625% 06/11/13	CA VIDA	AFDV	XS0179486526								203.769	
KBC Float 26/10/12	CA VIDA	AFDV	XS0327159074								190.948	
TSCOLN 4.75% 13/04/10	CA VIDA	AFDV	XS0159012847								105.068	
IBM 3.00% 08/02/10	CA VIDA	AFDV	XS0212050792								103.303	
RESEAU FERRE 5.00% 10/10/33	CA VIDA	AFDV	XS0177618039								22.383	
											294.472.422	(5.636.473)
Instrumentos de capital												
Raiz Global	CA SEGUROS	AFDV	PTYCFELM0000	OUT	PRT	N					6.186.126	(1.624.493)
Raiz Conservador	CA SEGUROS	AFDV	PTYCFGLM0008	OUT	PRT	N					3.644.286	(270.062)
Corretaje e Información Monetária Y De Divisas, S	CA SGPS	AFDV		OIF	ESP	N		29.040	6,01	CH	3.432.818	
RAIZ TOP CAPITAL (UP)	CA VIDA	AFDV	PTYCFJMM0004					322.500			3.171.852	
Total SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120271					64.950			2.527.205	

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Reserva de justo valor
Gdf Suez	CA VIDA	AFDV	FR0010208488					69.920			2.469.924	
Fundo Raiz Valor Acumulado (RVA)	CA VIDA	AFDV	931930005401					227.250			2.191.781	
Vivendi Universal SA	CA VIDA	AFDV	FR0000127771					75.530			1.757.205	
Telefonica (Espania) SA	CA VIDA	AFDV	ES0178430E18					109.590			1.737.002	
E. ON AG	CA VIDA	AFDV	DE000ENAG999					60.500			1.720.620	
France Telecom,SA.	CA VIDA	AFDV	FR0000133308					82.270			1.642.109	
ENI Spa.	CA VIDA	AFDV	IT0003132476					96.680			1.618.423	
RAIZ EUROPA	CCCAM	AFDV	PTYCFFLM0009	OUT	PRT	N	2,8703	505.416	--	JV	1.450.696	(576.477)
Royal Dutch Shell PLC	CA VIDA	AFDV	GB00B03MLX29					74.270			1.392.563	
RAIZ GLOBAL	CCCAM	AFDV	PTYCFELM0000	OUT	PRT	N	4,0611	339.329	--	JV	1.378.049	(181.914)
Sanofi-Aventis	CA VIDA	AFDV	FR0000120578					29.300			1.330.220	
Bayer, AG	CA VIDA	AFDV	DE0005752000					31.830			1.322.537	
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	CCAM AÇORES	AFDV		OIF	PRT	N		10.000	5,00	CH	1.281.911	
DAI, S.A.	CCAM CORUCHE	AFDV		OUT	PRT	N		47.140	24,94	CH	1.272.811	
Siemens AG- Reg.	CA VIDA	AFDV	DE0007236101					22.320			1.175.818	
SIBS	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		25.680	5,00	CH	1.171.864	
Deutsche Telekom AG.	CA VIDA	AFDV	DE0005557508					102.880			1.105.960	
Iberdrola SA.	CA VIDA	AFDV	ES0144580Y14					167.120			1.092.965	
Banco Santander Central Hispano SA	CA VIDA	AFDV	ES0113900J37					157.637			1.064.050	
RWE AG.	CA VIDA	AFDV	DE0007037129					16.610			1.058.057	
RAIZ CONSERVADOR	CCCAM	AFDV	PTYCFGLMOO08	OUT	PRT	N	5,1806	199.996	--	JV	1.036.099	(1.140)
KPN NV	CA VIDA	AFDV	NL0000009082					98.620			1.023.676	
Allianz AG Holding	CA VIDA	AFDV	DE0008404005					13.590			1.019.250	
Banco Bilbao & Vizcaya Argentaria SA.	CA VIDA	AFDV	ES0113211835					107.680			932.509	
Nokia Oyj ser.A	CA VIDA	AFDV	FI0009000681					83.620			928.182	
FLORESTA AT (B)	CCCAM	AFDV	PTFLTBIM0004	OUT	PRT	N	50,7735	18.000	--	JV	913.923	13.923
FIQ AICEP Capital Global - FIEP	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		910	1.000,00	CH	910.000	
Enel Spa.	CA VIDA	AFDV	IT0003128367					188.390			851.994	
Danone SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120644					18.670			806.171	
Arcelor Mittal	CA VIDA	AFDV	LU0323134006					44.600			763.106	
UniCredito Italiano Spa.	CA VIDA	AFDV	IT0000064854					430.895			751.912	
Ovigrú	CCAM BEIRA BAIXA (SUL)	AFDV		OUT	PRT	N		149.185	5,00	CH	745.925	
Merck KGaa NPV	CA VIDA	AFDV	DE0006599905					11.320			730.253	
Intesa Sanpaolo	CA VIDA	AFDV	IT0000072618					286.090			725.953	
Matadouro do Litoral Alentejano	CCAM S. TEOTÓNIO	AFDV		OUT	PRT	N		140.000	5,00	CH	700.000	
EDP-Energias de Portugal SA	CA VIDA	AFDV	PTEDP0AM0009					256.840			692.184	
SAP AG.	CA VIDA	AFDV	DE0007164600					26.280			663.307	
AXA SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120628					41.400			655.983	
Muenchener Rue-R	CA VIDA	AFDV	DE0008430026					5.540			614.940	
Vinci SA.	CA VIDA	AFDV	FR0000125486					19.570			587.100	
Philips Electronics NV	CA VIDA	AFDV	NL0000009538					42.410			586.530	
Electricite de France	CA VIDA	AFDV	FR0010242511					13.760			571.040	
ING Groep N.V.-CVA	CA VIDA	AFDV	NL0000303600					77.400			567.342	
Fundo Florestal - Floresta Atlântica	CA SEGUROS	AFDV		OUT	PRT	N					508.769	
Deutsche Post AG.	CA VIDA	AFDV	DE0005552004					42.380			504.746	
Enagas SA	CA VIDA	AFDV	ES0130960018					30.040			467.422	
Veolia Environnement SA.	CA VIDA	AFDV	FR0000124141					20.840			462.648	
Vallourec	CA VIDA	AFDV	FR0000120354					5.690			460.890	
Accor, SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120404					13.010			456.781	
Galp Energia, SGPS, SA (Privat.)	CA VIDA	AFDV	PTGAL0AM0009					62.620			449.612	
Deutsche Boerse AG	CA VIDA	AFDV	DE0005810055					8.640			438.912	
Cintra Concesiones de Infraestructuras de Transp	CA VIDA	AFDV	ES0118900010					80.600			428.792	
Telecom Italia Spa.	CA VIDA	AFDV	IT0003497168					348.240			400.476	
Akzo Nobel NV.	CA VIDA	AFDV	NL0000009132					12.710			374.182	
UNICRE	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		5.882	5,00	CH	374.098	
DaimlerChrysler AG - Reg.	CA VIDA	AFDV	DE0007100000					13.510			360.717	
Pernod-Ricard SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120693					6.660			352.780	

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Reserva de justo valor
EDP Renováveis,SA	CA VIDA	AFDV	ES0127797019					69.390			347.158	-
Saipem Spa.	CA VIDA	AFDV	IT0000068525					28.980			342.544	-
Gamesa SA	CA VIDA	AFDV	ES0143416115					26.250			334.425	-
Acções SUCRAL, S.A.	FENACAM	AFDV	--					--			329.742	-
Iberdrola Renovables	CA VIDA	AFDV	ES0147645016					101.880			310.734	-
Sonae - SGPS	CA VIDA	AFDV	PTSON0AM0001					669.000			292.353	-
BPI - SGPS-Nom.	CA VIDA	AFDV	PTBPI0AM0004					155.080			271.390	-
VISA INC.	CCCAM	AFDV	--	OUT	USA	N		10.807	--	CH	267.869	-
Thyssen Krupp AG.	CA VIDA	AFDV	DE0007500001					13.420			254.443	-
REN-Redes Energéticas Nacionais, SA	CA VIDA	AFDV	PTRELOAM0008					88.380			250.557	-
Salzgitter AG	CA VIDA	AFDV	DE0006202005					4.510			248.050	-
Bouygues, SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120503					7.720			233.144	-
Unilever NV - CVA.	CA VIDA	AFDV	NL0000009355					13.100			227.154	-
Matadouro Regional Barroso e Alto Tâmega	CCAM ALTO CORGO	AFDV	--	OUT	PRT	N		45.000	5,00	CH	225.000	-
Ahold (Koninklijke) NV	CA VIDA	AFDV	NL0006033250					25.010			219.838	-
Credit Agricole SA.	CA VIDA	AFDV	FR0000045072					27.210			217.680	-
InBev NV	CA VIDA	AFDV	BE0003793107					12.200			202.276	-
Acções MAP, S.A.	FENACAM	AFDV	--					--			201.923	-
AGROGARANTE	CCCAM	AFDV	--	OIF	PRT	N		196.500	1,00	CH	196.500	-
Crediagricola	CCAM BAIRRADA	AFDV	--	OIF	PRT	N		--	5,00	CH	191.331	-
Tenaris SA	CA VIDA	AFDV	LU0156801721					25.930			188.381	-
FIAT Spa.	CA VIDA	AFDV	IT0001976403					39.250			180.158	-
Escola Profissional da Mealhada	CCAM BAIRRADA	AFDV	--	OUT	PRT	N		--		CH	176.100	-
Deutsche Postbank AG	CA VIDA	AFDV	DE0008001009					11.360			176.080	-
BMW-Bayerische Motoren Werke AG	CA VIDA	AFDV	DE0005190003					7.900			170.719	-
Solarworld AG	CA VIDA	AFDV	DE0005108401					10.670			161.117	-
Deutsche Bank AG - Reg	CA VIDA	AFDV	DE0005140008					5.440			151.395	-
Telekom Austria AG.	CA VIDA	AFDV	AT0000720008					14.620			150.586	-
SODAP	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		30.000	5,00	CH	149.639	-
MAN AG.	CA VIDA	AFDV	DE0005937007					3.740			144.813	-
BNP Paribas SA	CA VIDA	AFDV	FR0000131104					4.700			142.175	-
Rhodia SA-REGR	CA VIDA	AFDV	FR0010479956					29.750			133.280	-
DSM NV	CA VIDA	AFDV	NL0000009827					6.320			115.814	-
Bam Groep	CA VIDA	AFDV	NL0000337319					17.710			113.521	-
Commerzbank AG.	CA VIDA	AFDV	DE0008032004					16.020			106.373	-
LISGARANTE	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		100.000	1,00	CH	100.000	-
Renault SA	CA VIDA	AFDV	FR0000131906					5.340			99.057	-
NORGARANTE	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		94.400	1,00	CH	94.400	-
GARVAL	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		85.700	1,00	CH	85.700	-
Tomtom	CA VIDA	AFDV	NL0000387058					16.170			84.084	-
Spidouro	CCAM S. J. PESQUEIRA	AFDV	--	OUT	PRT	N		15.000	4,99	CH	74.820	-
Floresta Atlântica-Soc.Gestora Fundos Inv.Imob.S	CA SGPS	AFDV	--	OUT	PRT	N		10.125	5,00	CH	50.625	-
Cerfundão, Lda.	CCAM REGIÃO FUNDÃO	AFDV	--	OUT	PRT	N		1	50.000,00		50.000	-
SWIFT	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		5	--	CH	46.928	-
Matadouro Regional do Algarve	CCAM ALGARVE	AFDV	--	OUT	PRT	N		7.000	5,00	CH	35.000	-
Matadouro Regional Barroso e Alto Tâmega	CCAM ALTO CORGO	AFDV	--	OUT	PRT	N		5.000	5,00	CH	25.000	-
Parkurbis, S.A.	CCAM REGIÃO FUNDÃO	AFDV	--	OUT	PRT	N		5.000	5,00		25.000	-
Acções HORTOBELI, S.A.	FENACAM	AFDV	--					--			14.964	-
Agroraiana	CCAM ELVAS	AFDV	--	OUT	PRT	N		6.000	2,49	CH	14.940	-
Títulos CONFAGRI	FENACAM	AFDV	--					--			14.000	-
Centro Tecnológico de Citricultura	CCAM SILVES	AFDV	--	OUT	PRT	N		25	500,00	CH	12.500	-
Spidouro	CCAM TRÁS MONTES	AFDV	--	OUT	PRT	N		1.500	4,99	CH	7.482	-
Spidouro	CCAM VALE TÁVORA	AFDV	--	OUT	PRT	N		1.500	4,99	CH	7.482	-
ABAP	CCAM CANTANHEDE MIR	AFDV	--	OUT	PRT	N		1	5.000,00	CH	5.000	-
AIBAP	CCAM CANTANHEDE MIR	AFDV	--	OUT	PRT	N		1	5.000,00	CH	5.000	-
Agroraiana	CCAM CAMPO MAIOR	AFDV	--	OUT	PRT	N		1.000	4,98	CH	4.988	-
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Távora	CCAM SOT. ALGARVIO	AFDV	--	OUT	PRT	N		1.000	4,99	CH	4.988	-

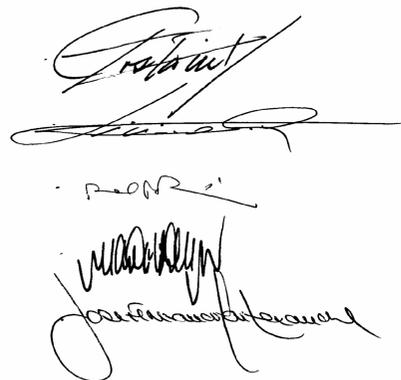
Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Crítério valorimétrico	Valor de balanço	Reserva de justo valor
Sicogest	CCAM POMBAL	AFDV		OUT	PRT	N				CH	4.500	
UNITÉNIS	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		1	150,00	CH	3.990	
MATAD.BEIRA LITORAL, SA (PEC-LUSA)	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		687	4,99	CH	3.428	
Globalgarve	CCAM ALGARVE	AFDV		OUT	PRT	N		250	10,00	CH	2.500	
Cooperativa de Melgaço	CCAM NOROESTE	AFDV		OUT	PRT	N		499	5,00	CH	2.494	
Crediagricola	CCAM V. F. XIRA	AFDV		OUT	PRT	N		1.000	2,49	CH	2.494	
Ambifaro	CCAM ALGARVE	AFDV		OUT	PRT	N		50	49,88	CH	2.494	
CREDIVALOR	CCCAM	AFDV	--	OIF	PRT	N		400	5,00	CH	2.000	
Sicogest	CCAM SERRAS ANSIÃO	AFDV		OUT	PRT	N				CH	2.000	
Acções ADRAL, S.A.	FENACAM	AFDV	--								1.996	
BFN 87 - Tit.Par.	CCCAM	AFDV	PTBFNDPE0001	OUT	PRT	S	100%	1.547	1,00	JV	1.547	
Mobitral	CCAM F.ALENTEJO	AFDV		OUT	PRT	N		60	25,00	CH	1.500	
MATADOURO REG.ALGARVE	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		19.992	4,99	CH	998	
FERECC	CCAM V. F. XIRA	AFDV		OUT	PRT	N		360	2,49	CH	898	
CREDIVALOR	CCAM TRÁS MONTES	AFDV		OUT	PRT	N		100	5,00	CH	500	
CREDIVALOR	CCAM AÇORES	AFDV		OIF	PRT	N		100	5,00	CH	500	
Dolmen	CCAM V. SOUSA TÁMEGA	AFDV		OUT	PRT	N		100	4,99	CH	499	
Regivouga	CCAM ESTARREJA	AFDV		OUT	PRT	N		100	4,99	CH	499	
ADRAVE	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		100	4,99	CH	499	
Credicentro	CCAM POMBAL	AFDV		OUT	PRT	N				CH	434	
Epralima	CCAM NOROESTE	AFDV		OUT	PRT	N		5	49,87	CH	249	
FERECC	CCAM RIBATEJO SUL	AFDV		OUT	PRT	N		50	4,99	CH	249	
PROPAÇO	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		1	--	CH	194	
Credicentro	CCAM COIMBRA	AFDV		OUT	PRT	N		48	2,49	CH	120	
FERECC	CCAM CALDAS RAINHA	AFDV		OUT	PRT	N		21	5,00	CH	105	
CARMIM	CCAM ALTO GUADIANA	AFDV		OUT	PRT	N		20	5,00	CH	100	
ADIRN	CCAM RIBATEJO NORTE	AFDV		OUT	PRT	N		10	4,99	CH	50	
Cooperativa Agrícola da Vidigueira	CCAM GUAD. INTERIOR	AFDV		OUT	PRT	N		1	49,88	CH	50	
FERECC	CCAM CARTAXO	AFDV		OUT	PRT	N		6	2,49	CH	15	
Cooperativa Agrícola de Valpaços	CCAM TRÁS MONTES	AFDV		OUT	PRT	N		5	2,49	CH	12	
Coop. Agro-Pecuária Beira Central CRL	CCAM OLIVEIRA HOPSITA	AFDV		OUT	PRT	N			2,49	CH	12	
VISA EUROPE LIMITED	CCCAM	AFDV	--	OUT	PRT	N		1	10,00	CH	10	
Unicama	CCAM S. TEOTÓNIO	AFDV		OUT	PRT	N		4	2,49	CH	10	
FERECC	CCAM ALCANHÕES	AFDV		OUT	PRT	N		1	5,00	CH	5	
FERECC	CCAM ALENQUER	AFDV		OUT	PRT	N		1	5,00	CH	5	
FERECC	CCAM ARRUDA VINHOS	AFDV		OUT	PRT	N			5,00	CH	5	
FERECC	CCAM LOURES, SINTRA	AFDV		OUT	PRT	N		1	5,00	CH	5	
Unões Regionais	CCAM CORUCHE	AFDV		OUT	PRT	N		2	2,49	ch	5	
FERECC	CCAM SOBRAL M. AGRAÇ	AFDV		OUT	PRT	N		1	5,00	CH	5	
BFN 87 - Tit.Part. 2º Em	CCCAM	AFDV	PTBFNEPE0000	OUT	PRT	S	100%	0	1,00	JV	-	
											80.338.249	(2.640.164)
Menos valias potenciais de títulos das carteiras da CA Vida, liquidas de impostos associados												(969.787)
Total								133.951.500			763.251.741	(9.669.922)
ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE												
Instrumentos de dívida												
De dívida pública												
OT JUL 09	CCCAM	IDM	PTOTEEOE0011	OUT	PRT	S	100,94%	143.770.900	1,00	CA	146.290.174	
OT MAI 10	CCCAM	IDM	PTOTEHOE0008	OUT	PRT	S	104,32%	62.049.500	1,00	CA	66.147.516	
OT ABR 11	CCCAM	IDM	PTOTE4OE0040	OUT	PRT	S	100,74%	48.475.000	1,00	CA	48.517.040	
OT Junho 2014	CCAM V. SOUSA TÁMEGA	IDM		OUT	PRT	S		43.500.000	1,00	CH	46.100.978	
BTPS 03/11	CCCAM	IDM	IT0004026297	OUT	ITA	S	101,10%	40.000.000	1,00	CA	39.827.865	
BTPS 15/09/11	CCCAM	IDM	IT0004112816	OUT	ITA	S	101,15%	38.500.000	1,00	CA	38.200.981	
OT JUN 12	CCCAM	IDM	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	105,18%	31.719.000	1,00	CA	34.136.021	

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Reserva de justo valor
BTPS 11/10	CCCAM	IDM	IT0001448619	OUT	ITA	S	104,46%	32.000.000	1,00	CA	33.086.159	-
OT JUN 11	CCCAM	IDM	PTOTEJEOE0006	OUT	PRT	S	105,08%	30.000.000	1,00	CA	31.940.584	-
OT Setembro 2013	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	IDM		OUT	PRT	S		20.000.000	1,00	CH	21.219.032	-
BTPS 06/09	CCCAM	IDM	IT0004085244	OUT	ITA	S	100,75%	18.500.000	1,00	CA	18.516.522	-
BTPS 02/09	CCCAM	IDM	IT0004008121	OUT	ITA	S	100,04%	15.000.000	1,00	CA	15.180.064	-
BTPS 08/13	CCCAM	IDM	IT0003472336	OUT	ITA	S	102,62%	10.000.000	1,00	CA	10.183.429	-
BTPS 06/10	CCCAM	IDM	IT0003872923	OUT	ITA	S	100,19%	8.000.000	1,00	CA	7.856.185	-
BTPS 08/10	CCCAM	IDM	IT0004254352	OUT	ITA	S	102,55%	6.500.000	1,00	CA	6.619.171	-
OT SET 13	CCCAM	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	108,17%	6.000.701	1,00	CA	6.381.511	-
BTPS 02/12	CCCAM	IDM	IT0003190912	OUT	ITA	S	104,23%	5.000.000	1,00	CA	5.359.136	-
BTPS 03/10	CCCAM	IDM	IT0004196918	OUT	ITA	S	101,77%	5.000.000	1,00	CA	5.060.144	-
GGB 04/10	CCCAM	IDM	GR0114018436	OUT	ITA	S	99,57%	5.000.000	1,00	CA	5.038.817	-
BTPS 01/10	CCCAM	IDM	IT0003799597	OUT	ITA	S	100,67%	5.000.000	1,00	CA	5.014.086	-
OT Outubro 2015	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	IDM		OUT	PRT	S		5.000.000	1,00	CH	4.843.773	-
OT 3,95% Julho 2009	CCAM COSTA AZUL	IDM		OUT	PRT	S		2.500.000	1,00	CA	2.660.568	-
OT JUN 14	CCCAM	IDM	PTOTE1OE0019	OUT	PRT	S	103,75%	1.171.000	1,00	CA	1.167.107	-
											599.346.864	-
Outros												-
Divida não subordinada												-
BES 14/05/10	CCCAM	IDM	PTBEROOM0022	IC	PRT	S	98,20%	5.000.000	1,00	CA	4.914.260	-
ANGLO IRISH 02/10 GOVT. GUARANTEE	CCCAM	IDM	XS0212222086	IC	IRL	S	98,11%	4.775.000	1,00	CA	4.732.782	-
BANK IRELAND 2010	CCCAM	IDM	XS0366971058	IC	IRL	S	99,35%	3.000.000	1,00	CA	3.035.558	-
BANK IRELAND 02/10 GOVT. GUARANTEE	CCCAM	IDM	XS0287196801	IC	IRL	S	98,98%	3.000.000	1,00	CA	2.973.085	-
											15.655.685	-
												-
Total								598.461.101			615.002.549	

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



3. Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas de Crédito Agrícola Associadas e Subsidiárias (Grupo Crédito Agrícola), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 12.122.437.038 Euros e capitais próprios de 987.494.294 Euros, incluindo um resultado líquido de 120.692.320 Euros, as demonstrações dos resultados consolidados, dos fluxos de caixa consolidados e de alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Reserva

4. No processo de consolidação, as demonstrações financeiras das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e Subsidiárias foram integradas no pressuposto da utilização de princípios, critérios e políticas contabilísticas uniformes. Atendendo a que não auditámos as demonstrações financeiras das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, nem as das suas Subsidiárias, não podemos assegurar o cumprimento do pressuposto acima referido nem a ausência de ajustamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas de Crédito Agrícola Associadas e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios descritos na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Ênfase

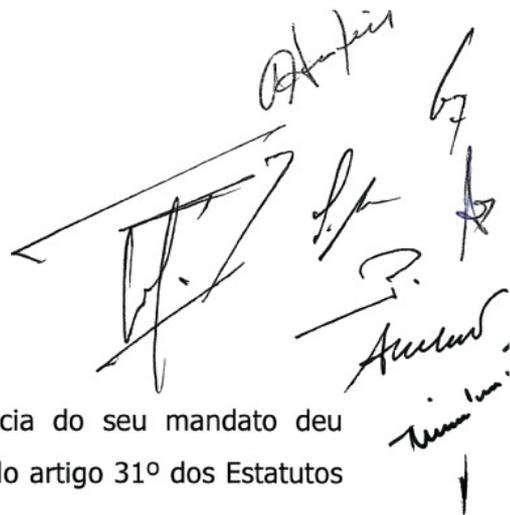
6. De acordo com a actual redacção do Artigo 17º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as alterações posteriores), os associados das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas podem exonerar-se a seu pedido, não estando este facto dependente de uma decisão de cada Caixa de Crédito Agrícola, situação que de acordo com o definido na Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 32 poderia implicar a classificação de parte do capital como um passivo. O Crédito Agrícola Mútuo propôs a alteração do seu regime jurídico, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual manteve a classificação como capital dos títulos nominativos subscritos pelos associados das Caixas Agrícolas que integram o Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (Nota 28). Esta alteração foi aprovada em reunião de Conselhos de Ministros de 2 de Abril de 2009, estando o Crédito Agrícola Mútuo a aguardar a publicação do diploma legal.

Lisboa, 6 de Maio de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

4. Parecer do Conselho Consultivo

Parecer do Conselho Consultivo



O Conselho Consultivo durante o ano de 2008 e na sequência do seu mandato deu cumprimento integral às competências que lhe são conferidas pelo artigo 31º dos Estatutos da Caixa Central.

Acompanhou igualmente a evolução do SICAM, reunindo regularmente. Contou com a presença, sempre que possível, dos Senhores Presidentes do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executiva, bem como dos responsáveis da Administração da Caixa Central e Empresas do Grupo.

A crise que actualmente se vive dos mercados financeiros não é mais do que práticas agora condenáveis que se caracterizaram nestes últimos anos pela ausência total de ética e de valores nas relações.

Sabemos que o Crédito Agrícola se pode orgulhar da sua matriz de identidade relacional e de proximidade, que ao longo dos anos tem conseguido ultrapassar os diferentes desafios que têm surgido. Mas também sabemos que este é diferente quer na forma quer na substância.

Julgamos pois, que um novo paradigma do sistema financeiro agora começa, e nós, Crédito Agrícola, mais uma vez, temos que, de forma inequívoca, perceber esta nova realidade e adoptarmos no imediato as medidas necessárias. Medidas essas, sem quaisquer dúvidas, que nos coloquem em posição de podermos aproveitar este desafio como mais uma oportunidade podendo traduzir-se em prejuízos incalculáveis se o contrário se verificar.

É neste contexto, bastante diferente dos anteriores, que o Conselho Consultivo tem acompanhado com a máxima atenção a evolução do Grupo. No que diz respeito ao Relatório e Contas do SICAM para o exercício do ano de 2008, concluímos o seguinte:

- O bom desempenho do Grupo em termos de imagem e notoriedade nas diferentes acções desenvolvidas no decurso do ano de 2008;

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'M. Afonso' and 'S. Mendes'.

- As medidas adoptadas que visaram potenciar o crescimento do negócio com melhorias também significativas ao nível do rigor e segurança;
- O bom nível alcançado no que diz respeito à rentabilidade dos capitais próprios (ROE), significativamente acima da média dos sete maiores bancos a operar em Portugal;
- Na mesma linha temos também um bom rácio de solvabilidade;
- O bom rácio de cobertura do crédito vencido superior a noventa dias e finalmente;
- O resultado líquido alcançado que foi superior a 121 milhões de euros montante esse, que assume a sua expressão maior na vida do SICAM.

É para nós também pertinente referir, numa perspectiva de insatisfação construtiva, as dificuldades que se têm verificado em áreas operacionais, ao nível de alguns projectos tecnológicos, o seu constante adiamento em relação aos prazos previamente estabelecidos e posteriormente revistos. É um aspecto que todos devemos ponderar, e recomendar que sejam tomadas as medidas correctas para evitar situações mais gravosas no futuro.

A liquidez que o Grupo apresenta, traduzida também numa situação interbancária líquida global de cerca de 1.600 milhões de euros, deve quanto possível, ser vista como um dos nossos maiores bens, e como tal, tudo fazer para que este precioso activo não se deteriore com o passar do tempo.

O crédito a clientes, percentualmente, aumentou mais do dobro do que os recursos, 11,6% *versus* 5%, traduzindo-se num aumento do rácio de transformação de 81,5% em 2007 para 87,1% em 2008.

Este aumento, que se pode considerar significativo, deve ser acompanhado, sempre, de medidas rigorosas no momento da concessão, mas também, com mecanismos práticos e expeditos para a sua recuperação, evitando-se sobremaneira o aumento do crédito vencido que, segundo alguns analistas, pode no sistema financeiro português atingir um total de 8 mil milhões de euros, o que a acontecer, representará sensivelmente o dobro do alcançado em 2007, ou seja, 3%.

Face ao exposto e atendendo aos elementos disponíveis, o Conselho Consultivo emite parecer favorável sobre o Relatório e Contas solicitando a sua aprovação em Assembleia Geral não sem que antes deixe de realçar o contributo dado por todos aqueles que têm responsabilidades no Grupo.

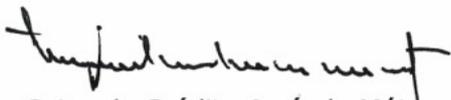
Lisboa, 07 de Maio de 2009

O CONSELHO CONSULTIVO



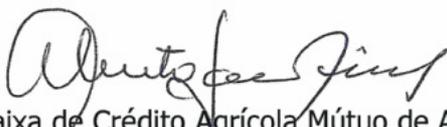
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio (*Presidente*)

João Lázaro da Cruz Barrote



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Vouga

José Luís Sereno Gomes Quaresma



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Corgo, Tâmega e Barroso

Alcino Pinto dos Santos Sanfins



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola

Francisco José Salgueiro Correia



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã

António Augusto Nascimento Mateus



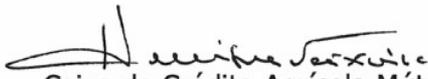
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Bartolomeu de Messines e S. Marcos da Serra

José Paulo Barbosa Moreira de Sousa



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro

Paulo Alexandre Varela Martins



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega

Henrique Vasconcelos Teixeira



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal

Ângelo de Jesus Antunes